



Portugal Agrícola

1980-2006



FICHA TÉCNICA

Título

Portugal Agrícola 1980-2006

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

750 Exemplares

ISBN 978-972-673-893-0

Depósito Legal nº 252881/07

Periodicidade Irregular

Preço: € 14,00 (IVA incluído)

O INE na Internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

RESUMO

Apresentam-se alguns dados estatísticos que caracterizam a evolução da agricultura em Portugal, nos últimos 26 anos.

As Explorações Agrícolas

Entre 1989 e 2005:

- O número de explorações agrícolas reduziu-se para cerca de metade (-46%), mas a dimensão média das explorações aumentou de 6,7 para 11,4 hectares de SAU (+70%);
- A dimensão económica média das explorações agrícolas aumentou de 4 650 para 8 326 euros;
- Em 2005, apenas 7% dos produtores agrícolas obtiveram o seu rendimento exclusivamente da exploração agrícola (11% em 1989);
- Os produtores agrícolas com 65 e mais anos aumentaram de 29% para 47%.

As Produções Vegetais

Entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06:

- A área de cereais para grão diminuiu para menos de metade (de 902 mil para 438 mil hectares);
- A produção de tomate para a indústria quase duplicou (de 532 mil para 1 006 mil toneladas);
- A produção de laranja aumentou 94%;
- A produção de vinho diminuiu de 9 105 mil para 7 049 mil hectolitros (-22,6%).

As Produções Animais

Entre 1980 e 2006:

- A produção de carne de suíno mais do que duplicou (+110%);
- A produção de carne de frango aumentou de 172 mil para 294 mil toneladas (+71%);
- A produção de leite de vaca mais do que duplicou (+105%);
- A produção de queijo aumentou 77%.

ABSTRACT

This publication presents a selection of statistical data that describes the evolution of agriculture in Portugal over the last 26 years.

Farm Structure

Main changes over the period 1989-2005:

- The number of agricultural holdings was reduced for about half (-46%), although the average size of the holdings increased from 6.7 to 11.4 hectares (+70%);
- The average economic dimension of agricultural holdings increased from 4 650 to 8 326 euros;
- In 2005, only 7.3% of the holders received their income exclusively from structure holdings (11.1% in 1989);
- Holders with 65 and more years have increased from 29% to 47%.

Vegetable Production

Main changes over the periods 1980-84 and 2002-06:

- Cereals production area decreased for less than half (902 thousand for 438 thousand hectares);
- Tomatoes production for industry almost duplicated from 532 thousand to 1 006 thousand tonnes;
- Orange production increased (+94%);
- Wine production decreased from 9.105 thousand to 7.049 thousand hectolitres (-22.6%).

Animal Production

Main changes over the period 1980 -2006:

- Pig production has more than doubled over the years (+110%);
- Poultry meat production increased from 172 thousand to 294 thousand tonnes (+71%);
- Cow's milk production became twice as much over the period (+105%);
- Cheese production increased 77%.

A Economia Agrícola

Entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06:

- O valor da produção agrícola, a preços correntes, aumentou 246%, mas apenas 12% a preços constantes;
- O Valor Acrescentado Bruto aumentou 225% a preços correntes, mas diminuiu 1% a preços constantes;
- O Rendimento Empresarial Líquido por Unidade de Trabalho Ano aumentou de 227 para 4 800 euros;
- A Formação Bruta de Capital Fixo aumentou 2 vezes e meia;
- O peso do VAB da agricultura no VAB nacional diminuiu de 8,8% para 2,2%.

Os Preços na Agricultura

Entre os triénios 1995-97 e 2003-05:

- O índice de preços de produtos agrícolas no produtor aumentou de 100,7 para 108,3;
- O índice de preços de bens e serviços de consumo corrente na agricultura aumentou de 101,4 para 110,4;
- O índice de preços de máquinas e outros bens de equipamento na agricultura aumentou de 102,7 para 128,5.

O Consumo Alimentar

Entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03:

- A capitação diária de calorias aumentou 20%*;
- Aumentou a capitação diária de proteínas (+34%), de hidratos de carbono (+11%) e de gorduras (+6%)*;
- A capitação bruta anual de leguminosas secas, raízes e tubérculos diminuiu de 142 para 109 kg;
- A capitação bruta anual de frutos duplicou (de 64 para 129 kg);
- A capitação bruta anual de leite e produtos lácteos aumentou de 76 para 125 kg.

* Sem bebidas

Agricultural Economy

Main changes over the periods 1980-84 and 2002-06:

- The value of agricultural production increased 246% (at current prices), but only 12% (at constant prices);
- The Gross value added increased 225% (at current prices), but decreased 1% (at constant prices);
- The net entrepreneurial income per annual work unit (AWU) rose from 227 to 4 800 euros;
- Gross fixed capital formation increased twice and a half;
- The value of agriculture GVA in the national GVA decreased from 8.8% to 2.2%.

Agricultural Prices

Main changes over the periods 1995-97 and 2003-05:

- Price indices of agricultural products at the producer increased from 100.7 to 108.3;
- Price indices of goods and services consumed in agriculture increased from 101.4 to 110.4;
- Price indices of machines and other equipment goods in agriculture increased from 102.7 to 128.5.

Food Consumption

Main changes over the periods 1980-84 and 1990-03:

- The daily calories per capita increased 20%*;
- The daily capitation of proteins (+34%), carbohydrates (+11%) and fat (+6%) has increased*;
- The annual gross capitation of beans, roots and tubercles decreased from 143% to 109%;
- The annual gross capitation of fruits more than duplicated (from 64 to 129 Kg);
- The annual gross capitation of milk and dairy products increased from 76 to 125 kg.

* Without beverages

NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto Nacional de Estatística (INE) produz, desde o início dos anos 80, um vasto conjunto de estatísticas sobre a agricultura, com o objectivo de dar resposta às necessidades de informação nesta área e cumprir as obrigações comunitárias, no âmbito da Política Agrícola Comum.

A informação tem sido disponibilizada nas publicações do INE de carácter geral (por ex: Estatísticas Agrícolas) ou temáticas (por ex: Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas) ao longo dos últimos 26 anos. Considera-se agora oportuno, na sequência da publicação PORTUGAL AGRÍCOLA, editada em 1993, reunir numa nova publicação a informação estatística mais relevante produzida sobre a agricultura, melhorando assim a acessibilidade da informação.

A publicação Portugal Agrícola 1980-2006 apresenta 500 séries estatísticas em quadros, gráficos e cartogramas, estando organizada em sete capítulos: A Agricultura em Portugal, as Explorações Agrícolas, as Produções Vegetais, as Produções Animais, a Economia Agrícola, os Preços na Agricultura e o Consumo Alimentar.

Para proporcionar uma abordagem mais fácil aos utilizadores da informação estatística, recorre-se a análises sumárias, evidenciando as principais evoluções na agricultura portuguesa nos últimos 26 anos.

INTRODUCTION

Statistics Portugal produces, since the beginning of 1980, a wide range of agricultural statistics aiming to respond to statistical information needs, fulfilling the European Union requirements, in the scope of the Common Agricultural Policy.

During the last 26 years, this information has been made available in our general publications (for example, "Agriculture Statistics") or thematic publications (for example "Farm Structure Survey"). Following the publication "Agriculture Statistics in Portugal" issued in 1993, we decided to present in another publication a selection of the most relevant agriculture statistical series, thus contributing to increase the accessibility of these datasets.

"Agriculture Statistics in Portugal" - 1980-2006 presents 500 statistical series, with statistical tables, graphs and maps, which are divided into seven chapters: Agriculture in Portugal, Farm Structures, Vegetable Production, Animal Production, Agriculture Economy, Prices on Agriculture and Food Consumption.

To enable an easier approach for the users of statistics, we include a short analysis that gives an overview of the main trends of the portuguese agriculture over the last 26 years.

Setembro de 2007

September 2007

SINAIS CONVENCIONAIS

x = Dado não disponível

NOTA - Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

SIGLAS

BSE	=	Bovine Spongiform Encephalopathy
CAE	=	Classificação de Actividades Económicas
CEE	=	Comunidade Económica Europeia
CI	=	Consumo Intermédio
DE	=	Dimensão Económica
EU	=	União Europeia
Expl.	=	Exploração
FBCF	=	Formação Bruta de Capital Fixo
g	=	Gramas
Ha	=	Hectare
Ind.	=	Indivíduos
Kg	=	Quilograma
l	=	Litro
MB	=	Margem Bruta
MBP	=	Margem Bruta Padrão
m.g.	=	Matéria gorda
Nº	=	Número
OCM	=	Organização Comum de Mercado
OTE	=	Orientação Técnico-Económica
PAC	=	Política Agrícola Comum
q	=	Quintal
QCA	=	Quadro Comunitário de Apoio
REL	=	Rendimento Empresarial Líquido
RPU	=	Regime de Pagamento Único
SAU	=	Superfície Agrícola Utilizada
UDE	=	Unidade de Dimensão Económica
UTA	=	Unidade de Trabalho Ano
VAB	=	Valor Acrescentado Bruto
EDM	=	Entre Douro e Minho
TM	=	Trás-os-Montes
BL	=	Beira Litoral
BI	=	Beira Interior
RO	=	Ribatejo e Oeste
ALE	=	Alentejo
ALG	=	Algarve

Resumo/Abstract	3
Nota Introdutória/Introduction	6
Sinais convencionais e Siglas	7
Capítulo 1	
A Agricultura em Portugal	11
Capítulo 2	
As Explorações Agrícolas	25
Capítulo 3	
As Produções Vegetais	39
Capítulo 4	
As Produções Animais	69
Capítulo 5	
A Economia Agrícola	83
Capítulo 6	
Os Preços na Agricultura	93
Capítulo 7	
O Consumo Alimentar	101
Capítulo 8	
Conceitos	115



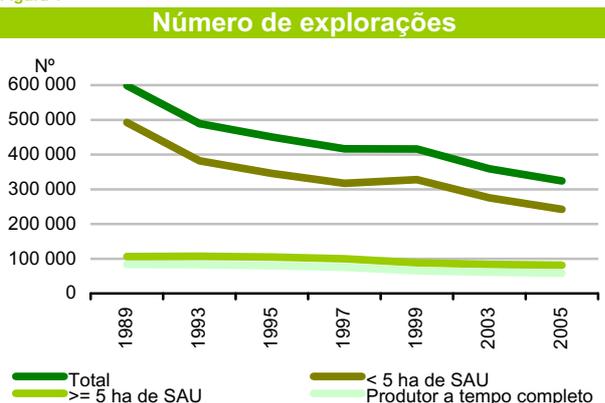
A Agricultura em Portugal

O número de explorações agrícolas era, em 2005, de 323 920, o que, em comparação com 1989, corresponde a diminuir a um ritmo de cerca de 3% ao ano.

A maior quebra ocorreu nas explorações de menor área, com as de menos de 5 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) a diminuírem para metade, enquanto as de 5 e mais hectares se reduziram em cerca de um quarto.

É de assinalar que as explorações em que o produtor agrícola tem uma actividade a tempo completo se reduziram em 46%.

Figura 1

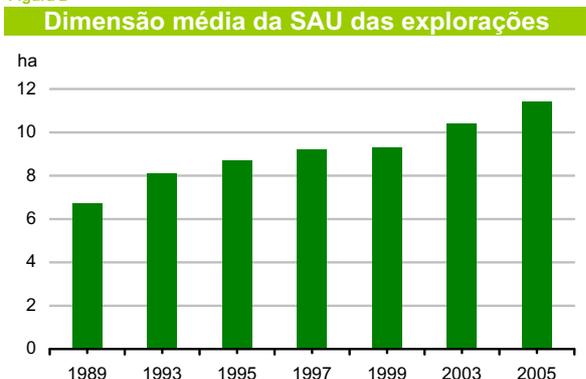


A diminuição do número de explorações deve-se principalmente à sua baixa rentabilidade, à crescente urbanização do território, à dificuldade em atrair os jovens para as zonas rurais, bem como a medidas de política agrícola, que favoreceram o aumento da dimensão das explorações.

A Superfície Agrícola Utilizada também se reduziu entre 1989 e 2005, cerca de 8%, e conseqüentemente, a dimensão média das explorações quase duplicou.

As terras agrícolas são exploradas pelos produtores principalmente em conta própria, embora a área arrendada registre uma expressão significativa nas explorações de maior dimensão ao longo do período em análise.

Figura 2



De facto, nas explorações com menos de 1 hectare, a área arrendada é de apenas 5%, enquanto que nas explorações com 50 e mais hectares atinge os 30%.

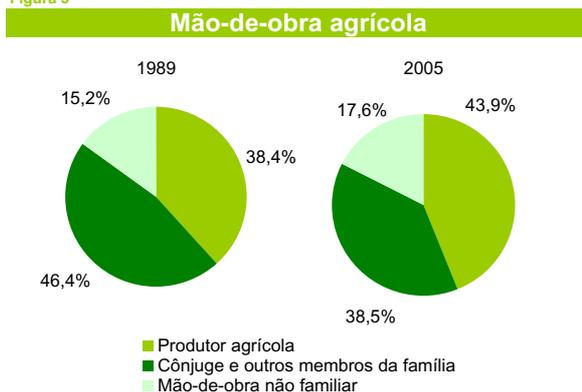
Os produtores agrícolas singulares correspondem na quase totalidade dos agricultores (97,9%) representando, em 2005, 75% da SAU, enquanto que as sociedades, com apenas 1,7% de explorações, detinham 19,4% de SAU.

A reestruturação das explorações com o objectivo de melhorar a sua produtividade, originou não só o aumento do número de sociedades, mas também a quase duplicação da SAU (de 376 mil para 713 mil hectares).

A tendência decrescente do número de explorações foi acompanhada pela redução da mão-de-obra agrícola, familiar e não familiar.

A melhoria das condições de produção agrícola, através do recurso a novos e mais apurados factores e métodos de produção e a mais e melhores equipamentos, permitiu uma redução do número de Unidades de Trabalho Ano (UTA) por exploração, de 1,42 para 1,23 no período em análise.

Figura 3



Também se verificaram alterações no tipo de mão-de-obra utilizada. A maior dimensão das explorações, acompanhada pela especialização das actividades agrícolas, tiveram como resultado um aumento da mão-de-obra não familiar, em UTA, de 15,2% para 17,6% entre 1989 e 2005.

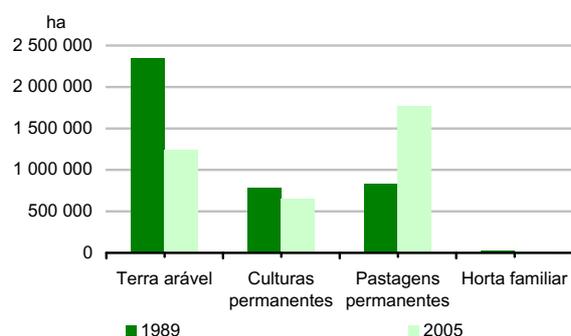
Por outro lado, o envelhecimento da população e a saída dos mais jovens das explorações conduziram a que o peso relativo do trabalho do produtor agrícola no total da mão-de-obra agrícola, também tivesse aumentado (de 38,4% para 43,9%).

Idêntica tendência é observada na mão-de-obra agrícola não familiar, com os trabalhadores permanentes a registarem um aumento do seu peso relativo, ao qual não será alheio o aumento da importância dos sistemas agrícolas intensivos.

Entre 1989 e 2005, verificou-se uma alteração radical na repartição das principais componentes da SAU. Assim, as terras aráveis diminuíram de 59% para 34%, enquanto que as pastagens permanentes mais do que duplicaram (de 21% para 48%).

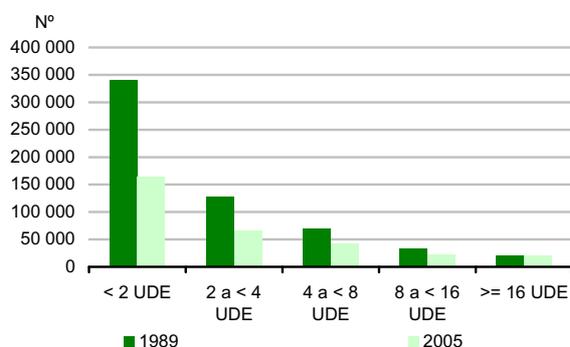
Esta modificação na estrutura das áreas da exploração agrícola teve como principal determinante as políticas agrícolas comunitárias, nomeadamente ao nível das ajudas, que, por um lado, foram tornando menos interessantes para os agricultores as culturas realizadas em terras aráveis e, por outro, privilegiaram a extensificação com atribuição de prémios a sistemas produtivos de reduzido encabeçamento, o que potenciou o aumento de área das pastagens permanentes.

Figura 4
Composição da Superfície Agrícola Utilizada



Uma das características das explorações agrícolas portuguesas é a sua fraca especialização, embora no período em análise seja possível assinalar um progresso relativo. As alterações foram, em grande parte, motivadas pelo impacto que as ajudas comunitárias tiveram nas decisões dos agricultores. Assim, regista-se a perda de importância das orientações indiferenciadas e combinadas, em prol de sistemas mais especializados, como por exemplo a olivicultura, bovinos para gado e carne, horticultura, viticultura e fruticultura.

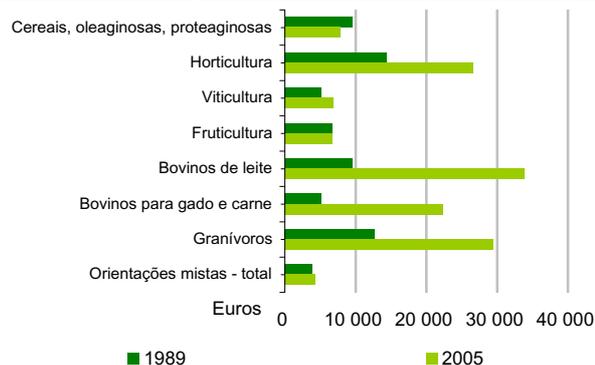
Figura 5
Explorações segundo a dimensão económica



Em 2005, mais de metade das explorações tinham uma dimensão económica inferior a 2 Unidades de Dimensão Económica (UDE) mas, comparativamente a 1989, o peso relativo das explorações com 16 e mais UDE mais do que duplicou, contribuindo para uma melhoria da agricultura enquanto actividade económica.

A evolução da dimensão económica varia em função do tipo de orientação da exploração agrícola, sendo de salientar o aumento da dimensão económica das orientações bovinos para gado e carne e bovinos para leite de 5 125 para 22 395 euros e de 9 465 e 33 779 euros, respectivamente, enquanto que a orientação cereais, oleaginosas e proteaginosas diminuiu de 9 498 para 7 849 euros.

Figura 6
Dimensão económica média das principais orientações técnico-económicas



No período em análise, verifica-se que é cada vez menor o número de produtores agrícolas cujo rendimento provém exclusivamente da exploração agrícola (7,3% em 2005, contra 11,1% em 1989), como resultado, principalmente, do envelhecimento dos produtores agrícolas, determinando um aumento dos rendimentos por via das reformas e pensões.

A origem dos rendimentos do produtor agrícola varia consoante a dimensão económica da exploração. Assim, em 2005, nas explorações com menos de 4 UDE, a percentagem de produtores com rendimento proveniente exclusivamente da exploração era de 14,3%, enquanto que nas explorações de 16 e mais UDE era de 34,0%, podendo concluir-se que é ainda muito elevado o número de explorações cujos rendimentos provenientes da actividade agrícola são claramente insuficientes.

Os produtores agrícolas e as suas famílias são um factor determinante, entre outros, da actividade agrícola.

O nível de instrução e de qualificação dos produtores agrícolas portugueses é baixo, havendo em 2005 ainda 30% que não tinham qualquer grau de instrução, embora se tenha verificado uma melhoria, se compararmos com os quase 50% que existiam em 1989, dos quais metade não sabiam ler nem escrever.

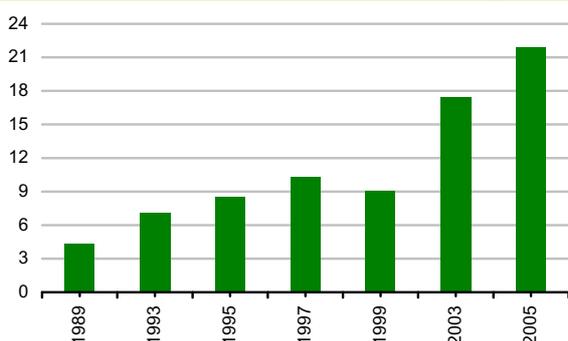
Também na qualificação profissional dos agricultores a situação continua a ser muito crítica. Em 2005 apenas cerca de 10% de produtores agrícolas tinham alguma formação agrícola.

Um dos aspectos mais marcantes dos agricultores portugueses é o seu acentuado envelhecimento, não se tendo verificado a entrada de jovens na actividade agrícola.

O peso relativo dos produtores, com menos de 35 anos, reduziu-se de 6,7% para 2,2% no período em análise. No entanto, o envelhecimento dos agricultores é ainda melhor demonstrado através do índice de envelhecimento, relação entre os produtores com 65 e mais anos e com menos de 35 anos, que aumentou de 4,3 para 21,9 entre 1989 e 2005. Este é, seguramente, um dos factores que tem dificultado a modernização da agricultura portuguesa.

Figura 7

Índice de envelhecimento do produtor agrícola



Esta situação poderá vir a inverter-se no futuro, atendendo a que um dos objectivos do Plano de Desenvolvimento Rural consiste no rejuvenescimento do sector agrícola. Com efeito, existem fundos comunitários para promover a melhoria das condições de acesso à actividade agrícola pela população jovem, e também para apoiar a formação especializada, quer por parte de entidades qualificadas, quer integradas em projectos de investimento específicos.

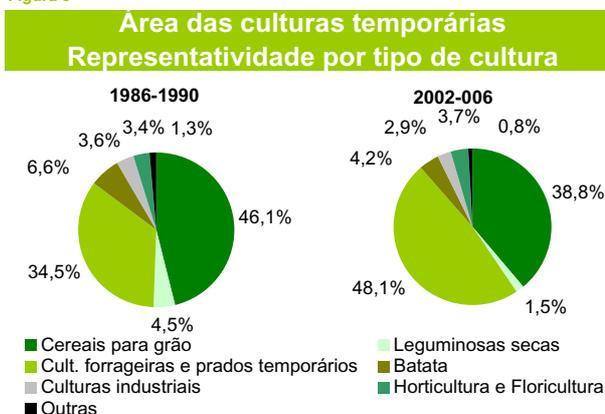
A Política Agrícola Comum (PAC) que, após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, foi gradualmente sendo aplicada no nosso país, teve como consequência uma melhoria das condições de produção agrícola, com investimentos que propiciaram a introdução de novas técnicas de produção e o aumento da mecanização da agricultura, provocando, igualmente, alterações estruturais nas explorações agrícolas e na evolução das culturas praticadas no país. Os agricultores passaram a optar por sistemas extensivos, menos exigentes em trabalho e factores de produção.

Nas culturas temporárias, as alterações provocadas pela PAC são bem evidentes.

Entre os quinquénios 1986-90 e 2002-06 todas as áreas de culturas temporárias diminuíram, sendo em 2005 a área ocupada por estas culturas cerca de 1 milhão de hectares, uma quebra de 45% relativamente a 1986.

No início da década de 80, os cereais para grão representavam cerca de 60% da área das culturas temporárias, tendo o seu peso relativo diminuído para 46,1% e 38,8% em 1986-90 e 2002-06, respectivamente. Entre estes quinquénios só as culturas forrageiras e prados temporários aumentaram o seu peso relativo (de 34,5% para 48,1%).

Figura 8



Neste período as leguminosas secas e a batata foram as culturas temporárias em que a área mais diminuiu. As principais causas foram o desaparecimento das pequenas explorações onde eram cultivadas, a estabilização da produtividade por hectare, bem como a modificação dos hábitos alimentares dos portugueses, ligada à melhoria das condições económicas e a uma oferta crescente e variada de outros produtos alimentares. Outro factor que também pode ter contribuído para a redução foi a inexistência de ajudas comunitárias.

As ajudas comunitárias às culturas para a indústria influenciaram fortemente as decisões dos agricultores. Um exemplo claro é a evolução das áreas da cultura do girassol. Com alguma tradição no país, no início do período (em média 27 848 hectares em 1980-84), a área aumentou consideravelmente com a introdução de ajudas à produção, para diminuir logo que as ajudas cessaram ou deixaram de se tornar atractivas.

A instalação, em 1993, também com ajudas comunitárias, de uma fábrica de transformação de açúcar, garantindo preços compensadores aos agricultores, levou à introdução da cultura da beterraba sacarina no Continente, tendo-se atingido uma área média e uma produção média no quinquénio 2002-06 de 7 558 hectares e 535 897 toneladas, respectivamente.

No período em análise, o tomate para a indústria impôs-se como uma cultura de sucesso, com grande aumento da produtividade por hectare, o que permitiu que, apesar da redução de área, tivesse atingido uma média anual de produção, no quinquénio 2002-06, de cerca de 1 milhão de toneladas. As ajudas à produção foram um factor relevante para o desenvolvimento desta cultura.

A partir da reforma da PAC de 1992, com a diminuição dos preços pagos pelos produtos e a introdução de ajudas directas aos agricultores, acentuou-se a tendência decrescente das áreas cultivadas de culturas temporárias.

No caso dos cereais, nem todos evoluíram da mesma forma, quer em termos de área, quer de produção. Assim, os cereais cujo preço de mercado era menos compensador para o agricultor, apesar das ajudas directas às áreas ou às produções, ou que não viram aumentar a sua produtividade por hectare, tiveram reduções significativas. São os casos da aveia e do centeio.

Figura 9

Área dos principais cereais para grão

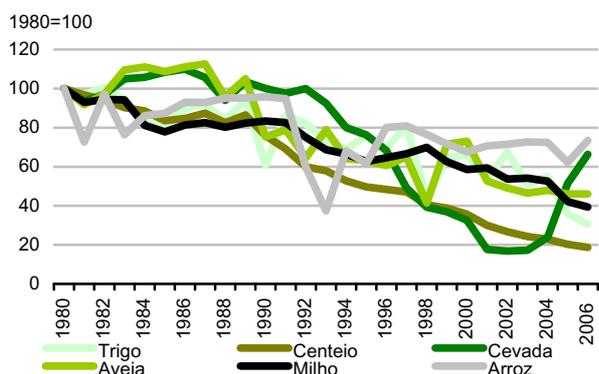
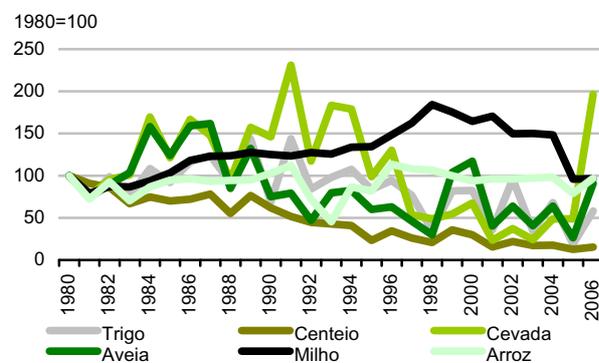


Figura 10

Produção dos principais cereais para grão



A área de milho, também se reduziu fortemente, em consequência do desaparecimento das pequenas explorações agrícolas e do facto de ter deixado de ser cultivado em associação com o feijão. Mas a evolução tecnológica, o acompanhamento técnico mais eficaz e a introdução de variedades de milho híbrido contribuíram para o aumento dos rendimentos unitários, pelo que apesar da diminuição de área se verificou um aumento da produção.

A adesão à CEE foi considerada pelos agricultores como uma oportunidade de desenvolvimento para as culturas mediterrânicas – pomares, olival e vinha, devido às condições proporcionadas pela abertura dos mercados externos.

A sua evolução ao longo dos anos foi fundamentalmente orientada pela percepção dos agricultores quanto à obtenção de rendimentos compensadores no mercado.

Por esse motivo, a partir da adesão, verificou-se um aumento de área das principais espécies frutícolas cultivadas no país (macieira, pereira, pessegueiro e laranjeira). No entanto, as perspectivas optimistas dos agricultores quanto aos rendimentos não se vieram a confirmar ao longo dos anos, devido essencialmente à concorrência estrangeira que praticava preços mais competitivos, mas também porque a produção, apesar de sucessivas reestruturações, se continuou a fazer em explorações de pequena dimensão e com baixa produtividade.

Assim, as áreas das espécies frutícolas acabaram por se reduzir, sendo em 2006, com excepção da laranjeira, inferiores às de 1990. A maior diminuição de área, entre 1990 e 2006, verificou-se no pessegueiro (-65%), em virtude dos arranques desta espécie devido à má escolha das variedades plantadas, que tiveram problemas de adaptação ao clima do nosso país.

Figura 11

Área das principais espécies de frutos

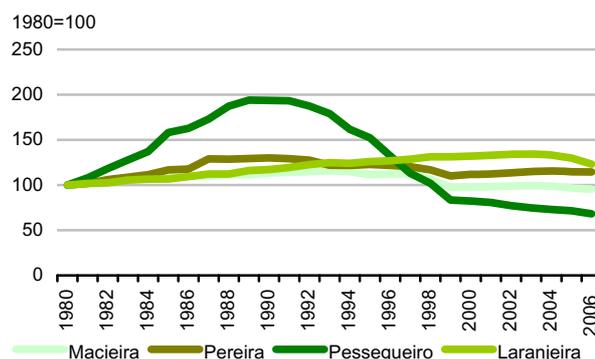
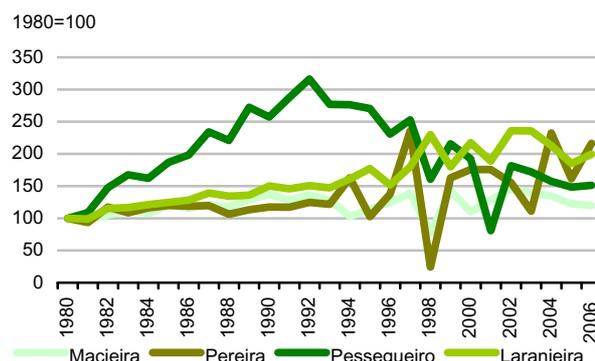


Figura 12

Produção das principais espécies de frutos



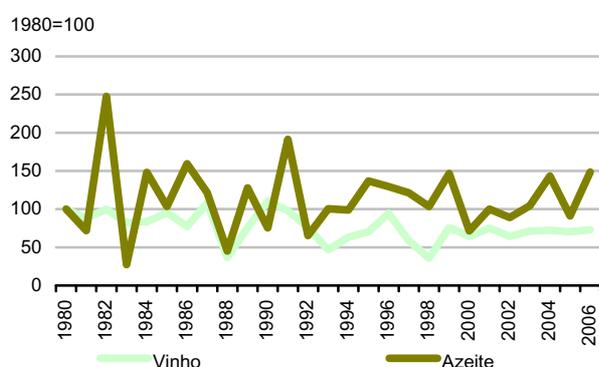
Nos últimos anos, algumas espécies frutícolas tiveram evoluções muito positivas, como por exemplo, a cerejeira e o castanheiro devido à crescente capacidade de organização dos produtores para colocar a produção obtida no mercado nacional e internacional, através do recurso à certificação de qualidade dos produtos.

A vinha é uma das culturas que regista maior transformação no período em análise, em resultado de uma profunda reestruturação do sector. As restrições impostas pela Organização Comum do Mercado (OCM) do vinho à plantação de novas áreas de vinha, o prémio ao arranque e as dificuldades de escoamento da produção vinícola tiveram impacto nesta cultura. Assim, desde 1980 que a área de vinha e a produção de vinho estão a diminuir, com a área a reduzir-se em cerca de 30% e a produção a descer cerca de 20%.

Porém, a melhoria da dimensão média das explorações, que levou à quase duplicação da área média de vinha por exploração (0,66 para 1,1 hectares), bem como o aumento do grau de exigência do consumidor têm contribuído para uma melhoria da produtividade no sector vitícola.

Figura 13

Produção de vinho e Produção de azeite



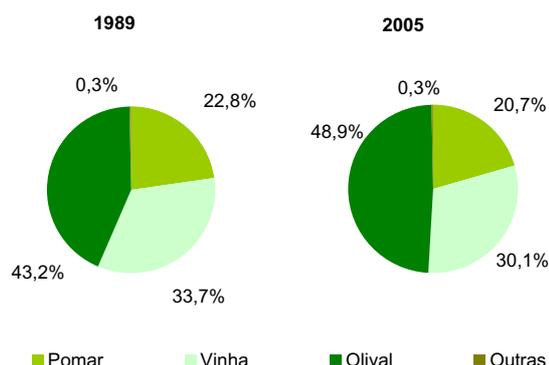
O olival é uma das principais culturas permanentes em Portugal. Manteve-se, durante o período em análise, como uma cultura interessante para os agricultores, dado que as ajudas comunitárias permitiram colmatar o decréscimo de produtividade motivado pelo envelhecimento dos olivais e pelos elevados custos da apanha de azeitona, devido à sua fraca mecanização.

No entanto, nos últimos anos, a mecanização da colheita e a renovação de alguns olivais, a plantação de olivais intensivos e superintensivos, bem como a modernização dos lagares a certificação de marcas de azeite e a redescoberta do azeite por parte dos consumidores, conduziram a um renovado interesse dos agricultores por esta cultura, embora ainda sem reflexos muito visíveis ao nível da produção de azeite.

As alterações verificadas nas culturas permanentes, no período em análise, determinaram a diminuição do peso relativo das áreas de pomar e de vinha, de 22,8% para 20,7% e de 33,7% para 30,1%, respectivamente.

Figura 14

Área de culturas permanentes representatividade por tipo de cultura



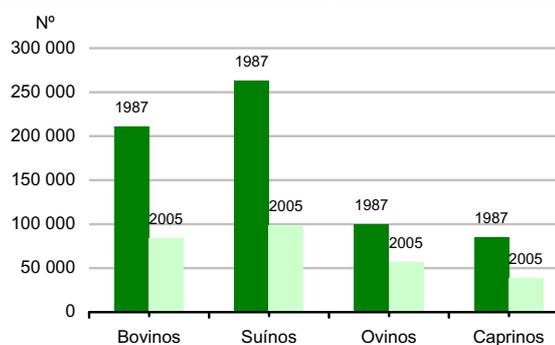
Na área da produção animal também ocorreram alterações relevantes desde 1980 e, mais uma vez, a contribuição da política agrícola comunitária foi decisiva, apesar de outros factores também terem tido impacto, nomeadamente a diminuição do número de explorações agrícolas e as condições mais exigentes para produção animal, determinadas pela legislação relativa à segurança alimentar e à rastreabilidade dos produtos.

Um aspecto comum a todo o efectivo animal foi a forte quebra no número de explorações.

Entre 1987 e 2005, as explorações com bovinos e suínos diminuíram 60% e 62%, respectivamente, enquanto que as explorações com ovinos e caprinos tiveram decréscimos de 43% e 54% (entre 1993 e 2005).

Figura 15

Número de explorações com Bovinos, Suínos, Ovinos e Caprinos



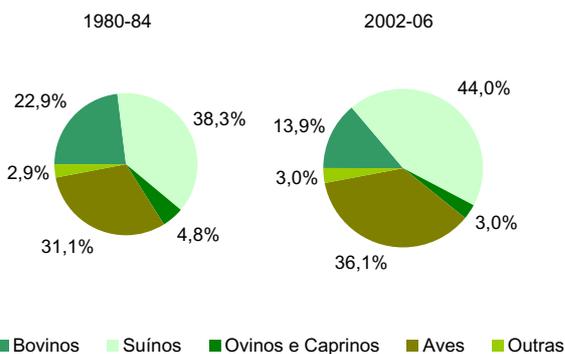
Apesar da redução do número de explorações, os efectivos bovino e ovino aumentaram, resultando num acréscimo da dimensão média do efectivo por exploração.

No caso dos bovinos, uma das alterações mais importantes decorreu da introdução de prémios aos bovinos de carne, o que fez desviar os agricultores da produção de leite de vaca para a produção de carne de bovino. Assim, enquanto o número de vacas leiteiras, diminuiu 24%, o número de vacas para produção de carne aumentou 5%. Também como reflexo dos prémios dados aos detentores de ovinos, este efectivo aumentou 18% entre 1987 e 2005. Para os caprinos, apesar dos prémios atribuídos, o decréscimo do efectivo resultou do facto desta carne não ter conseguido uma boa implantação no mercado nacional.

A actividade da suinicultura tem sido sempre caracterizada por duas realidades: por um lado, o elevado número de explorações com um reduzido número de animais, principalmente para consumo (e auto-consumo) nas zonas rurais; por outro, uma actividade empresarial muito desenvolvida que, em 2005, nas explorações com 50 e mais animais, concentrava 86% do efectivo (65% em 1987).

Figura 16

Produção de carne representatividade por espécie animal

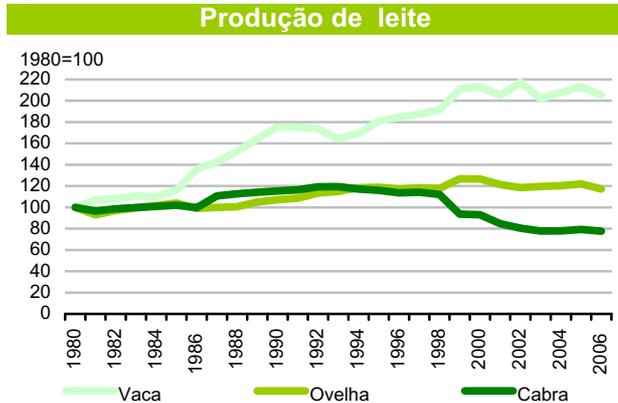


A produção de carne de suíno duplicou no período em análise, aumentando o seu peso relativo no total de carnes, de 38,3% para 44,0% entre 1980-84 e 2002-06, enquanto que a produção de carne de bovino diminuiu o seu peso de 22,9% para 13,9%. Embora a recuperar nos últimos anos, a produção de carne de bovino foi muito afectada pela crise da BSE na União Europeia (UE) e também pela preferência dos consumidores por carnes com preços menos elevados, como as de porco e de aves, tendo a produção de carne de aves aumentado 82% no período em análise.

Apesar da mudança verificada nas explorações com bovinos, da actividade de leite para produção de carne, com uma diminuição quer do número de explorações, quer do efectivo de vacas leiteiras, a produção de leite de vaca teve um aumento de 86% entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06. Esta evolução pode ser explicada pela reestruturação das explorações leiteiras, com a forte diminuição do efectivo nas explorações com um número reduzido de animais, com o recurso a animais mais produtivos e às melhorias no maneio do efectivo, incluindo a ordenha mecânica das vacas.

A produção de leite de ovelha também aumentou, dada a sua utilização na produção de queijo, a qual teve um acréscimo de 22% neste período. Contudo, é importante assinalar que a produção de queijo de vaca mais do que duplicou entre 1980-84 e 2002-06, principalmente como resultado do desenvolvimento do sector agro-industrial do leite, devido quer à reestruturação e modernização das empresas existentes, quer à entrada de novas empresas.

Figura 17

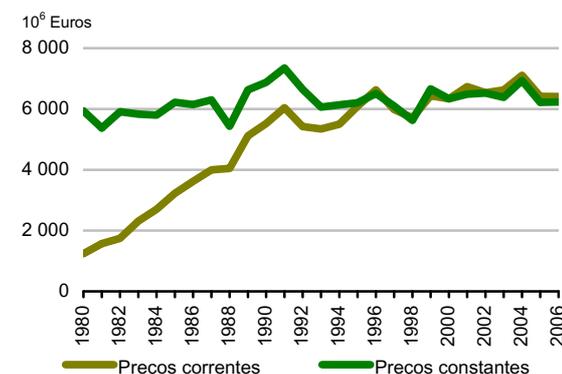


Todos os derivados do leite tiveram acréscimos muito significativos, devido à introdução de novos produtos lácteos, e a uma maior apetência dos consumidores por este tipo de alimento. A melhoria das condições de vida também contribuiu para impulsionar o seu consumo.

Entre os outros produtos lácteos, destaca-se o aumento da produção de iogurtes e outros leites acidificados (+76%, no período em análise).

Figura 18

Produção do Ramo Agrícola a preços de base



Entre 1980 e 2006, a produção agrícola nacional teve um crescimento reduzido, em volume. Comparando o valor médio entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06, o aumento foi apenas de 11,9%, com decréscimo da produção vegetal (-3,9%) e acréscimo da produção animal (+46,4%).

Ao longo do período em análise registaram-se, contudo, grandes variações anuais. Estas oscilações, em volume, foram fundamentalmente resultantes da irregularidade da produção vegetal, dado que a produção animal manteve uma certa estabilidade durante todo o período.

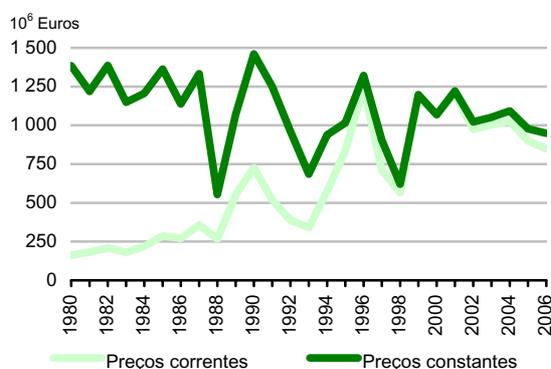
A estrutura da produção agrícola, em volume, modificou-se no período em análise, verificando-se que, entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06, o peso relativo da produção animal aumentou de 28,9% para 37,8%, enquanto o da produção vegetal diminuiu de 68,2% para 58,6%. No entanto, em valor, ambas as produções mantiveram o seu peso relativo praticamente inalterado, o que evidencia que o aumento dos preços de base (que incluem os subsídios aos produtos) foi determinante na evolução da produção vegetal.

Na análise comparativa da estrutura da produção vegetal, em volume, entre 1980-84 e 2002-06, não se verificaram alterações significativas.

Pelo contrário, em valor, destaca-se o aumento do peso relativo do vinho (de 16,5% para 24,8%), em detrimento do azeite (de 7,8% para 2,4%), dos cereais (10,3% para 7,7%) e dos frutos (de 25,3% para 21,9%).

Figura 19

Produção de Vinho a preços de base



A produção de vinho registou uma tendência de decréscimo desde 1980, em volume, enquanto apresenta um crescimento acentuado, em valor. Esta disparidade evolutiva explica-se pela substituição do Vinho de Mesa por Vinho de Qualidade, com preços mais elevados.

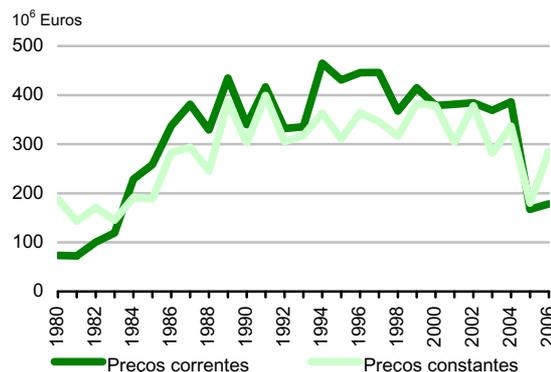
As ajudas comunitárias foram determinantes na evolução de algumas culturas, nomeadamente nos Cereais e Culturas Industriais. Nos primeiros destaca-se o forte crescimento dos preços de base nos períodos 1984-91 e 1994-97, em resultado dos subsídios atribuídos.

Nas culturas industriais (inexpressivas no início da década de 80) destacam-se o tabaco e o girassol, com um grande incremento no valor de produção após a adesão em 1986, dados os elevados subsídios, observando-se, contudo, decréscimos pronunciados nos últimos anos. De destacar também o aumento do valor de produção da beterraba sacarina, em virtude do interesse da indústria de transformação de açúcar.

Quanto aos cereais verificou-se, em 2005, uma forte quebra no valor da produção, em virtude da seca extrema, mas também do início da vigência do Regime de Pagamento Único (RPU), com influência igualmente no valor de produção de 2006.

Figura 20

Produção de Cereais a preços de base



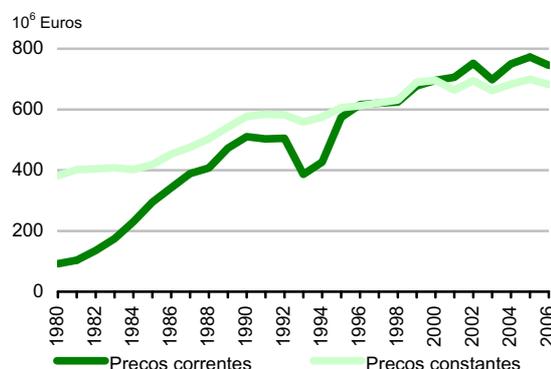
A perda de importância relativa do valor da produção de azeite, no período em análise, prende-se, fundamentalmente, com o abandono de algumas áreas relativas a explorações agrícolas de pequena dimensão e com o facto de, apesar das novas plantações, o olival português ainda se encontrar em fase de renovação.

Na evolução da estrutura da produção animal, em volume, destaca-se no período em análise o aumento do peso relativo dos suínos (18,4% para 23,0%), aves (10,3% para 13,2%) e leite (24% para 28,1%), em detrimento do dos bovinos (21,2% para 20,1%). Em valor, é de salientar, que a representatividade do leite passou de 20,8% para 30,5%, tendo-se observado uma quebra na importância relativa da generalidade das restantes rubricas da produção animal.

A produção de leite, em volume e valor, teve um importante acréscimo desde 1980, em consequência do aumento de produtividade das vacas leiteiras, proporcionado pelo melhoramento genético e pela inseminação artificial. A quota leiteira atribuída a Portugal foi ultrapassada na campanha de 2002-03, pelo que houve uma posterior diminuição da produção, para os agricultores evitarem nova ultrapassagem de quota.

Figura 21

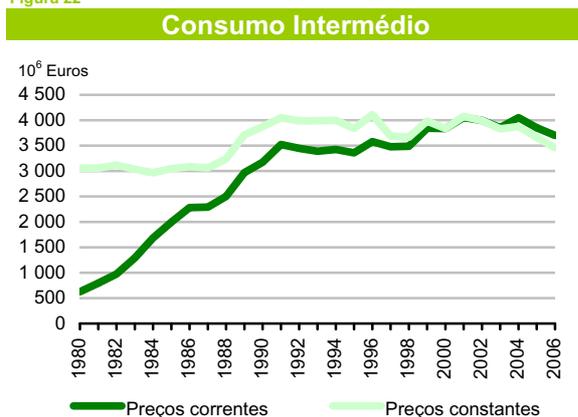
Produção de Leite a preços de base



Em oposição, a produção de Bovinos perdeu importância relativa na estrutura de produção animal, em volume e valor. Esta evolução é explicável, entre outros factores, pela ocorrência da BSE, com especial incidência em 2002, em Portugal, originando uma crise de consumo de carne de bovino, e a sua substituição por outro tipo de carnes, como as Aves e os Suínos.

Tal como a produção agrícola, o Consumo Intermédio teve, no período em análise, uma evolução nominal crescente, embora tenha também registado oscilações anuais, relacionadas com gastos excepcionais da actividade agrícola em anos adversos (por exemplo: repetição de sementeiras, pragas, doenças de animais). No entanto, no caso português, as despesas correntes apresentam uma menor volatilidade, comparativamente à produção. Este aspecto é explicado pela estrutura do consumo intermédio, nomeadamente o grande peso relativo (superior a 40%) dos alimentos para animais na produção animal, tradicionalmente mais estável do que a produção vegetal.

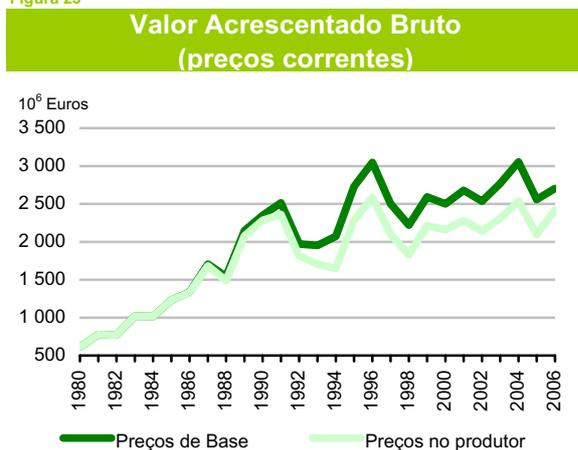
Figura 22



Comparando a evolução de preços da produção e do consumo intermédio, constata-se que os últimos anos têm sido marcados por um aumento de preços das despesas correntes da actividade agrícola, não acompanhado pelo aumento de preços da produção. Estes termos desfavoráveis são explicados, em grande parte, pelo aumento do preço dos bens energéticos, com repercussão nos restantes sectores de actividade.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), a preços correntes, tal como a produção agrícola, apresenta uma tendência de crescimento, entre 1980 e 2006, embora com algumas variações negativas, devido ao impacto de condições meteorológicas adversas na produção vegetal.

Figura 23



No entanto, a evolução do VAB, em volume, foi oposta (-1%), entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06, pelo que os preços de base (que incluem os subsídios aos produtos) foram, deste modo, determinantes na evolução do VAB, em valor.

Efectivamente, os subsídios têm tido um contributo importante para a agricultura portuguesa desde a adesão à CEE, concorrendo quer para o aumento quer para uma maior sustentabilidade do VAB nominal.

A rubrica “subsídios” compreende os “subsídios aos produtos” e “outros subsídios à produção”. Os primeiros encontram-se associados à lógica de apoio à actividade agrícola, reforçada pela reforma da PAC de 1992, que privilegiou as ajudas directas à produção.

Os subsídios aos produtos tiveram um aumento progressivo e assinalável entre o ano da adesão (1986) e o início do 2^o Quadro Comunitário de Apoio (QCA II), em 1994. A reforma intercalar de 2003 avançou com o desligamento das ajudas aos produtos, pelo que se verificou um decréscimo gradual desse tipo de subsídios.

Em 2005, primeiro ano de aplicação do RPU, os “outros subsídios à produção” excederam, pela primeira vez, os “subsídios aos produtos”.

Figura 24



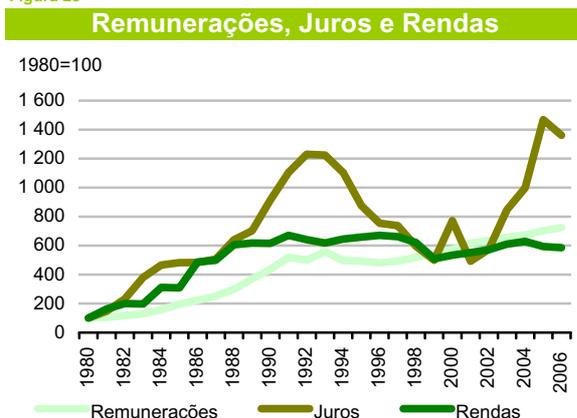
Os cereais e os bovinos foram, no período em análise, os principais destinatários dos subsídios aos produtos, recebendo, em média, mais de 50% do total.

A par do Consumo Intermédio, as Remunerações dos assalariados, os Juros e as Rendimentos a pagar constituem custos adicionais da actividade agrícola. Estas rubricas aumentaram desde 1980, sendo de salientar o impacto da adesão à CEE, nomeadamente nos primeiros anos.

Assim, as Remunerações tiveram, nesse período, os principais aumentos, tendo depois estabilizado, em resultado, fundamentalmente, da diminuição do volume de mão-de-obra agrícola assalariado (VMOA). Os Juros pagos pelos agricultores são determinados pela taxa de juro e pelo volume de crédito concedido, pelo que, nos anos a seguir à adesão, foi visível o aumento desta rubrica, em virtude dos investimentos realizados. Pelo contrário, após a integração de Portugal ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu

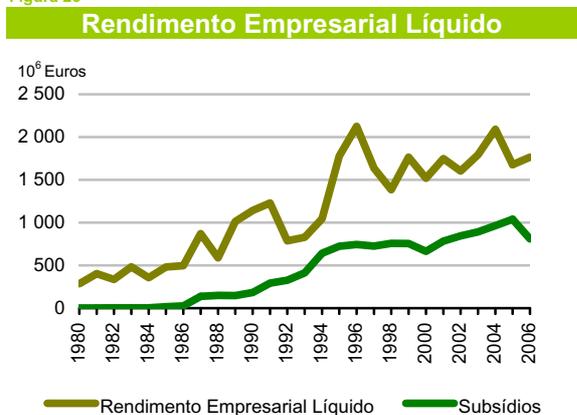
(1992) os juros a pagar baixaram, em virtude da redução das taxas de juro. As Rendas pagas pelos agricultores estabilizaram após a adesão à CEE.

Figura 25



O Rendimento Empresarial Líquido (REL) mede a remuneração líquida do conjunto dos factores primários de produção que são propriedade do produtor agrícola. Apesar das oscilações anuais devidas às condicionantes climáticas, este agregado apresenta uma tendência crescente, destacando-se o forte aumento após a entrada de Portugal na CEE. Se analisarmos o REL conjuntamente com os subsídios à agricultura, constata-se que estes constituem um factor importante da sustentabilidade desta actividade económica, que se reflecte na maior estabilidade dos rendimentos unitários e no atenuar do impacto dos maus anos agrícolas.

Figura 26



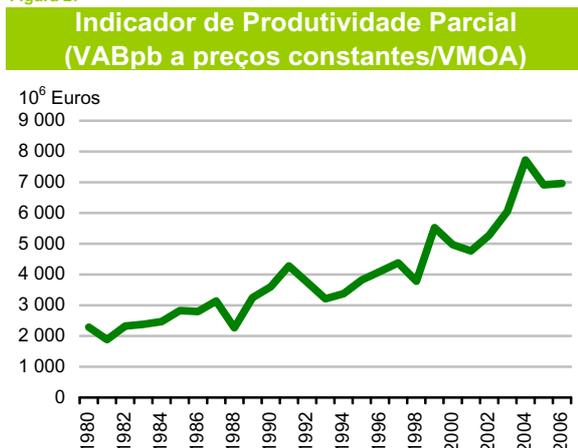
O “indicador de produtividade parcial” (VAB a preços constantes/volume de mão-de-obra agrícola) constitui uma medida de desempenho da actividade agrícola.

Entre 1980 e 2006, observa-se uma clara tendência de crescimento deste indicador, para o que contribuiu especialmente o decréscimo VMOA. Esta diminuição constitui um reflexo das alterações observadas na estrutura das explorações agrícolas, nomeadamente a mecanização e a diminuição de número de explorações.

O investimento é um factor decisivo para a melhoria das condições de produção da actividade agrícola e conseqüente aumento da sua produtividade e rentabilidade. No período em análise, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma tendência de

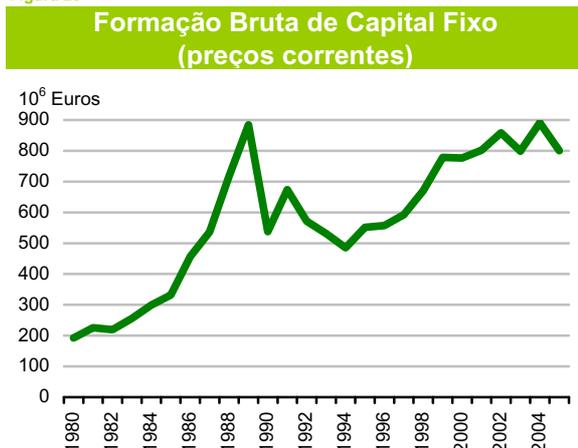
crescimento, principalmente nos primeiros anos a seguir à adesão à CEE, como reflexo das expectativas dos agricultores e das taxas de juro mais baixas.

Figura 27



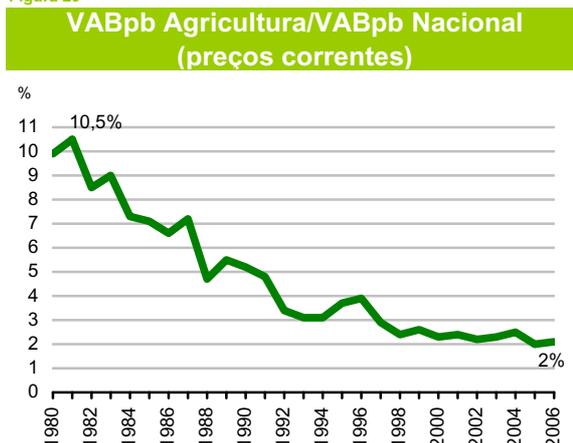
Após um decréscimo do investimento nos anos 90, o arranque do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) originou novo incremento, embora não tão acentuado como nos primeiros anos da adesão. O investimento foi fundamentalmente orientado para os equipamentos e infra-estruturas, contribuindo para a modernização das explorações agrícolas.

Figura 28



Durante o período em análise, a actividade agrícola evoluiu a um ritmo inferior ao da economia nacional, verificando-se um progressivo decréscimo do peso do VAB da agricultura no VAB nacional, sendo de apenas 2% em 2006, em contraste com os 10,5% de 1980.

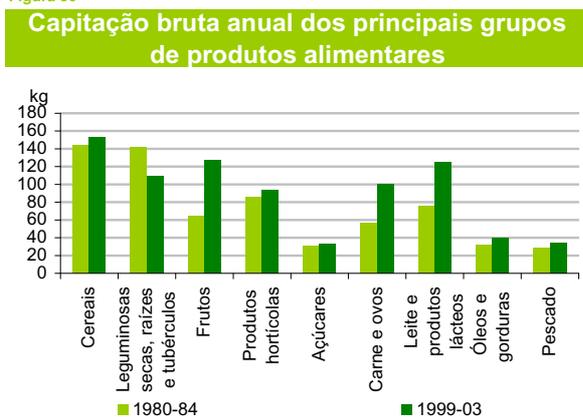
Figura 29



Os hábitos alimentares dos portugueses alteraram-se bastante entre 1980 e 2003, devido a múltiplos factores, dos quais se salientam a melhoria do nível de vida da população portuguesa, a maior preocupação com uma alimentação equilibrada, a melhor informação sobre os produtos alimentares e um acesso mais fácil aos mesmos com a abertura dos mercados.

A modernização e a inovação da indústria alimentar, com a disponibilização de novos produtos e campanhas activas de promoção desencadeadas pelas empresas dos sectores da indústria e do comércio, incluindo as referentes a uma alimentação mais saudável e equilibrada, tiveram um impacto decisivo na escolha dos produtos alimentares pelos portugueses.

Figura 30



Os produtos alimentares cujo consumo mais aumentou, entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03, em termos de capitação bruta, foram os frutos (+96%), a carne e ovos (+78%) e o leite e produtos lácteos (+64%).

Os cereais aumentaram apenas 6% e as leguminosas secas, raízes e tubérculos diminuíram 23%, principalmente devido ao menor consumo de batata que representa 94% do total deste grupo de alimentos.

A deslocação das populações para os aglomerados urbanos e a melhoria das condições de vida fizeram com que o consumo de batata tivesse sido substituído pelo de arroz, massas alimentícias e produtos hortícolas.

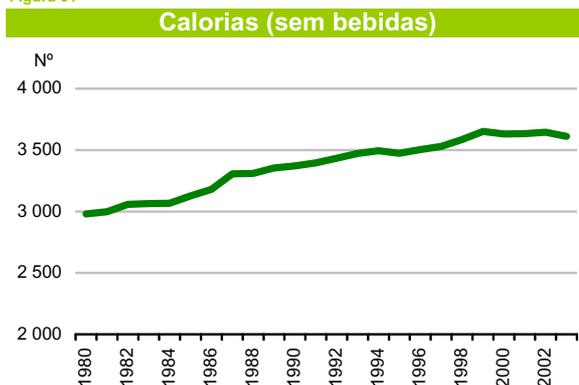
A melhoria das condições económicas, mas sobretudo a maior consciencialização dos portugueses para a necessidade de consumir frutos numa alimentação mais saudável e diversificada, impulsionaram o aumento do seu consumo. Por outro lado, a grande oferta de frutos importados, nos quais se salientam os frutos tropicais, também contribuíram para a evolução registada.

Nas carnes verificou-se uma clara alteração nos padrões de consumo, com uma preferência dos consumidores pelas carnes de suíno e de animais de capoeira, para o que podem ter contribuído os preços mais baixos deste tipo de carnes e a crise da BSE.

O aumento do consumo de leite e produtos lácteos, em especial dos iogurtes e de outros leites acidificados e do queijo, é um dos aspectos mais marcantes na alteração dos hábitos alimentares dos portugueses. A enorme variedade destes produtos e as campanhas de promoção apelativas tiveram um forte impacto sobre os consumidores.

Estas alterações no padrão de consumo dos produtos alimentares tiveram consequências na dieta alimentar dos portugueses, ao nível das calorias e dos macronutrientes.

Figura 31

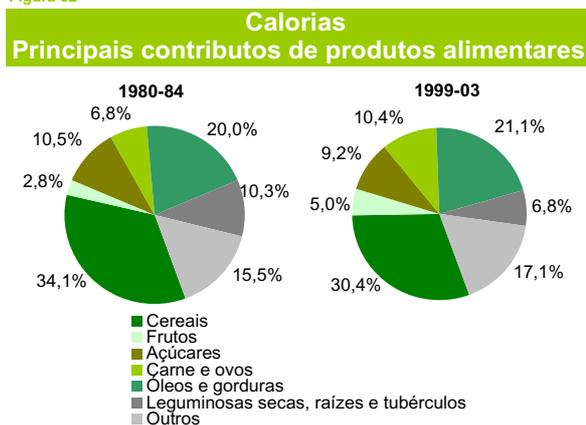


Desde logo, o aumento generalizado do consumo de produtos alimentares traduz-se no acréscimo de 20% nas calorias consumidas (sem bebidas alcoólicas), que aumentaram de 3 032 para 3 642 calorias diárias, entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03.

Embora o aumento do número de calorias tivesse ocorrido desde 1980, é a partir da segunda metade da década de 80 que mais se acentua, mantendo no entanto nos últimos anos uma tendência de estabilização, a que poderão não ser alheias as condições económicas dos consumidores.

O principal fornecedor de calorias são os cereais, embora com uma evolução decrescente no período em análise. O aumento do consumo de frutos, da carne e ovos e do leite e produtos lácteos motivou o incremento do peso relativo destes produtos no total de calorias, sendo de salientar, por exemplo, a quase duplicação da importância relativa dos frutos (2,8% para 5,0%) entre 1980-84 e 1999-03.

Figura 32

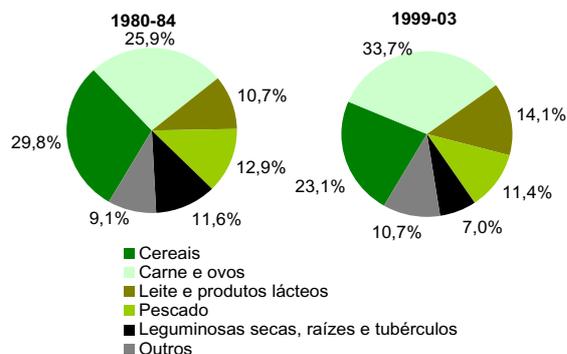


No quinquénio 1999-03, a dieta alimentar (sem bebidas alcoólicas) foi constituída por 63,8% de hidratos de carbono, 19,9% de gorduras e 16,3% de proteínas.

Relativamente a 1980-84, o peso relativo das proteínas aumentou 3,4 pontos percentuais, enquanto que diminuiu 2,1 pontos percentuais nos hidratos de carbono e se manteve estável nas gorduras.

Figura 33

Proteínas Principais contributos de produtos alimentares

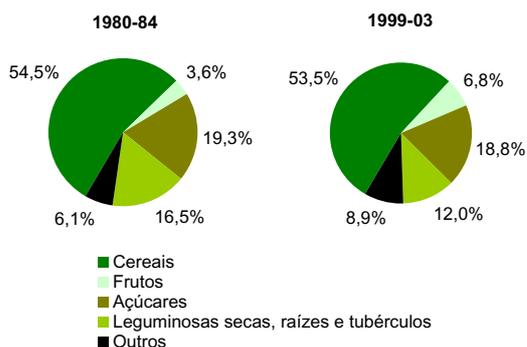


O aumento das proteínas deriva do maior consumo de carne e ovos e de leite e produtos lácteos, cuja capitação média diária aumentou, entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03, de 23,0 para 40,3 gramas e de 9,5 para 16,8 gramas, respectivamente.

As leguminosas secas, raízes e tubérculos foram os produtos agrícolas responsáveis pela diminuição dos hidratos de carbono, embora o aumento do consumo dos frutos tenha contribuído para atenuar a redução do peso relativo dos hidratos de carbono.

Figura 34

Hidratos de carbono Principais contributos de produtos alimentares

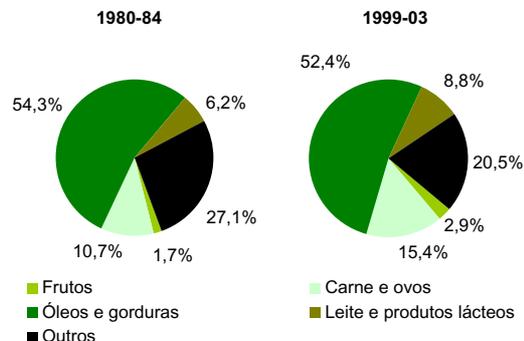


O consumo de gorduras estabilizou no conjunto dos macronutrientes, mas houve alterações no contributo dos principais alimentos. A carne e ovos e o leite e produtos lácteos, tal como nas proteínas, aumentaram o seu peso relativo nas gorduras.

É ainda de salientar a crescente importância do consumo de azeite, que aumentou a sua importância relativa nos óleos e gorduras de 15,3% para 18,2%, correspondendo a um acréscimo de 10,9 para 16,1 gramas diárias de gordura, entre 1980-84 e 1999-03.

Figura 35

Gorduras Principais contributos de produtos alimentares



Um dos aspectos marcantes na alteração dos hábitos alimentares dos portugueses consubstancia-se no consumo das bebidas: Entre 1990 e 2003, o peso relativo das bebidas alcoólicas no total das bebidas reduziu-se de 65% para 42%.

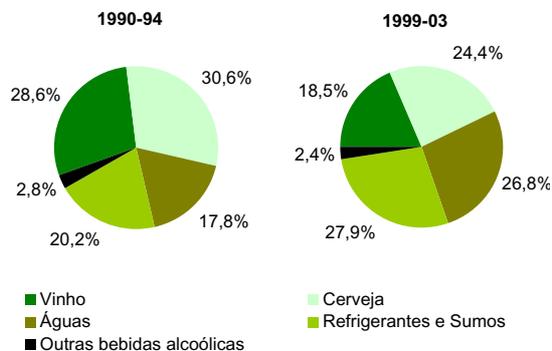
As campanhas contra o abuso do álcool e as penalizações associadas com a condução sobre o efeito do álcool, levaram a um menor consumo das bebidas com maior teor de alcoólico, com a diminuição do consumo "per capita" do vinho (-25%) e de aguardentes a (-41%), entre 1990 e 2005.

Relativamente às bebidas não alcoólicas, entre 1990 e 2003, o maior acréscimo de consumo verificou-se nos sumos e néctares (+196%), embora o seu peso relativo naquelas bebidas seja ainda reduzido (5%).

As águas engarrafadas tiveram, também, um forte incremento (+123%), correspondendo, em 2003, a metade do consumo das bebidas não alcoólicas.

Figura 36

Principais bebidas representatividade da capitação bruta anual



***As
Explorações
Agrícolas***

NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS, SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA E VOLUME DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

Desde 1989 que o número de explorações agrícolas em Portugal vem diminuindo, registando uma quebra de 45,9%, que ocorreu principalmente nas explorações com menos de 5 hectares de Superfície Agrícola Utilizada (SAU). De referir, contudo, que as explorações com 50 e mais hectares de SAU aumentaram 11,7%, representando, em 2005, 3,2% do número total de explorações.

Dado que a SAU, no mesmo período, diminuiu apenas 8,1%, a dimensão média das explorações quase duplicou, passando de 6,7 hectares para 11,4 hectares de SAU.

Esta tendência resulta maioritariamente do efeito estrutural decorrente da diminuição das explorações de menor dimensão que foram, em parte, absorvidas pelas explorações maiores apontando para o emparcelamento gradual da estrutura fundiária.

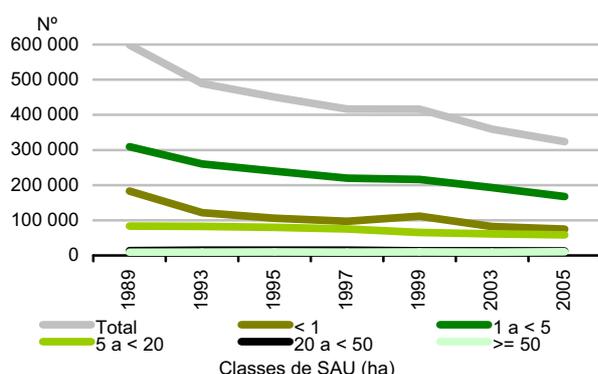
Assim, em 2005, quase 3/4 da SAU pertencia às explorações com 20 e mais hectares, apesar de representarem somente 7,2%, enquanto que as explorações com menos de 5 hectares correspondiam a 3/4 do total das explorações agrícolas, mas apenas a 11,4% da SAU.

No mesmo período, o volume de mão-de-obra agrícola acompanhou a quebra do número de explorações, pelo que o número médio de Unidades de Trabalho Ano (UTA), por exploração, se manteve relativamente estável.

A análise do número de explorações por classes de UTA mostra que, entre 1989 e 2005, em termos relativos, as explorações que utilizaram menos de 0,5 UTA aumentaram de 16,1% para 22,2%, enquanto as com 3 e mais UTA diminuíram de 6,2% para 3,7%, para o que deve ter contribuído a mecanização das explorações de maior dimensão.

Figura 1

Número de explorações por classes de SAU



Quadro 1

Número de explorações e SAU, por classes de SAU

Portugal		Expl.: Nº SAU: ha					
Anos		Classes de SAU					
		Total	< 1	1 a < 5	5 a < 20	20 a < 50	>= 50
1989	Expl.	598 742	183 254	309 145	83 511	13 596	9 236
	SAU	4 005 594	91 833	666 100	761 381	407 243	2 079 315
	SAU/Expl.	6,7	0,5	2,2	9,1	30,0	225,1
1993	Expl.	489 010	121 827	260 275	82 614	14 824	9 470
	SAU	3 949 548	64 633	584 824	766 244	447 777	2 086 070
	SAU/Expl.	8,1	0,5	2,2	9,3	30,2	220,3
1995	Expl.	450 636	105 867	239 743	80 148	15 080	9 798
	SAU	3 924 623	56 565	540 357	748 993	456 553	2 122 155
	SAU/Expl.	8,7	0,5	2,3	9,3	30,3	216,6
1997	Expl.	416 686	97 336	219 721	75 215	14 822	9 592
	SAU	3 822 127	52 132	495 983	699 948	446 012	2 128 052
	SAU/Expl.	9,2	0,5	2,3	9,3	30,1	221,9
1999	Expl.	415 969	111 802	215 987	65 187	13 088	9 905
	SAU	3 863 116	58 457	474 483	611 191	396 278	2 322 831
	SAU/Expl.	9,3	0,5	2,2	9,4	30,3	234,5
2003	Expl.	359 284	82 298	193 090	61 115	13 051	9 729
	SAU	3 725 190	42 887	437 135	576 065	395 074	2 274 029
	SAU/Expl.	10,4	0,5	2,3	9,4	30,3	233,7
2005	Expl.	323 920	74 729	167 592	58 485	12 795	10 318
	SAU	3 679 587	38 875	377 800	548 403	387 031	2 327 478
	SAU/Expl.	11,4	0,5	2,3	9,4	30,2	225,6

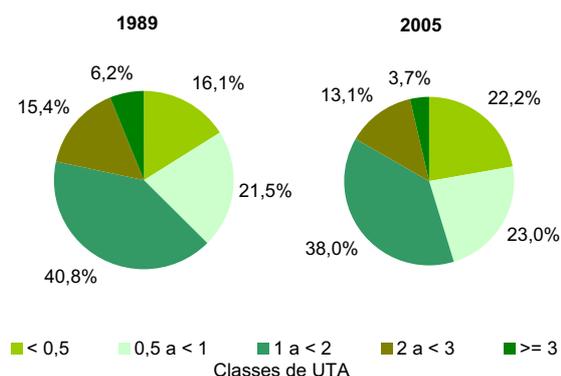
Quadro 2

Número de explorações e UTA, por classes de UTA

Portugal		Expl.: Nº UTA: Nº					
Anos		Total	Classes de UTA				
			< 0,5	0,5 a < 1	1 a < 2	2 a < 3	>= 3
1989	Expl.	598 742	96 511	128 651	244 459	91 963	37 158
	UTA	848 791	27 182	91 292	342 167	211 409	176 741
	UTA/Expl.	1,4	0,3	0,7	1,4	2,3	4,8
1993	Expl.	489 011	96 534	125 476	190 851	55 060	21 090
	UTA	611 502	26 668	87 602	265 242	127 452	104 537
	UTA/Expl.	1,3	0,3	0,7	1,4	2,3	5,0
1995	Expl.	450 636	86 720	107 108	176 575	57 395	22 838
	UTA	587 367	24 122	74 635	247 517	132 219	108 875
	UTA/Expl.	1,3	0,3	0,7	1,4	2,3	4,8
1997	Expl.	416 689	84 960	102 504	160 705	50 451	18 069
	UTA	523 569	23 430	71 616	221 890	115 363	91 269
	UTA/Expl.	1,3	0,3	0,7	1,4	2,3	5,1
1999	Expl.	415 969	86 216	100 566	161 299	50 049	17 839
	UTA	526 145	23 779	70 320	225 102	114 246	92 699
	UTA/Expl.	1,3	0,3	0,7	1,4	2,3	5,2
2003	Expl.	359 284	72 604	84 031	142 950	44 930	14 769
	UTA	457 647	19 965	58 762	199 408	101 447	78 065
	UTA/Expl.	1,3	0,3	0,7	1,4	2,3	5,3
2005	Expl.	323 920	72 072	74 339	123 111	42 388	12 010
	UTA	400 021	19 502	51 284	170 443	95 121	63 671
	UTA/Expl.	1,2	0,3	0,7	1,4	2,2	5,3

Figura 2

Explorações por classes de UTA



DISPERSÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

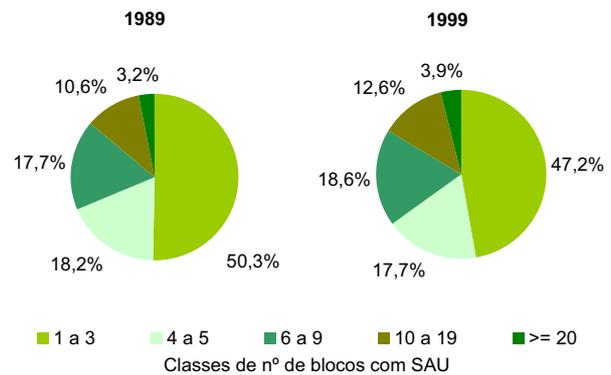
O número médio de blocos com SAU por exploração aumentou de 5,3 para 5,8 blocos entre 1989 e 1999, com a dimensão média de SAU de cada bloco a subir de 1,3 para 1,6 hectares.

Apesar da diminuição das pequenas explorações agrícolas, em 1999, o número de explorações com 1 a 3 blocos de SAU ainda representava 47,2% do total, ligeiramente inferior aos 50,3% em 1989.

Pelo contrário, verificou-se, em termos relativos, entre 1989 e 1999, um reduzido acréscimo, de 3,2% para 3,9%, do número de explorações com 20 e mais blocos de SAU.

Figura 3

Explorações segundo o número de blocos com SAU



Quadro 3

Explorações segundo o número de blocos com SAU

Portugal							Unidade: Nº Expl.
Anos	Classes de número de blocos com SAU						
	Total	1 a 3	4 a 5	6 a 9	10 a 19	>= 20	
1989	594 418	299 003	108 337	105 167	62 967	18 944	
1993	487 675	230 047	96 141	93 046	53 106	15 335	
1995	449 445	205 312	84 163	84 358	56 712	18 900	
1997	415 699	188 631	76 304	78 657	54 727	17 380	
1999	412 612	194 608	73 107	76 720	51 941	16 236	

FORMA DE EXPLORAÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

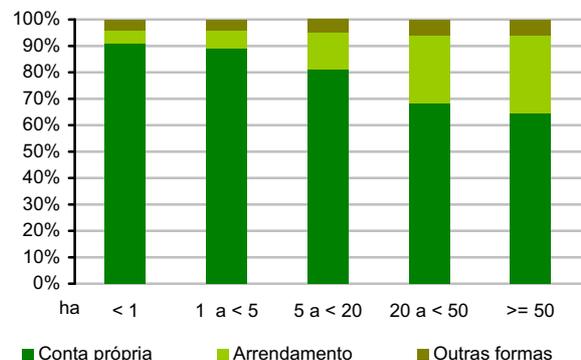
A forma de exploração da SAU apresentou grande estabilidade entre 1989 e 2005, sendo a conta própria a mais representativa (70,3% da SAU em 2005).

A importância do arrendamento está directamente relacionada com a área das explorações agrícolas, sendo maior nas explorações com maior dimensão.

De acordo com os dados relativos a 2005, as explorações arrendadas com menos de 1 hectare de SAU, representavam apenas 5% da área, enquanto nas explorações com 50 e mais hectares SAU a sua importância atingia os 30%.

Figura 4

Forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada, por classes de SAU, em 2005



Quadro 4

Forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada

Portugal								Expl.: nº SAU: ha
Anos	Total de SAU	Conta própria		Arrendamento		Outras formas		
		Nº Expl.	SAU	Nº Expl.	SAU	Nº Expl.	SAU	
1989	4 005 594	540 817	2 761 911	131 318	1 050 917	25 088	192 766	
1993	3 949 548	449 814	2 748 396	101 855	965 938	46 410	235 222	
1995	3 924 623	415 955	2 730 598	90 355	1 054 136	35 724	139 890	
1997	3 822 127	386 378	2 658 869	77 507	1 034 116	36 712	129 142	
1999	3 863 116	387 661	2 797 244	58 108	867 474	40 152	198 421	
2003	3 725 190	334 565	2 632 784	50 402	876 938	33 644	215 467	
2005	3 679 587	302 692	2 588 580	44 237	897 116	25 517	193 891	

Nota: uma exploração agrícola pode ter mais do que uma forma de exploração

COMPOSIÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

Entre 1989 e 2005, diminuíram tanto o número de explorações agrícolas (-45,9%) como a SAU (-8,1%), tendo-se verificado, além disso, uma profunda alteração da sua composição.

As terras aráveis, que representavam 58,6% da SAU em 1989, diminuíram mais de 1 milhão de hectares, contribuindo em 2005 apenas para 1/3 da SAU. Pelo contrário, a área de pastagens permanentes aumentou,

em termos relativos, de 20,9% para 48,1%, devido ao aumento da produção extensiva de herbívoros.

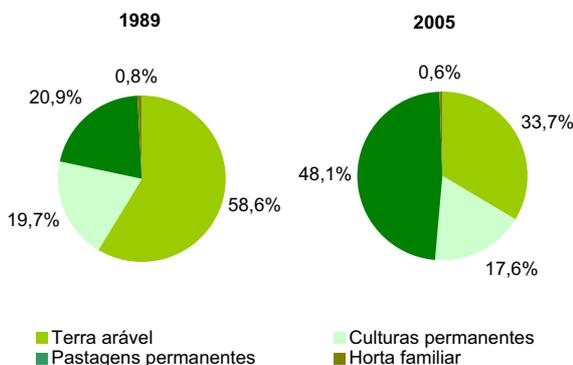
A área de culturas permanentes manteve-se estável em termos de importância relativa na SAU, verificando-se apenas uma ligeira diminuição de 19,7% para 17,6%.

Quadro 5

Composição da Superfície Agrícola Utilizada					
Portugal					
Unidade: ha					
Anos	Total	Terra arável	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Horta familiar
1989	4 005 594	2 345 700	789 452	837 942	32 500
1993	3 949 548	2 304 298	756 883	888 367	30 682
1995	3 924 623	2 153 274	746 976	1 024 373	27 825
1997	3 822 127	2 122 430	707 865	994 832	26 143
1999	3 863 116	1 761 672	595 446	1 389 875	21 615
2003	3 725 190	1 528 307	682 597	1 494 314	19 972
2005	3 679 587	1 240 701	648 863	1 768 616	21 408

Figura 5

Composição da Superfície Agrícola Utilizada



NATUREZA JURÍDICA DO PRODUTOR AGRÍCOLA

Em 2005 os produtores agrícolas singulares (autónomos e empresários) representavam 97,9% do número de explorações agrícolas e 75,1% da SAU, o que, em termos relativos e em comparação com 1989, corresponde a uma ligeira diminuição no número de explorações (-1,2%), mas a uma quebra mais significativa na SAU (-10,6%).

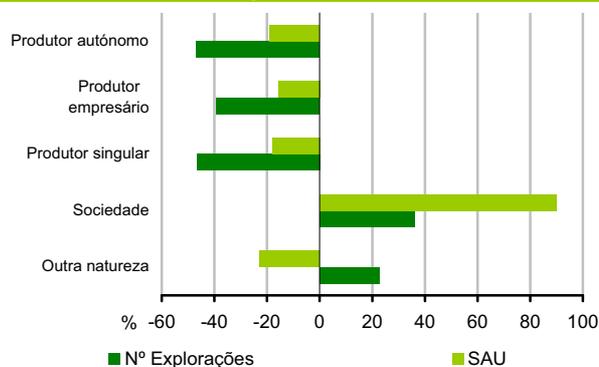
Os produtores singulares autónomos, isto é, aqueles que utilizam exclusiva ou principalmente a mão-de-obra do agregado doméstico, constituem a quase totalidade dos produtores singulares, tendo, no entanto, diminuído de 95,5% para 93,7%, no período em análise.

Embora os produtores singulares empresários, isto é, aqueles que utilizam exclusiva ou principalmente mão-de-obra assalariada, bem como as sociedades, representem apenas uma pequena parte do número de explorações agrícolas, a SAU que ocupam é importante,

sendo que no caso particular das sociedades a SAU aumentou de 9,4% para 19,4%.

Figura 6

Natureza jurídica do produtor agrícola variação 1989-2005



Quadro 6

Natureza jurídica do produtor agrícola							
Portugal							
Expl.: nº SAU: ha							
Anos		Total	Produtor singular			Sociedade	Outra forma
			Total	Autónomo	Empresário		
1989	Expl.	598 742	593 590	571 532	22 058	3 964	1 188
	SAU	4 005 594	3 367 824	2 335 269	1 032 555	375 597	262 294
1993	Expl.	489 010	483 888	466 965	16 923	4 154	968
	SAU	3 949 548	3 350 745	2 372 372	978 373	461 864	136 664
1995	Expl.	450 636	445 186	428 243	16 943	4 536	922
	SAU	3 924 623	3 309 789	2 340 120	969 669	494 050	120 785
1997	Expl.	416 686	410 835	392 738	18 097	4 896	955
	SAU	3 822 127	3 179 260	2 166 646	1 012 614	519 314	123 557
1999	Expl.	415 969	409 308	392 065	17 243	5 503	1 158
	SAU	3 863 116	3 052 446	2 054 736	997 710	666 251	144 514
2003	Expl.	359 283	352 790	341 180	11 610	5 086	1 407
	SAU	3 725 190	2 873 910	2 014 821	859 089	653 454	197 825
2005	Expl.	323 920	317 075	303 665	13 410	5 388	1 457
	SAU	3 679 587	2 764 043	1 893 505	870 538	713 122	202 422

IDADE DO PRODUTOR AGRÍCOLA

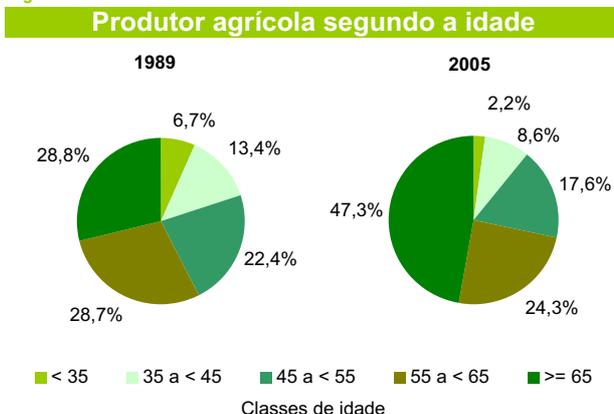
Os produtores agrícolas têm uma idade média avançada, verificando-se um envelhecimento gradual ao longo do período em análise, tendência também observada na população portuguesa. Assim, em 2005, os produtores com 65 e mais anos representavam 47,3%, enquanto que em 1989 eram 28,8%. Pelo contrário, os produtores com menos de 35 anos, que em 1989 representavam 6,7%, passaram em 2005 para apenas 2,2%.

Quadro 7

Produtor agrícola segundo a idade						
Portugal						
Anos	Total	Classes de idade				
		< 35	35 a < 45	45 a < 55	55 a < 65	> 65
1989	593 590	39 656	79 330	133 213	170 257	170 864
1993	483 888	22 805	58 500	99 881	141 231	161 472
1995	445 186	18 514	51 868	88 344	129 470	156 991
1997	410 835	15 053	44 096	80 227	116 491	154 976
1999	409 308	17 023	46 768	79 817	111 102	154 598
2003	352 790	9 412	32 529	63 084	83 916	163 850
2005	317 075	6 855	27 218	55 844	76 989	150 129

Observou-se, entre 1989 e 2005, em todos os grupos etários com menos de 65 anos, uma diminuição do seu peso relativo no total, com os produtores de 35 anos a menos de 45 anos a diminuírem de 13,4% para 8,6% e os de 45 anos a menos de 55 anos, de 22,4% para 17,6%.

Figura 7



NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO PRODUTOR AGRÍCOLA

O nível de instrução dos produtores agrícolas, apesar da melhoria, continua baixo. De facto, em 2005, cerca de 30% dos produtores não tinham qualquer nível de instrução e, destes, 14,2% não sabiam ler e escrever.

No período em análise, verificou-se uma melhoria no nível de escolaridade dos produtores, com a duplicação do peso relativo dos que possuíam o 2º ciclo, que aumentaram, passando de 3,8% para 7,9%.

Descendo a um nível de análise mais fino, constata-se que a percentagem de produtores com o 3º ciclo quase duplicou, de 2,4% para 4,1%. Já os produtores com o nível de ensino secundário e politécnico ou superior, representavam em 2005 apenas 5,7% e 3,3%, respectivamente.

Quadro 8

Produtor agrícola segundo o nível de instrução							
Portugal							
Nível de instrução	1989	1993	1995	1997	1999	2003	2005
Total	593 590	483 888	445 186	410 835	409 308	352 790	317 075
Não sabe ler e escrever	143 761	110 841	93 751	81 311	67 274	54 096	44 972
Sabe ler e escrever	136 156	99 614	88 740	80 067	73 432	61 283	47 822
Ensino básico - 1º Ciclo	266 816	227 666	217 331	203 137	208 480	178 575	168 100
Ensino básico - 2º Ciclo	22 696	23 891	19 968	20 514	27 057	26 116	25 122
Outros níveis de ensino	24 161	21 875	25 390	25 819	33 065	32 720	31 060
Ensino básico - 3º Ciclo	x	x	10 848	11 071	13 744	13 880	13 015
Ensino secundário	x	x	6 640	7 197	8 929	8 735	7 884
Ensino politécnico/superior	6 148	6 872	7 902	7 551	10 392	10 105	10 161

Figura 8

Produtor agrícola segundo o nível de instrução

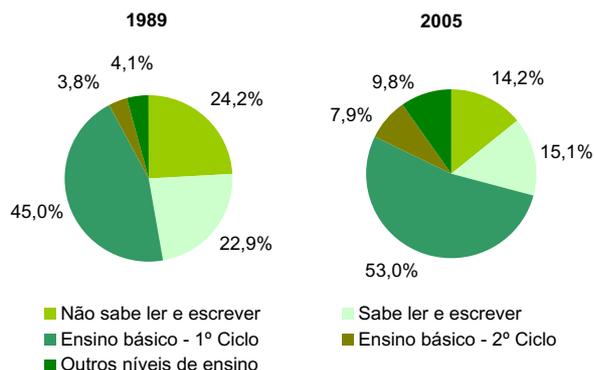
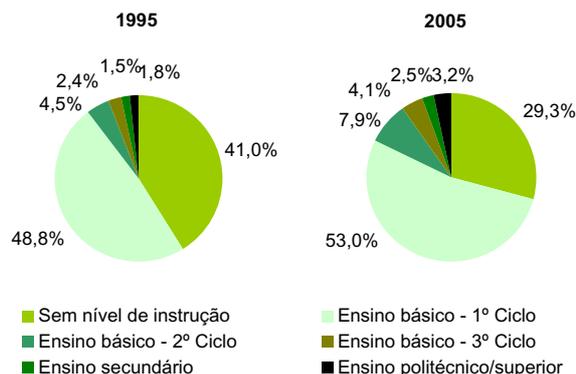


Figura 9

Produtor agrícola segundo o nível de instrução



FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA DO PRODUTOR AGRÍCOLA

Apesar da melhoria verificada nos últimos anos, a qualificação profissional dos produtores agrícolas continua a ser muito deficitária. Com efeito, em 2005, apenas 0,9% dos produtores possuíam uma formação profissional agrícola completa (pelo menos 2 anos de formação agrícola no ensino secundário, politécnico ou superior), enquanto que 89,1% tinham unicamente conhecimentos práticos da agricultura.

A melhoria da qualificação dos produtores agrícolas, no período em análise, deveu-se a acções de formação relativas a cursos de curta e longa duração, dado que, em termos relativos, o número de produtores com esta formação aumentou de 0,9% para 10,0%, com a conseqüente diminuição dos produtores que possuem apenas conhecimentos práticos da agricultura e que em 1989 representavam a quase totalidade (98,8%).

Quadro 9

Produtor agrícola segundo a formação agrícola

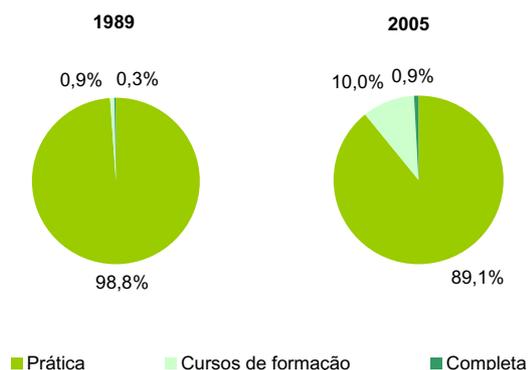
Portugal

Unidade: Nº Ind.

Anos	Total	Prática	Cursos de formação	Completa
1989	593 590	586 704	5 307	1 579
1993	483 888	471 232	11 034	1 599
1995	445 186	431 623	11 881	1 659
1997	410 835	394 347	14 803	1 690
1999	409 308	385 824	20 604	2 880
2003	352 790	322 764	27 182	2 846
2005	317 075	282 414	31 853	2 809

Figura 10

Produtor agrícola segundo a formação agrícola



TEMPO DE ACTIVIDADE DO PRODUTOR AGRÍCOLA NA EXPLORAÇÃO

Constata-se, ao longo do período em análise, uma grande estabilidade na estrutura do tempo de actividade do produtor agrícola. A maior parte dos produtores agrícolas trabalha menos de 50% do tempo completo (48,5% em 2005), enquanto que apenas cerca de 20% faz a tempo completo.

No entanto, em alguns dos anos do período, o peso relativo dos produtores a trabalhar menos de 50% do tempo completo foi maior, ultrapassando mesmo os 50% do total, enquanto que paralelamente se assistia à diminuição relativa dos produtores a trabalhar a tempo completo, em função das necessidades de mão-de-obra agrícola.

Quadro 10

Produtor agrícola segundo o tempo de actividade na exploração

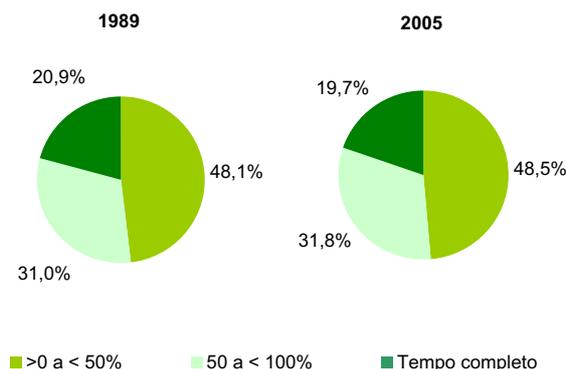
Portugal

Unidade: Nº Ind.

Anos	Total	> 0 a < 50%	50 a < 100%	Tempo completo
1989	593 590	285 854	183 947	123 789
1993	483 888	256 090	157 115	70 690
1995	445 186	225 211	139 964	80 012
1997	410 835	214 890	122 958	72 993
1999	409 308	205 867	136 397	67 044
2003	352 790	172 308	116 869	63 614
2005	317 075	153 895	100 711	62 468

Figura 11

Produtor agrícola segundo o tempo de actividade na exploração



ACTIVIDADE REMUNERADA EXTERIOR À EXPLORAÇÃO DO PRODUTOR AGRÍCOLA

Os produtores agrícolas com uma actividade remunerada exterior à exploração agrícola perderam importância entre 1989 e 2005, passando, em termos relativos, de 38,7% para 25,9%, em consonância com a evolução da economia portuguesa.

Além disso, verificaram-se alterações no tipo de actividade remunerada exercida fora da exploração,

sendo de salientar, neste período, a diminuição no sector primário de 21,1% para 17,1% e o aumento no sector terciário de 48,2% para 53,1%.

Analisando o recurso do produtor a uma actividade remunerada exterior à exploração, em função da idade, constata-se que, em termos relativos, são os mais novos que mais recorrem a actividades remuneradas.

Quadro 11

Produtor agrícola segundo a actividade remunerada exterior à exploração				
Portugal				
Unidade: Nº Ind.				
Anos	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
1989	219 911	46 523	67 444	105 944
1993	168 762	37 521	55 975	75 266
1995	148 442	29 984	45 452	73 006
1997	135 544	30 471	40 736	64 337
1999	123 715	22 159	43 184	58 372
2003	102 628	17 601	34 898	50 130
2005	82 259	14 078	24 496	43 685

Quadro 12

Produtor agrícola com actividade remunerada exterior à exploração, segundo a idade						
Portugal						
Unidade: Nº Ind.						
Anos	Total	Classes de idade				
		< 35	35 a < 45	45 a < 55	55 a < 65	>= 65
1989	219 911	22 267	50 893	73 508	58 634	14 609
1993	168 814	12 234	36 707	55 919	49 250	14 704
1995	148 487	8 932	31 375	48 283	44 886	15 011
1997	135 528	7 364	26 348	45 262	41 290	15 264
1999	123 715	8 461	26 165	43 380	35 379	10 330
2003	102 628	4 508	18 199	34 647	30 668	14 607
2005	82 259	3 702	14 579	30 321	25 830	7 827

Figura 12

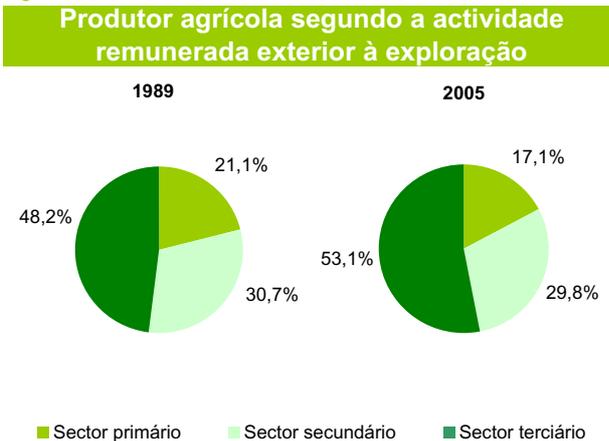
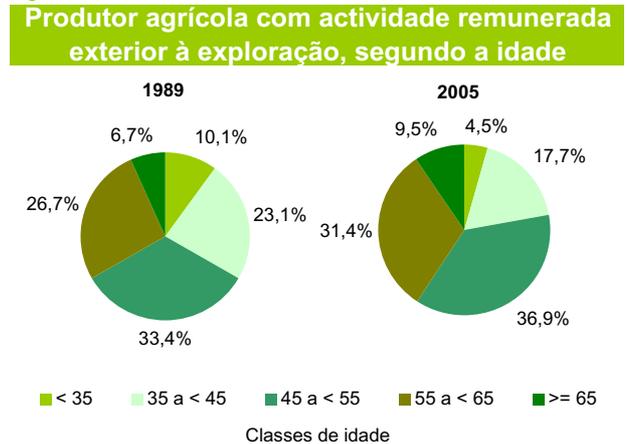


Figura 13



ORIGEM DO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR AGRÍCOLA

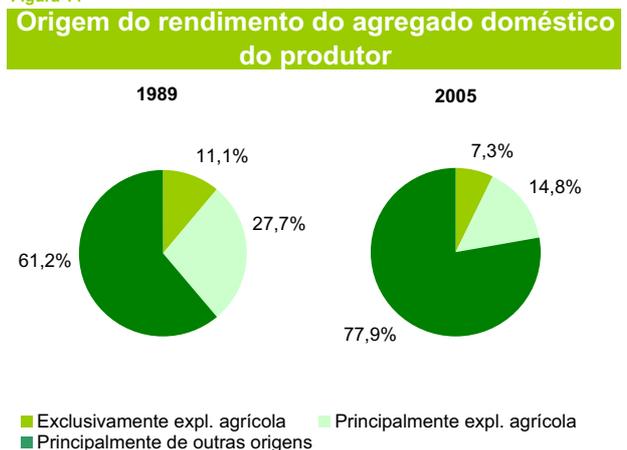
Apenas uma pequena parte dos produtores agrícolas (7,3%) obtinham o seu rendimento exclusivamente da exploração agrícola em 2005.

Pelo contrário, os produtores cujo rendimento provém principalmente de outras origens aumentou, em termos relativos, de 61,2% para 77,9%, entre 1989 e 2005, verificando-se, ainda, neste período, uma forte diminuição dos produtores cuja origem do rendimento

vem maioritariamente da exploração agrícola, de 27,7% para 14,8%.

Este facto está, em parte, associado ao envelhecimento do produtor agrícola e dos outros membros do agregado doméstico, determinando um aumento do rendimento por via das reformas e pensões.

Figura 14



Quadro 13

Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor				
Portugal				
Unidade: Nº Expl.				
Anos	Total	Exclusivamente da exploração	Principalmente da exploração	Principalmente de outras origens
1989	593 590	66 019	164 172	363 399
1993	483 888	41 901	130 546	311 443
1995	445 186	45 803	106 981	292 411
1997	410 835	38 643	99 876	272 325
1999	409 308	34 376	92 052	282 880
2003	352 790	27 877	69 853	255 061
2005	317 075	23 007	47 024	247 044

TEMPO DE ACTIVIDADE NA EXPLORAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DO PRODUTOR AGRÍCOLA

Entre 1989 e 2005 verificou-se uma diminuição do tempo de trabalho dos membros da família do produtor agrícola.

Assim, em 2005, apenas 7,9% membros da família do produtor trabalhavam a tempo completo na exploração, o que representa uma forte diminuição relativamente aos 12,0% que se verificavam em 1989, tendo havido,

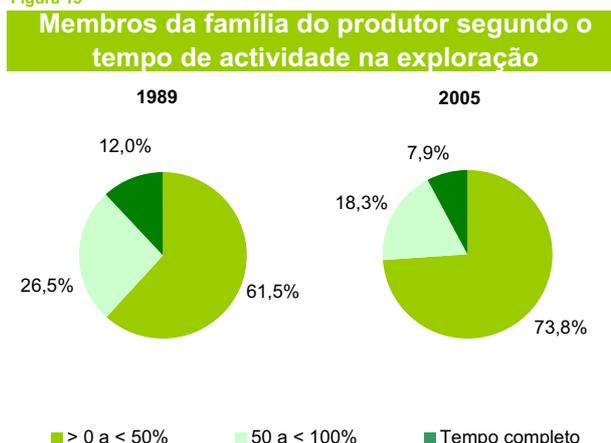
igualmente, entre 1989 e 2005, uma redução, de 26,5% para 18,3%, dos que trabalhavam entre 50% e menos de 100%.

Em sentido oposto, os membros da família do produtor a trabalhar menos de 50% do tempo completo, aumentaram de 61,5% para 73,8%.

Quadro 14

Membros da família do produtor segundo o tempo de actividade na exploração				
Portugal				Unidade: Nº Ind.
Anos	Total	> 0 a < 50%	50 a < 100%	Tempo completo
1989	880 967	542 088	233 110	105 769
1993	739 881	534 212	167 119	38 550
1995	675 796	474 368	150 422	51 006
1997	609 769	446 128	120 192	43 453
1999	613 367	455 581	117 965	39 821
2003	503 921	366 542	99 579	37 800
2005	439 046	323 921	80 414	34 711

Figura 15



ACTIVIDADE REMUNERADA EXTERIOR À EXPLORAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DO PRODUTOR AGRÍCOLA

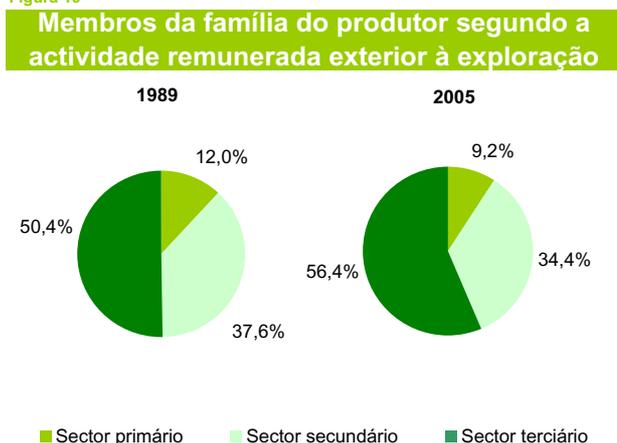
O sector terciário foi, durante todo o período em análise, o sector de actividade remunerada exterior à exploração mais procurado pelos membros da família do produtor agrícola, tendo mesmo aumentado a sua importância relativa de 50,4% para 56,4% entre 1989 e 2005, decorrente da terciarização da economia.

Em consequência, entre 1989 e 2005, verificaram-se quebras, em termos relativos, nos outros sectores de actividade económica, com uma diminuição no sector primário de 12,0% para 9,2% e uma diminuição de 37,6% para 34,4% no sector secundário.

Quadro 15

Membros da família do produtor segundo a actividade remunerada exterior à exploração				
Portugal				Unidade: Nº Ind.
Anos	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário
1989	355 306	42 544	133 776	178 986
1993	284 042	33 813	113 883	136 346
1995	249 559	27 072	90 325	132 162
1997	232 722	28 330	81 955	122 437
1999	239 586	21 936	97 399	120 251
2003	200 459	18 878	74 424	107 157
2005	168 113	15 451	57 783	94 880

Figura 16



TRABALHADORES PERMANENTES

O número de trabalhadores permanentes diminuiu de 76 417 para 42 709, entre 1989 e 2005, correspondendo a uma quebra de 44,1%, mais acentuada nos trabalhadores a tempo parcial do que a tempo completo.

Quadro 16

Trabalhadores permanentes segundo o tempo de actividade na exploração

Portugal		Unidade: Nº Ind.		
Anos	Total	> 0 a < 50%	50 a < 100%	Tempo completo
1989	76 417	19 253	16 487	40 677
1993	57 249	12 094	10 928	34 227
1995	53 138	10 469	9 967	32 702
1997	52 193	12 109	9 666	30 418
1999	52 135	9 901	9 541	32 693
2003	46 367	7 833	5 479	33 055
2005	42 709	6 531	5 317	30 861

Nota: não inclui os trabalhadores permanentes que são dirigentes assalariados

No período em análise é evidente o reforço do peso relativo dos trabalhadores permanentes a tempo completo no total da mão-de-obra agrícola não familiar, com um acréscimo do seu peso relativo de 53,2% para 72,3%.

Analisando a repartição das explorações agrícolas com trabalhadores permanentes segundo o respectivo número de trabalhadores, não se encontram alterações significativas, predominando as explorações com apenas 1 trabalhador, quer em 1989 (51,0%) quer em 2005 (49,4%).

Figura 17

Trabalhadores permanentes variação 1989-2005

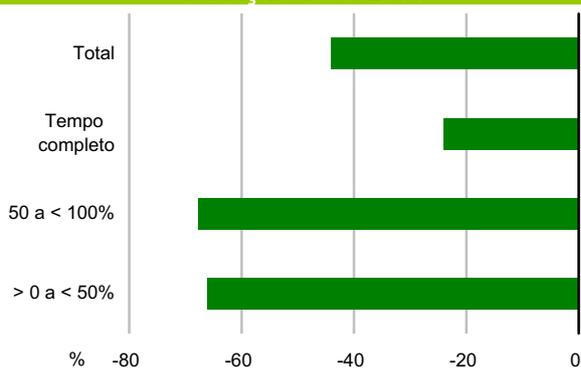
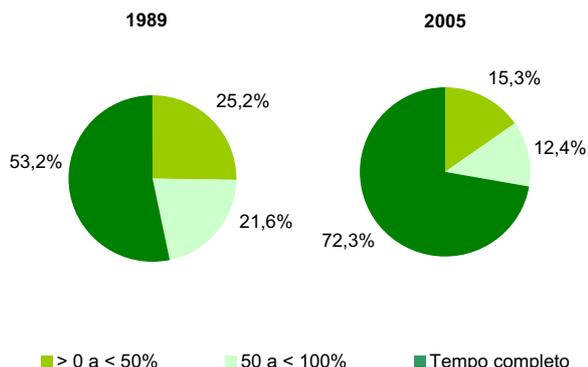


Figura 18

Trabalhadores permanentes segundo o tempo de actividade na exploração



Quadro 17

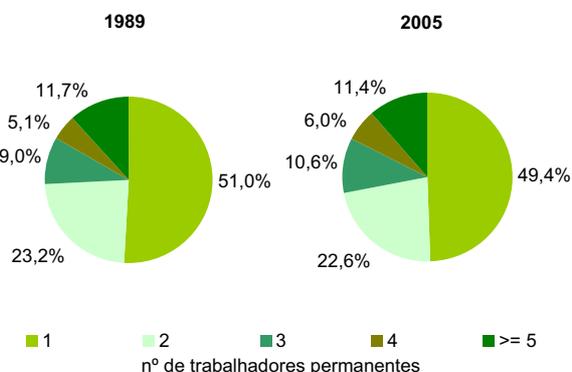
Explorações segundo o número de trabalhadores permanentes

Portugal		Unidade: Nº Expl.				
Anos	Total	Número de trabalhadores permanentes				
		1	2	3	4	>= 5
1989	26 519	13 508	6 160	2 395	1 360	3 096
1993	21 842	11 847	5 214	1 893	1 091	1 797
1995	20 264	10 867	4 512	1 813	1 080	1 992
1997	20 970	11 268	4 674	1 952	1 021	2 056
1999	19 076	9 622	4 339	1 853	1 044	2 218
2003	18 430	10 638	3 507	1 607	830	1 848
2005	15 739	7 779	3 549	1 670	947	1 794

Nota: não inclui os trabalhadores permanentes que são dirigentes assalariados

Figura 19

Explorações segundo o número de trabalhadores permanentes



VOLUME DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

Em 2005 as explorações agrícolas utilizaram 400 021 UTA, o que corresponde a uma diminuição de 52,9% relativamente a 1989.

A mão-de-obra agrícola provém, sobretudo, do agregado doméstico do produtor. As UTA familiares representavam 82,4% em 2005, uma ligeira diminuição relativamente a 1989 (84,8%), em resultado da redução gradual do número de UTA dos outros membros do agregado doméstico do produtor, devido à sua saída das explorações.

O produtor agrícola contribui com a maior parte do volume de trabalho, tendo aumentado a sua participação de 38,8% para 43,9%, entre 1989 e 2005.

Também os trabalhadores permanentes viram aumentar, em termos relativos, entre 1989 e 2005, a sua participação no volume de mão-de-obra utilizada, representando 10,2% do total de UTA em 2005. A esta tendência não será alheio o progressivo aumento da dimensão média das explorações, sobretudo no Alentejo, e o aumento da importância de sistemas agrícolas intensivos como a floricultura, horticultura ou os granívoros no Ribatejo e Oeste.

Quadro 18

Unidades de Trabalho Ano segundo o tipo de mão-de-obra agrícola									
Portugal									
Anos	Total	Mão-de-obra familiar			Mão-de-obra não familiar				
		Total	Produtor	Cônjuge	Outros membros	Total	Trabalhadores permanentes	Trabalhadores eventuais	Não contratada pelo produtor
1989	848 791	720 876	329 559	237 387	153 930	127 915	61 773	63 035	3 107
1993	611 502	513 767	248 381	159 242	106 144	97 734	50 199	45 123	2 412
1995	587 367	490 281	237 999	154 293	97 989	97 087	47 884	46 911	2 292
1997	523 569	431 414	214 743	136 586	80 085	92 154	45 184	44 871	2 099
1999	526 145	431 632	219 568	135 138	79 926	94 513	47 219	44 363	2 931
2003	457 647	374 112	193 616	118 124	62 373	83 536	43 895	37 141	2 500
2005	400 021	329 688	175 503	102 049	52 137	70 333	40 944	27 441	1 948

Figura 20

UTA familiar e não familiar

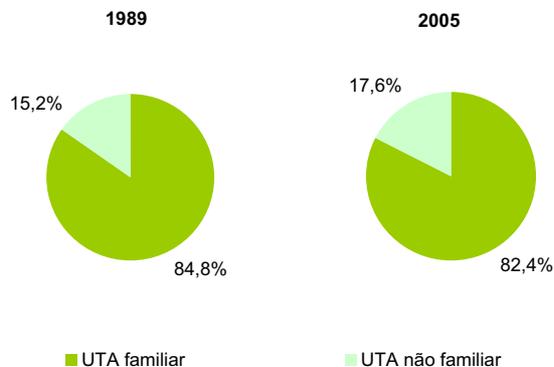


Figura 22

Composição das UTA familiar

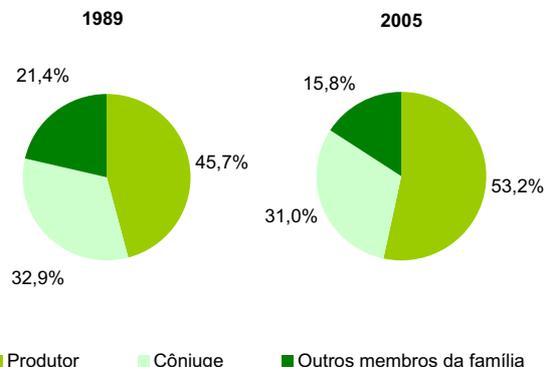


Figura 21

Composição das UTA

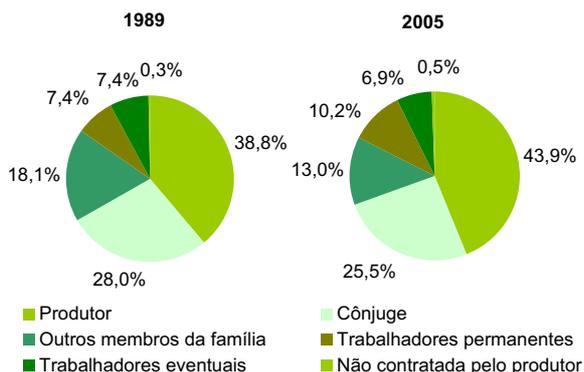
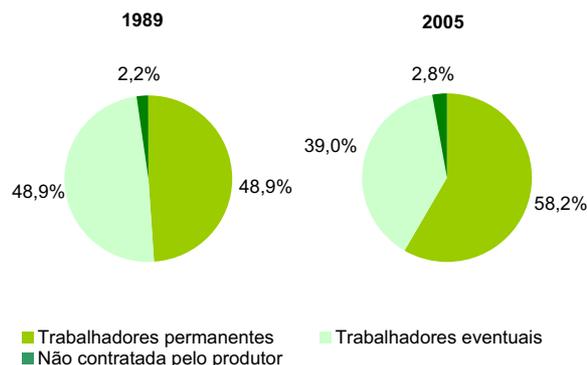


Figura 23

Composição das UTA não familiar



ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA E DIMENSÃO ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO

As explorações agrícolas continuam pouco especializadas, embora tenha havido uma evolução positiva entre 1989 e 2005, com as explorações especializadas a aumentarem de cerca de 1/3 para metade do total.

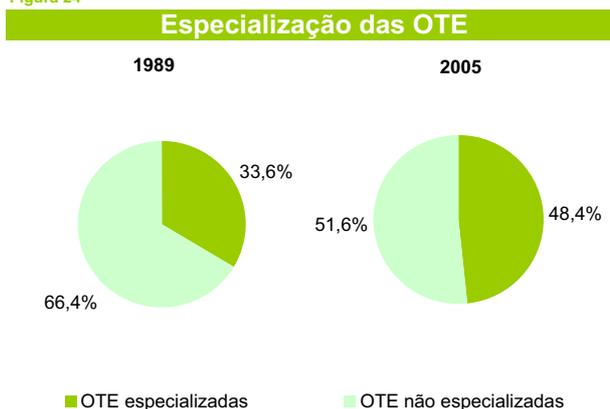
O maior grau de especialização verificado no período em análise ocorreu nas orientações viticultura, de 9,4% para 12,4%, olivicultura, de 3,2% para 7,9%, bovinos para gado e carne, de 1,0% para 3,2% e ovinos e caprinos, de 4,2% para 6,1%.

A dimensão económica média das explorações agrícolas era em 2005 de 8 326 euros, correspondendo a um aumento de 76%, relativamente a 1989.

A dimensão económica varia fortemente segundo a orientação técnico-económica, com as orientações das explorações granívoros, bovinos de leite e horticultura a estarem, no período em análise, quase sempre entre as três mais elevadas dimensões económicas médias.

A dimensão económica média evoluiu de modo diferenciado, entre 1989 e 2005, sendo de salientar o aumento nas explorações com as orientações bovinos para gado e carne e bovinos de leite, de 5 125 euros para 22 395 euros e de 9 465 euros para 33 779 euros, respectivamente. Em sentido contrário, a dimensão económica das explorações com orientação cereais, oleaginosas e proteaginosas diminuiu de 9 498 euros para 7 849 euros.

Figura 24



Quadro 19

Número de explorações e margem bruta, segundo a orientação técnico-económica														
Portugal														
Orientação técnico-económica	1989		1993		1995		1997		1999		2003		2005	
	Expl.	MB												
Total	598 742	2 985	482 934	2 599	450 646	2 635	416 337	3 140	414 659	3 199	359 097	2 790	323 920	2 697
Cereais, oleaginosas, proteaginosas	9 440	90	6 081	52	8 139	101	7 959	154	8 704	159	7 424	109	7 132	56
Culturas agrícolas diversas	53 645	236	44 322	197	39 240	178	34 998	258	28 296	246	32 552	232	23 134	253
Horticultura	15 339	220	13 852	231	12 301	189	11 949	196	12 499	200	11 268	201	10 791	287
Viticultura	55 994	287	49 131	225	35 466	167	38 894	218	45 546	274	46 009	358	40 174	275
Fruticultura	37 211	251	33 259	248	32 034	262	28 615	281	30 028	274	24 175	158	26 692	178
Olivicultura	18 888	19	14 425	14	23 055	44	25 616	86	29 519	68	22 735	53	25 659	56
Culturas permanentes diversas	34 803	196	35 731	180	28 803	157	34 029	215	39 047	262	28 382	212	28 195	213
Bovinos de leite	15 302	145	12 030	138	17 588	233	15 863	274	14 185	325	14 070	368	10 065	340
Bovinos para gado e carne	6 230	32	5 626	34	8 821	50	10 353	70	9 538	88	8 920	139	10 348	232
Bovinos para leite, gado e carne	6 365	50	3 581	29	3 966	29	2 760	32	2 304	26	1 649	28	1 041	23
Ovinos, caprinos e outros herbívoros	24 981	131	18 757	112	21 857	175	21 487	186	23 800	192	17 298	109	19 879	147
Granívoros	11 440	145	8 242	183	7 938	159	5 640	180	7 288	248	6 368	194	4 914	144
Policultura	156 583	604	129 335	490	99 659	392	93 970	501	86 782	412	77 168	329	60 682	237
Polipecuária-herbívoros	49 928	185	35 871	141	37 390	160	29 070	148	25 878	124	16 505	77	14 701	73
Polipecuária-granívoros	15 327	52	10 838	43	11 633	54	4 825	39	6 794	38	6 504	29	4 711	21
Agricultura geral e herbívoros	51 654	218	33 296	155	29 886	154	25 808	164	16 452	132	13 249	102	11 225	71
Culturas diversas e gado	35 448	125	34 450	127	32 713	130	24 501	138	27 995	132	24 821	91	23 809	92
Não classificadas	164	-	188	-	157	-	349	-	1 310	-	187	-	766	-

Figura 25

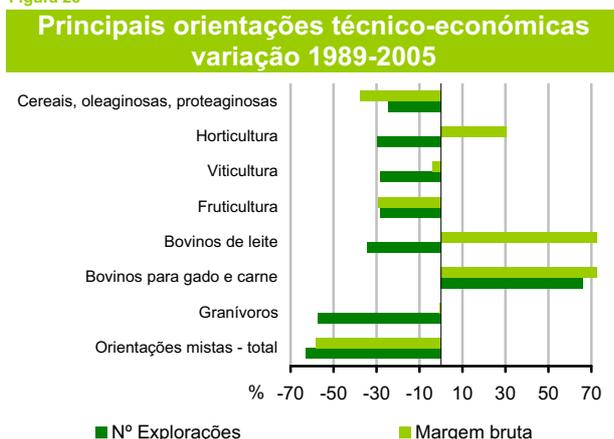
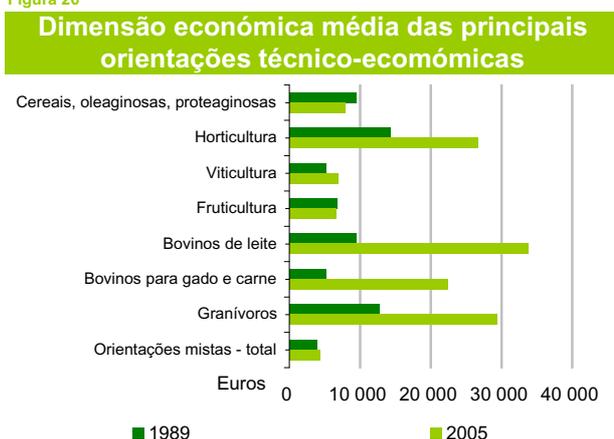


Figura 26



EXPLORAÇÕES SEGUNDO A DIMENSÃO ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO

A dimensão económica das explorações agrícolas é baseada na produção agrícola anual, valorizada por margens brutas padrão (MBP) das culturas e animais, relativas a médias trienais.

No período em análise as explorações agrícolas mantiveram uma dimensão económica reduzida, com as explorações com menos de 2 UDE a representarem 56,0% em 2005.

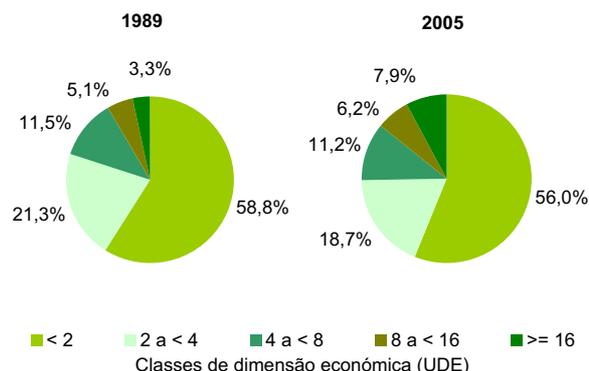
Ainda assim, entre 1989 e 2005, pode constatar-se um aumento do peso relativo das explorações geradoras de maior margem bruta, com as explorações de 16 e mais UDE a passarem de 3,3% para 7,9%, evidenciando uma melhoria da competitividade da agricultura portuguesa.

Quadro 20

Explorações segundo a dimensão económica						
Portugal						
Unidade: Nº Expl.						
Anos	Total	Classes de dimensão económica (UDE)				
		< 2	2 a < 4	4 a < 8	8 a < 16	>= 16
1989	598 742	352 046	127 220	68 898	30 761	19 817
1993	489 010	241 235	118 271	70 097	34 522	24 887
1995	450 636	214 941	111 004	64 880	32 572	27 240
1997	416 686	178 174	101 179	69 391	37 408	30 538
1999	415 969	206 238	93 724	56 127	30 138	29 742
2003	359 284	185 571	74 649	47 650	25 149	26 265
2005	323 920	181 460	60 678	36 110	20 230	25 442

Figura 27

Explorações segundo a dimensão económica



DIMENSÃO ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO E VOLUME DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

Apesar da maioria das explorações agrícolas ter uma reduzida dimensão económica, verifica-se, no entanto, que a mão-de-obra agrícola afecta a essas explorações representa uma parte muito importante, tendo as explorações com menos de 2 UDE utilizado 41,6% do total de UTA em 2005.

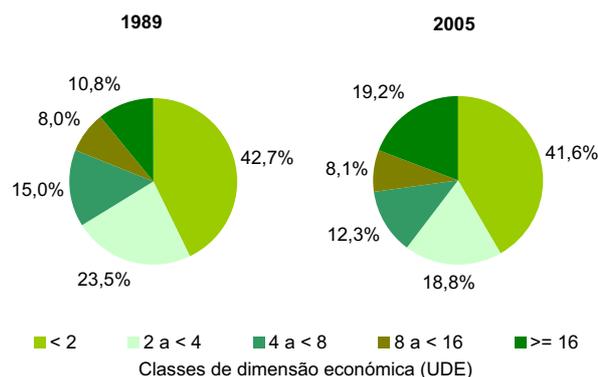
No entanto, entre 1989 e 2005, em termos relativos, verifica-se que a mão-de-obra agrícola, medida em UTA, diminuiu nas explorações agrícolas com 2 a menos de 4 UDE e de 4 a menos de 8 UDE, enquanto que as explorações agrícolas com 16 e mais UDE tiveram um aumento muito significativo de UTA, passando de 10,8% para 19,2%.

Quadro 21

Unidades de Trabalho Ano segundo a dimensão económica						
Portugal						
Unidade: UTA						
Anos	Total	Classes de dimensão económica (UDE)				
		< 2	2 a < 4	4 a < 8	8 a < 16	>= 16
1989	848 791	362 229	199 739	127 697	67 415	91 711
1993	611 502	201 237	152 130	105 044	62 102	90 988
1995	587 367	185 917	148 661	99 446	58 673	94 678
1997	523 569	139 139	122 210	99 862	62 474	99 885
1999	526 145	148 085	122 205	89 847	56 612	109 396
2003	457 647	167 044	93 102	68 595	43 083	85 824
2005	400 021	166 379	75 204	49 322	32 423	76 692

Figura 28

Unidades de Trabalho Ano segundo a dimensão económica



DIMENSÃO ECONÓMICA DA EXPLORAÇÃO E ORIGEM DO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR AGRÍCOLA

Durante o período em análise verificou-se uma diminuição dos rendimentos provenientes exclusivamente da exploração, a favor do recurso crescente a rendimentos de outras origens.

Esta evolução é particularmente notória nas explorações com uma dimensão económica de menos de 2 UDE, em que, entre 1989 e 2005, a percentagem de produtores que obtêm o rendimento do seu agregado doméstico

principalmente de outras origens aumentou de 77,3% para 91,4%. Nas explorações com 16 e mais UDE o aumento foi de 16,5% para 24,5%.

Tal demonstra quanto é ainda grande no nosso país o número de explorações agrícolas cujos rendimentos da actividade agrícola é muito insuficiente, mesmo nas explorações de maior dimensão.

Quadro 22

Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor segundo a dimensão económica

Portugal			Unidade: Nº Expl.				
Anos	Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor	Total	Classes de dimensão económica (UDE)				
			< 2	2 a < 4	4 a < 8	8 a < 16	>= 16
1989	Exclusivamente da exploração	66 019	15 210	16 382	15 614	10 521	8 292
	Principalmente da exploração	164 172	62 302	47 558	31 157	14 723	8 432
	Principalmente de outras origens	363 399	263 853	64 850	23 845	7 553	3 298
1993	Exclusivamente da exploração	41 901	6 634	9 349	10 097	7 919	7 902
	Principalmente da exploração	130 547	39 400	38 004	28 210	15 421	9 512
	Principalmente de outras origens	311 443	194 201	70 588	31 296	10 572	4 786
1995	Exclusivamente da exploração	45 803	8 344	10 111	9 546	8 517	9 285
	Principalmente da exploração	106 981	29 659	30 534	23 157	13 342	10 289
	Principalmente de outras origens	292 411	175 911	69 924	31 693	10 073	4 810
1997	Exclusivamente da exploração	38 645	4 310	6 757	9 143	8 282	10 153
	Principalmente da exploração	99 876	22 191	25 378	24 568	15 787	11 952
	Principalmente de outras origens	272 320	150 204	68 549	35 225	12 759	5 583
1999	Exclusivamente da exploração	34 376	6 144	6 269	6 850	6 458	8 655
	Principalmente da exploração	92 052	26 045	22 736	18 690	12 394	12 187
	Principalmente de outras origens	282 880	172 886	64 232	30 019	10 651	5 092
2003	Exclusivamente da exploração	27 877	4 958	4 657	6 133	5 123	7 006
	Principalmente da exploração	69 854	19 042	17 179	14 136	9 241	10 256
	Principalmente de outras origens	255 061	160 491	52 390	26 646	10 133	5 401
2005	Exclusivamente da exploração	23 007	3 706	3 435	4 252	4 362	7 252
	Principalmente da exploração	47 024	10 433	9 882	9 993	7 854	8 862
	Principalmente de outras origens	247 044	150 769	53 427	27 564	10 068	5 216

Figura 29

Explorações com menos de 2 UDE segundo a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor

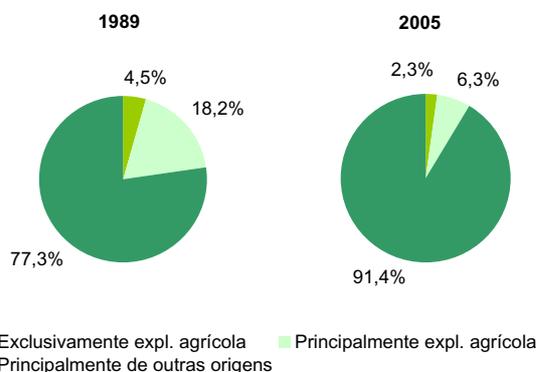
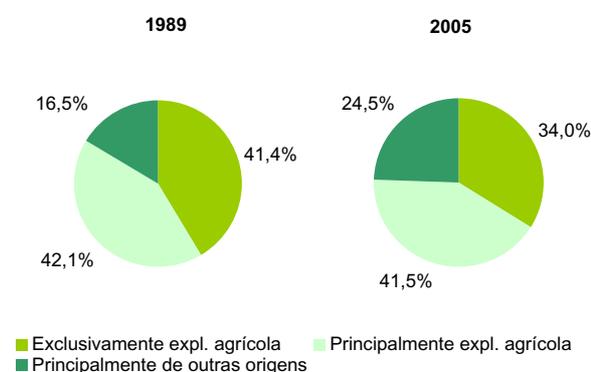


Figura 30

Explorações com 16 e mais UDE segundo a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor



***As
Produções
Vegetais***

CEREAIS

Os cereais assumem um papel relevante na actividade agrícola nacional, quer como suporte alimentar das populações e do efectivo animal, quer como parte integrante do quadro de utilização das terras. Ao longo do período em análise, as áreas de cereais foram perdendo progressivamente a sua importância, verificando-se que em 27 anos, Portugal perdeu mais de meio milhão de hectares. Para este decréscimo múltiplos factores terão contribuído, dos quais se destacam o carácter progressivamente desligado dos apoios ao rendimento, até ao desligamento total com a Reforma de 2003; a liberalização do comércio; e a descida do preço de intervenção.

Esta tendência poderá, contudo, vir a inverter-se com a possibilidade de utilização destas culturas na produção de energias alternativas.

Os cereais cultivam-se em todo o país, com maior predominância do milho em Entre Douro e Minho e Beira Litoral e dos cereais de Outono/Inverno em Trás-os-Montes, Beira Interior, Ribatejo e Oeste e Alentejo.

O Alentejo é a principal região produtora de cereais, representando, no quinquénio 2002-06, 54,5% da área e 39,4% da produção.

Quadro 1

Cereais para grão			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	946 656	1 419 325	1 499
1981	890 120	1 099 549	1 235
1982	920 921	1 301 065	1 413
1983	908 214	1 154 874	1 272
1984	842 521	1 463 425	1 737
1985	819 845	1 390 789	1 696
1986	878 969	1 654 610	1 882
1987	897 211	1 717 838	1 915
1988	838 894	1 454 188	1 733
1989	907 535	1 831 518	2 018
1990	757 348	1 425 942	1 883
1991	827 647	1 789 423	2 162
1992	768 420	1 387 311	1 805
1993	721 793	1 478 937	2 049
1994	677 354	1 630 319	2 407
1995	675 657	1 394 255	2 064
1996	652 818	1 607 467	2 462
1997	690 234	1 509 650	2 187
1998	506 538	1 398 328	2 761
1999	592 206	1 655 296	2 795
2000	578 411	1 608 154	2 780
2001	493 054	1 297 850	2 632
2002	515 102	1 496 723	2 906
2003	450 968	1 185 675	2 629
2004	462 756	1 363 029	2 945
2005	388 697	791 507	2 036
2006	373 481	1 167 017	3 125

Figura 1

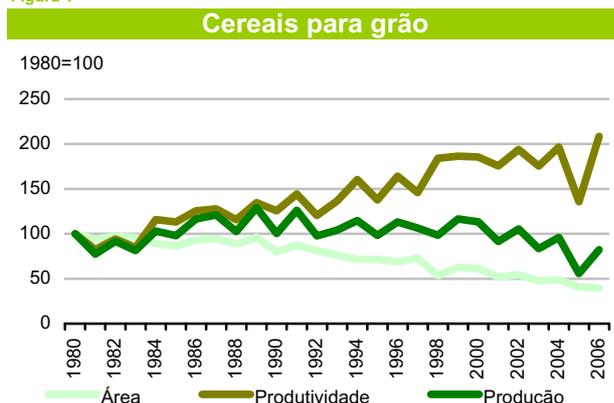
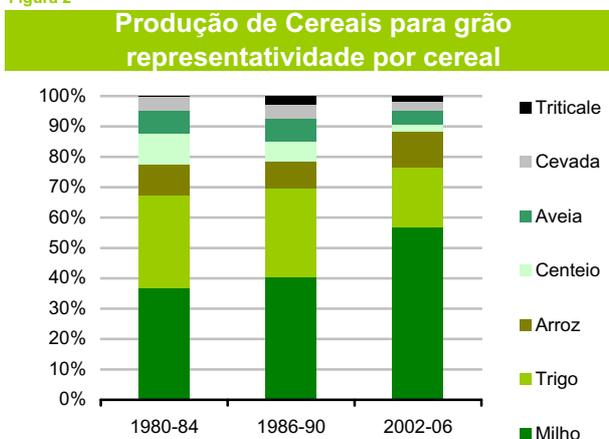
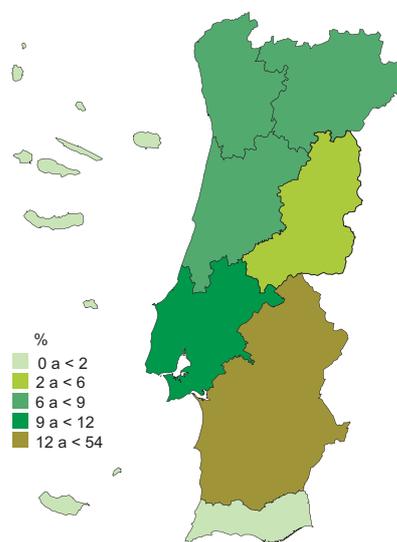


Figura 2



Cartograma 1



TRIGO

O trigo assume-se como o principal cereal de sequeiro na estrutura cerealífera nacional. Até ao final da década de 90, cerca de 90% do trigo era trigo mole, que foi posteriormente substituído pelo trigo duro, devido à introdução da ajuda suplementar a este cereal, revista e aumentada na agenda 2000. O desligamento total das ajudas, a partir de 2005 e a substituição desta ajuda por outra específica, à qualidade, mas de valor

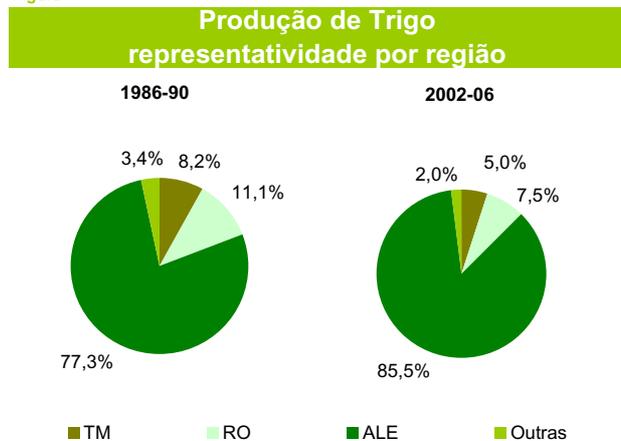
substancialmente mais baixo, permitiu a retoma do trigo mole e o quase desaparecimento do trigo duro.

A evolução da distribuição territorial do trigo revela que, não obstante a perda de importância ao longo do período em análise, mantém para além do Alentejo, uma expressão territorial com algum significado no Ribatejo e Oeste e Nordeste transmontano.

Quadro 2

Trigo			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	341 676	430 068	1 259
1981	331 025	315 580	953
1982	343 920	425 082	1 236
1983	322 252	327 233	1 015
1984	284 220	466 155	1 640
1985	274 688	395 226	1 439
1986	306 843	500 261	1 630
1987	314 682	533 094	1 694
1988	286 042	394 757	1 380
1989	321 842	616 238	1 915
1990	207 553	296 623	1 429
1991	294 874	618 697	2 098
1992	280 293	361 963	1 291
1993	250 189	421 838	1 686
1994	235 187	462 536	1 967
1995	259 402	359 849	1 387
1996	236 789	405 826	1 714
1997	276 593	329 271	1 190
1998	148 687	150 938	1 015
1999	220 281	352 148	1 599
2000	226 252	354 712	1 568
2001	183 492	153 609	837
2002	230 693	413 038	1 790
2003	174 317	149 581	858
2004	187 446	292 884	1 562
2005	122 727	81 554	665
2006	104 684	249 605	2 384

Figura 4



Cartograma 2

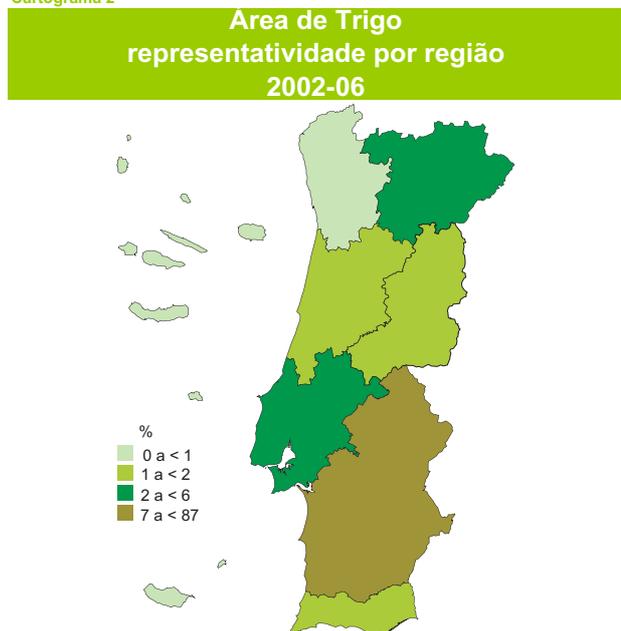
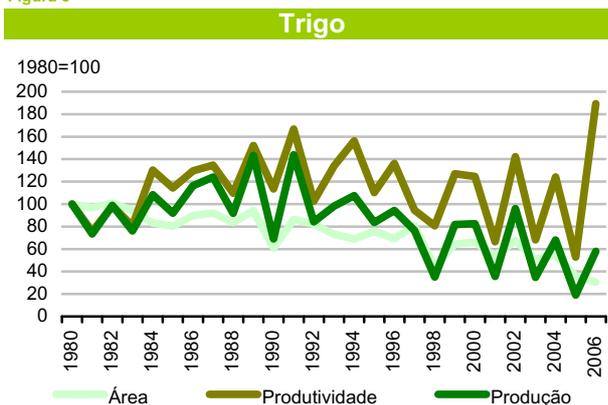


Figura 3



CENTEIO

O centeio é o único cereal de pravana cuja distribuição territorial predominante não inclui a região do Alentejo. De facto, este cereal é tradicionalmente cultivado no interior do país (Norte e Centro), evidenciando uma grande rusticidade. Utilizado como dupla aptidão (consumo humano e alimentação animal), teve uma grande importância na alimentação de subsistência das

populações mais carenciadas. Actualmente, a reintrodução do pão de centeio na dieta alimentar dos portugueses poderá vir a dinamizar novamente a cultura.

A área semeada com centeio foi de 23 mil hectares em 2006, sendo a menor área desde 1980, ano em que se semearam 125 mil hectares, uma diminuição de 81%.

Quadro 3

Centeio			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	125 238	155 733	1 243
1981	121 257	141 467	1 167
1982	117 913	134 379	1 140
1983	112 997	104 026	921
1984	110 935	116 378	1 049
1985	104 608	108 975	1 042
1986	106 118	112 393	1 059
1987	109 511	121 682	1 111
1988	103 302	86 112	834
1989	108 344	118 975	1 098
1990	95 069	96 502	1 015
1991	86 533	80 358	929
1992	75 043	69 500	926
1993	72 516	66 727	920
1994	66 112	63 792	965
1995	62 252	36 263	583
1996	60 556	53 924	890
1997	59 007	40 689	690
1998	50 756	32 488	640
1999	48 603	55 614	1 144
2000	44 674	46 452	1 040
2001	37 570	24 193	644
2002	33 503	34 296	1 024
2003	30 348	26 955	888
2004	28 618	27 264	953
2005	25 364	19 747	779
2006	23 476	23 802	1 014

Figura 5

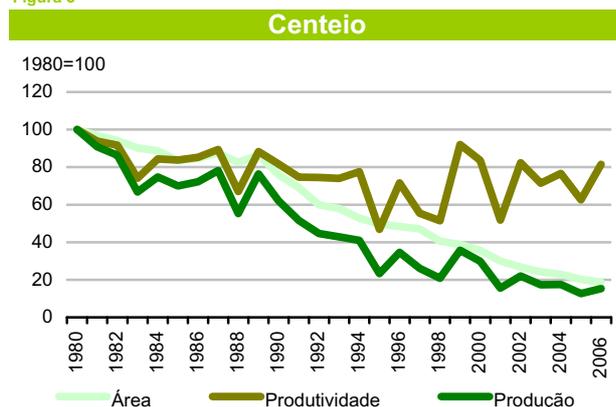
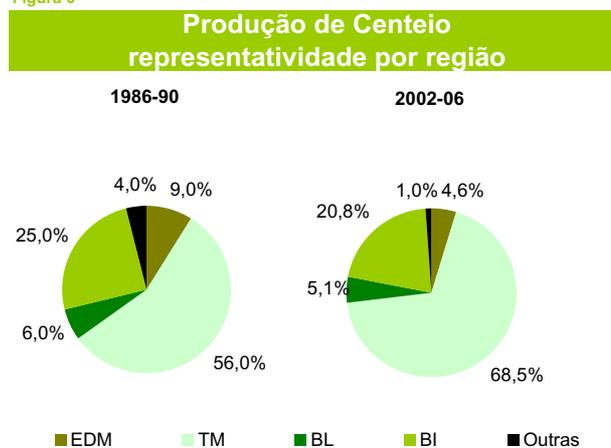
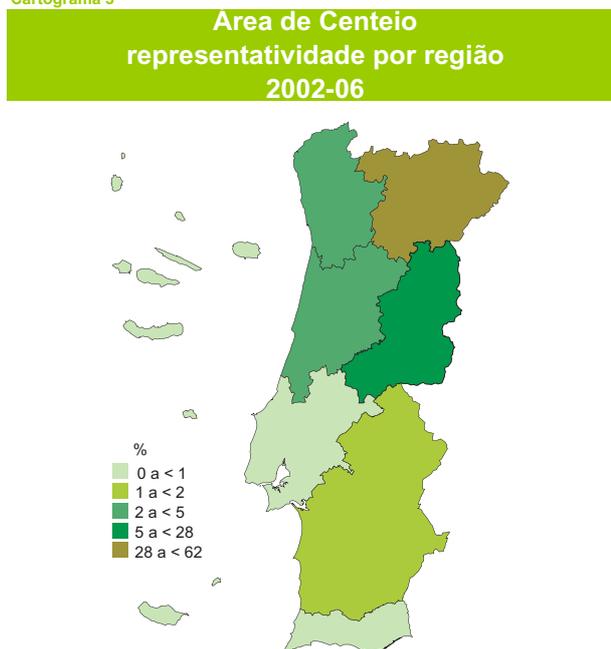


Figura 6



Cartograma 3



CEVADA

A área ocupada pela cevada teve uma das maiores quebras dos cereais de Inverno desde 1980, com particular incidência a partir de meados da década de 90. Apesar da grande diminuição verificada desde 1990, este cereal voltou a suscitar maior interesse nos últimos anos devido às suas múltiplas utilizações (consumo humano, animal e indústria).

Em Portugal, a cevada é a matéria-prima utilizada para a produção de malte. O recente incremento desta cultura deve-se, em grande parte, à política de ajudas que ao deixar de beneficiar o trigo duro, permitiu que os agricultores retomassem um esquema de rotações mais equilibrado e com culturas mais adaptadas às condições edafo-cimáticas de Portugal.

A garantia de escoamento e a justa valorização do produto pela indústria acabam por fidelizar o agricultor, que conta ainda com o apoio técnico e a investigação da indústria na selecção de variedades mais produtivas e agronomicamente mais ajustadas.

Embora o Ribatejo e Oeste tenha vindo a ganhar alguma importância, a grande dependência do clima para a calendarização da época das sementeiras e a maior apetência desta região para as culturas horto-frutícolas e cereais de Primavera-Verão, tornam o Alentejo principalmente pela sua dimensão, como a região de excelência para o desenvolvimento da cultura de cevada.

Quadro 4

Cevada			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	66 676	53 720	806
1981	62 359	40 690	653
1982	64 674	51 340	794
1983	69 981	54 143	774
1984	70 517	91 065	1 291
1985	72 276	65 210	902
1986	73 325	89 617	1 222
1987	70 462	79 439	1 127
1988	62 619	50 718	810
1989	69 001	84 437	1 224
1990	66 716	78 532	1 177
1991	65 045	124 104	1 908
1992	66 650	63 000	945
1993	61 643	98 500	1 598
1994	53 388	96 213	1 802
1995	50 887	53 058	1 043
1996	45 508	69 950	1 537
1997	32 779	28 792	878
1998	26 221	26 203	999
1999	24 634	29 293	1 189
2000	21 755	36 343	1 671
2001	11 759	12 588	1 071
2002	11 197	20 014	1 787
2003	11 497	13 022	1 133
2004	15 891	26 240	1 651
2005	34 330	26 264	765
2006	44 202	105 558	2 388

Figura 7

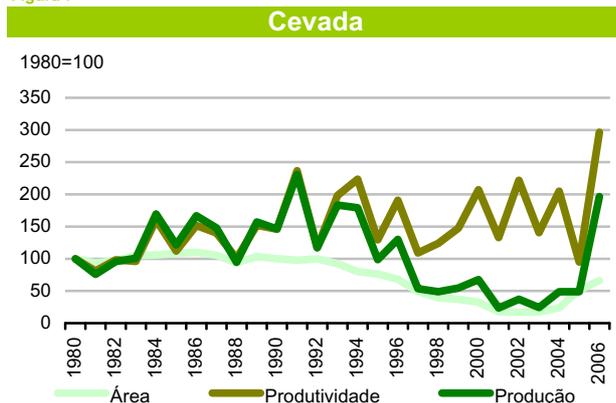
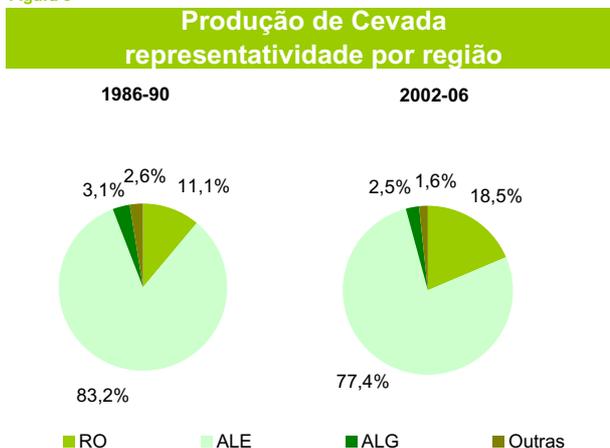
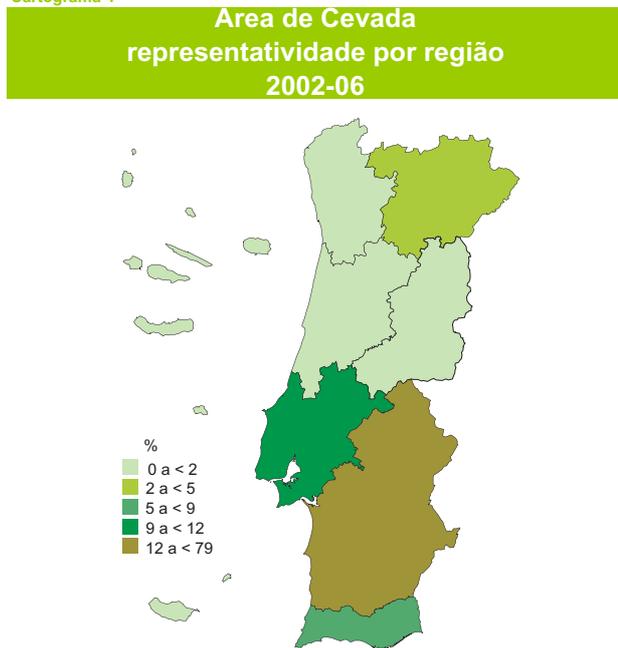


Figura 8



Cartograma 4



AVEIA

A área semeada de aveia manteve uma certa estabilidade entre 1980 e 1989, tendo atingido em 1987 a sua maior dimensão com 131 mil hectares. É a partir do início dos anos 90 que se inicia a redução da superfície, com a área anual média de aveia no quinquénio 2002-06 a situar-se em 55 mil hectares, enquanto era de 116 mil hectares no quinquénio 1986-90, correspondendo a uma diminuição de 53%.

As maiores produções de aveia verificaram-se na década de 80 em resultado das maiores áreas semeadas, atingindo um máximo de 155 mil toneladas em 1987, devido a um excelente ano agrícola para os cereais de Inverno.

A produção anual média de aveia no quinquénio 1980-84 foi de 101 mil toneladas, diminuindo para 70 mil em 1990-94 e 55 mil em 2002-06, o que corresponde a decréscimos de 31% e 46%, respectivamente.

A cultura da aveia é predominantemente feita no Alentejo, tendo a área semeada na média do quinquénio 2002-06 representado 69,1% do total nesta região, sendo Trás-os-Montes com 8,0% a segunda região com maior área semeada. No entanto, considerando a produção anual média no quinquénio 2002-06, o Ribatejo e Oeste é a segunda região com maior produção, com 6,4% do total, depois do Alentejo com 76,2%.

Quadro 5

Aveia			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	116 453	95 950	824
1981	106 862	71 790	672
1982	113 102	85 780	758
1983	127 543	99 372	779
1984	129 373	151 878	1 174
1985	126 650	118 870	939
1986	129 351	152 727	1 181
1987	131 211	155 229	1 183
1988	111 422	81 476	731
1989	122 336	126 950	1 038
1990	87 657	72 104	823
1991	91 956	76 100	828
1992	75 047	45 103	601
1993	92 000	76 400	830
1994	74 790	79 217	1 059
1995	73 448	57 636	785
1996	70 593	60 480	857
1997	75 697	44 295	585
1998	48 211	28 714	596
1999	83 363	99 724	1 196
2000	85 034	112 395	1 322
2001	61 344	38 696	631
2002	57 127	61 466	1 076
2003	54 101	39 019	721
2004	55 801	61 317	1 099
2005	53 658	25 151	469
2006	53 674	87 096	1 623

Figura 9

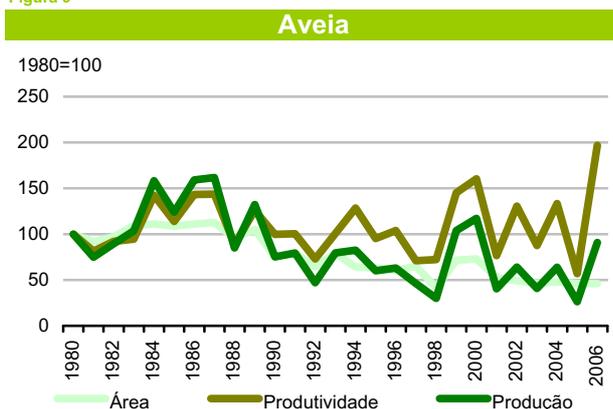
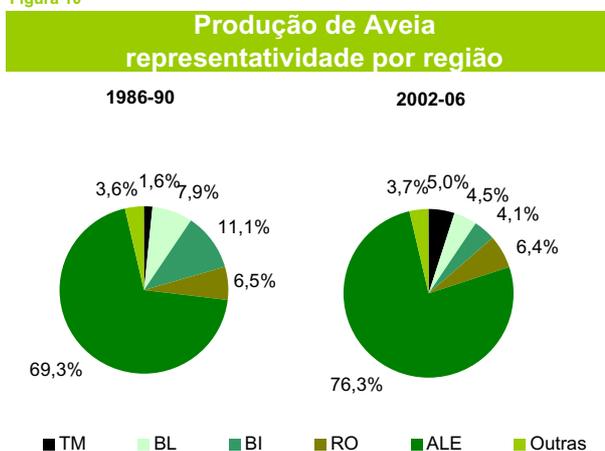
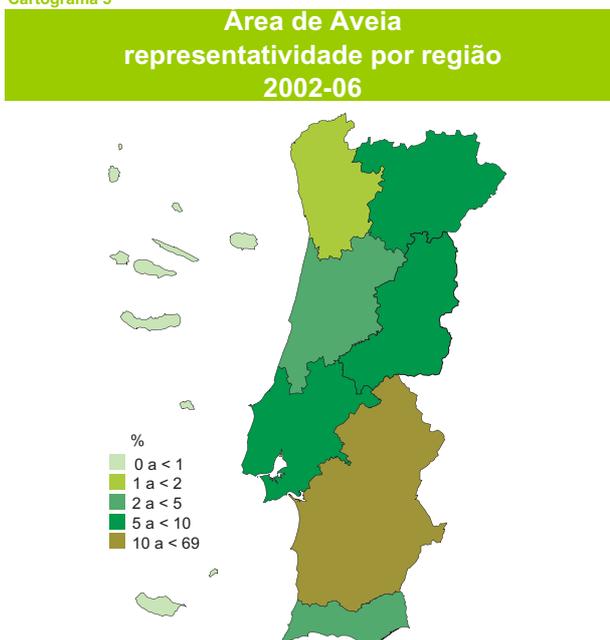


Figura 10



Cartograma 5



TRITICALE

Este cereal é utilizado na alimentação animal, como forragem verde, feno, silagem da planta inteira ou na forma de grão, como ração.

O triticale foi uma cultura em expansão até 1993, ano a partir do qual se verificou uma quebra que se acentuou muito nos últimos anos.

Assim, de uma cultura quase inexistente na primeira metade dos anos 80, evoluiu para uma área anual média de 48 mil hectares no quinquénio 1991-95, diminuindo para 16 mil hectares no quinquénio 2002-06, o que corresponde a uma diminuição de 66%.

Nesta cultura não ocorreram acréscimos de produtividade, pelo que a quebra da produção anual média entre os quinquénios 1991-95 e 2002-06 foi de 70%, correspondendo a produções anuais de 67 mil e 20 mil toneladas, respectivamente.

A área de triticale concentra-se em três regiões. Assim, em 2006 a área semeada no Alentejo representou 94% do total, aproximando-se dos 100% quando se incluem as regiões da Beira Interior e de Ribatejo e Oeste.

Em termos de produção de triticale, a região de Ribatejo e Oeste aumentou a sua importância relativa no total de 1,7% para 3,2%, entre os quinquénios 1991-95 e 2002-06, enquanto a do Alentejo diminuiu de 96,5% para 89,6%.

Quadro 6

Triticale			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1983	2 286	2 000	875
1984	4 965	7 000	1 410
1985	7 276	9 000	1 237
1986	17 794	25 000	1 405
1987	22 695	32 000	1 410
1988	32 336	40 000	1 237
1989	37 160	61 900	1 666
1990	48 673	60 549	1 244
1991	40 000	63 500	1 588
1992	54 000	60 000	1 111
1993	52 700	78 000	1 480
1994	50 048	85 388	1 706
1995	44 126	48 268	1 094
1996	42 320	55 768	1 318
1997	43 517	39 004	896
1998	22 989	17 289	752
1999	26 521	33 067	1 247
2000	23 832	40 293	1 691
2001	18 820	16 188	860
2002	17 058	25 403	1 489
2003	13 439	11 275	839
2004	11 926	16 659	1 397
2005	20 488	8 252	403
2006	19 228	40 086	2 085

Figura 11

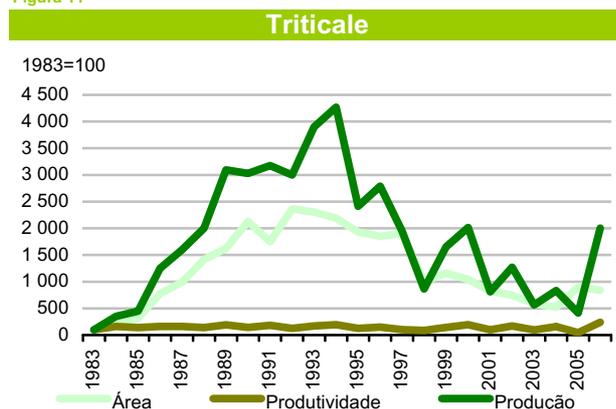
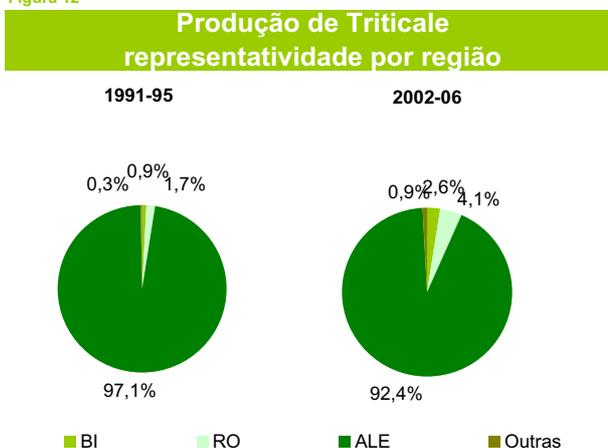
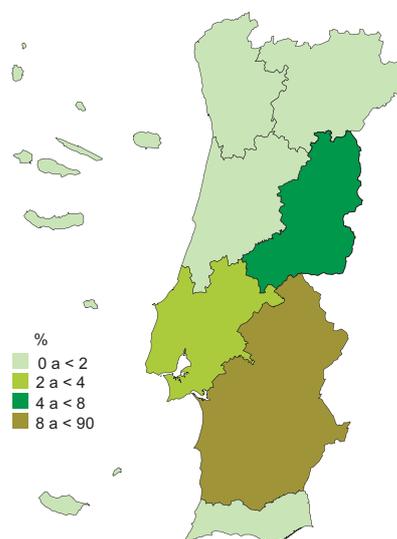


Figura 12



Cartograma 6

Area de Triticale representatividade por região 2002-06



MILHO

O milho é, no contexto agrícola nacional, a mais importante cultura arvense e também aquela que envolve um maior número de produtores e de explorações agrícolas. Ao longo do período em análise, constata-se um incremento gradual e sustentado das produtividades, reflexo não só do aumento da superfície explorada em regime de regadio, mas também da utilização de variedades mais produtivas, o que conduziu a sistemas agrícolas economicamente competitivos.

Em Portugal, a cultura do milho aparece intimamente associada ao regadio, beneficiando das potencialidades edafo-climáticas que o posicionamento geográfico proporciona. A evolução e distribuição territorial adquiriu, ao longo do período em análise, uma maior homogeneidade em toda a faixa litoral do Centro e Norte

do país devido à estreita relação desta cultura com a actividade pecuária.

Em 1980 a área de milho foi de 261 mil hectares, tendo diminuído com regularidade até 2006, apesar de ser, entre os cereais, o que, a seguir ao arroz, teve a menor quebra de área.

Pelo contrário, a produtividade média do milho quase triplicou, aumentando de 1 965 kg/ha na média do quinquénio 1980-84 para 5 389 kg/ha no quinquénio 2002-06.

A maior produção de milho verificou-se em 1998 com 981 mil toneladas, sendo a produção anual média no quinquénio 2002-06 de 682 mil toneladas.

Quadro 7

Milho			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	261 319	531 994	2 036
1981	242 969	420 238	1 730
1982	247 043	463 785	1 877
1983	246 212	461 090	1 873
1984	212 088	499 415	2 355
1985	203 518	549 736	2 701
1986	212 686	627 994	2 953
1987	215 860	654 692	3 033
1988	209 572	657 768	3 139
1989	215 222	678 749	3 154
1990	217 856	665 560	3 055
1991	215 773	656 187	3 041
1992	196 269	678 041	3 455
1993	179 545	668 472	3 723
1994	173 778	711 432	4 094
1995	163 816	714 627	4 362
1996	168 774	789 290	4 677
1997	174 101	863 410	4 959
1998	182 654	980 922	5 370
1999	163 497	933 800	5 711
2000	153 005	875 347	5 721
2001	155 133	906 644	5 844
2002	140 308	796 601	5 678
2003	141 609	798 021	5 635
2004	137 487	789 409	5 742
2005	110 192	510 359	4 632
2006	102 826	513 674	4 996

Figura 13

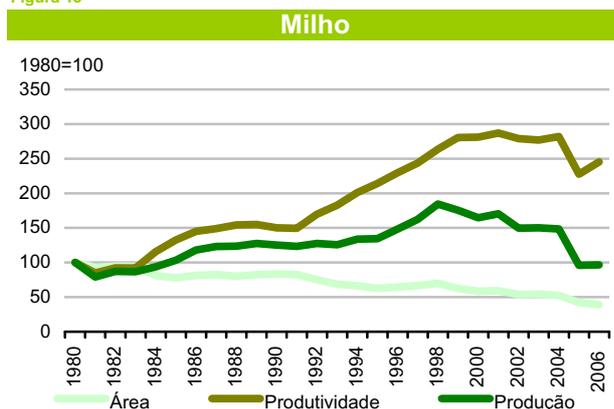
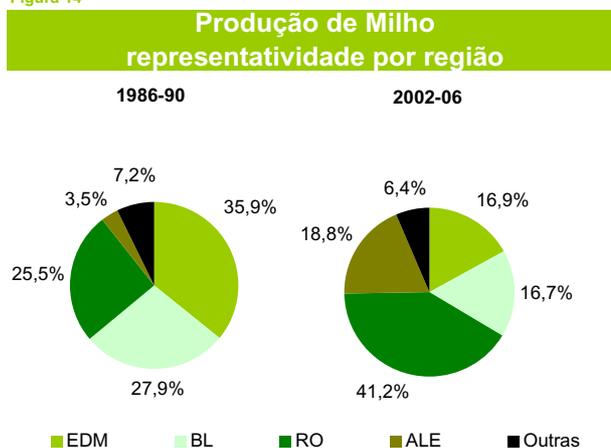
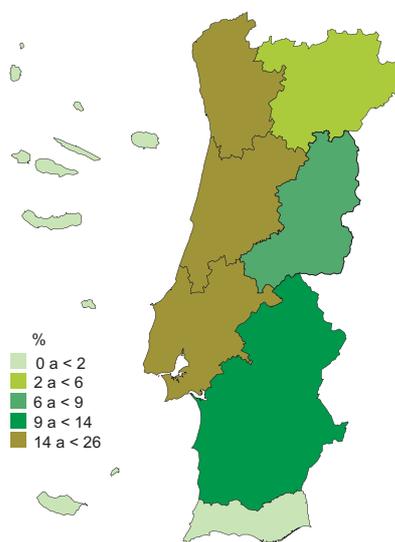


Figura 14



Cartograma 7

Área de Milho representatividade por região 2002-06



ARROZ

O arroz é o cereal que no período de 1980 a 2006, teve a menor diminuição de área cultivada. Enquanto a área anual média no quinquénio 1980-84 foi de 30,5 mil hectares, no quinquénio 2002-06 foi de 25 mil hectares, o que corresponde a uma quebra de apenas 19%.

Tal como para o milho, também a produtividade do arroz aumentou desde 1980, embora de um modo mais moderado, devido à melhoria das condições tecnológicas de produção e de selecção de sementes mais produtivas. Entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06, a produtividade média aumentou de 4 200 kg/ha para 5 738 kg/ha.

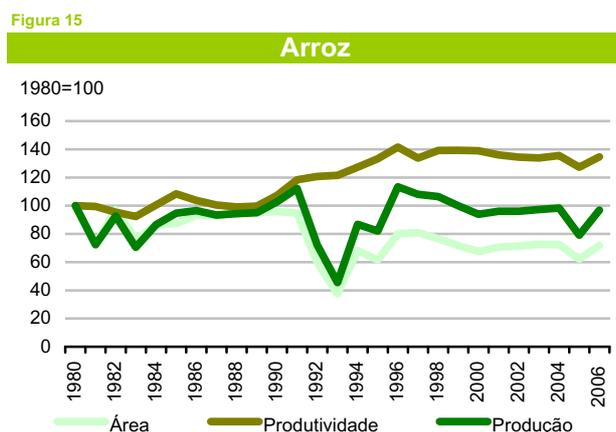
Apesar da diminuição da área, devido ao aumento da produtividade, a produção de arroz é actualmente maior

Quadro 8

Arroz

Portugal

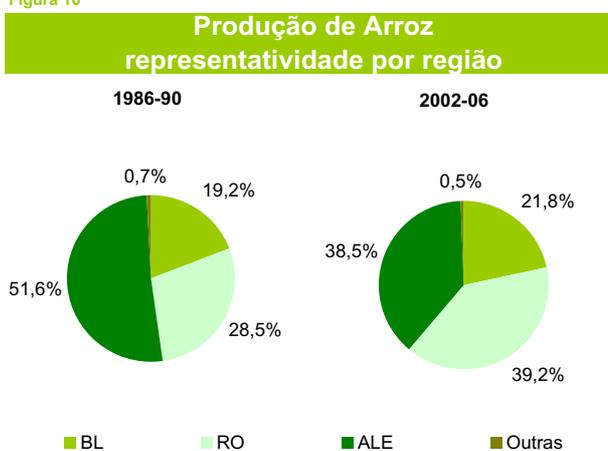
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	35 294	151 860	4 303
1981	25 648	109 784	4 280
1982	34 269	140 699	4 106
1983	26 943	107 010	3 972
1984	30 423	131 534	4 324
1985	30 829	143 772	4 664
1986	32 852	146 618	4 463
1987	32 790	141 702	4 322
1988	33 601	143 357	4 266
1989	33 630	144 269	4 290
1990	33 824	156 072	4 614
1991	33 466	170 477	5 094
1992	21 118	109 704	5 195
1993	13 200	69 000	5 227
1994	24 051	131 741	5 478
1995	21 726	124 554	5 733
1996	28 278	172 230	6 091
1997	28 540	164 189	5 753
1998	27 020	161 774	5 987
1999	25 307	151 650	5 992
2000	23 859	142 611	5 977
2001	24 936	145 932	5 852
2002	25 216	145 905	5 786
2003	25 657	147 802	5 761
2004	25 587	149 255	5 833
2005	21 938	120 179	5 478
2006	25 392	147 196	5 797



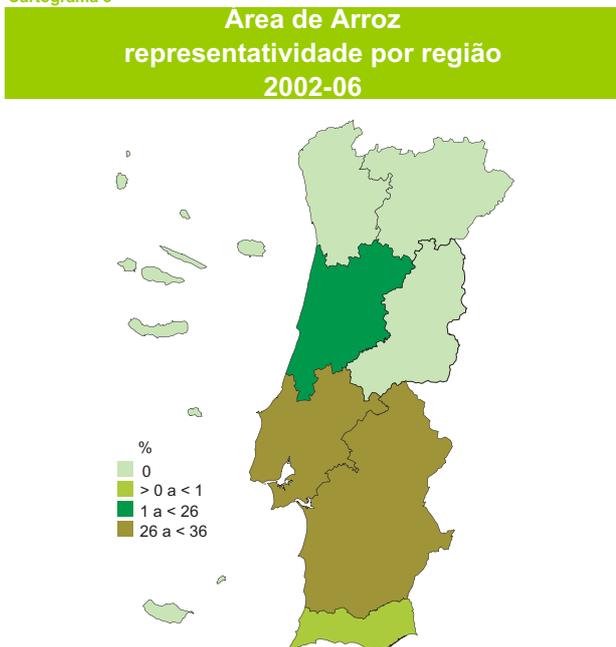
do que no início dos anos 80. A produção anual média foi de 128 mil toneladas no quinquénio 1980-84, sendo de 142 mil toneladas no quinquénio 2002-06, o que representa um aumento de 11%.

As condições particulares do seu cultivo – caule submerso – determinam que o arroz seja produzido nas regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Alentejo, associadas às bacias hidrográficas dos rios Mira, Mondego, Sado e Sorraia. No entanto, a importância relativa das regiões produtoras de arroz alterou-se, com Ribatejo e Oeste a subir de um peso relativo de 28,5% para 39,2% e o Alentejo a descer de 51,6% para 38,5%, comparando as produções anuais médias dos quinquénios 1986-90 e 2002-06.

Figura 16



Cartograma 8



BATAIA

A batata é tradicionalmente um dos mais importantes produtos da agricultura portuguesa, embora a série temporal evidencie um decréscimo contínuo das áreas e produções.

As alterações dos hábitos de consumo e o aumento das importações, que colocam o produto no mercado nacional a preços altamente concorrenciais, justificam em parte esta tendência. Por outro lado, a deficiente e pouco organizada estrutura de comercialização tem sido, ao longo de várias campanhas agrícolas, posta à prova, sem sucesso, no que diz respeito à garantia de escoamento da produção nacional.

A batata é uma cultura que se cultiva em todo o país, embora as quatro principais regiões produtoras – Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral e Ribatejo e Oeste – representassem, no quinquénio 2002-06, cerca de 80% do total. No, entanto a importância relativa das regiões alterou-se, com uma diminuição do peso relativo de Entre Douro e Minho de 18,6% para 10,8% e o aumento de Trás-os-Montes de 16,8% para 18,6%, entre os quinquénios 1986-90 e 2002-06.

Em Entre Douro e Minho ocorreu a maior diminuição de área de batata, com um decréscimo de 74,8% entre os quinquénios 1986-90 e 2002-06.

Quadro 9

Batata			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	120 923	1 678 656	13 882
1981	116 043	1 282 697	11 054
1982	122 557	1 502 781	12 262
1983	129 445	1 394 498	10 773
1984	126 556	1 546 550	12 220
1985	129 955	1 701 597	13 094
1986	122 356	1 576 516	12 885
1987	125 334	1 641 198	13 095
1988	119 426	1 280 086	10 719
1989	120 553	1 358 405	11 268
1990	120 342	1 343 005	11 160
1991	112 310	1 420 870	12 651
1992	110 505	1 583 091	14 326
1993	95 577	1 332 532	13 942
1994	94 566	1 370 734	14 495
1995	95 684	1 420 542	14 846
1996	82 036	1 196 142	14 581
1997	69 464	861 002	12 395
1998	67 729	931 621	13 755
1999	62 171	949 117	15 266
2000	57 345	742 588	12 950
2001	49 789	694 051	13 940
2002	52 606	781 287	14 852
2003	48 127	735 828	15 289
2004	47 906	769 767	16 068
2005	41 386	569 531	13 761
2006	41 350	611 179	14 781

Figura 17

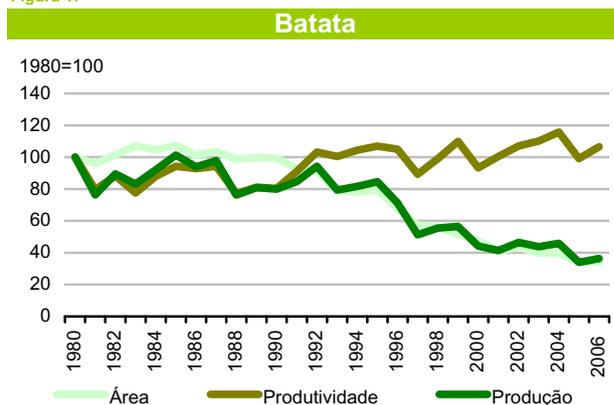
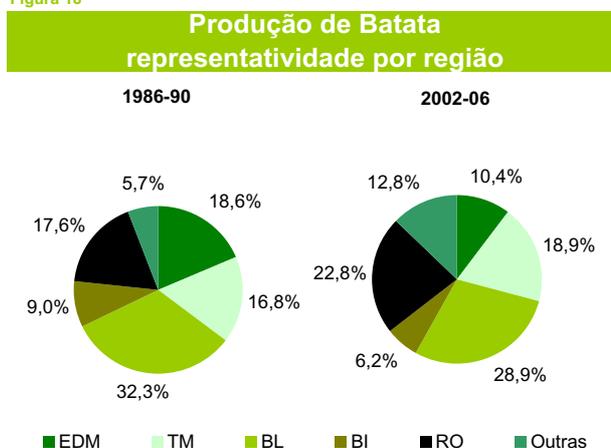
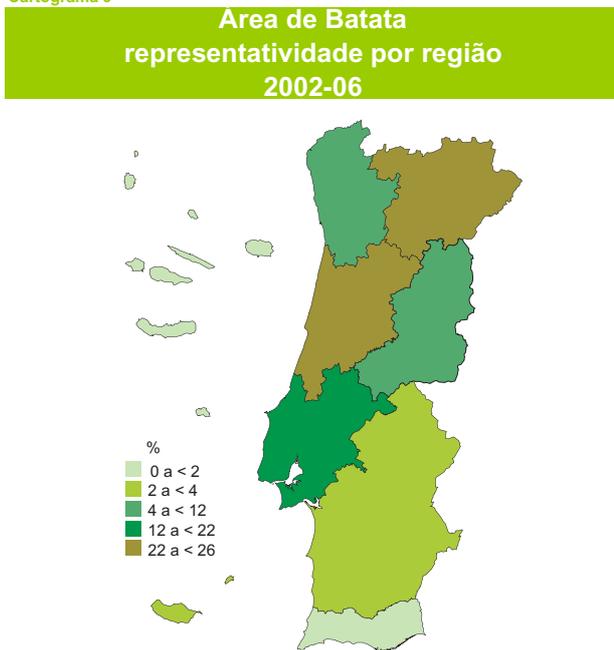


Figura 18



Cartograma 9



FEIJÃO

A cultura do feijão é a que, nos últimos 25 anos, teve a maior quebra de área semeada no país, com uma diminuição de 91% entre 1980 e 2006. Entre as razões para este facto podemos referir as baixas produtividades, os preços pouco competitivos com a importação e o facto das áreas de cultura em associação com o milho se terem fortemente reduzido, em virtude da baixa rentabilidade desta consociação.

Em termos de média quinquenal, a área anual de feijão foi de 76 mil hectares em 1980-84, descendo para 42 mil e 10 mil hectares em 1990-94 e 2002-06, respectivamente.

A produtividade desta cultura teve um acréscimo a partir da segunda metade dos anos 80, o que permitiu durante

algum tempo atenuar a diminuição da produção, apesar da redução da área. No entanto, na média do quinquénio 2002-06 a produção anual de feijão foi apenas de 4 489 toneladas, o que representa um decréscimo de 84,6% em relação à média do quinquénio 1980-84.

A cultura do feijão realiza-se predominantemente em Entre Douro e Minho e na Beira Litoral, tendo representado 72,7% do total da área média no quinquénio 2002-06.

Contudo, devido a uma produtividade bastante mais elevada, a região com maior produção é a Beira Litoral, com uma produção anual média de 1 916 toneladas no quinquénio 2002-06.

Quadro 10

Feijão			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	86 091	32 039	372
1981	76 374	23 517	308
1982	77 455	27 194	351
1983	72 145	30 102	417
1984	67 034	32 662	487
1985	61 799	33 613	544
1986	62 894	33 900	539
1987	61 978	33 952	548
1988	59 140	34 129	577
1989	61 158	34 640	566
1990	59 214	31 007	524
1991	58 375	28 083	481
1992	41 817	23 187	554
1993	27 636	14 509	525
1994	25 447	13 516	531
1995	23 594	12 635	536
1996	21 266	11 887	559
1997	18 563	10 643	573
1998	16 369	9 737	595
1999	12 742	6 472	508
2000	11 962	6 157	515
2001	11 355	5 842	514
2002	10 839	5 650	521
2003	10 636	4 943	465
2004	10 363	4 627	447
2005	8 437	3 024	358
2006	7 945	4 198	528

Figura 19

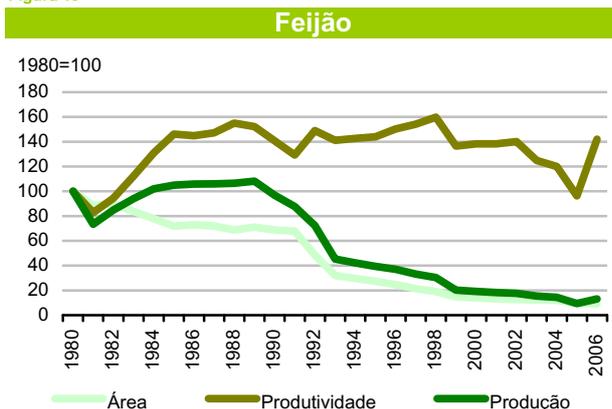
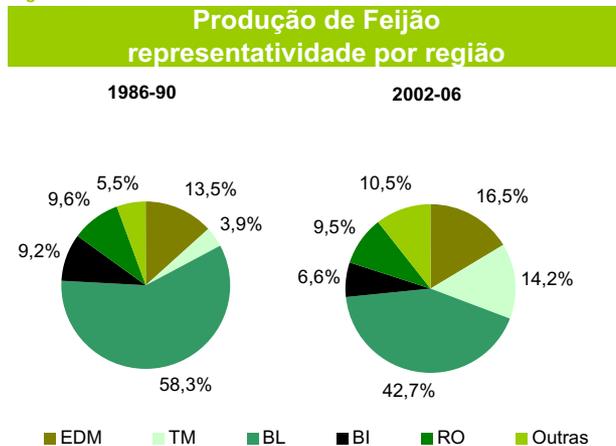
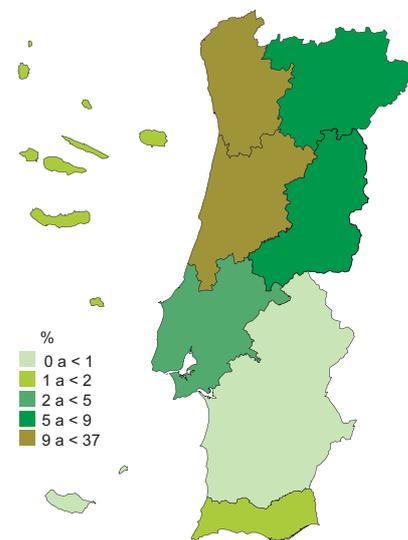


Figura 20



Cartograma 10



GRÃO-DE-BICO

A área semeada de grão-de-bico foi de 1 268 hectares em 2006, o que representa uma diminuição para 1/8 da existente em 1980, sendo a menor área cultivada desde esse ano.

Tal como para o feijão, a produtividade média do grão-de-bico teve uma evolução positiva entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06.

Apesar disso, a produção anual média de grão-de-bico no quinquénio 2002-06 foi de 1 041 toneladas, o que representa uma quebra de 67,5% relativamente à média do quinquénio 1980-84.

O Alentejo é a região em que o grão-de-bico mais se cultiva, com uma área anual média de 1 343 hectares no quinquénio 2002-06, seguindo-se as regiões da Beira Litoral e Beira Interior.

Em termos de produção regional de grão-de-bico, o Alentejo no quinquénio 2002-06 representou 61,6% do total, próximo do peso relativo do quinquénio 1986-90, enquanto se verificou uma diminuição da importância relativa nas regiões Beira Interior e Ribatejo e Oeste de 10,4% para 5,6% e de 8,4% para 5,4%, respectivamente.

Quadro 11

Grão-de-bico			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	10 669	4 337	407
1981	7 800	2 249	288
1982	8 012	2 858	357
1983	7 664	2 430	317
1984	7 076	4 127	583
1985	6 845	3 900	570
1986	6 647	3 680	554
1987	6 358	3 655	575
1988	6 278	3 445	549
1989	6 311	3 640	577
1990	6 402	3 563	557
1991	6 382	3 485	546
1992	3 782	2 194	580
1993	3 252	2 069	636
1994	2 953	2 040	691
1995	2 568	1 701	662
1996	2 703	1 956	724
1997	2 543	1 789	703
1998	2 523	1 684	667
1999	1 957	960	490
2000	1 728	951	550
2001	1 886	992	526
2002	1 914	1 094	571
2003	2 772	1 415	510
2004	2 575	1 445	561
2005	1 364	537	394
2006	1 268	714	563

Figura 21

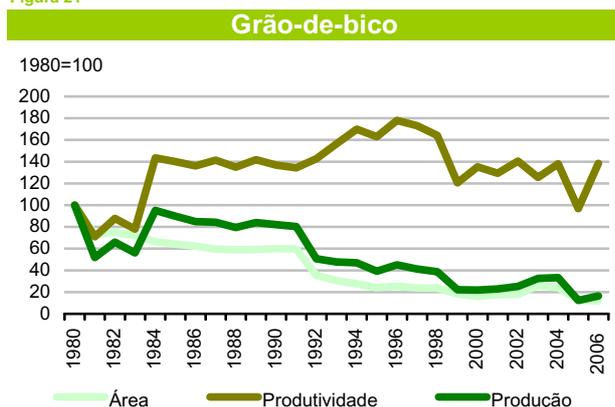
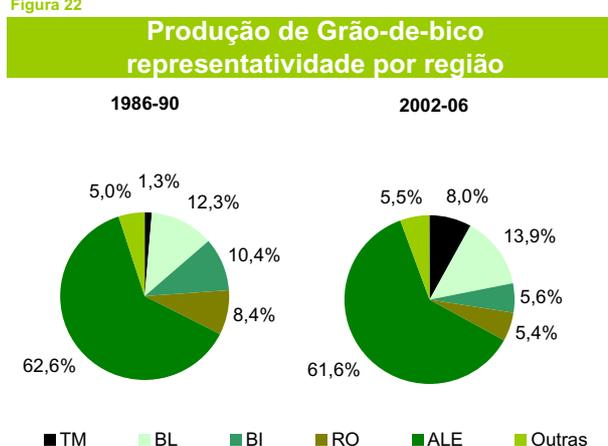
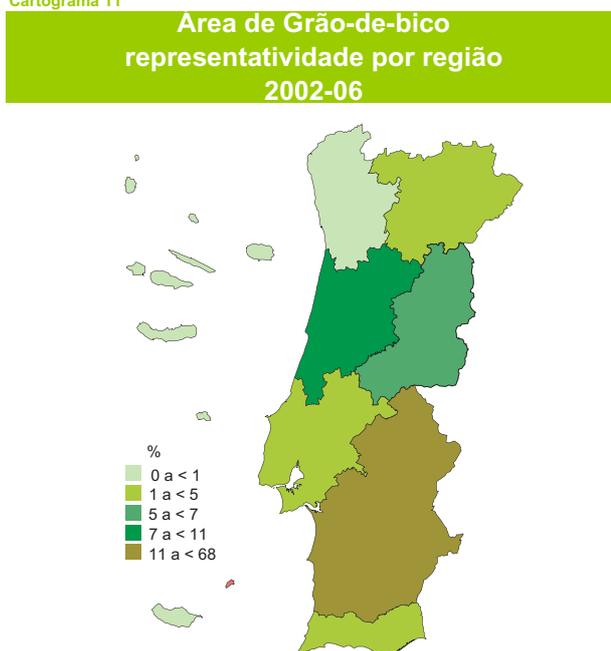


Figura 22



Cartograma 11



BETERRABA SACARINA

A beterraba sacarina é uma cultura cultivada há muito tempo nos Açores, mas, no Continente, só a partir de meados dos anos 90, devido a ajudas comunitárias, se iniciou o seu cultivo. O ano de 1997 foi o primeiro em que a área semeada atingiu, no Continente, alguma dimensão, com 3 148 hectares, aumentando nos anos seguintes e atingindo no triénio 2004-06 a área anual média ser de 6 722 hectares.

A beterraba sacarina é cultivada na sua quase totalidade em Ribatejo e Oeste e no Alentejo, com a área anual média no triénio 2004-06 a representar, no conjunto destas regiões, 92% do total.

A maior produção anual de beterraba sacarina verificou-se em 2002 em Ribatejo e Oeste, com 410 mil toneladas.

No entanto, comparando a produção anual média entre os triénios 1997-99 (os primeiros anos com alguma dimensão de área semeada no Continente) e o triénio 2004-2006, verifica-se um acréscimo do peso relativo no Alentejo de 36,0% para 39,3%, e uma ligeira diminuição em Ribatejo e Oeste. Os Açores tiveram um peso relativo de apenas 3,1% no triénio 2004-06.

Quadro 12

Beterraba sacarina			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	917	38 036	41 479
1981	696	28 915	41 545
1982	731	30 380	41 560
1983	1 009	41 957	41 583
1984	1 102	55 107	50 006
1985	622	31 095	49 992
1986	786	39 310	50 013
1987	616	19 089	30 989
1988	190	8 289	43 626
1989	235	12 053	51 289
1990	265	12 692	47 894
1991	250	11 931	47 724
1992	367	19 259	52 477
1993	627	31 962	50 976
1994	1 049	50 085	47 745
1995	1 313	56 991	43 405
1996	737	32 400	43 987
1997	3 502	149 514	42 698
1998	3 487	187 649	53 816
1999	8 247	505 323	61 272
2000	7 891	461 735	58 513
2001	5 373	280 888	52 278
2002	9 040	643 859	71 224
2003	7 493	484 149	64 614
2004	8 358	626 562	74 964
2005	8 623	604 879	70 147
2006	4 275	320 039	74 863

Figura 23

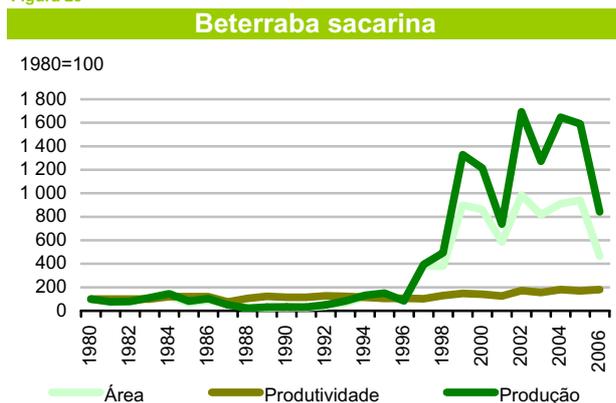
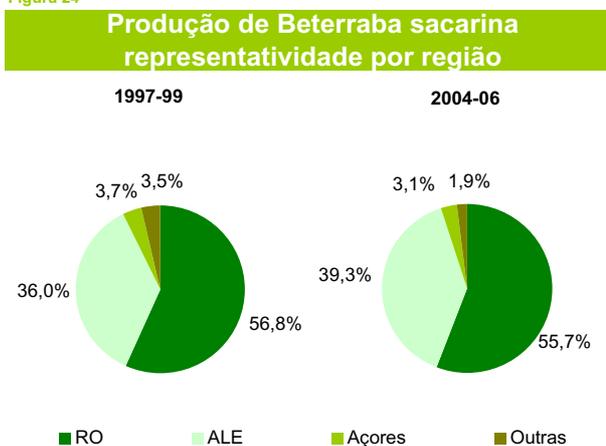
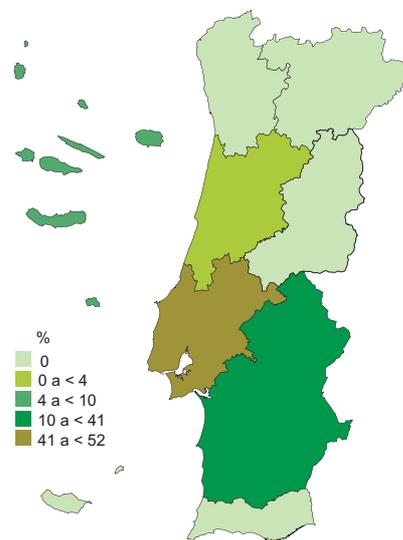


Figura 24



Cartograma 12



GIRASSOL

A cultura do girassol teve um grande incremento após a adesão de Portugal à CEE, em 1986, e tem sido fortemente dependente da Política Agrícola Comum, tendo as áreas e as produções evoluído de acordo com as alterações das políticas.

Assim, a área anual média nos quinquénios 1980-84 e 2002-06 são muito próximas, respectivamente, 27 mil e 23 mil hectares, enquanto no quinquénio 1990-94 a área semeada foi de 94 mil hectares, com um máximo de área de 133 mil hectares em 1994.

A produtividade desta cultura foi sempre muito irregular desde 1980, porque a ajuda aos agricultores era concedida em função da área, não obrigando à sua

colheita, pelo que a produção nem sempre foi totalmente colhida. A maior produção de girassol verificou-se em 1990, com 60 741 toneladas, enquanto em 2006 a produção foi de apenas 4 113 toneladas.

Embora o girassol seja quase exclusivamente cultivado em Ribatejo e Oeste e no Alentejo, é nesta região que actualmente se concentra quase exclusivamente a produção de girassol, atingindo 98,1% do total no quinquénio 2002-06, enquanto no quinquénio 1986-90 era de 87,2%.

Em termos de importância relativa das áreas semeadas também o Alentejo viu aumentado o seu peso relativo, atingindo 97,3% do total no quinquénio 2002-06.

Quadro 13

Girassol			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	24 984	22 201	889
1981	23 172	8 442	364
1982	27 618	23 710	858
1983	20 764	10 824	521
1984	37 690	28 436	754
1985	39 620	28 413	717
1986	43 958	32 907	749
1987	42 706	28 705	672
1988	69 136	58 200	842
1989	55 309	45 930	830
1990	105 000	60 741	578
1991	60 250	34 190	567
1992	77 000	51 000	662
1993	95 000	45 064	474
1994	132 980	40 000	301
1995	94 365	26 120	277
1996	106 180	38 297	361
1997	66 581	26 980	405
1998	59 706	37 679	631
1999	50 134	17 538	350
2000	51 840	28 566	551
2001	41 523	23 623	569
2002	37 582	21 139	562
2003	36 628	18 015	492
2004	28 367	13 917	491
2005	7 069	2 398	339
2006	7 788	4 113	528

Figura 25

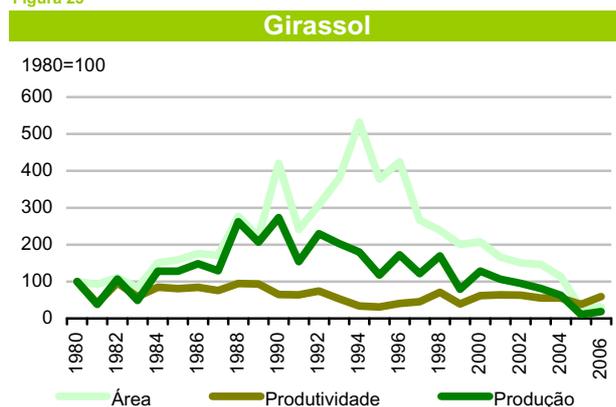
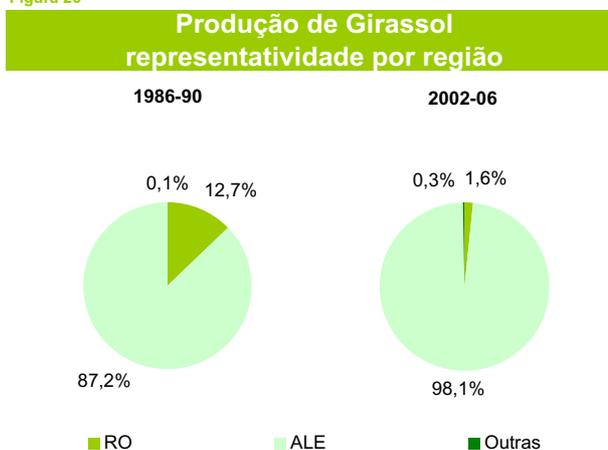


Figura 26



Cartograma 13



TABACO

A cultura do tabaco foi impulsionada pela adesão à CEE em 1986, o que se traduziu num grande impacto para o sector, quer em termos económicos, quer sociais. Sem as ajudas comunitárias será economicamente inviável a cultura do tabaco em Portugal, pelos custos de produção elevados relativamente a países tradicionalmente produtores da América Latina e África. A área está circunscrita a três regiões: A Beira Litoral por deter as melhores condições edafo-climáticas do país para a produção de tabaco tipo Burley, a Beira Interior pelas áreas de regadio disponíveis e menor concorrência com outras culturas temporárias e o

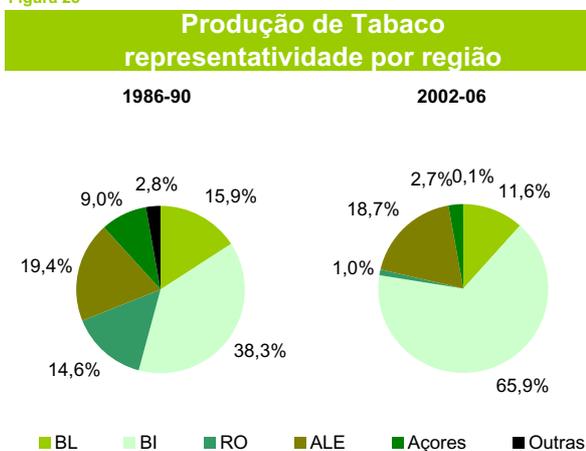
Ribatejo e Oeste, que no entanto veio a perder importância dada a inferior qualidade das ramas produzidas e a preferência na região pelas culturas horto-frutícolas e cereais de Primavera/Verão.

Actualmente e devido à alteração do regime de ajudas comunitárias, a cultura está em declínio verificando-se que em 2006 a produção ficou-se pelas 2 383 toneladas, cerca de 35% da produção registada em 1998, ano mais produtivo da série. A tendência futura será para uma redução da produção.

Quadro 14

Portugal			
Tabaco			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	603	966	1 602
1981	694	1 167	1 682
1982	795	1 427	1 795
1983	1 090	2 036	1 868
1984	1 465	3 058	2 087
1985	1 591	3 482	2 189
1986	2 000	4 277	2 139
1987	1 933	3 792	1 962
1988	1 965	3 852	1 960
1989	2 081	4 849	2 330
1990	2 262	4 911	2 171
1991	2 465	5 457	2 214
1992	2 190	4 335	1 979
1993	1 956	2 532	1 295
1994	1 787	4 699	2 629
1995	2 009	4 945	2 462
1996	2 289	6 206	2 711
1997	2 506	5 845	2 332
1998	2 595	6 880	2 651
1999	2 188	5 785	2 644
2000	2 118	6 135	2 896
2001	2 020	5 764	2 853
2002	1 901	5 603	2 947
2003	1 966	5 735	2 918
2004	1 788	5 357	2 996
2005	1 618	4 749	2 935
2006	791	2 383	3 013

Figura 28



Cartograma 14

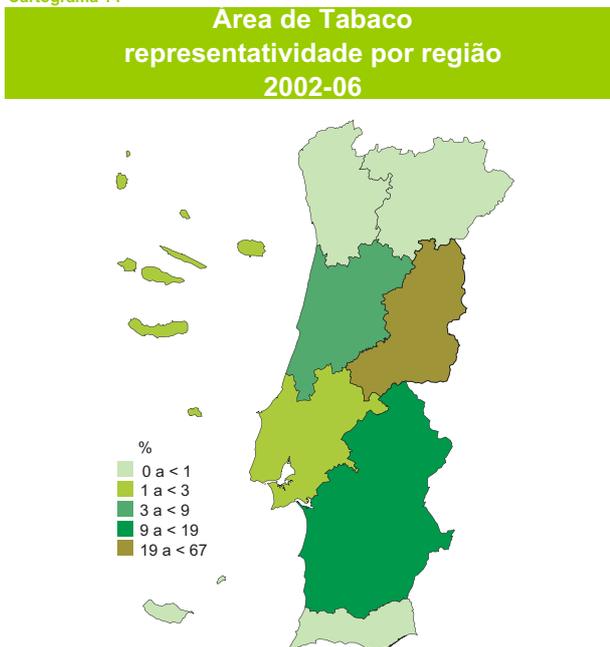
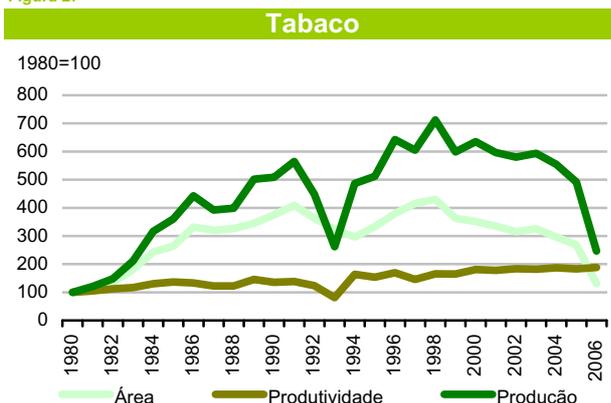


Figura 27



TOMATE PARA A INDÚSTRIA

Portugal é o sexto maior produtor mundial de tomate para a indústria, com as exportações da indústria a ultrapassarem os 90% da produção nacional. Dos milhares de produtores existentes no início do período em análise, restam apenas pouco mais de meia centena, verificando-se contudo significativos ganhos de produtividade e produção, só possíveis devido aos investimentos efectuados no sector (selecção de variedades, aconselhamento técnico, técnicas de cultivo, aumento da dimensão das explorações) e às condições naturais muito favoráveis a esta cultura.

O tomate para transformação industrial é cultivado quase exclusivamente no Ribatejo e Oeste e no Alentejo.

O Ribatejo e Oeste tem a maior área de tomate para a indústria, a maior produtividade e a maior produção, que no quinquénio 2002-06 representou 82,7% do total.

Quadro 15

Tomate para a indústria			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	18 051	456 638	25 297
1981	17 935	394 823	22 014
1982	17 771	523 095	29 435
1983	19 224	557 761	29 014
1984	21 362	729 241	34 137
1985	20 698	735 709	35 545
1986	18 360	656 461	35 755
1987	13 594	463 313	34 082
1988	14 223	456 264	32 079
1989	14 729	619 871	42 085
1990	16 943	825 862	48 744
1991	14 486	697 957	48 181
1992	9 370	450 000	48 026
1993	9 400	509 073	54 157
1994	15 477	879 000	56 794
1995	15 580	838 850	53 841
1996	16 830	914 300	54 326
1997	16 792	792 736	47 209
1998	17 634	1 088 549	61 730
1999	15 127	1 010 406	66 796
2000	12 934	890 594	68 855
2001	11 491	911 535	79 326
2002	11 898	867 416	72 904
2003	12 451	894 181	71 816
2004	14 015	1 200 930	85 689
2005	13 684	1 085 065	79 294
2006	13 014	983 191	75 549

Figura 29

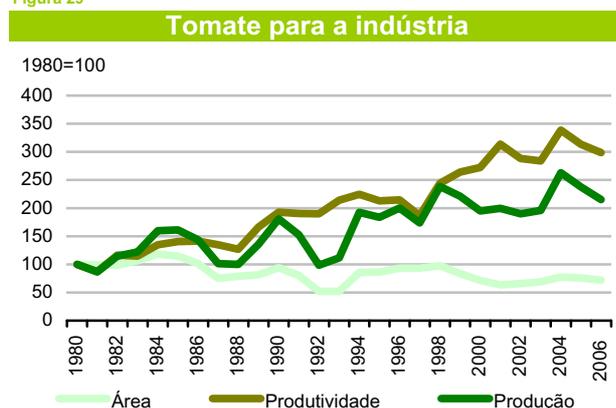
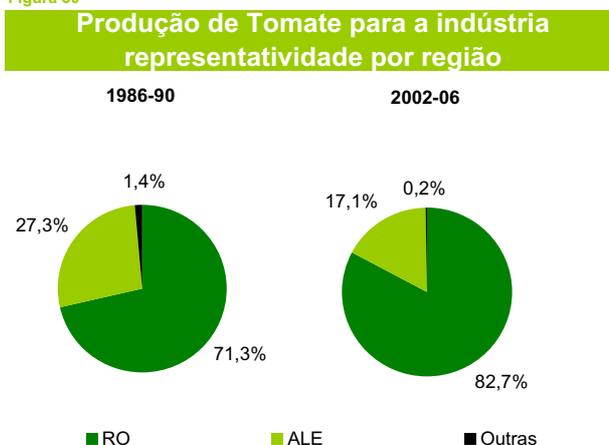
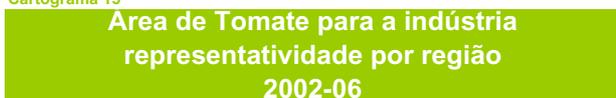


Figura 30



Cartograma 15



MAÇÃ

A produção de maçã é efectuada, sobretudo, em pequenas explorações. A área ocupada por estes pomares manteve-se relativamente estável ao longo do período em análise. Já a produção apresenta algumas assimetrias regionais, com o volume de produção a aumentar em Trás-os-Montes mas a evidenciar fortes oscilações nas restantes regiões produtoras.

Ribatejo e Oeste é a principal região produtora de maçã, verificando-se, no entanto, que a área anual média

ocupada teve uma quebra de 22,6% entre os quinquênios 1986-90 e 2002-06, contrariamente a Trás-os-Montes, a segunda região mais importante.

Apesar disso, em termos de produção de maçã, o peso relativo da região de Ribatejo e Oeste no total do país aumentou de 36,2% para 39,5% entre os quinquênios 1986-90 e 2002-06. No entanto, esse aumento ainda foi maior em Trás-os-Montes, de 24,7% para 31,1%, enquanto no Alentejo diminuiu de 5,1% para 2,8%.

Quadro 16

Maçã			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	21 683	205 989	9 500
1981	22 113	199 017	9 000
1982	22 743	216 059	9 500
1983	23 268	232 680	10 000
1984	23 383	222 139	9 500
1985	23 583	247 622	10 500
1986	23 856	238 560	10 000
1987	23 788	249 775	10 500
1988	24 188	241 880	10 000
1989	24 162	265 782	11 000
1990	24 567	282 521	11 500
1991	24 765	263 350	10 634
1992	24 915	281 033	11 280
1993	25 084	264 122	10 529
1994	24 879	212 015	8 522
1995	24 209	234 897	9 703
1996	24 313	256 712	10 559
1997	24 308	285 716	11 754
1998	23 095	160 075	6 931
1999	21 096	294 657	13 968
2000	21 213	226 745	10 689
2001	21 332	264 594	12 404
2002	21 388	300 482	14 049
2003	21 576	287 493	13 325
2004	21 414	277 301	12 950
2005	20 938	252 082	12 039
2006	20 674	246 812	11 938

Figura 31

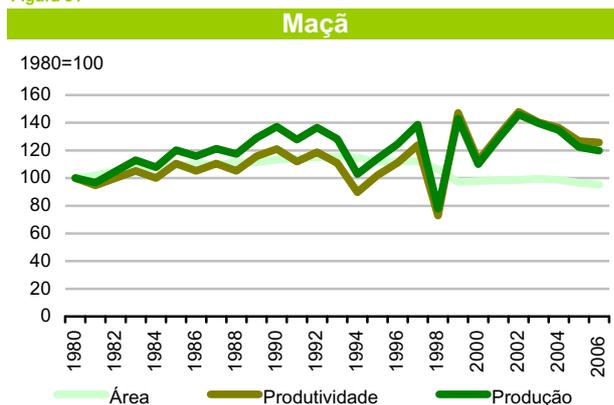
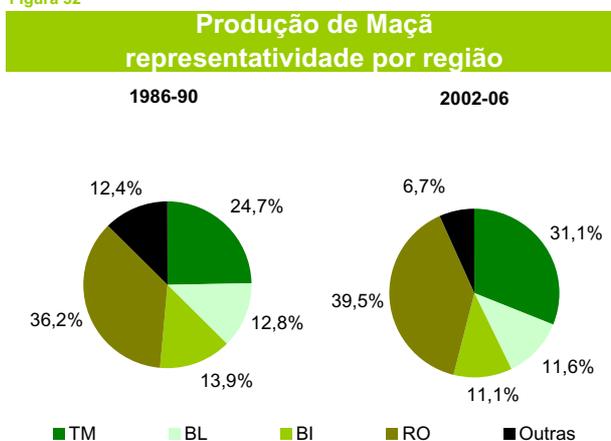
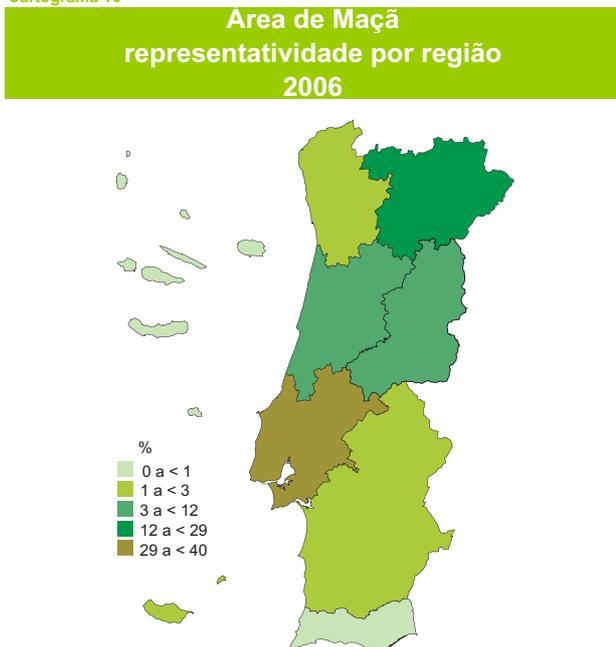


Figura 32



Cartograma 16



PÊRA

A pêra rocha é o fruto mais exportado de Portugal, representando cerca de 90% da produção nacional de pêra e 6% da produção europeia.

Apesar da importância dos números, a área de pereira apresenta um crescimento pouco significativo entre os anos extremos do período em análise. A existência de uma considerável área de sequeiro passível de reconversão, deixa margem para o aumento de competitividade do sector. A produção de 1998 foi a mais baixa da série, em consequência da fraca

diferenciação floral e deficiente frutificação, em contraponto com a produção registada em 2004, uma das mais elevadas, que atingiu as 188 mil toneladas.

É na região de Ribatejo e Oeste que se concentra a maior parte da área de pereira e da produção de pêra, tendo mesmo a região vindo a ganhar maior preponderância, dado o peso relativo da produção anual média no total do país ter aumentado de 83,7% para 87,8%, entre os quinquênios 1986-90 e 2002-06.

Quadro 17

Pêra			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	11 244	80 675	7 175
1981	11 444	75 389	6 588
1982	11 924	94 791	7 950
1983	12 223	87 675	7 173
1984	12 539	93 768	7 478
1985	13 124	96 704	7 368
1986	13 239	95 839	7 239
1987	14 494	96 530	6 660
1988	14 454	85 770	5 934
1989	14 537	91 438	6 290
1990	14 627	94 730	6 476
1991	14 513	94 573	6 516
1992	14 346	100 677	7 018
1993	13 702	98 120	7 161
1994	13 683	131 413	9 604
1995	13 814	82 748	5 990
1996	13 680	110 927	8 109
1997	13 537	190 191	14 050
1998	13 129	19 622	1 495
1999	12 367	131 304	10 617
2000	12 570	141 835	11 283
2001	12 609	141 776	11 244
2002	12 773	125 294	9 809
2003	12 906	89 664	6 947
2004	13 002	187 567	14 426
2005	12 897	130 227	10 097
2006	12 871	174 641	13 569

Figura 33

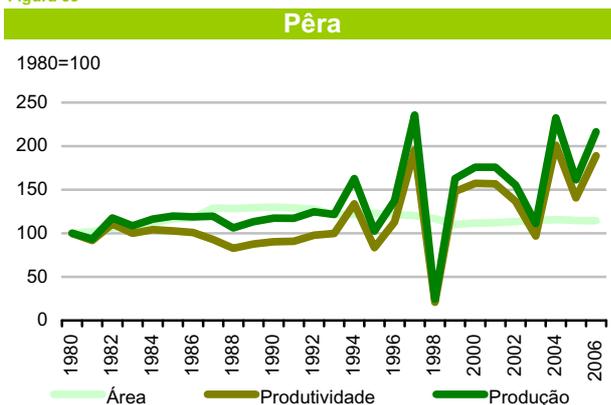
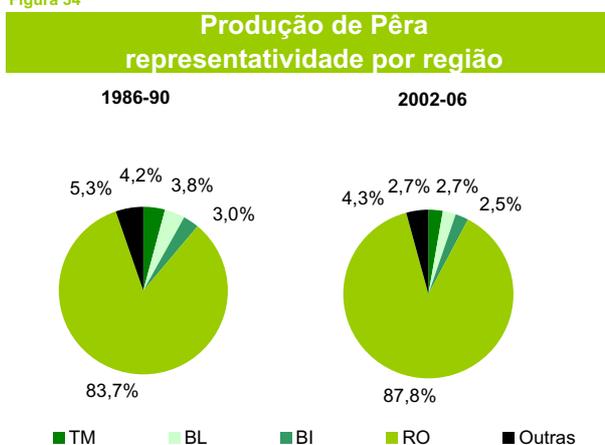
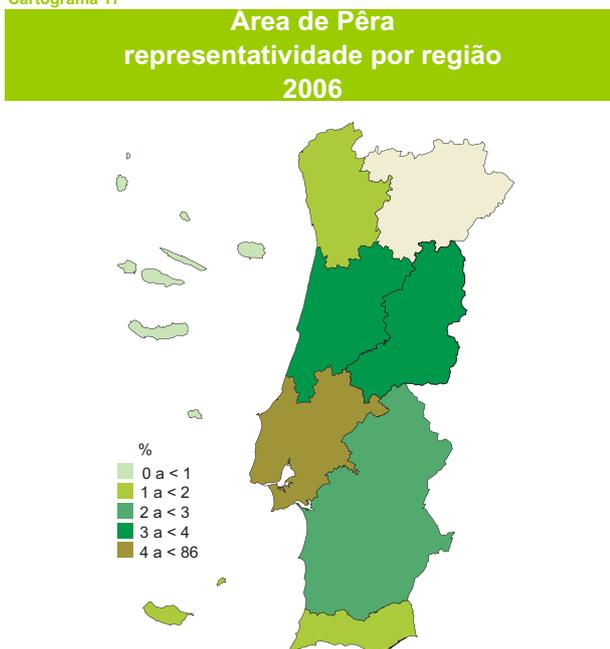


Figura 34



Cartograma 17



PÊSSEGO

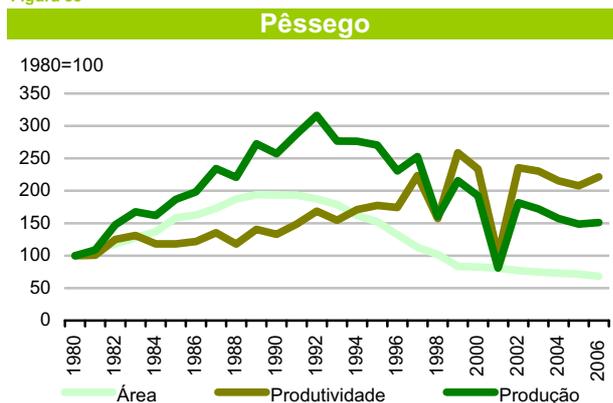
A área de pessegueiro teve um grande crescimento a partir da segunda metade da década de 80 até ao início dos anos 90, para então começar a diminuir, verificando-se uma quebra assinalável nos últimos anos. A cessação do programa de ajudas à plantação associada à selecção de variedades pouco ajustadas às condições edafo-climáticas do país (muitas delas foram introduzidas por operadores espanhóis) e a pulverização da produção por explorações de reduzida dimensão, são alguns dos factores que contribuem para esta tendência.

Assim, de uma área anual média no quinquénio 1980-84 de 10,3 mil hectares, aumentou para 15,9 mil hectares no quinquénio 1990-94 e diminuiu para 6,3 mil hectares no quinquénio 2002-06.

Quadro 18

Pêssego			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	8 681	33 077	3 810
1981	9 372	35 969	3 838
1982	10 257	48 841	4 762
1983	11 089	55 445	5 000
1984	11 907	53 582	4 500
1985	13 730	61 786	4 500
1986	14 131	65 579	4 641
1987	15 011	77 471	5 161
1988	16 261	73 060	4 493
1989	16 842	90 123	5 351
1990	16 806	85 116	5 065
1991	16 783	95 131	5 668
1992	16 278	104 596	6 426
1993	15 544	91 542	5 889
1994	14 035	91 443	6 515
1995	13 221	89 455	6 766
1996	11 497	76 296	6 636
1997	9 815	83 620	8 520
1998	8 856	53 099	5 996
1999	7 238	71 319	9 854
2000	7 149	63 596	8 896
2001	7 007	26 759	3 819
2002	6 697	60 104	8 975
2003	6 485	56 927	8 778
2004	6 342	52 041	8 206
2005	6 210	49 151	7 915
2006	5 925	49 987	8 437

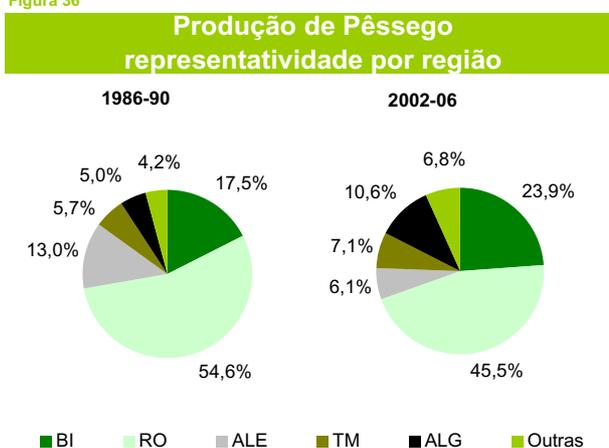
Figura 35



Ribatejo e Oeste é a região com maior área de pessegueiro, seguindo-se a Beira Interior, com uma área anual média no quinquénio 2002-06 de 2 619 hectares e de 1 537 hectares, respectivamente. O Alentejo foi a região que mais perdeu em área desde 1986, ao diminuir de 1 755 para 465 hectares em 2006.

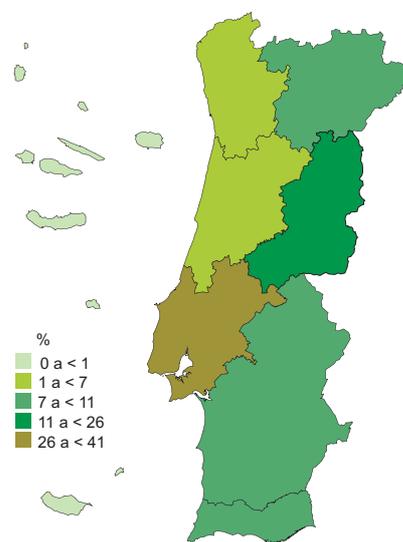
Em termos de produção de pêssego, comparando a média anual dos quinquénios 1986-90 e 2002-06 verifica-se uma perda de importância relativa de Ribatejo e Oeste e Alentejo de 54,6% para 45,5% e de 13,0% para 6,1%, respectivamente, e um aumento da Beira Interior de 17,5% para 23,9%.

Figura 36



Cartograma 18

Area de Pêssego representatividade por região 2006



CEREJA

A área de cerejeira apresenta uma tendência crescente desde 1980, coincidindo a área mínima (2,9 mil hectares) e a máxima (6,3 mil hectares) com o princípio e final da série em análise, respectivamente. De facto, trata-se de uma cultura com forte tradição e que no período em análise foi beneficiada com investimentos consideráveis efectuados no âmbito dos diversos quadros comunitários de apoio.

A produtividade, decorrente do facto de existirem novas áreas de plantação que ainda não se encontram em plena produção e de pomares antigos em fase de reconversão, regista uma tendência inversa. Contudo, e tendo em conta as iniciativas que estão a ser tomadas no sector com a plantação de novos pomares, a

introdução de novos porta-enxertos, variedades mais valorizadas no mercado e novas técnicas de cultivo, embalagem e comercialização, a expectativa é a de que a produção venha a registar sucessivos acréscimos nos próximos anos.

As duas principais regiões para a cultura da cerejeira são Trás-os-Montes e a Beira Interior (Cova da Beira), representando 85% da área total do país em 2006, com Trás-os-Montes a deter a maior área. Contudo, devido a uma maior produtividade, a Beira Interior é a principal região em termos de produção, com uma produção anual média de cereja de 8 666 toneladas no quinquénio 2002-06, correspondendo a 53,2% do total.

Quadro 19

Cereja			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	2 925	11 157	3 814
1981	2 941	10 900	3 706
1982	2 952	13 080	4 431
1983	2 999	12 950	4 318
1984	3 059	12 303	4 022
1985	3 124	12 672	4 056
1986	3 176	9 757	3 072
1987	3 265	8 000	2 450
1988	3 350	5 000	1 493
1989	3 016	10 506	3 483
1990	3 016	11 310	3 750
1991	3 086	13 570	4 397
1992	3 601	15 119	4 199
1993	4 093	13 131	3 208
1994	4 292	11 624	2 708
1995	4 516	9 520	2 108
1996	4 790	11 531	2 407
1997	5 075	11 471	2 260
1998	5 389	4 131	767
1999	5 664	16 756	2 958
2000	5 733	7 632	1 331
2001	5 801	11 981	2 065
2002	5 875	19 990	3 402
2003	5 960	14 135	2 372
2004	6 237	16 149	2 589
2005	6 278	15 612	2 487
2006	6 350	15 561	2 451

Figura 37

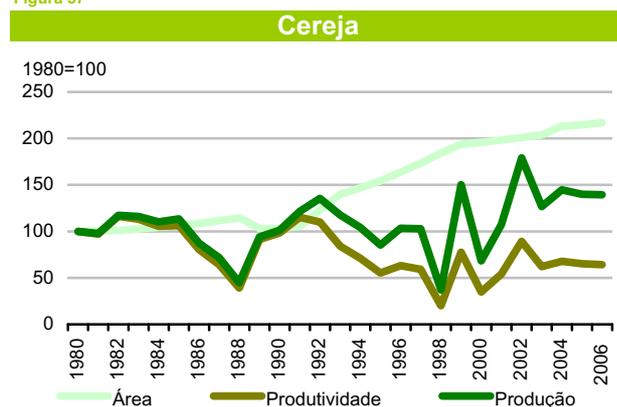
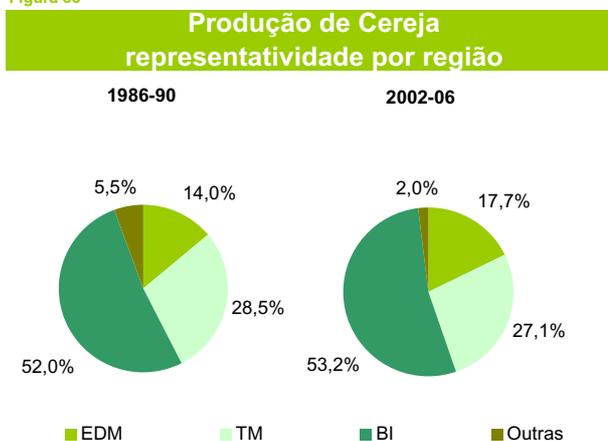
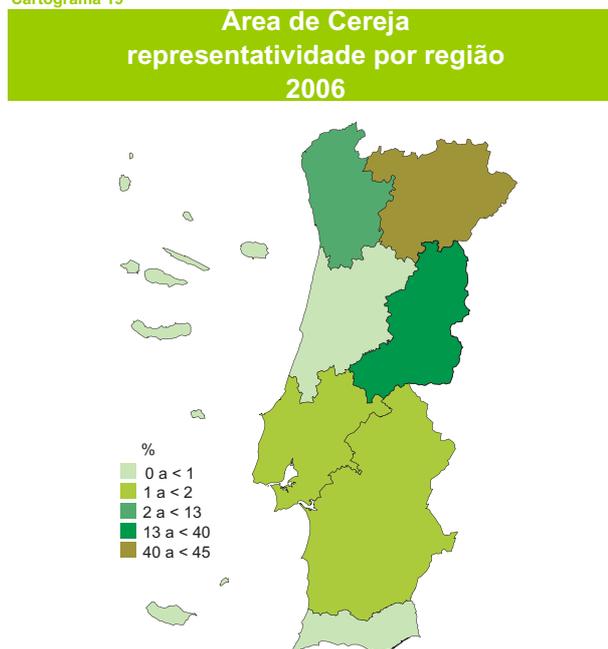


Figura 38



Cartograma 19



Kiwi

A cultura do kiwi foi introduzida na Europa apenas na década de 70, pelo que só começou a ter alguma dimensão no país nos finais dos anos 80, tendo aumentado a área nos anos 90, com um máximo de 1 133 hectares em 1998, para apresentar algum decréscimo nos anos seguintes, a que se sucedeu novo aumento, tendo a área atingido o máximo de 1 307 hectares em 2006.

A melhoria da rentabilidade das explorações agrícolas e a introdução de novas técnicas na cultura, associadas ao aumento da competitividade e grau de profissionalização dos kiwicultores, determinou um aumento da produtividade ao longo do período em análise, com a produção média anual de kiwi no quinquénio 2002-06 a ultrapassar em quase 30%, a produção média do quinquénio 1991-95.

A concentração da produção em Entre-Douro e Minho justifica-se pelas condições edafo-climáticas que esta região proporciona. A segunda região mais importante é a Beira Litoral que, contudo se caracteriza pela

pequena dimensão das explorações agrícolas, o que dificulta a expansão da cultura.

Com 67,2% da área total de kiwi do país em 1989, que aumentou para 76,9% em 2006, a região de Entre Douro e Minho é a mais importante na cultura do kiwi, seguindo-se a Beira Litoral, com 20,7% da área total em 2006.

Em termos de produção de kiwi, o conjunto destas duas regiões foram responsáveis no quinquénio 2002-06 por 98,4% da produção total. No entanto, verifica-se que Entre Douro e Minho reforçou a sua importância relativa no total da produção de kiwi no país, ao subir de 70,3% para 83,9% entre os quinquénios 1991-95 e 2002-06, enquanto a Beira Litoral desceu de 22,7% para 14,5%.

O aumento das áreas plantadas e da produtividade dos pomares de kiwi, bem como a importação de novas técnicas de cultivo e comercialização, fazem prever um aumento significativo da produção nos próximos anos.

Quadro 20

Kiwi			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1989	710	2 679	3 773
1990	855	2 515	2 942
1991	1 025	5 025	4 902
1992	1 055	10 048	9 524
1993	1 064	10 136	9 526
1994	1 110	9 239	8 323
1995	1 094	8 860	8 099
1996	1 113	10 562	9 490
1997	1 133	10 459	9 231
1998	1 133	5 111	4 511
1999	978	10 895	11 142
2000	978	8 939	9 140
2001	988	7 611	7 706
2002	1 005	11 163	11 107
2003	1 014	10 549	10 403
2004	1 061	10 866	10 237
2005	1 212	11 294	9 319
2006	1 307	11 997	9 179

Figura 39

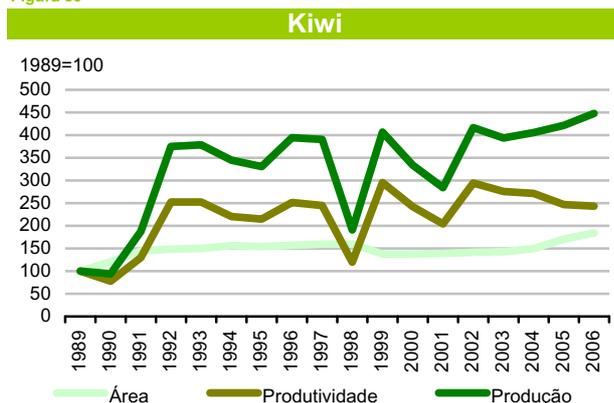
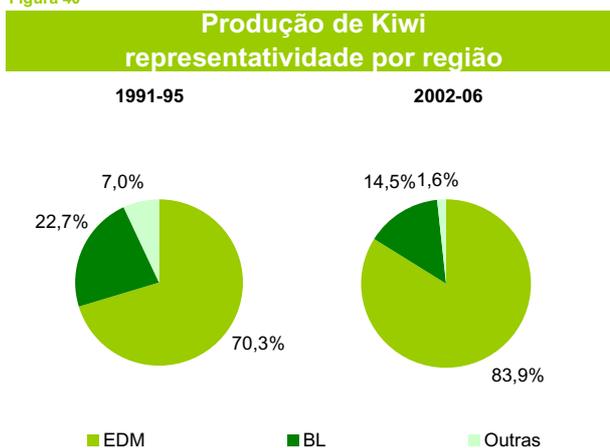
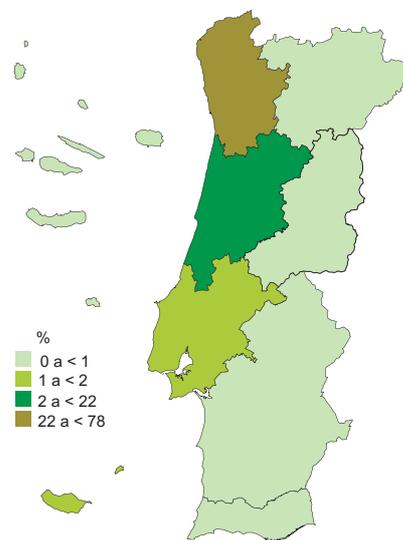


Figura 40



Cartograma 20



LARANJA

A área de laranjeira aumentou regularmente desde 1980, sendo de 20 mil hectares em 2006, enquanto em 1980 era de 16 mil hectares, o que representa um acréscimo de 23%.

A instalação/reconversão em novos pomares, promovidos quer pelas crescentes exigências de mercado, quer pela acção das Organizações de produtores na dinamização e orientação do sector para maior e melhor produção, a melhoria das técnicas de cultura e variedades/porta-enxertos mais produtivos e ainda o apoio da indústria, que permite uma garantia do escoamento dos frutos, conduziram a um aumento significativo da produção e produtividade. De facto e por comparação entre o primeiro e último quinquénio

da série, constata-se que a produtividade passou de 7,8 para 11,8 toneladas por hectare. Desta forma, a produção de laranja quase duplicou entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06, com a produção máxima de 277 mil toneladas a verificar-se nos anos de 2002 e 2003.

A grande concentração de citrinos em geral e da laranja, em particular, na região do Algarve, deve-se à sua tipicidade produtora de citrinos, aliada às boas condições climatéricas (reduzido risco de geadas), a uma excelente qualidade em termos organolépticos mas também à falta de alternativas por parte dos agricultores algarvios. Actualmente o Algarve detém 61% da área total de laranja no país.

Quadro 21

Laranja			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	16 195	117 493	7 255
1981	16 495	116 311	7 051
1982	16 595	135 297	8 153
1983	17 095	137 182	8 025
1984	17 243	142 391	8 258
1985	17 295	146 541	8 473
1986	17 698	150 434	8 500
1987	18 179	163 611	9 000
1988	18 159	157 984	8 700
1989	18 793	159 741	8 500
1990	18 973	176 597	9 308
1991	19 331	171 127	8 852
1992	19 861	177 198	8 922
1993	20 187	173 080	8 574
1994	20 088	189 198	9 418
1995	20 398	208 241	10 209
1996	20 553	178 210	8 671
1997	20 827	211 419	10 151
1998	21 267	270 251	12 708
1999	21 254	211 375	9 945
2000	21 368	255 548	11 960
2001	21 575	222 055	10 292
2002	21 650	277 295	12 808
2003	21 775	276 917	12 717
2004	21 562	250 316	11 609
2005	21 017	217 596	10 353
2006	19 932	234 456	11 763

Figura 41

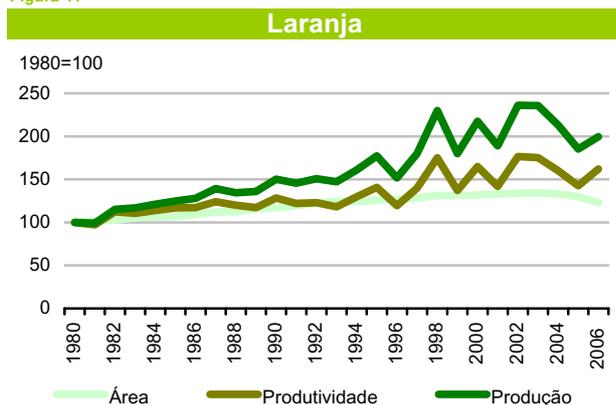
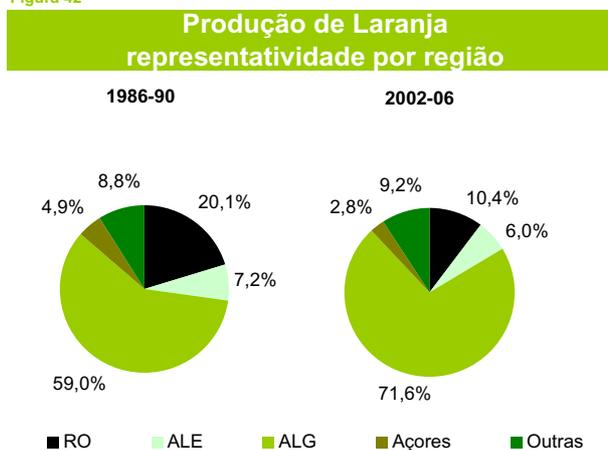
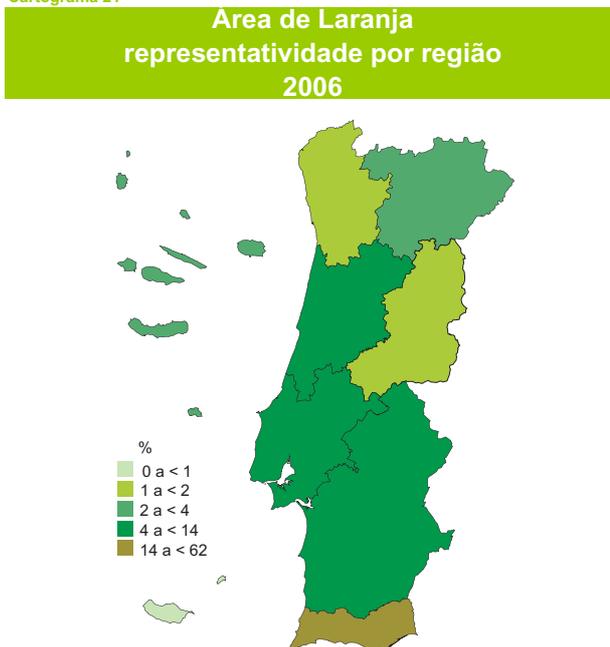


Figura 42



Cartograma 21



TANGERINA

Á área de tangerineira está associada a um vasto número de variedades que têm surgido nos últimos anos.

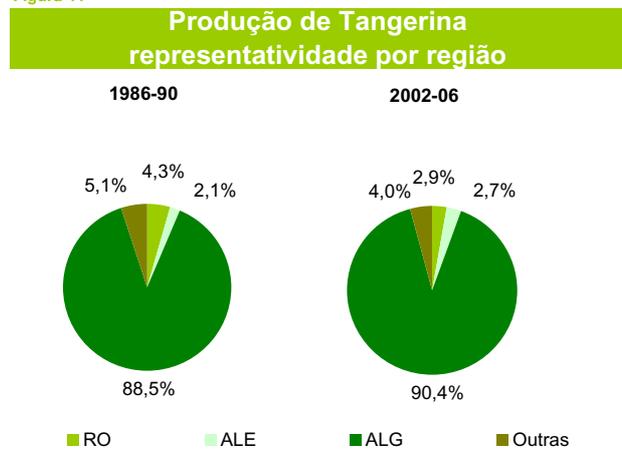
A selecção efectuada levou à adopção de novas variedades mais produtivas do que as tradicionais, mais resistentes a condições climáticas adversas e com maior procura em termos de mercado nacional e europeu.

O aumento da procura (em termos de quantidade e qualidade) também tem contribuído para impulsionar a adesão dos agricultores no sentido de aumentarem as suas produções. Esta situação explica o aumento de área verificado ao longo do período em análise, ocupando actualmente 4 219 hectares, o que representa um aumento de 66%, face a 1980.

Quadro 22

Tangerina			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	2 549	15 983	6 270
1981	2 635	15 889	6 030
1982	2 754	17 463	6 341
1983	2 875	18 469	6 424
1984	2 974	19 991	6 722
1985	3 075	20 998	6 829
1986	3 268	22 503	6 886
1987	3 478	23 697	6 813
1988	3 658	21 938	5 997
1989	3 807	25 482	6 693
1990	3 972	23 425	5 898
1991	4 072	26 468	6 500
1992	4 072	26 977	6 625
1993	3 572	26 777	7 496
1994	3 579	34 822	9 730
1995	3 555	34 983	9 841
1996	3 775	34 502	9 140
1997	3 855	35 234	9 140
1998	3 884	37 707	9 708
1999	4 640	46 348	9 990
2000	4 655	42 100	9 045
2001	4 661	46 325	9 938
2002	4 674	55 866	11 953
2003	4 717	59 801	12 679
2004	4 574	59 617	13 033
2005	4 552	57 766	12 692
2006	4 219	58 938	13 970

Figura 44



Cartograma 22

Area de Tangerina representatividade por região 2006

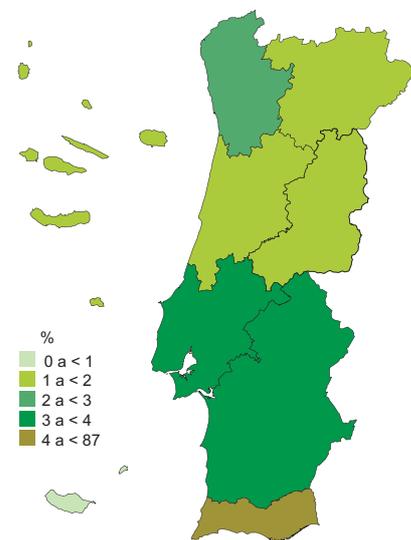
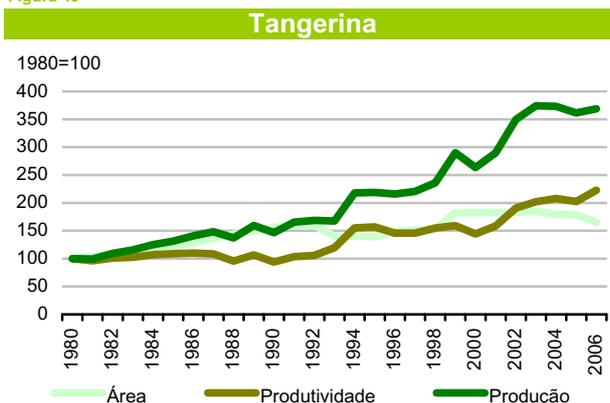


Figura 43



AMÊNDOA

Em Portugal os amendoais são, sobretudo, explorados em regime de sequeiro estando, no caso do Algarve, associados a outras culturas, como por exemplo a alfarrobeira, a figueira e a oliveira. Em Trás-os-Montes a produção encontra-se concentrada nos pequenos e médios produtores.

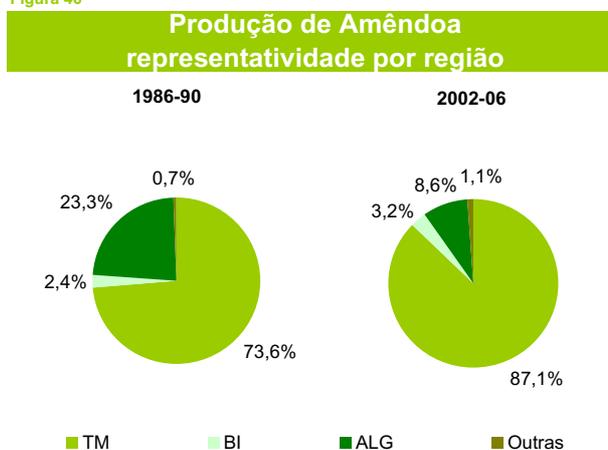
As principais regiões de cultivo em Portugal são Trás-os-Montes e Algarve. Nesta última, o amendoal está incluído no pomar tradicional de sequeiro, que revela um forte estado de abandono e acaba por determinar

as fracas produtividades alcançadas nesta região. Já em Trás-os-Montes, as explorações apresentam uma maior dimensão e, ao contrário do Algarve, a superfície ocupada com esta cultura tem registado acréscimos nos últimos anos. Outros factores reveladores do dinamismo do sector na região, são a existência de uma “Denominação de Origem Protegida” – DOP para a amêndoa e o reconhecimento recente de novas Organizações de produtores de frutos de casca rija.

Quadro 23

Amêndoa			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	40 852	15 831	388
1981	40 937	19 963	488
1982	41 039	43 778	1 067
1983	41 139	52 179	1 268
1984	41 210	41 743	1 013
1985	41 314	39 642	960
1986	41 445	35 144	848
1987	41 610	41 428	996
1988	41 960	21 212	506
1989	41 980	51 945	1 237
1990	42 300	46 458	1 098
1991	42 390	52 728	1 244
1992	42 600	45 940	1 078
1993	41 893	43 975	1 050
1994	41 953	26 433	630
1995	41 512	23 552	567
1996	41 244	29 232	709
1997	40 862	40 363	988
1998	40 826	24 796	607
1999	38 874	34 631	891
2000	38 827	27 038	696
2001	38 709	15 743	407
2002	38 417	30 837	803
2003	38 115	23 829	625
2004	38 178	13 953	365
2005	38 049	13 957	367
2006	37 933	12 387	327

Figura 46



Cartograma 23

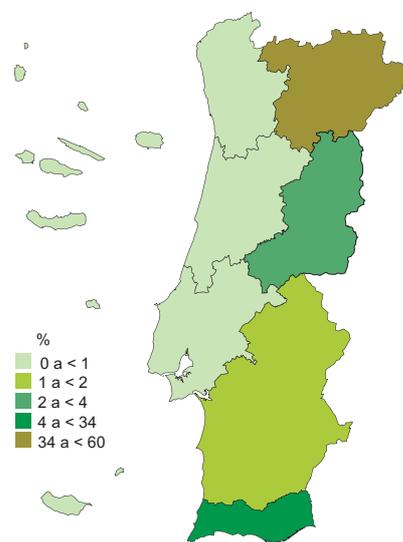
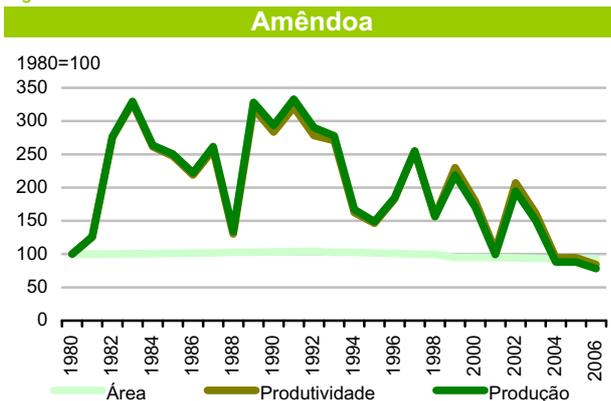


Figura 45



CASTANHA

Ao longo do período em análise, a área de castanheiros tem vindo a aumentar, sobretudo na região de Trás-os-Montes. De facto, a diminuição da produção europeia baseada na cultura de montanha, com o consequente aumento da valorização nos mercados internacionais, os incentivos ao plantio no âmbito de programas comunitários e as condições edafo-climáticas favoráveis, constituem alguns dos factores que estão na origem desta evolução.

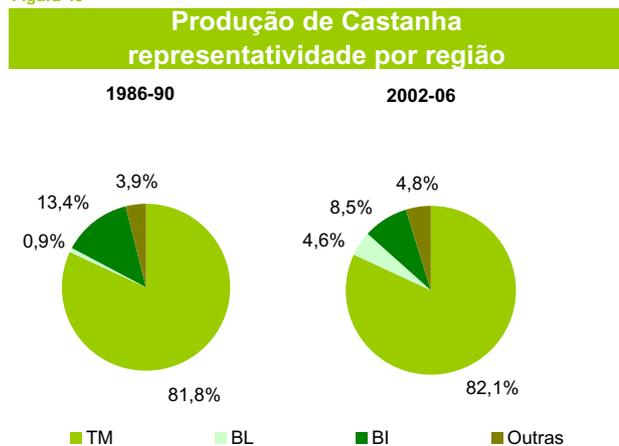
Entre os anos extremos da série, a área de soutos no país aumentou mais de 16 mil hectares, passando de 13 683 ha para 30 253 ha.

A produção ainda não reflecte este aumento de área, pois as novas plantações efectuadas, sobretudo na década de 90, ainda não se encontram em plena produção.

Quadro 24

Castanha				
Portugal				
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	
1980	13 683	20 224	1 478	
1981	13 759	18 200	1 323	
1982	13 852	17 290	1 248	
1983	13 923	18 846	1 354	
1984	14 035	17 901	1 275	
1985	14 191	17 005	1 198	
1986	14 570	16 565	1 137	
1987	14 784	18 261	1 235	
1988	15 035	17 648	1 174	
1989	15 176	21 039	1 386	
1990	15 185	20 405	1 344	
1991	15 915	15 713	987	
1992	17 828	15 955	895	
1993	19 875	14 129	711	
1994	21 492	21 439	998	
1995	23 125	23 238	1 005	
1996	24 179	25 272	1 045	
1997	25 187	26 357	1 046	
1998	26 411	29 314	1 110	
1999	29 004	30 969	1 068	
2000	29 101	33 317	1 145	
2001	29 190	26 118	895	
2002	29 522	31 385	1 063	
2003	29 885	33 267	1 113	
2004	30 227	31 051	1 027	
2005	30 265	22 482	743	
2006	30 253	30 886	1 021	

Figura 48



Cartograma 24

Area de Castanha representatividade por região 2006

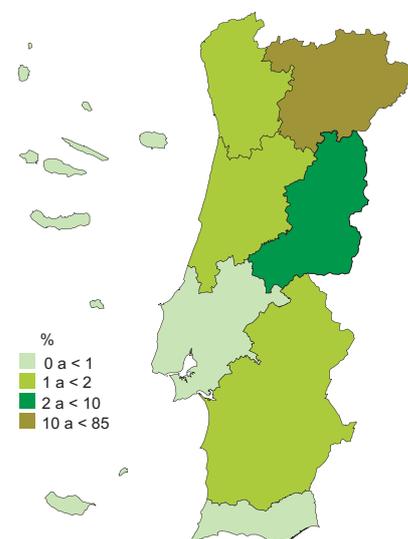
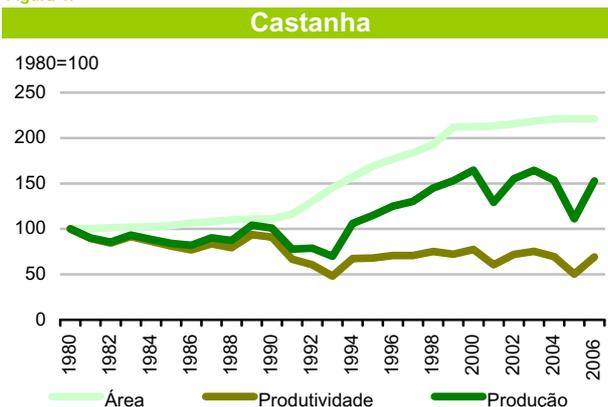


Figura 47



Noz

Até 1998, verificou-se em Portugal um incremento gradual e sustentado das plantações de noqueira, mas foi em 1999 que se deu o maior investimento, com a área a alcançar os 3 063 hectares.

A produtividade ainda não reflecte este incremento de superfície, uma vez que grande parte dos novos pomares ainda não atingiram a plena produção. Em 2006, a área de noqueiras totalizava 3 157 hectares, com uma produção associada de 4 443 toneladas e um rendimento unitário de 1 407 kg/ha.

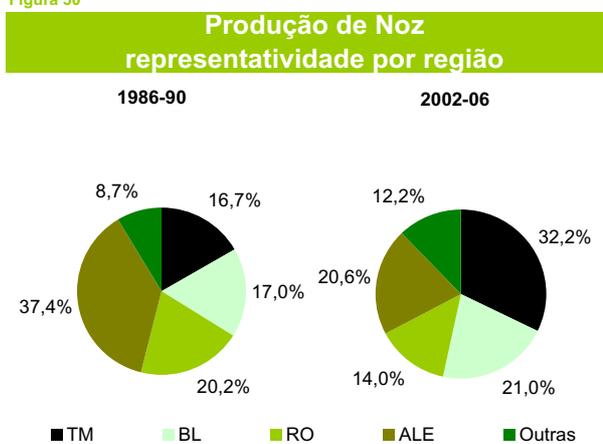
Tal como para a castanha, é Trás-os-Montes a região com a maior área ocupada de noqueira, seguindo-se as regiões de Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, que no conjunto representavam 76% do total, em 2006.

Em termos regionais, verifica-se na produção de noz uma alteração da importância relativa das regiões, cedendo o Alentejo a condição de principal região produtora, 37,4% da produção do quinquénio 1986-90 a Trás-os-Montes que detinha no quinquénio 2002-06, 32,2% da produção total nacional.

Quadro 25

Noz			
Portugal			
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	1 200	1 800	1 500
1981	1 250	2 000	1 600
1982	1 280	2 304	1 800
1983	1 300	2 600	2 000
1984	1 320	2 904	2 200
1985	1 350	2 970	2 200
1986	1 400	2 800	2 000
1987	1 500	3 750	2 500
1988	1 700	4 250	2 500
1989	1 850	5 180	2 800
1990	1 950	5 850	3 000
1991	2 000	5 800	2 900
1992	2 100	4 200	2 000
1993	2 040	3 523	1 727
1994	2 081	2 927	1 407
1995	2 086	2 864	1 373
1996	2 118	3 369	1 591
1997	2 134	3 502	1 641
1998	2 143	3 121	1 456
1999	3 063	4 598	1 501
2000	3 088	3 922	1 270
2001	3 105	4 447	1 432
2002	3 113	4 599	1 477
2003	3 145	4 545	1 445
2004	3 155	4 565	1 447
2005	3 167	4 167	1 316
2006	3 157	4 443	1 407

Figura 50



Cartograma 25

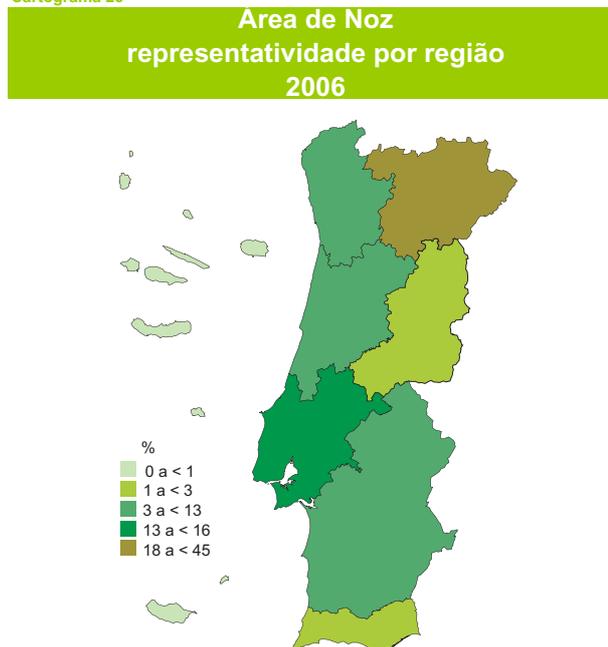
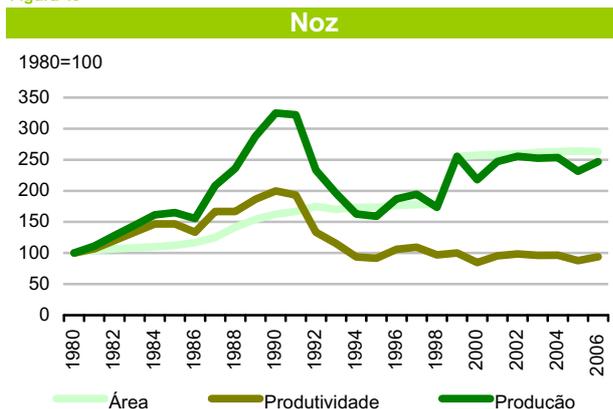


Figura 49



AVELÃ

Com a adesão de Portugal à CEE verificou-se uma expansão da área de aveleira, com algum crescimento desde 1980. Alguns esforços foram efectuados em prol da dinamização do sector, nomeadamente através da criação de máquinas de colheita, calibragem e britagem da avelã e da selecção de variedades bem adaptadas e de qualidade. Contudo, a falta de organização ao nível da comercialização e a forte dependência da mão-de-obra levaram ao abandono progressivo da cultura e à perda de competitividade do sector.

Desta forma, a área da cultura, após um máximo de 1 870 hectares atingido em 1991, reduziu-se em 2006 para apenas 527 hectares.

Também a produtividade da aveleira diminuiu ao longo dos anos, pelo que a produção anual média no quinquénio 2002-06 foi de 508 toneladas, o que corresponde a uma diminuição de 60,6% relativamente à média do quinquénio 1980-84.

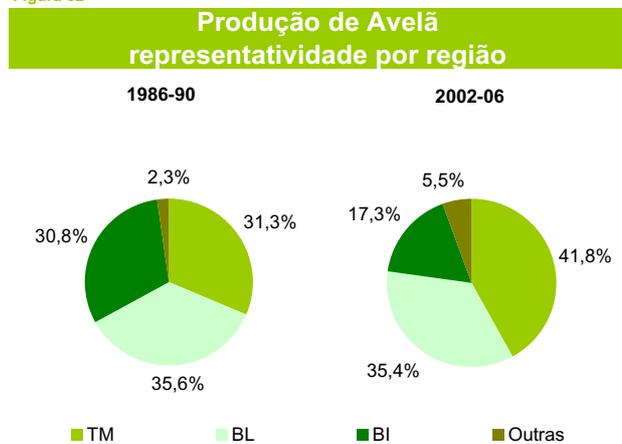
As regiões de Trás-os-Montes, Beira Litoral e Beira Interior concentram a quase totalidade da área de aveleira, representando no conjunto 96,1%, em 2006.

Em termos de produção, Trás-os-Montes é a região mais importante com uma produção anual média de 213 toneladas no quinquénio 2002-06, representando 42% do total da produção.

Quadro 26

Avelã				
Portugal				
Anos	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	
1980	933	1 216	1 303	
1981	950	1 232	1 297	
1982	965	1 286	1 333	
1983	1 004	1 339	1 334	
1984	1 028	1 371	1 334	
1985	1 068	1 425	1 334	
1986	1 208	1 611	1 334	
1987	1 353	1 807	1 336	
1988	1 550	1 800	1 161	
1989	1 560	2 080	1 333	
1990	1 730	1 900	1 098	
1991	1 870	2 000	1 070	
1992	1 500	1 800	1 200	
1993	1 001	1 271	1 270	
1994	976	1 234	1 264	
1995	986	842	854	
1996	962	852	886	
1997	959	901	940	
1998	961	652	678	
1999	635	702	1 104	
2000	632	650	1 028	
2001	629	573	910	
2002	627	619	987	
2003	626	596	952	
2004	624	502	804	
2005	585	382	653	
2006	527	440	835	

Figura 52



Cartograma 26

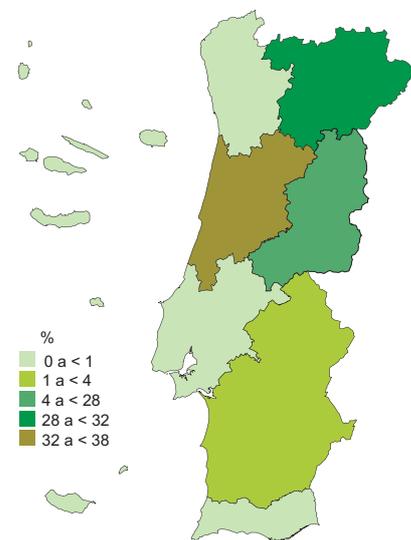
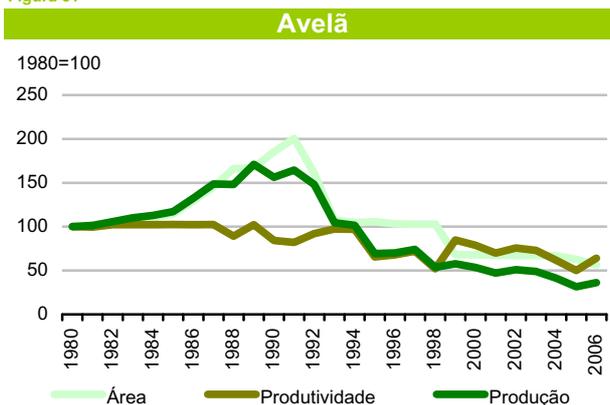


Figura 51



VINHO

A produção de vinho está muito dependente das condições climáticas ocorridas ao longo do seu ciclo vegetativo, pelo que as produções anuais apresentam uma grande variabilidade, verificando-se, contudo, uma tendência decrescente desde 1980.

Assim, a produção anual média de vinho que no quinquénio 1980-84 foi de 9 105 hectolitros, desceu para 7 105 e 7 046 hectolitros nos quinquénios 1990-94 e 2002-06, respectivamente.

Trás-os-Montes, com 67 mil hectares é, em 2006, a região com a maior área de vinha, seguida de Ribatejo e Oeste. Um facto importante a assinalar é que a área de vinha em Trás-os-Montes se manteve praticamente a mesma desde 1980, mas a área de vinha de Ribatejo e Oeste diminuiu 38% entre 1980 e 2006.

Quadro 27

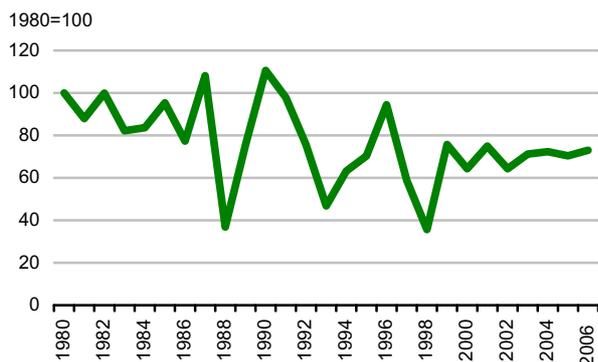
Produção de Vinho

Portugal

Anos	Vinho (hl)
1980	10 035 463
1981	8 818 705
1982	10 030 972
1983	8 249 143
1984	8 392 904
1985	9 567 298
1986	7 759 656
1987	10 852 345
1988	3 698 049
1989	7 585 864
1990	11 095 814
1991	9 825 788
1992	7 600 783
1993	4 695 981
1994	6 348 325
1995	7 055 475
1996	9 479 532
1997	5 914 152
1998	3 579 911
1999	7 601 586
2000	6 452 387
2001	7 525 490
2002	6 446 826
2003	7 149 067
2004	7 257 396
2005	7 063 730
2006	7 324 815

Figura 53

Produção de Vinho



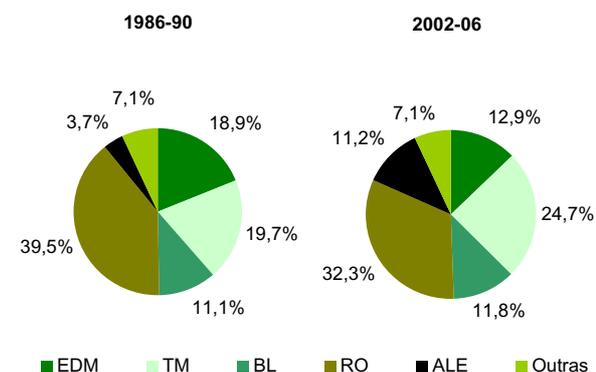
Apesar disso, a principal região produtora de vinho é ainda Ribatejo e Oeste devido à sua maior produtividade, seguida de Trás-os-Montes.

No entanto, a produção anual média destas duas regiões evoluiu em sentido contrário, com Ribatejo e Oeste a diminuir o seu peso relativo no total de 39,5% para 32,3% entre os quinquénios 1986-90 e 2002-06 e Trás-os-Montes a aumentar de 19,7% para 24,7%.

A alteração mais significativa na produção de vinho ocorreu no Alentejo, com o seu peso relativo no total do país a subir de 3,7% para 11,2% entre os mesmos quinquénios.

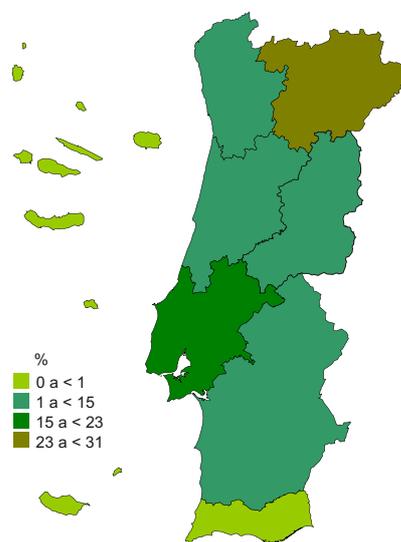
Figura 54

Produção de Vinho representatividade por região



Cartograma 27

Área de Vinha para vinho representatividade por região 2006



AZEITE

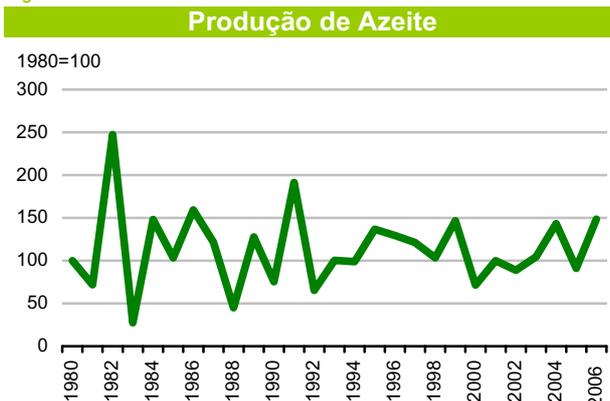
O olival é uma cultura que se encontra representada em todo o Portugal Continental, com grande importância e tradição no tecido social das populações rurais. Ao longo do período em análise, observam-se flutuações da produção de azeitona, a que não será alheio o fenómeno da safra/contra safra. De facto a alternância da frutificação é uma característica dos olivais tradicionais de sequeiro. De referir que a variedade de azeitona mais representativa em Portugal é a “galega” que por definição é pouco produtiva e alternante. Também a colheita da azeitona através da técnica do varejo (ainda muito utilizada) acaba por contribuir para esta alternância.

É no Alentejo que se encontra a maior área de olival para produção de azeitona para azeite, seguindo-se Trás-os-Montes.

Quadro 28

Produção de Azeite			
Portugal			
Anos	Azeitona oleificada (t)	Azeite (hl)	Azeite obtido por quintal de azeitona (hl/q)
1980	215 284	349 254	0,16
1981	145 094	251 115	0,17
1982	509 027	864 271	0,17
1983	71 975	95 676	0,13
1984	342 670	517 059	0,15
1985	219 412	360 825	0,16
1986	334 800	556 734	0,17
1987	271 468	424 834	0,16
1988	110 326	157 295	0,14
1989	309 795	446 348	0,14
1990	177 476	263 288	0,15
1991	420 643	668 711	0,16
1992	140 625	228 197	0,16
1993	237 511	350 775	0,15
1994	222 210	345 433	0,16
1995	311 257	477 729	0,15
1996	275 143	452 040	0,16
1997	309 091	423 585	0,14
1998	225 615	360 950	0,16
1999	320 865	512 265	0,16
2000	167 161	249 433	0,15
2001	218 522	349 502	0,16
2002	211 574	310 474	0,15
2003	232 947	364 977	0,16
2004	300 699	500 658	0,17
2005	203 911	318 174	0,16
2006	362 301	518 466	0,14

Figura 55

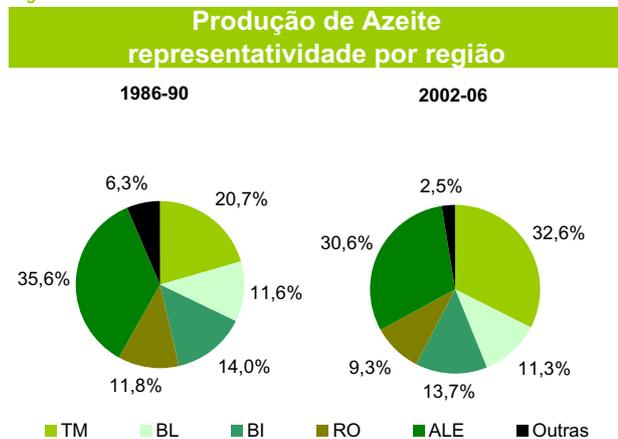


Em termos de produção e considerando que a afectação regional da produção de azeite decorre da localização dos lagares de azeite, verifica-se que Trás-os-Montes foi a principal região produtora se considerarmos a produção anual média no quinquénio 2002-06, o que representa uma inversão relativamente ao quinquénio 1986-90, em que essa posição pertencia ao Alentejo.

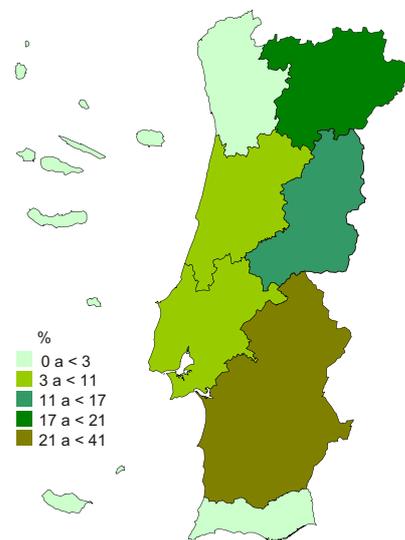
A Beira Interior é a terceira região produtora de azeite com um peso relativo de 13,7% no quinquénio 2002-06.

As perspectivas para o sector são animadoras, não só devido às novas áreas de olival que vêm sendo plantadas nos últimos anos, sobretudo no Alentejo, mas também por ter sido considerado um sector estratégico no próximo Programa de Desenvolvimento Rural.

Figura 56



Cartograma 28



***As
Produções
Animais***

BOVINOS

O efectivo bovino tem vindo a aumentar desde 1980, nomeadamente a partir da segunda metade dos anos 90 após a superação da crise da BSE que o fez diminuir, sendo de 1 441 mil bovinos em 2005.

Contrariamente ao efectivo, o número de explorações com bovinos diminuiu continua e acentuadamente, reduzindo-se, entre 1987 e 2005, em 60%. Com a quebra do número de explorações e o aumento do efectivo, verificou-se um grande acréscimo da dimensão média do efectivo bovino, sendo de 17,2 cabeças em 2005, enquanto era de 6,5 animais em 1987.

Este aumento da dimensão média decorre do desaparecimento das explorações com um número reduzido de animais e da constituição de explorações com maior dimensão.

O número de explorações com 1 a 4 bovinos diminuiu de 70% para 55%, entre 1987 e 2005. Pelo contrário, o número de explorações com 50 e mais bovinos aumentou de 1% para 9%, detendo 63% do efectivo em 2005.

A região com o maior número de bovinos, em 2005, era o Alentejo, com 35,7% do total, contrariamente a 1987 em que a primeira região era Entre Douro e Minho, com 28,1%, principalmente em resultado da mudança verificada no tipo de produção bovina, de leite para carne.

Os Açores também aumentaram o efectivo bovino, quer em termos absolutos, quer relativos, entre 1987 e 2005, enquanto que na Beira Litoral o efectivo diminuiu para metade e o seu peso relativo desceu de 17,7% para 8,2%, também afectada pela redução do efectivo leiteiro.

Quadro 1

Bovinos			
Portugal			
Anos	Número de explorações (1 000)	Número de bovinos (1 000)	Número de bovinos por exploração
1980	x	1 369,0	x
1981	x	1 370,0	x
1982	x	1 372,0	x
1983	x	1 373,0	x
1984	x	1 375,0	x
1985	x	1 376,0	x
1986	x	1 374,0	x
1987	211,0	1 371,0	6,5
1988	x	1 359,0	x
1989	201,6	1 392,0	6,9
1990	x	1 367,0	x
1991	196,3	1 398,0	7,1
1992	x	1 336,0	x
1993	188,4	1 348,4	7,2
1994	x	1 363,4	x
1995	173,7	1 386,4	8,0
1996	x	1 389,4	x
1997	148,6	1 386,4	9,3
1998	x	1 409,4	x
1999	102,2	1 421,2	13,9
2000	x	1 413,8	x
2001	88,0	1 404,2	16,0
2002	x	1 395,1	x
2003	85,8	1 388,8	16,2
2004	x	1 442,6	x
2005	83,8	1 440,8	17,2

Figura 1

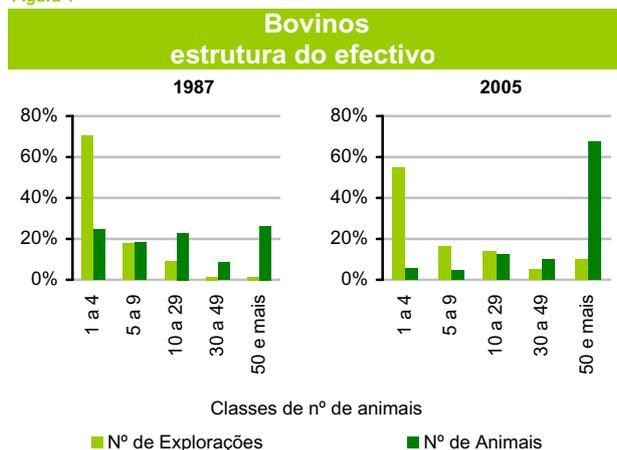
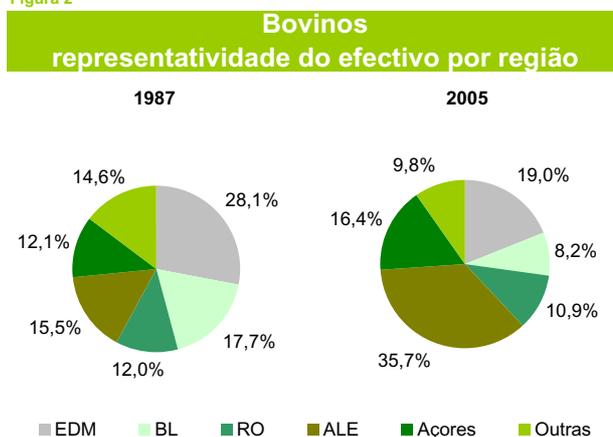


Figura 2



Cartograma 1



VACAS LEITEIRAS

Contrariamente ao aumento verificado no total de bovinos o efectivo de vacas leiteiras diminuiu 20% desde 1980, com particular relevância a partir de final dos anos 90, sendo de 324 mil cabeças em 2005.

O número de explorações com vacas leiteiras teve um enorme decréscimo, passando de 107,9 mil explorações em 1987 para 18,2 mil em 2005, o que corresponde apenas a 17% e devido principalmente ao desaparecimento das explorações de pequena dimensão.

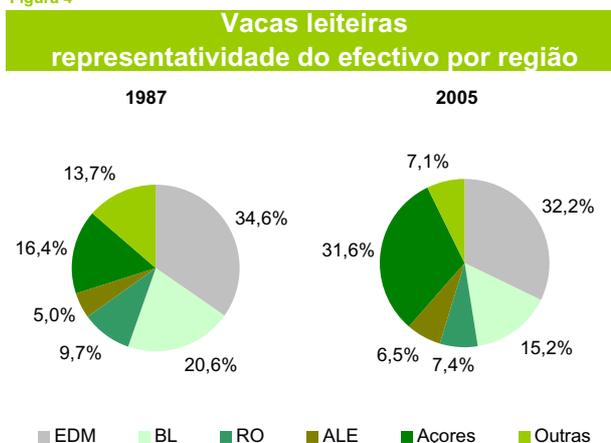
As explorações com 1 a 4 vacas leiteiras representavam 84% do total em 1987, enquanto em 2005 eram 45%, uma diminuição de 82,2 mil explorações. Por outro lado, em 2005, as explorações com 50 e mais vacas leiteiras detinham 46% do efectivo e em 1987 apenas 8%.

Apesar da diminuição do número de vacas leiteiras, a grande quebra verificada no número de explorações determinou um enorme acréscimo na dimensão média das explorações que passou de 3,9 para 17,8 vacas leiteiras entre 1987 e 2005.

Quadro 2

Vacac leiteiras			
Portugal			
Anos	Número de explorações (1 000)	Número de vacas leiteiras (1 000)	Número de vacas leiteiras por exploração
1980	x	424,0	x
1981	x	424,0	x
1982	x	423,0	x
1983	x	422,0	x
1984	x	422,0	x
1985	x	420,0	x
1986	x	421,0	x
1987	107,9	422,0	3,9
1988	x	401,0	x
1989	103,0	402,0	3,9
1990	x	380,0	x
1991	100,2	382,0	3,8
1992	x	381,0	x
1993	99,2	386,0	3,9
1994	x	379,0	x
1995	107,9	384,0	3,6
1996	x	376,0	x
1997	69,3	377,0	5,4
1998	x	372,0	x
1999	32,9	356,7	10,8
2000	x	354,7	x
2001	24,2	337,7	13,9
2002	x	340,8	x
2003	21,6	328,5	15,2
2004	x	337,6	x
2005	18,2	324,0	17,8

Figura 4



Cartograma 2

Vacas leiteiras representatividade do efectivo por região 2005

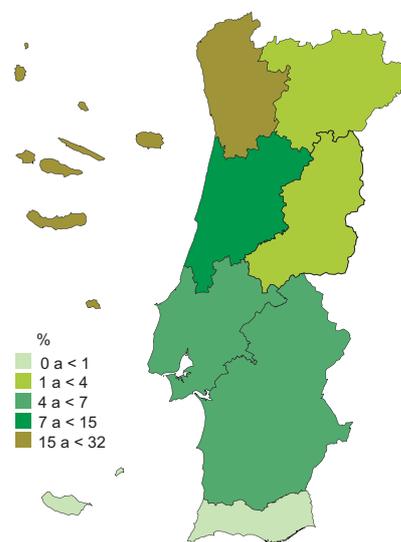
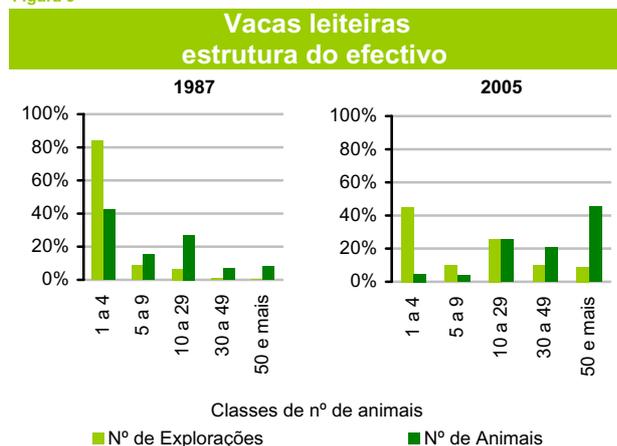


Figura 3



OUTRAS VACAS

Ao contrário da tendência de evolução verificada para as vacas leiteiras, o número de outras vacas (para produção de carne), teve um acréscimo de 59%, entre 1980 e 2005. Este aumento, apesar da tendência de quebra até ao início dos anos 90, resultou principalmente da introdução de prémios à produção de carne de bovinos pela União Europeia, o que impulsionou fortemente este sector da produção animal.

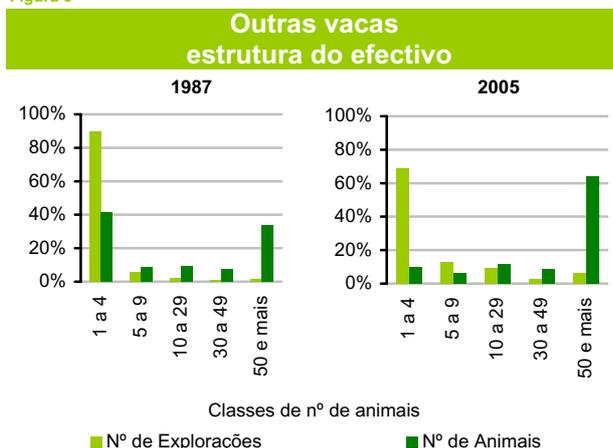
Contrariamente ao aumento do efectivo, entre 1987 e 2005, houve um decréscimo do número de explorações (-39%), embora inferior ao das explorações com vacas leiteiras.

Apesar da diminuição sensível das explorações com um reduzido número de animais, em 2005 as explorações com 1 a 4 outras vacas, ainda representavam 31% do total.

Quadro 3

Outras vacas			
Portugal			
Anos	Número de explorações (1 000)	Número de outras vacas (1 000)	Número de outras vacas por exploração
1980	x	258,0	x
1981	x	253,0	x
1982	x	247,0	x
1983	x	242,0	x
1984	x	237,0	x
1985	x	232,0	x
1986	x	226,0	x
1987	53,6	221,0	4,1
1988	x	224,0	x
1989	54,3	253,0	4,7
1990	x	248,0	x
1991	55,8	235,0	4,2
1992	x	232,0	x
1993	50,2	256,0	5,1
1994	x	269,0	x
1995	53,1	295,0	5,6
1996	x	324,0	x
1997	50,5	330,0	6,5
1998	x	341,0	x
1999	41,8	342,1	8,2
2000	x	342,1	x
2001	39,3	351,5	8,9
2002	x	358,8	x
2003	37,0	371,0	10,0
2004	x	383,6	x
2005	33,2	402,0	12,1

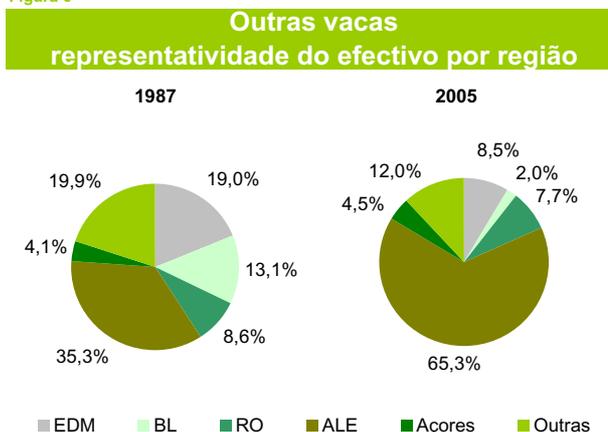
Figura 5



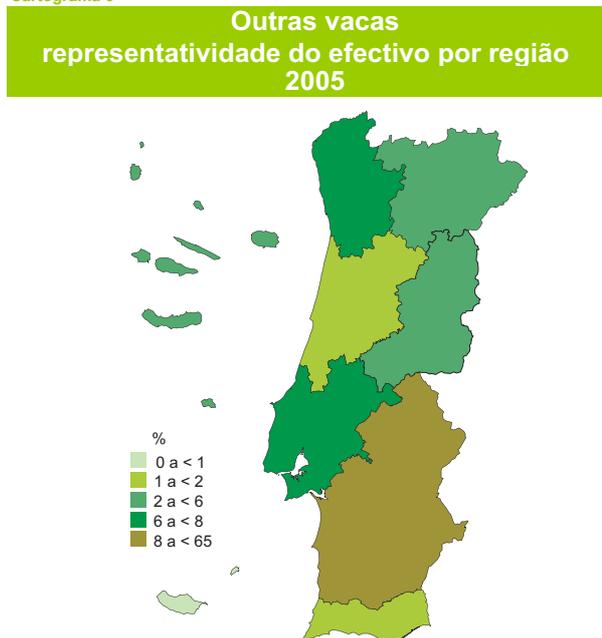
Por outro lado, é de salientar que, entre 1987 e 2005, o peso relativo do efectivo das explorações com 50 e mais outras vacas quase duplicou (de 34% para 64%), revelando uma concentração da produção de carne, tendo triplicado (de 4,1 para 12,1 cabeças) a dimensão média das explorações.

O Alentejo é a região dominante na produção de carne de bovino, com a importância relativa do efectivo de vacas a aumentar, no período em análise, de 35,3% para 65,3%, dadas as excelentes condições naturais desta região, que foram potenciadas pelas ajudas comunitárias. A principal quebra verificou-se na Beira Litoral, cuja importância relativa diminuiu de 19,0% para 2,0% entre 1987 e 2005.

Figura 6



Cartograma 3



OVINOS

O efectivo ovino era, em 2005, de 3 583 mil cabeças, o que corresponde a um acréscimo de 18% relativamente a 1987. As ajudas comunitárias a este sector, a partir de 1992, contribuíram para o aumento do efectivo.

O número de explorações com ovinos diminuiu 43%, entre 1993 e 2005, tendo-se verificado uma grande quebra nas explorações com 1 a 9 cabeças (-61%).

Por outro lado, embora as explorações com 100 e mais ovinos, em 1993, já representassem 67% do efectivo, em 2005 reforçaram o seu peso relativo (72%).

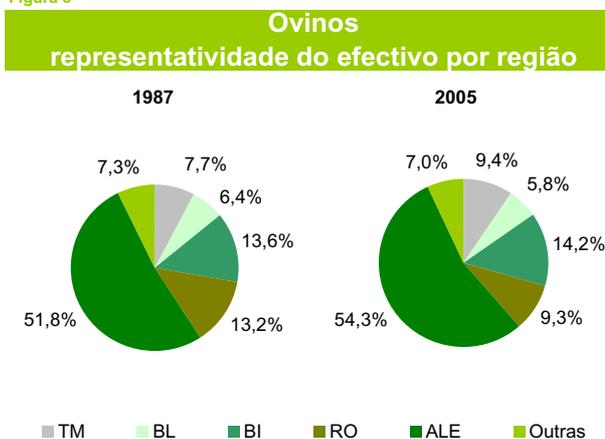
A conjugação da redução do número de explorações e do aumento do efectivo quase fez duplicar, no período em análise, o número médio de ovinos por exploração (de 33,5 para 62,7), factor importante para melhorar a rentabilidade deste sector. Nas ovelhas verificou-se a mesma tendência de evolução do total de ovinos, com a diminuição do número de explorações e o aumento do efectivo.

O Alentejo, em 2005, concentrava 54,3% do efectivo ovino, ligeiramente superior à sua posição relativa de 1993 (51,8%). As outras regiões mantinham, em 2005, um peso relativo próximo do verificado em 1987.

Quadro 4

Ovinos					
Portugal					
Anos	Ovinos			Ovelhas	
	Número de explorações (1 000)	Número de ovinos (1 000)	Número de ovinos por exploração	Número de explorações (1 000)	Número de ovelhas (1 000)
1987	x	3 035,0	x	x	2 034,0
1988	x	3 187,0	x	x	2 136,0
1989	x	3 347,0	x	x	2 235,0
1990	x	3 359,0	x	x	2 231,0
1991	x	3 381,0	x	x	2 270,0
1992	x	3 359,0	x	x	2 271,0
1993	100,0	3 345,0	33,5	92,5	2 263,0
1994	x	3 475,0	x	x	2 376,0
1995	77,5	3 482,0	44,9	74,0	2 377,0
1996	x	3 486,0	x	x	2 376,0
1997	69,8	3 432,0	49,2	67,2	2 350,0
1998	x	3 590,0	x	x	2 376,0
1999	71,2	3 583,7	50,3	68,5	2 438,8
2000	x	3 578,5	x	x	2 435,6
2001	64,5	3 459,4	53,7	61,6	2 333,9
2002	x	3 457,0	x	x	2 279,3
2003	62,5	3 355,6	53,7	60,0	2 299,7
2004	x	3 541,2	x	x	2 312,5
2005	57,1	3 582,7	62,7	55,3	2 345,1

Figura 8



Cartograma 4

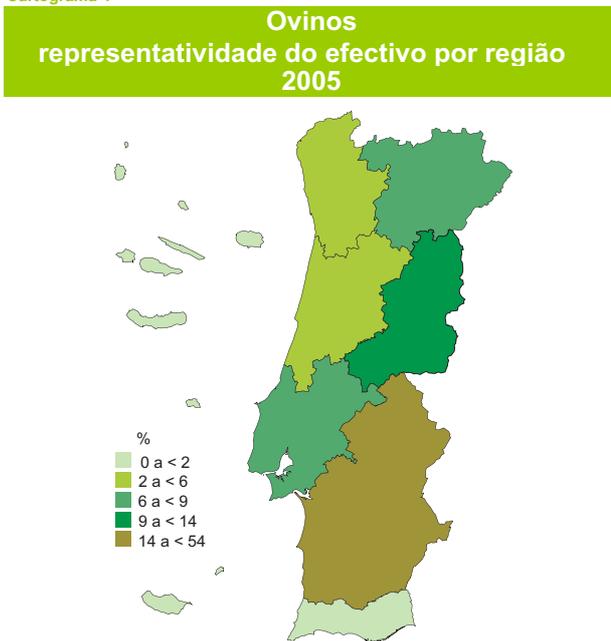
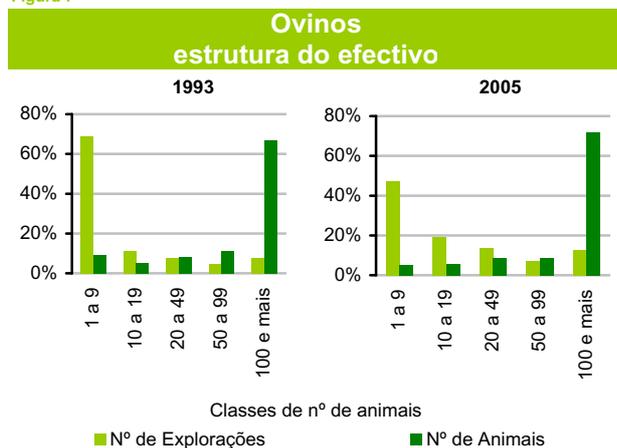


Figura 7



CAPRINOS

O efectivo caprino teve o seu máximo em 1989, com 857 mil cabeças, iniciando-se a partir daí um decréscimo que se foi acentuando progressivamente ao longo dos anos.

O número de explorações com caprinos era de 38,5 mil em 2005, o que representa, relativamente a 1993, uma diminuição para menos de metade, quer para o total de caprinos, quer para as cabras. A principal quebra observou-se nas pequenas explorações (1 a 9 cabeças) com um decréscimo de 59%.

O efectivo de cabras seguiu a mesma tendência do total de caprinos, com decréscimo no número de explorações (-54%), entre 1993 e 2005, e no número de cabras (-25%), entre 1987 e 2005.

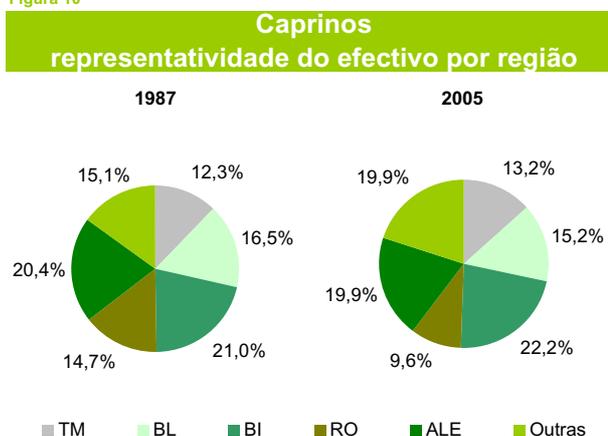
Pelo facto de não ter havido alterações relevantes na estrutura do efectivo caprino, contrariamente a outras espécies, foi menor o aumento da dimensão média do efectivo por exploração (8,5 para 14,3 cabeças).

A diminuição do efectivo caprino verificou-se em todas as regiões mas, tal como para os ovinos, não houve grandes alterações na sua importância relativa.

Quadro 5

Portugal					
Anos	Caprinos			Cabras	
	Número de explorações (1 000)	Número de caprinos (1 000)	Número de caprinos por exploração	Número de explorações (1 000)	Número de cabras (1 000)
1987	x	808,0	x	x	577,0
1988	x	840,0	x	x	599,0
1989	x	857,0	x	x	612,0
1990	x	797,2	x	x	570,0
1991	x	772,0	x	x	553,0
1992	x	762,0	x	x	544,0
1993	85,3	725,0	8,5	82,0	518,0
1994	x	721,0	x	x	522,0
1995	67,3	704,0	10,5	64,3	511,0
1996	x	677,0	x	x	494,0
1997	58,8	673,0	11,4	56,9	488,0
1998	x	676,0	x	x	472,0
1999	55,0	629,7	11,5	53,7	457,4
2000	x	622,8	x	x	453,5
2001	47,9	561,1	11,7	46,0	412,0
2002	x	538,1	x	x	390,5
2003	41,9	501,9	12,0	40,5	377,3
2004	x	546,7	x	x	380,4
2005	38,5	551,3	14,3	37,7	387,0

Figura 10



Cartograma 5

Caprinos
representatividade do efectivo por região
2005

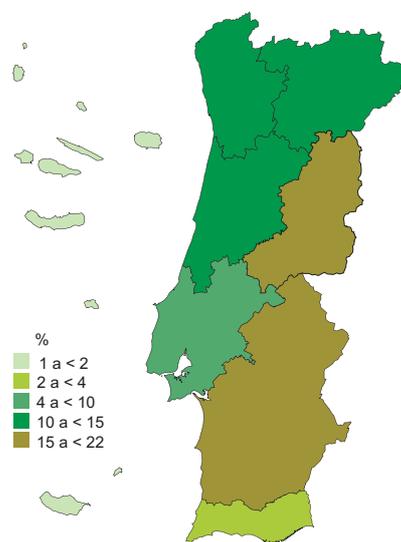
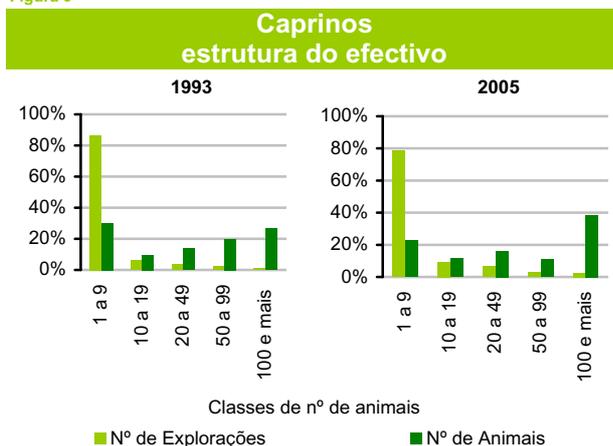


Figura 9



SUÍNOS

Durante o período em análise, o efectivo suíno teve uma evolução irregular, tendo atingido máximos entre 1989 e 1993, para a partir daí apresentar uma diminuição com algum significado, sendo de 2 344 mil cabeças em 2005.

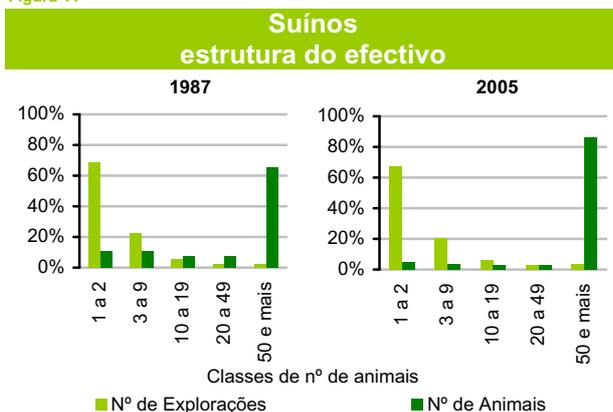
O número de explorações com suínos teve um enorme decréscimo (-62%), entre 1987 e 2005, principalmente como resultado da quebra do número de explorações com 1 a 9 cabeças.

Pelo contrário, a concentração da produção de suínos aumentou significativamente, com as explorações de 50 e mais suínos a deterem 86% do efectivo em 2005 (65% em 1987).

Quadro 6

Suínos					
Portugal					
Anos	Suínos			Porcas reprodutoras	
	Número de explorações (1 000)	Número de suínos (1 000)	Número de suínos por exploração	Número de explorações (1 000)	Número de porcas (1 000)
1980	x	2 493,0	x	x	366,0
1981	x	2 488,0	x	x	359,0
1982	x	2 482,0	x	x	352,0
1983	x	2 477,0	x	x	346,0
1984	x	2 471,0	x	x	340,0
1985	x	2 475,0	x	x	333,0
1986	x	2 461,0	x	x	328,0
1987	262,8	2 455,0	9,3	71,8	320,7
1988	x	2 315,0	x	x	300,0
1989	167,8	2 618,0	15,6	54,2	347,0
1990	x	2 675,0	x	x	354,0
1991	166,4	2 588,0	15,6	53,8	350,0
1992	x	2 574,0	x	x	354,0
1993	149,8	2 690,0	18,0	50,9	366,0
1994	x	2 444,0	x	x	330,0
1995	139,3	2 430,0	17,4	45,6	333,0
1996	x	2 375,0	x	x	330,0
1997	130,3	2 394,0	18,4	38,2	334,0
1998	x	2 385,0	x	x	325,0
1999	129,6	2 349,8	18,1	40,5	326,3
2000	x	2 337,8	x	x	323,0
2001	120,6	2 389,0	19,8	34,3	323,4
2002	x	2 343,7	x	x	316,0
2003	110,3	2 249,1	20,4	32,1	305,6
2004	x	2 347,9	x	x	314,0
2005	99,2	2 344,1	23,6	30,3	315,2

Figura 11

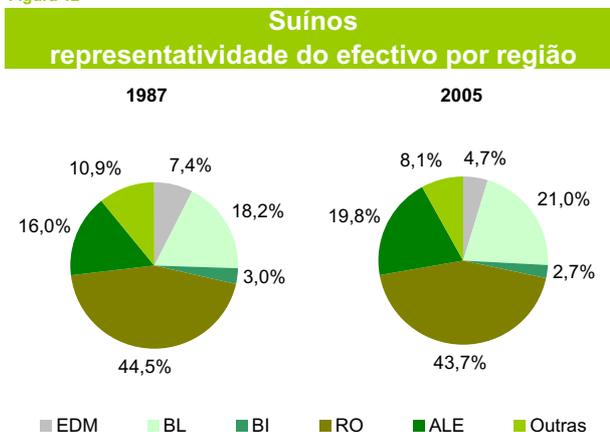


O número de explorações com porcas reprodutoras seguiu a mesma tendência de evolução, com uma redução de 58%, no período em análise.

Com a diminuição do número de explorações e o aumento do efectivo verificou-se, entre 1987 e 2005, um grande acréscimo da dimensão média do efectivo suíno (de 9,3 para 23,6 cabeças). Este aumento de dimensão média e a concentração da produção em grandes explorações permitiram melhorar significativamente a produtividade deste sector animal.

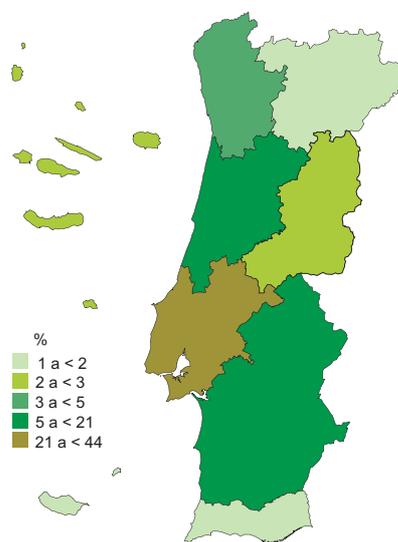
Ribatejo e Oeste é a região com o maior número de suínos, detendo 43,7% do efectivo em 2005. As outras regiões com um efectivo importante, são a Beira Litoral e o Alentejo, que em conjunto representavam cerca de 40% do total.

Figura 12



Cartograma 6

Suínos representatividade do efectivo por região 2005



PRODUÇÃO DE CARNE DE BOVINO

A produção de carne do bovino teve uma evolução irregular desde 1980. A BSE afectou a produção durante alguns anos, que tinha aumentado a partir da adesão de Portugal à CEE.

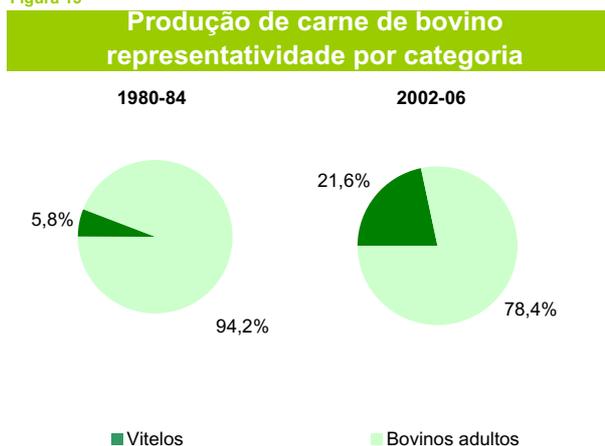
Quadro 7

Produção de carne de bovino			
Portugal			
Anos	Total	Vitelos	Bovinos adultos
1980	106 840	5 684	101 156
1981	127 228	8 020	119 208
1982	135 965	8 323	127 642
1983	116 198	6 215	109 983
1984	104 937	6 199	98 738
1985	108 778	7 241	101 537
1986	105 728	7 058	98 670
1987	104 811	5 397	99 414
1988	116 055	5 806	110 249
1989	129 011	6 562	122 449
1990	120 484	7 113	113 371
1991	132 689	8 271	124 418
1992	127 308	9 377	117 931
1993	120 426	8 563	111 863
1994	95 164	6 818	88 346
1995	105 016	9 629	95 387
1996	100 304	11 052	89 252
1997	109 538	14 328	95 210
1998	96 709	17 782	78 927
1999	98 214	20 266	77 948
2000	100 787	20 969	79 818
2001	96 312	22 994	73 318
2002	106 638	24 352	82 286
2003	105 772	24 178	81 594
2004	119 259	24 032	95 227
2005	119 020	26 835	92 185
2006	106 087	21 105	84 982

Nos últimos anos verificou-se, contudo, uma recuperação da produção, atingindo 119 mil toneladas em 2005; mas, apesar disso, a produção anual média em 2002-06 foi ainda inferior (-5,8%) à de 1980-84.

Ao longo do período em análise ocorreu uma alteração na estrutura de produção de carne de bovino, com grande acréscimo da produção de animais jovens, dada a preferência dos consumidores por esta carne. Assim, entre 1980-84 e 2002-06, o seu peso relativo no total da produção aumentou de 5,8% para 21,6%.

Figura 13



PRODUÇÃO DE CARNE DE OVINO

A produção de carne de ovino aumentou desde 1980, nomeadamente a partir da adesão de Portugal à CEE, até atingir o máximo em 1991 com 27 mil toneladas, iniciando-se a partir desse ano uma quebra que, apesar de irregular, se traduziu uma diminuição de 13,5% entre 1991 e 2006.

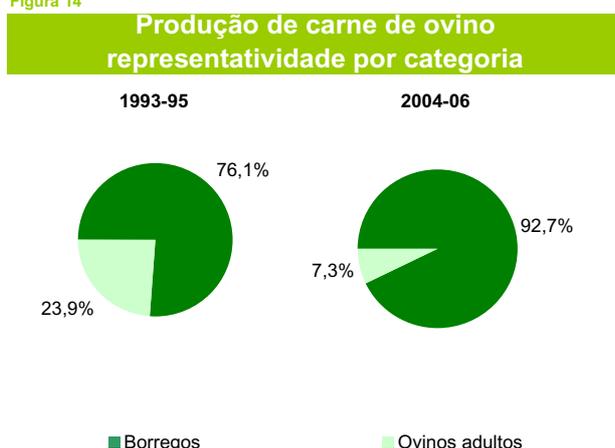
Tal como para os bovinos, a preferência dos consumidores, originou um aumento da produção de carne de animais jovens, tendo a produção de carne

de borrego, entre os triénios 1993-95 e 2004-06, aumentado a sua importância relativa no total de 76,1% para 92,7%.

Quadro 8

Produção de carne de ovino			
Portugal			
Anos	Total	Borregos	Ovinos adultos
1980	20 095	x	x
1981	19 773	x	x
1982	21 502	x	x
1983	22 818	x	x
1984	21 894	x	x
1985	21 183	x	x
1986	22 452	x	x
1987	22 500	x	x
1988	24 449	x	x
1989	24 038	x	x
1990	24 902	x	x
1991	27 009	x	x
1992	24 188	x	x
1993	23 216	16 303	6 913
1994	24 065	18 853	5 212
1995	23 805	18 974	4 831
1996	23 059	18 658	4 401
1997	23 949	19 366	4 583
1998	22 778	19 334	3 444
1999	22 324	19 681	2 643
2000	24 153	21 700	2 453
2001	22 380	19 770	2 610
2002	23 884	21 478	2 406
2003	22 428	20 608	1 820
2004	21 994	20 445	1 549
2005	21 990	20 365	1 625
2006	23 356	21 619	1 737

Figura 14



PRODUÇÃO DE CARNE DE CAPRINO

A produção de carne de caprino, embora com uma evolução descendente desde 1980 até 1997, manteve-se quase sempre acima das 3 mil toneladas.

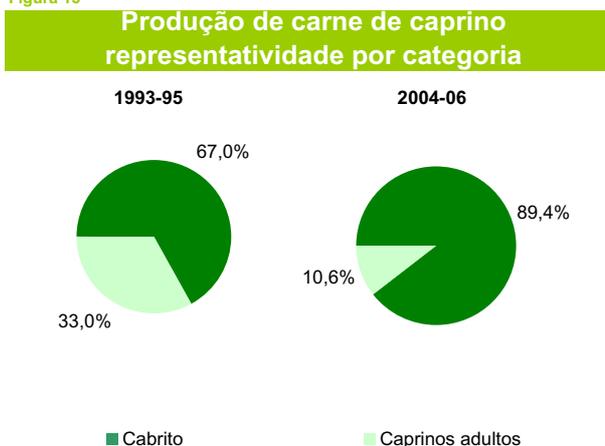
Quadro 9

Produção de carne de caprino			
Portugal			
Anos	Total	Cabritos	Caprinos adultos
1980	3 861	x	x
1981	3 610	x	x
1982	3 802	x	x
1983	3 539	x	x
1984	3 460	x	x
1985	3 330	x	x
1986	3 081	x	x
1987	3 729	x	x
1988	3 686	x	x
1989	3 231	x	x
1990	2 908	x	x
1991	3 414	x	x
1992	3 281	x	x
1993	3 084	2 254	830
1994	3 222	2 176	1 046
1995	2 973	1 784	1 189
1996	3 116	1 866	1 250
1997	3 225	2 092	1 133
1998	2 863	1 883	980
1999	2 547	1 822	725
2000	2 105	1 542	563
2001	1 794	1 384	410
2002	2 005	1 636	369
2003	1 731	1 410	321
2004	1 575	1 369	206
2005	1 363	1 261	103
2006	1 563	1 394	169

No entanto, a partir deste ano a quebra acentuou-se, com a produção a ser de apenas 1 364 toneladas em 2005. Assim, a produção anual média de carne de caprino reduziu-se a menos de metade (45%), entre 1980-84 e 2002-06.

Contrariamente às espécies bovina e ovina, a produção de carne de caprinos jovens diminuiu, por efeito da forte redução do efectivo, mas, devido à preferência dos consumidores pelo consumo de carnes de animais mais jovens, o seu peso relativo aumentou (de 67,0% para 89,4%), entre os triénios 1993-95 e 2004-06.

Figura 15



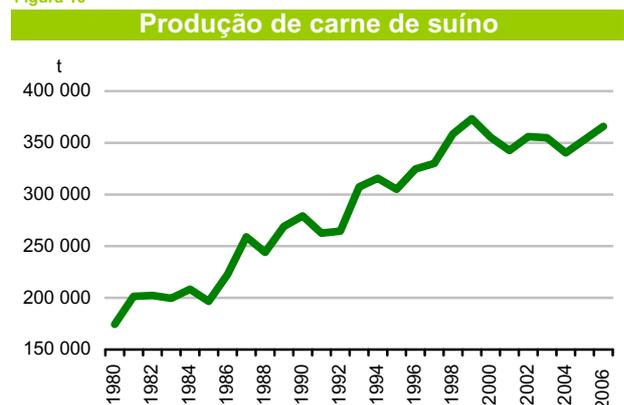
PRODUÇÃO DE CARNE DE SUÍNO

A produção de carne de suíno em 2006 representava mais do dobro (+110%) da produção de 1980, aumento muito superior ao verificado nas outras espécies animais, tendo ocorrido o máximo de produção em 1999 (373 mil toneladas).

Comparando a produção anual média entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06 o acréscimo é de 79,5%. Este aumento de produção é em grande parte resultante da concentração da produção em explorações agrícolas

de grande dimensão e tecnicamente desenvolvidas, para além de preços competitivos.

Figura 16



Quadro 10

Produção de carne de suíno ¹			
Portugal			
Anos	Total	Carne	Toucinho
1980	174 401	113 361	61 040
1981	201 455	130 946	70 509
1982	202 303	131 497	70 806
1983	199 498	129 674	69 824
1984	208 416	135 471	72 945
1985	196 569	127 769	68 800
1986	222 557	144 662	77 895
1987	259 008	168 355	90 653
1988	244 056	158 635	85 421
1989	269 024	174 866	94 158
1990	279 323	181 560	97 763
1991	262 521	170 639	91 882
1992	264 588	171 983	92 605
1993	307 287	199 746	107 541
1994	315 625	205 157	110 468
1995	305 036	198 273	106 763
1996	324 583	210 979	113 604
1997	330 041	214 526	115 515
1998	358 610	233 097	125 513
1999	373 248	242 611	130 637
2000	355 422	231 024	124 398
2001	342 609	222 696	119 913
2002	355 956	231 371	124 585
2003	354 875	230 668	124 207
2004	340 279	221 181	119 098
2005	352 998	229 449	123 549
2006	365 869	237 815	128 054

¹ inclui toucinho

PRODUÇÃO DE CARNE DE AVES

A produção anual média de 290 mil toneladas de carne de aves (galináceos, perus e patos), no quinquénio 2002-06, representa um acréscimo de 58,8% relativamente a 1987-91. Para este aumento contribuiu, para além do aparecimento de empresas bem organizadas e competitivas, a preferência dos consumidores, devido ao menor preço da carne de frango e às campanhas em favor das carnes brancas, consideradas melhores para uma alimentação mais saudável.

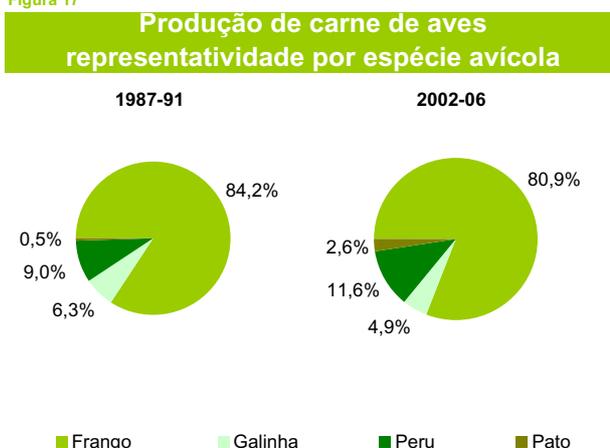
Quadro 11

Produção de carne de aves					
Portugal					
Anos	Total	Galináceos		Perus	Patos
		Total	Frango		
1987	171 758	152 798	137 705	18 000	960
1988	176 027	155 875	142 548	19 000	1 152
1989	179 628	159 495	146 206	19 000	1 133
1990	186 611	165 411	152 114	20 000	1 200
1991	200 110	176 910	163 482	22 000	1 200
1992	213 507	190 127	177 206	22 000	1 380
1993	216 729	190 529	178 128	25 000	1 200
1994	235 363	205 307	192 375	28 342	1 714
1995	233 123	202 214	189 346	28 909	2 000
1996	246 191	212 972	200 395	30 933	2 286
1997	268 415	232 492	219 637	33 408	2 515
1998	298 173	252 852	238 399	42 076	3 245
1999	288 100	241 784	226 639	41 950	4 366
2000	293 280	245 330	229 561	43 600	4 350
2001	316 022	263 333	248 303	46 264	6 425
2002	308 651	256 063	243 213	44 674	7 914
2003	271 441	228 930	214 286	35 278	7 233
2004	289 737	244 464	229 682	38 682	6 590
2005	294 369	245 636	232 139	41 444	7 289
2006	287 812	237 589	224 592	42 025	8 197

A carne de frango representa a maior parte da produção de carne de aves, embora tenha diminuído ligeiramente a sua importância relativa no total, entre 1987-91 e 2002-06 (de 84,2% para 80,9%).

Esta descida resultou do aumento das produções de carne de peru e de pato, que eram reduzidas no início do período em análise, tendo contribuído para o aumento de produção destas carnes não só a melhoria das condições económicas dos portugueses, como a oferta destes produtos nas grandes superfícies comerciais.

Figura 17

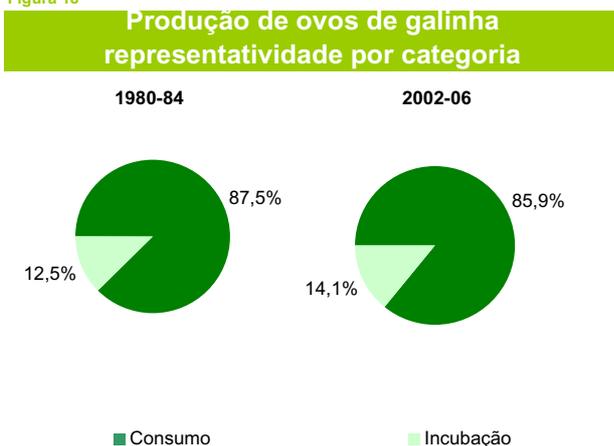


PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA

A produção de ovos aumentou 59,9% entre 1980 e 2006, tal como a produção anual média entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06 (+67,7%).

Durante o período em análise, verificou-se também um acréscimo do peso relativo da produção de ovos para incubação, que passou de 12,5% para 14,1%, entre 1980-84 e 2002-06. Tal resultou da necessidade de aumentar a produção de ovos de incubação para produzir pintos do dia para produzir de frangos de carne, como resposta ao aumento de consumo desta carne.

Figura 18



Quadro 12

Produção de ovos de galinha			
Portugal			
Anos	Total	Consumo	Incubação
1981	75 553	65 940	9 613
1982	79 255	70 128	9 127
1983	74 211	64 613	9 598
1984	65 764	58 086	7 678
1985	81 693	74 173	7 520
1986	82 706	74 780	7 926
1987	83 800	74 986	8 814
1988	86 993	77 095	9 898
1989	90 954	79 954	11 000
1990	92 007	81 894	10 113
1991	99 456	85 832	13 624
1992	104 576	91 411	13 165
1993	104 053	90 844	13 209
1994	111 268	97 106	14 162
1995	105 037	90 075	14 962
1996	101 224	85 392	15 832
1997	101 225	84 881	16 344
1998	112 076	94 702	17 374
1999	110 041	93 931	16 110
2000	117 391	100 591	16 800
2001	124 470	106 731	17 739
2002	124 927	107 764	17 163
2003	125 549	109 344	16 205
2004	131 683	113 691	17 992
2005	118 148	99 981	18 167
2006	119 119	101 111	18 008

PRODUÇÃO DE LEITE

A produção de leite quase duplicou entre 1980 e 2006 (+94%), sendo de 86,1% o aumento da produção anual média entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06.

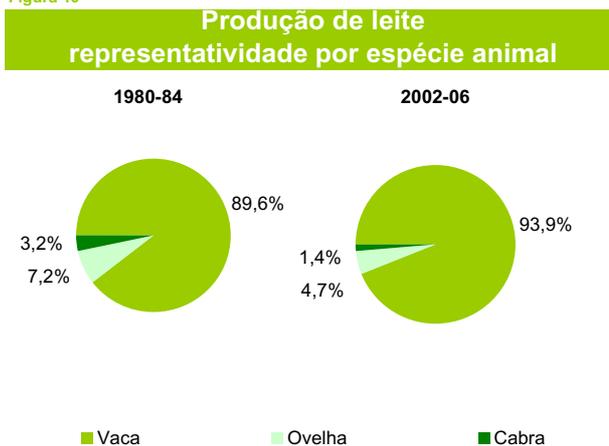
Quadro 13

Produção de leite				
Portugal				
Unidade: 1 000 l				
Anos	Total	Vaca	Ovelha	Cabra
1980	1 056 659	937 889	82 075	36 695
1981	1 113 380	1 001 768	76 212	35 400
1982	1 130 165	1 014 251	79 724	36 190
1983	1 156 798	1 038 455	81 717	36 626
1984	1 152 674	1 032 331	83 351	36 992
1985	1 210 141	1 087 325	85 384	37 432
1986	1 391 390	1 273 520	81 318	36 552
1987	1 460 741	1 338 045	82 059	40 637
1988	1 554 551	1 430 649	82 574	41 328
1989	1 669 389	1 541 290	86 184	41 915
1990	1 775 703	1 645 461	87 906	42 336
1991	1 776 971	1 645 005	89 210	42 756
1992	1 767 368	1 630 456	93 138	43 774
1993	1 677 510	1 539 282	94 380	43 848
1994	1 728 923	1 588 749	97 196	42 978
1995	1 837 181	1 696 998	97 592	42 591
1996	1 869 034	1 731 109	96 228	41 697
1997	1 898 958	1 759 847	97 206	41 905
1998	1 932 228	1 794 406	96 713	41 109
1999	2 116 967	1 978 471	104 102	34 394
2000	2 136 285	1 998 216	103 931	34 138
2001	2 054 270	1 923 577	99 610	31 083
2002	2 166 501	2 039 727	97 266	29 508
2003	2 019 952	1 893 243	98 162	28 547
2004	2 076 957	1 949 670	98 717	28 570
2005	2 128 411	1 999 234	100 090	29 087
2006	2 049 274	1 924 660	96 154	28 460

O leite de vaca é o principal responsável pelo aumento da produção de leite, com a produção anual média a aumentar 95,2%, no período em análise, o que fez subir a sua importância relativa na produção total de leite de 89,6% para 93,9%.

Para o aumento da produção de leite foi decisivo a melhoria da produtividade das vacas leiteiras, devido ao melhoramento genético e ao recurso à inseminação artificial com sêmen importado.

Figura 19



PRODUÇÃO DE QUEIJO

A produção anual média de queijo aumentou 77,8% entre 1980-84 e 2002-06. O queijo de vaca é o principal responsável pelo acréscimo da produção de queijo, tendo aumentado a sua importância relativa no total da produção de 64,7% para 71,7%, no período em análise.

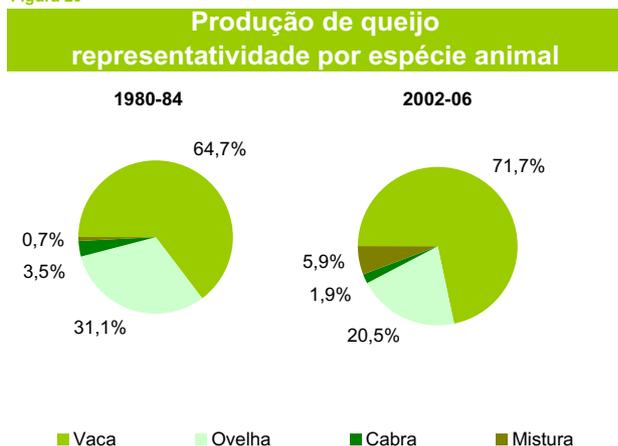
Apesar das produções de queijo de ovelha e de cabra terem diminuído o seu peso relativo no total de queijo,

verificaram-se acréscimos na produção de queijo de ovelha (+17,2%) e de queijo de cabra (+12,2%), entre 1980 e 2006.

Quadro 14

Produção de queijo					
Portugal					
Unidade: t					
Anos	Total	Vaca	Ovelha	Cabra	Mistura
1980	44 146	27 363	13 679	1 529	1 575
1981	45 221	28 948	13 185	1 475	1 613
1982	44 903	28 506	13 287	1 508	1 602
1983	43 947	27 233	13 620	1 526	1 568
1984	46 021	28 946	13 892	1 541	1 642
1985	47 864	30 366	14 230	1 560	1 708
1986	44 948	28 353	13 553	1 523	1 519
1987	48 472	31 448	14 196	1 693	1 135
1988	53 761	34 821	14 285	1 722	2 933
1989	56 699	38 891	14 364	1 746	1 698
1990	60 148	41 541	14 651	1 764	2 192
1991	63 618	42 615	15 400	1 782	3 821
1992	64 441	44 017	15 523	1 824	3 077
1993	64 293	44 801	15 730	1 827	1 935
1994	67 844	46 743	16 199	1 791	3 111
1995	70 355	47 474	16 883	1 775	4 223
1996	69 859	48 526	16 038	1 737	3 558
1997	71 017	50 438	16 201	1 746	2 632
1998	73 316	52 599	16 119	1 713	2 885
1999	78 158	54 972	17 350	1 433	4 403
2000	80 914	57 582	17 321	1 422	4 589
2001	81 485	58 677	16 602	1 296	4 910
2002	81 240	58 906	16 210	1 229	4 895
2003	79 462	57 431	16 361	1 189	4 481
2004	80 263	57 268	16 453	1 717	4 825
2005	79 549	56 626	16 592	1 753	4 578
2006	78 076	55 744	16 026	1 715	4 591

Figura 20



PRODUÇÃO DE LEITE PARA CONSUMO E DE PRODUTOS LÁCTEOS

A produção de leite de vaca para consumo aumentou entre 1986 e 2006, verificando-se um acréscimo de 29,7% se compararmos a produção anual média entre 1986-90 e 2002-06.

Aspecto importante a registar é o aumento da produção de leite com menor teor de gordura.

Assim, no período em análise, houve uma redução drástica na importância relativa do leite gordo (de 69,6% para 19,2%), enquanto que o do leite meio gordo subiu de 23,8% para 69,2% e o do leite magro de 6,6% para 11,6%, para o que contribuíram as campanhas publicitárias tendo em vista a redução do consumo de gorduras.

A produção de manteiga aumentou fortemente desde 1986, tendo mais do que duplicado (+141%), considerando a produção anual média entre 1986-90 e 2002-06.

Também a produção de iogurtes e outros leites acidificados tiveram um acréscimo muito significativo (+84%), no período em análise. No entanto, as maiores produções verificaram-se nos finais dos anos 90, descendo depois, devido à mudança de estratégia das empresas multinacionais do sector, que deslocalizaram a produção destes produtos para Espanha.

As bebidas à base de leite tiveram, tal como os outros produtos lácteos, um aumento de produção (+62%) no período em análise.

Quadro 15

Produção de leite de vaca de consumo				
Portugal				
Anos	Total ¹	Leite gordo	Leite meio gordo	Leite magro
1986	664 228	539 522	81 069	42 789
1987	685 467	514 576	120 731	48 139
1988	688 190	481 440	160 650	45 230
1989	746 320	461 500	210 320	46 410
1990	724 490	424 690	253 230	46 250
1991	739 360	417 150	271 400	50 520
1992	759 550	396 940	309 750	52 610
1993	761 354	363 082	344 677	53 330
1994	763 662	334 784	372 167	56 224
1995	739 075	304 154	380 311	53 790
1996	763 084	270 650	437 789	54 136
1997	801 730	266 093	472 770	62 145
1998	857 994	286 033	501 607	69 423
1999	894 949	264 092	543 759	85 491
2000	891 239	235 990	556 846	96 949
2001	862 013	190 533	578 226	93 108
2002	856 939	173 219	590 742	92 857
2003	881 781	174 734	609 599	97 350
2004	901 350	187 164	613 383	100 718
2005	958 988	177 742	667 514	113 715
2006	952 927	160 230	671 064	121 576

¹ inclui leite cru

Figura 21

Produção de leite de vaca de consumo representatividade por tipo de leite

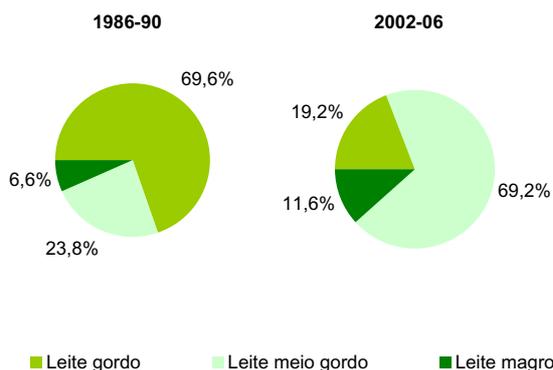
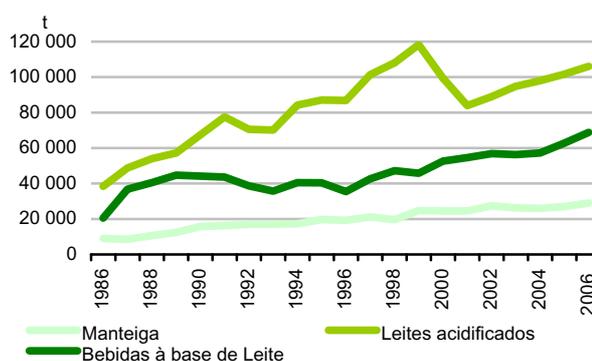


Figura 22

Produção de manteiga, leites acidificados e bebidas à base de leite



Quadro 16

Produção de manteiga, leites acidificados e bebidas à base de leite

Portugal			
Anos	Manteiga	Leites acidificados ¹	Bebidas à base de leite
1986	8 974	38 449	20 484
1987	8 561	48 790	36 807
1988	10 589	53 930	40 500
1989	12 379	57 170	44 680
1990	15 786	67 420	44 180
1991	16 248	77 560	43 590
1992	16 971	70 530	38 680
1993	17 092	70 175	35 681
1994	17 304	84 174	40 468
1995	19 699	87 042	40 397
1996	19 251	86 776	35 461
1997	21 155	101 349	42 660
1998	19 566	108 020	47 265
1999	24 707	118 321	45 828
2000	24 600	99 374	52 662
2001	24 524	83 966	54 586
2002	27 435	88 964	56 823
2003	26 252	94 782	56 335
2004	25 977	97 990	57 190
2005	26 971	101 671	62 828
2006	28 971	106 049	68 780

¹ inclui iogurtes

A

Economía

Agrícola

PRODUÇÃO DO RAMO AGRÍCOLA

O valor da produção agrícola, a preços correntes, aumentou de 1 240 para 6 409 milhões de euros, entre 1980 e 2006.

Apesar do grande aumento do valor da produção agrícola, a análise a preços constantes permite constatar que houve uma quase estagnação da evolução, em volume, correspondendo a um aumento do valor médio anual da produção agrícola de apenas 11,9%, entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06.

Neste período, a sua evolução é irregular, sendo de salientar, pela negativa, os anos de 1981, 1988, 1997 e 1998 e, pela positiva, os anos de 1990, 1991, 1999 e 2004.

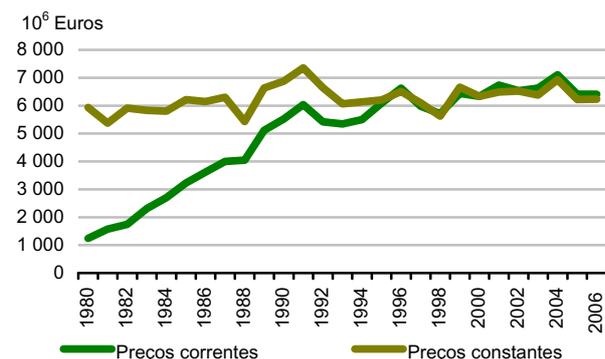
Quadro 1

Produção do Ramo Agrícola a preços de base						
Portugal						
Anos	A preços correntes			A preços constantes		
	Pro- dução do Ramo Agrícola ¹	Pro- dução Vegetal	Pro- dução Animal	Pro- dução do Ramo Agrícola	Pro- dução Vegetal	Pro- dução Animal
1980	1 240	766	447	5 935	4 217	1 561
1981	1 572	1 009	534	5 371	3 553	1 705
1982	1 747	1 057	646	5 910	4 082	1 683
1983	2 311	1 403	847	5 832	3 930	1 690
1984	2 699	1 548	1 064	5 801	3 904	1 691
1985	3 228	1 819	1 315	6 217	4 310	1 678
1986	3 618	2 016	1 471	6 148	4 070	1 770
1987	3 999	2 321	1 559	6 299	4 253	1 819
1988	4 045	2 267	1 658	5 433	3 319	1 817
1989	5 117	2 899	2 063	6 630	4 305	2 051
1990	5 523	3 344	2 000	6 878	4 720	1 882
1991	6 040	3 616	2 076	7 351	4 885	1 978
1992	5 420	3 130	2 005	6 645	4 298	1 974
1993	5 345	3 062	1 969	6 064	3 667	2 078
1994	5 499	3 257	1 975	6 135	3 811	2 043
1995	6 088	3 628	2 171	6 202	3 834	2 078
1996	6 629	4 045	2 318	6 509	4 151	2 091
1997	5 981	3 412	2 304	6 098	3 651	2 134
1998	5 709	3 222	2 269	5 625	3 161	2 239
1999	6 437	4 094	2 154	6 663	4 166	2 294
2000	6 336	3 823	2 291	6 336	3 823	2 291
2001	6 734	4 081	2 419	6 489	4 001	2 261
2002	6 533	3 909	2 359	6 525	3 952	2 326
2003	6 625	4 014	2 345	6 380	3 873	2 264
2004	7 105	4 232	2 605	6 932	4 103	2 589
2005	6 411	3 528	2 625	6 220	3 450	2 544
2006	6 409	3 589	2 566	6 232	3 548	2 471

1 - Inclui bens e serviços agrícolas e actividades secundárias não agrícolas

Figura 1

Produção do Ramo Agrícola a preços de base



A irregularidade anual do valor da produção agrícola, ao longo do período em análise, decorre, principalmente, da influência das condições climáticas no valor da produção vegetal, ao contrário do valor da produção animal, que mantém uma maior regularidade anual.

Efectivamente, a produção vegetal constitui a principal componente da produção do ramo agrícola, oscilando entre 55% e 65%. Comparando o início e final do período em análise verifica-se que, em valor, o seu peso relativo diminuiu ligeiramente (de 60,4% em 1980-84 para 58,2% em 2002-06).

Contudo, em termos de volume, a sua importância relativa diminuiu mais acentuadamente, passando de 68,2% para 58,6% entre os quinquênios em análise. Inversamente, a produção animal aumentou o seu peso relativo, subindo de 28,9% para 37,8%, para os mesmos períodos. Os preços de base têm tido, por isso, um forte contributo no crescimento da produção vegetal.

Figura 2

Produção do Ramo Agrícola a preços de base representatividade por tipo de produção (preços correntes)

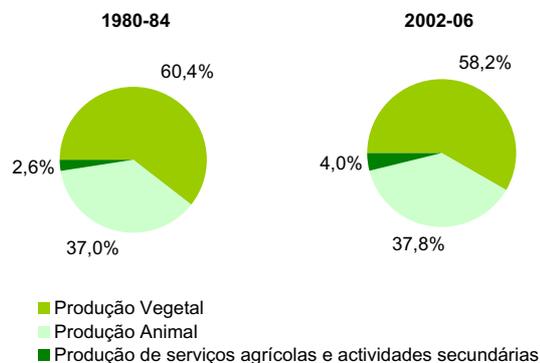
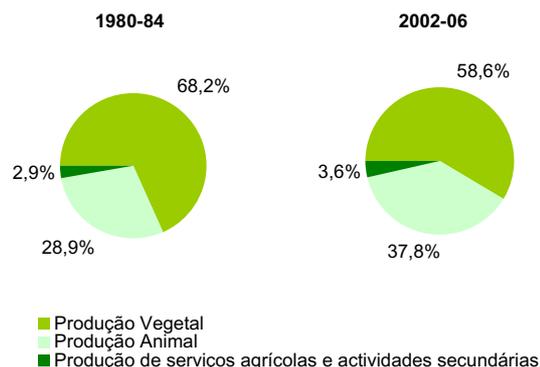


Figura 3

Produção do Ramo Agrícola a preços de base representatividade por tipo de produção (preços constantes)



PRODUÇÃO VEGETAL

O valor da produção vegetal, a preços correntes, aumentou 246%, considerando a média anual dos quinquênios 1980-84 e 2002-06. No entanto, a preços constantes, verificou-se uma diminuição do valor da produção vegetal em 3,9%, para o mesmo período.

A estrutura do valor da produção vegetal, a preços correntes, modificou-se bastante entre 1980 e 2006.

Analisando o valor médio anual dos produtos vegetais nos quinquênios 1980-84 e 2002-06, salienta-se o significativo aumento da importância relativa do vinho (de 16,4% para 24,7%).

Pelo contrário, com excepção dos produtos hortícolas frescos, todos os mais importantes produtos vegetais observaram uma diminuição do seu peso relativo, com maior expressão no azeite (de 7,8% para 2,4%).

De salientar, ainda, a descida dos cereais (10,3% para 7,7%) e dos frutos (de 25,3% para 21,9%).

No entanto, na análise da estrutura do valor da produção, a preços constantes, para os mesmos quinquênios, constata-se algumas alterações em sentido contrário, relativamente à análise a preços correntes.

Assim, enquanto os cereais e os frutos aumentaram o seu peso relativo de 4,3% para 7,7% e de 21,6% para 23,2%, respectivamente, o do vinho diminuiu de 32,2% para 27,8%. A evolução distinta do vinho, em volume e valor, é explicável pelo facto de o Vinho de Mesa ter vindo a dar lugar ao Vinho de Qualidade, com preços mais elevados, o que justifica a progressão observada a preços correntes.

Quadro 2

Produção dos principais produtos da Produção Vegetal (preços correntes)

Portugal							
Unidade: 10 ⁶ Euros							
Anos	Cereais	Culturas industriais	Culturas forrageiras	Hortícolas e Batata	Frutos	Vinho	Azeite
1980	73	8	78	197	221	162	19
1981	73	7	87	247	251	182	149
1982	100	13	112	290	309	209	15
1983	119	16	125	372	339	181	240
1984	229	35	168	520	343	218	25
1985	259	44	187	505	422	287	99
1986	337	54	218	629	422	271	68
1987	381	57	178	783	455	357	93
1988	329	88	214	857	426	267	65
1989	435	98	265	886	592	553	55
1990	340	97	215	1 215	634	727	99
1991	417	75	276	1 425	795	519	93
1992	332	89	261	1 282	624	387	138
1993	336	97	232	1 398	590	341	55
1994	465	109	204	1 163	631	574	93
1995	431	111	239	1 123	780	834	96
1996	446	87	218	1 003	852	1 248	177
1997	446	85	245	995	812	711	105
1998	367	89	278	1 134	702	566	77
1999	415	94	286	1 092	934	1 185	80
2000	379	99	275	1 104	800	1 069	88
2001	381	99	261	1 254	830	1 205	43
2002	384	117	247	1 310	809	974	59
2003	369	111	244	1 393	827	1 003	57
2004	376	117	233	1 382	991	1 025	86
2005	168	89	153	1 251	817	901	144
2006	178	68	183	1 409	780	848	115

Figura 4

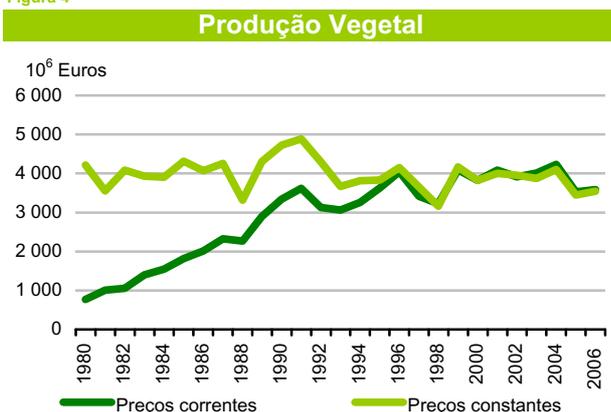


Figura 5

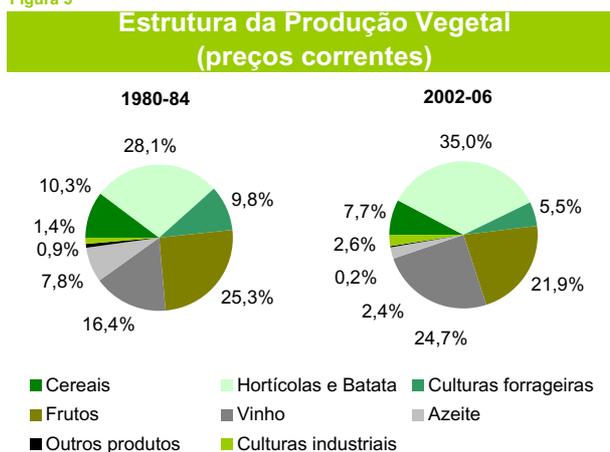
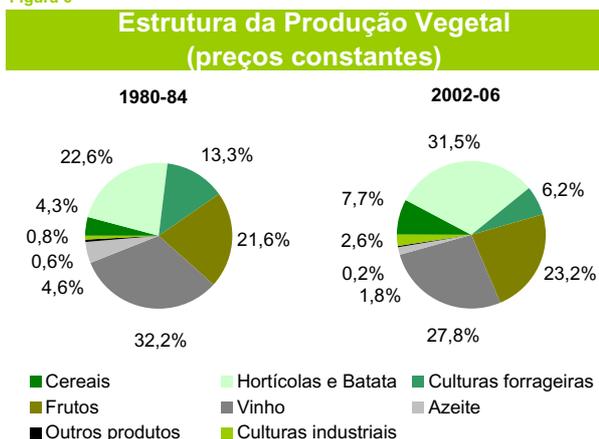


Figura 6



PRODUÇÃO ANIMAL

O valor da produção animal aumentou 253%, considerando a média anual dos quinquênios 1980-84 e 2002-06, evolução semelhante à da produção vegetal.

No entanto, a preços constantes, evoluiu em sentido inverso, apresentando um aumento de 46,4%, pelo que os preços de base foram, por isso, menos determinantes da evolução em valor, comparativamente à produção vegetal.

A evolução da estrutura do valor da produção animal, a preços correntes, caracteriza-se pela diminuição do peso relativo das componentes mais importantes, em favor do leite, que aumentou a sua representatividade de 20,8% para 28,1%.

Os bovinos e os suínos registaram decréscimos da sua importância relativa, passando de 25,7% para 21,9% e de 23,2% para 20,1%, respectivamente, entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06.

No entanto, a preços constantes, a evolução da estrutura da produção animal apresentou uma maior diferenciação.

Assim, entre os quinquênios 1980-84 e 2002-06, apenas os bovinos registaram uma diminuição no seu peso relativo, de 21,2% para 20,1%, enquanto que os suínos e as aves de capoeira aumentaram de 18,3% para 23,0% e de 10,3% para 13,2%, respectivamente.

O peso relativo da produção de leite também aumentou, embora com menor amplitude do que a preços correntes (de 24,0% para 28,1%).

Quadro 3

Produção dos principais produtos da Produção Animal (preços correntes)

Portugal Unidade: 10⁶ Euros

Anos	Bovinos	Suínos	Ovinos e Caprinos	Aves de capoeira	Leite
1980	116	102	36	63	92
1981	144	125	39	73	104
1982	163	145	47	90	136
1983	211	198	60	124	174
1984	276	250	76	139	230
1985	364	292	89	150	295
1986	399	304	103	180	342
1987	419	323	109	180	389
1988	386	339	158	206	407
1989	571	464	154	212	473
1990	425	464	149	259	510
1991	506	415	206	271	503
1992	407	513	156	234	505
1993	499	462	146	253	386
1994	435	456	184	247	427
1995	444	508	171	260	574
1996	420	583	177	303	616
1997	401	593	172	308	621
1998	434	490	173	331	625
1999	421	416	162	277	678
2000	401	472	156	325	696
2001	398	578	160	339	706
2002	467	435	178	295	752
2003	500	409	175	295	698
2004	610	522	177	319	750
2005	647	537	149	306	773
2006	511	601	159	317	745

Figura 7

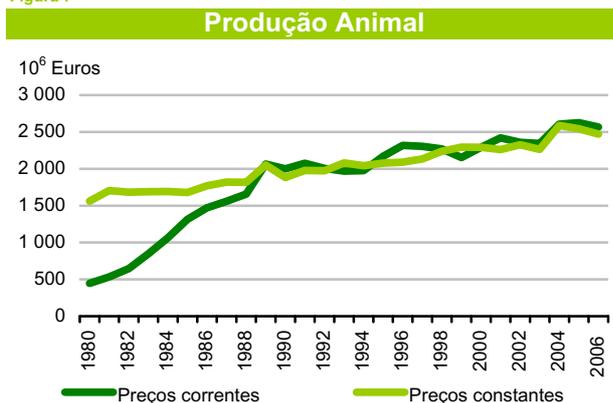


Figura 8

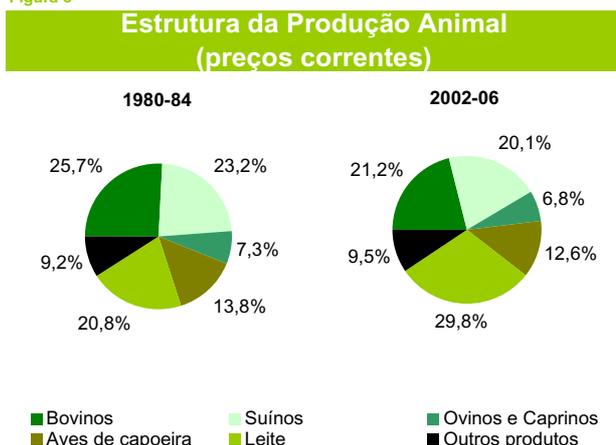
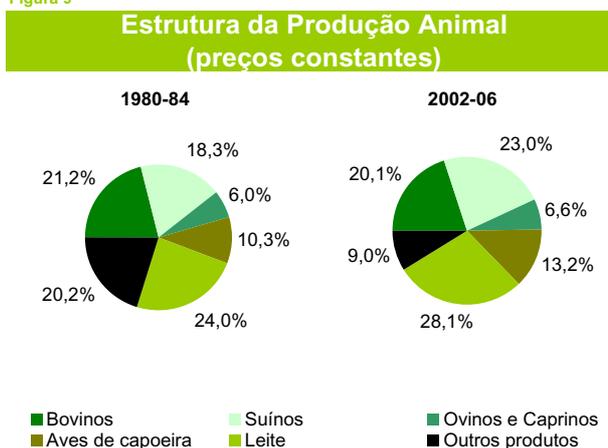


Figura 9



CONSUMO INTERMÉDIO

O consumo intermédio (CI) apresentou, desde 1980, um crescimento, em valor, menos irregular do que a produção agrícola. A menor volatilidade das despesas

Quadro 4

Principais rubricas do Consumo Intermédio (preços correntes)

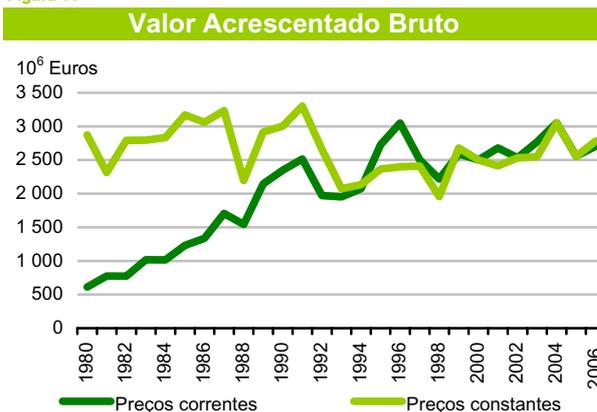
Portugal							Unidade: 10 ⁶ Euros
Anos	Total	Sementes e plantas	Energia e lubrificantes	Adubos e correctivos	Alimentos para animais	Serviços agrícolas	
1980	627	40	59	21	278	13	
1981	796	54	67	27	385	16	
1982	974	57	83	39	447	21	
1983	1 292	67	107	54	601	25	
1984	1 684	100	145	76	760	30	
1985	1 996	136	186	91	854	32	
1986	2 283	179	193	102	985	32	
1987	2 292	147	180	116	963	34	
1988	2 503	180	180	120	1 093	35	
1989	2 971	158	208	139	1 341	43	
1990	3 174	129	239	137	1 294	58	
1991	3 524	151	274	134	1 489	64	
1992	3 448	119	273	115	1 531	65	
1993	3 391	115	300	108	1 482	66	
1994	3 426	110	281	115	1 418	79	
1995	3 359	117	282	116	1 346	85	
1996	3 581	127	258	160	1 373	90	
1997	3 478	126	246	153	1 404	123	
1998	3 489	137	212	133	1 500	127	
1999	3 845	182	234	132	1 489	144	
2000	3 837	147	262	125	1 512	170	
2001	4 054	179	228	145	1 618	202	
2002	3 998	169	260	136	1 619	216	
2003	3 856	153	275	134	1 511	212	
2004	4 052	136	297	146	1 631	217	
2005	3 852	108	333	142	1 483	230	
2006	3 703	111	348	157	1 321	226	

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços correntes apresentou, à semelhança da produção do ramo agrícola, uma tendência crescente entre 1980 e 2006, embora com variações negativas pontuais, que coincidiram com anos meteorologicamente adversos para a agricultura, com implicações na produção vegetal.

A tendência de evolução do VAB a preços constantes foi oposta, decrescendo entre os quinquénios 1980-84 e 2002-06 (-1%), o que leva a concluir que o preço de base (isto é, incluindo subsídios aos produtos)

Figura 11

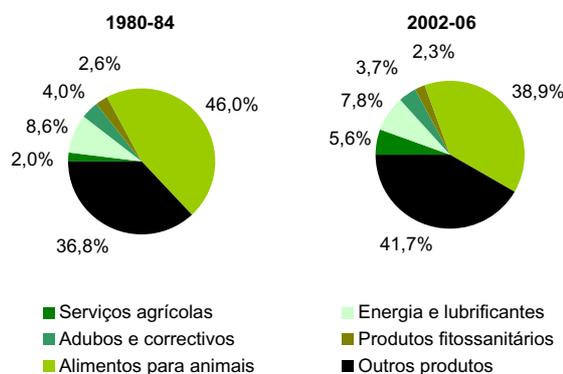


correntes relacionadas com a produção prende-se com a estrutura do CI, nomeadamente a maior importância relativa dos alimentos para animais.

Esta rubrica apresenta, no entanto, uma diminuição do seu peso relativo, entre os quinquénios de 1980-84 e 2002-06 (de 46,0% para 38,9%). No período em análise destaca-se o forte aumento da energia e lubrificantes nos últimos anos, em consequência do aumento de preços dos combustíveis, bem como o crescimento dos serviços agrícolas, o que demonstra um maior recurso a empresas especializadas, reflexo da modernização da agricultura portuguesa.

Figura 10

Estrutura do Consumo Intermédio (preços correntes)



influenciou substancialmente o crescimento do VAB em valor, mas não em volume.

Quadro 5

Valor Acrescentado Bruto

Portugal			Unidade: 10 ⁶ Euros
Anos	Valor Acrescentado Bruto		
	Preços correntes	Preços constantes	
1980	613	2 874	
1981	775	2 314	
1982	773	2 792	
1983	1 019	2 796	
1984	1 015	2 835	
1985	1 232	3 170	
1986	1 335	3 063	
1987	1 707	3 235	
1988	1 542	2 195	
1989	2 146	2 917	
1990	2 349	3 005	
1991	2 516	3 302	
1992	1 972	2 658	
1993	1 953	2 073	
1994	2 073	2 134	
1995	2 729	2 366	
1996	3 048	2 398	
1997	2 503	2 410	
1998	2 219	1 958	
1999	2 592	2 679	
2000	2 500	2 500	
2001	2 680	2 414	
2002	2 535	2 532	
2003	2 769	2 548	
2004	3 053	3 055	
2005	2 559	2 555	
2006	2 705	2 784	

Subsídios

Com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 os agricultores portugueses começaram a receber um conjunto de novos subsídios, cujo montante e diversidade foi aumentando desde esse ano.

Os subsídios atribuídos repartem-se em “subsídios aos produtos” e “outros subsídios à produção”.

A sua evolução desde 1986 foi influenciada pelas alterações da Política Agrícola Comum (PAC), pelo que, se por um lado, o total de subsídios aumentou desde o início de forma regular, por outro, com a reforma da PAC de 1992, os subsídios aos produtos aumentaram de forma mais intensa do que os outros subsídios à produção.

Os subsídios aos produtos mantiveram-se bastante acima de 50% do total de subsídios, situação que foi atenuada após a reforma da PAC de 2000, com o aumento dos outros subsídios à produção. Por isso, no quinquénio 2002-06, os montantes de subsídios aos

produtos e outros subsídios à produção são praticamente idênticos.

Em 2005 teve início o Regime de Pagamento Único (desligamento das ajudas da produção), pelo que era expectável uma transição dos montantes de subsídios aos produtos para outros subsídios à produção. Assim, os subsídios à produção representaram 54,2% e 63,3% em 2005 e 2006, respectivamente.

Dada a influência da reforma da PAC de 1992 nos subsídios aos produtos, utilizou-se o quinquénio 1992-96 para comparar com o quinquénio 2002-06. Assim, apesar das alterações estruturais observadas, os subsídios aos cereais e bovinos se mantiveram-se como os mais significativos, totalizando, desde 1992, sempre mais de 50% do total. O peso relativo dos subsídios aos bovinos observou mesmo um forte aumento (de 16,7% para 31,4%).

Quadro 6

Subsídios														
Portugal														
Anos	Total	Aos produtos											À produção	
		Total	Produtos vegetais					Produtos animais						
			Total	Cereais	Plantas industriais	Hortícolas frescos	Frutos	Outros	Total	Bovinos	Ovinos e Caprinos	Outros		
1980	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1981	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1982	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
1983	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
1984	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
1985	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
1986	25	4	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	21
1987	138	25	15	8	7	0	0	0	10	0	10	0	10	113
1988	149	57	20	12	7	0	2	0	36	0	36	0	0	92
1989	147	71	35	23	10	0	1	0	37	0	37	0	0	75
1990	182	69	37	23	12	0	2	0	32	0	32	0	0	113
1991	294	165	83	60	12	0	11	0	83	0	83	0	0	129
1992	326	166	103	80	13	0	10	1	62	13	49	0	0	160
1993	412	257	159	87	54	0	18	0	98	29	45	25	0	155
1994	641	429	279	189	57	0	30	2	150	63	58	30	0	212
1995	724	451	290	192	56	0	41	2	160	78	53	30	0	274
1996	744	470	288	180	50	0	57	2	183	113	47	22	0	274
1997	725	411	290	197	42	0	47	4	121	77	31	13	0	314
1998	757	402	267	160	44	0	60	4	134	84	44	7	0	355
1999	756	395	264	179	40	0	43	3	130	80	50	0	0	361
2000	664	377	263	151	40	0	65	6	114	72	41	0	0	287
2001	783	414	279	183	36	26	28	6	135	105	30	0	0	369
2002	845	419	275	169	27	31	42	6	144	97	47	0	0	426
2003	892	474	289	171	26	34	54	5	185	139	45	0	0	418
2004	964	530	318	199	27	40	47	5	213	147	46	20	0	433
2005	1 038	476	175	54	17	42	58	4	301	238	24	39	0	563
2006	810	347	178	14	60	34	66	4	168	82	25	61	0	513

Figura 12

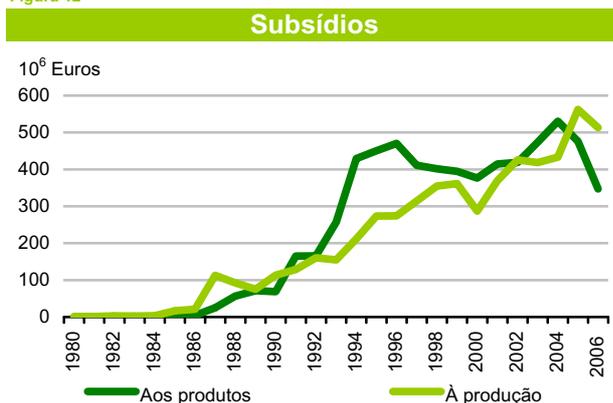
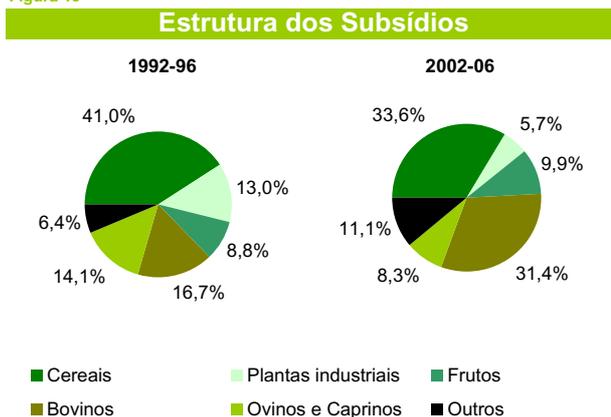


Figura 13



REMUNERAÇÕES, RENDAS E JUROS

As remunerações registaram um acréscimo acentuado até ao início dos anos 90, mas que se atenuou após essa data.

Quadro 7

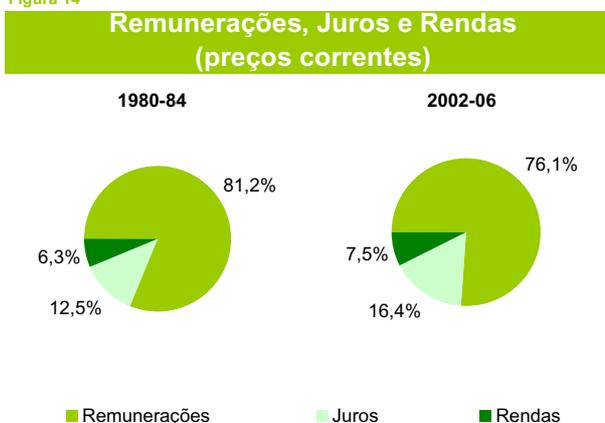
Remunerações, Juros e Rendas (preços correntes)			
Portugal			
Anos	Remunerações	Juros	Rendas
1980	188	13	9
1981	193	19	14
1982	213	30	17
1983	231	49	17
1984	276	60	27
1985	333	62	27
1986	371	62	43
1987	400	65	44
1988	448	82	53
1989	510	90	54
1990	564	117	54
1991	631	142	59
1992	567	158	56
1993	587	157	54
1994	521	142	56
1995	516	112	57
1996	491	97	59
1997	492	95	58
1998	495	77	54
1999	498	64	44
2000	510	99	47
2001	553	63	48
2002	540	74	50
2003	535	109	53
2004	506	128	55
2005	485	189	52
2006	497	175	56

Este comportamento é consequência de menores taxas de inflação (com reflexo nos aumentos salariais anuais) e da diminuição do volume de mão-de-obra.

A adesão à CEE originou um aumento do investimento na agricultura, com o subsequente acréscimo do recurso ao crédito. O montante de juros pagos registou, assim, um forte aumento, que se prolongou até 1992. Após a adesão do país ao “Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu” baixaram bastante as taxas de juro, com repercussão nos juros pagos pelos agricultores (crédito com custo inferior).

As rendas a pagar pelos agricultores estabilizaram após a adesão à CEE.

Figura 14



RENDIMENTO AGRÍCOLA

O Rendimento Empresarial Líquido (REL) mede a remuneração líquida do conjunto dos factores primários de produção, que são propriedade do produtor agrícola.

O REL aumentou fortemente após a adesão à CEE, com uma tendência crescente, mas apresentando oscilações derivadas das condicionantes climáticas.

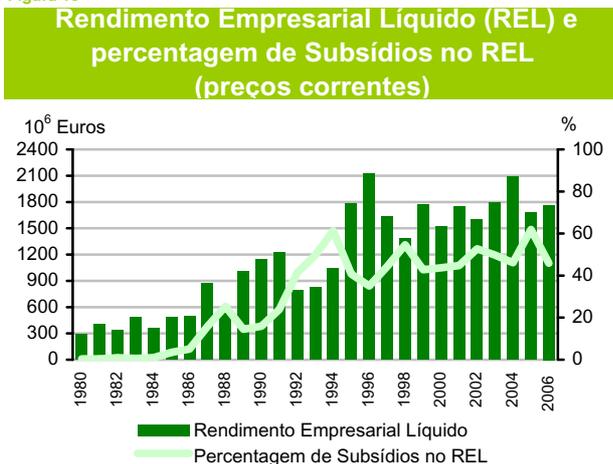
Cruzando o comportamento do REL e dos subsídios constata-se que estes constituem um factor importante na sustentabilidade da actividade agrícola, que atenua

o impacto dos maus anos agrícolas no REL, isto é, dá uma maior estabilidade aos rendimentos unitários.

Quadro 8

Rendimento Empresarial Líquido (REL) (preços correntes)			
Portugal			
Anos	REL (10 ⁶ Euros)	REL por Unidade de Trabalho Ano (Euros)	Percentagem de subsídios no REL (%)
1980	285	227	0,4
1981	402	327	0,4
1982	336	279	0,9
1983	483	410	0,6
1984	356	310	1,0
1985	481	429	3,5
1986	495	452	5,1
1987	871	844	15,8
1988	588	607	25,3
1989	1 013	1 128	14,5
1990	1 141	1 367	16,0
1991	1 229	1 593	23,9
1992	787	1 110	41,4
1993	828	1 283	49,8
1994	1 045	1 653	61,3
1995	1 778	2 871	40,7
1996	2 124	3 633	35,0
1997	1 637	2 973	44,3
1998	1 385	2 675	54,6
1999	1 766	3 641	42,8
2000	1 519	3 020	43,7
2001	1 749	3 455	44,8
2002	1 602	3 339	52,7
2003	1 793	4 254	49,8
2004	2 091	5 286	46,1
2005	1 677	4 540	61,9
2006	1 764	4 800	45,9

Figura 15



FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo, a preços correntes, registou uma tendência crescente, mais acentuada desde a adesão à CEE.

Este crescimento é explicável, entre outros factores, pelas fortes expectativas por parte dos agricultores, que se reflectiram em níveis elevados de investimento, também propiciados por taxas de juro mais baixas.

Os anos 90 foram marcados por um decréscimo no esforço de investimento.

A partir de 2000 os valores de investimento registam um incremento, com o arranque do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), assumindo, no entanto, um crescimento menos pronunciado do que no final da década de 80.

Em termos de estrutura, a FBCF em produtos não agrícolas constitui a rubrica mais importante, com especial destaque para as componentes "Máquinas" e "Material de transporte". Este investimento em bens de equipamento observou especial incidência em 1987-1988, apontando para uma forte aposta na mecanização da agricultura, nos primeiros anos pós-adesão.

A FBCF em produtos agrícolas (plantações e animais) é mais irregular, sendo determinantes as crises observadas na produção animal (BSE e febre aftosa, que causaram fortes quebras no efectivo pecuário). As plantações têm assumido um peso crescente no investimento (de 11,4% para 30,9% entre os quinquénios 1980-84 e 2001-05), para o qual a plantação de vinha tem sido determinante.

Quadro 9

Formação Bruta de Capital Fixo (preços correntes)									
Portugal									
Anos	Total	Em produtos agrícolas			Em produtos não agrícolas				
		Total	Plantações	Animais	Total	Máquinas	Material de transporte	Edifícios	Outros
1980	192	27	14	13	165	78	40	47	0
1981	226	36	16	20	190	92	45	53	1
1982	219	33	24	9	186	117	42	26	1
1983	256	40	34	7	215	121	62	32	1
1984	299	101	48	53	198	106	59	32	1
1985	332	143	51	91	189	88	71	29	1
1986	457	201	72	129	256	122	96	36	2
1987	537	157	64	93	380	189	148	41	1
1988	718	122	64	58	595	235	311	44	5
1989	885	273	81	191	612	250	301	56	5
1990	538	131	94	37	407	255	81	66	5
1991	674	303	190	113	372	216	87	63	6
1992	571	219	153	66	353	179	120	49	5
1993	532	318	169	149	214	93	68	49	4
1994	486	217	141	76	268	111	106	48	4
1995	552	252	151	101	300	151	97	47	4
1996	557	200	136	65	357	170	123	60	4
1997	592	218	161	57	374	185	133	48	8
1998	671	245	159	86	426	201	171	45	9
1999	778	305	201	104	473	211	194	60	7
2000	777	259	194	66	517	227	189	90	11
2001	802	265	264	0	537	245	182	97	13
2002	859	313	259	54	545	226	190	115	15
2003	799	297	253	44	502	219	150	119	14
2004	891	362	257	105	529	224	173	117	15
2005	801	308	248	60	492	229	134	115	15

Figura 16

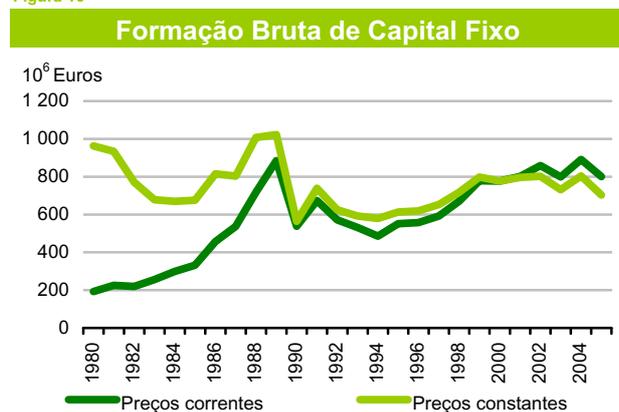
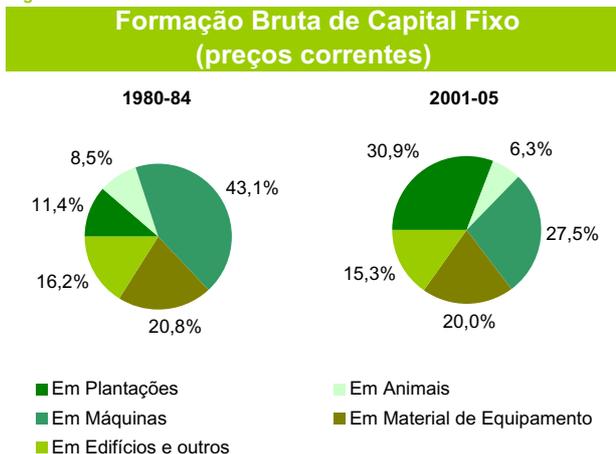


Figura 17



***Os
Preços
na
Agricultura***

ÍNDICE DE PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO PRODUTOR

O índice de preços dos produtos agrícolas no produtor, apresenta, no período em análise, uma evolução irregular, embora quando se compara a média do índice nos triénios 1995-97 e 2003-05 se note uma tendência de crescimento, já que aumenta de 100,7 para 108,3.

No entanto, dada a inflação de 1995 a 2005, tal significa uma descida acentuada em termos reais dos preços dos produtos agrícolas vendidos pelos agricultores.

Por outro lado, no período em análise, a evolução positiva do índice é devida, principalmente, aos produtos de origem vegetal cujo índice, quando se compara a média

nos triénios 1995-97 e 2003-05, sobe de 99,8 para 113,8, contrariamente ao índice dos animais e produtos animais que diminuiu de 101,9 para 101,7.

Para a presente análise da evolução dos preços na agricultura, quer dos produtos vendidos pelos agricultores, quer dos bens e serviços necessários à produção agrícola, utiliza-se o “índice de preços dos produtos agrícolas” (output), o “índice de preços de bens e serviços de consumo corrente” (input I) e o “índice de preços de máquinas e outros bens de equipamento” (input II) na base 1995.

Quadro 1

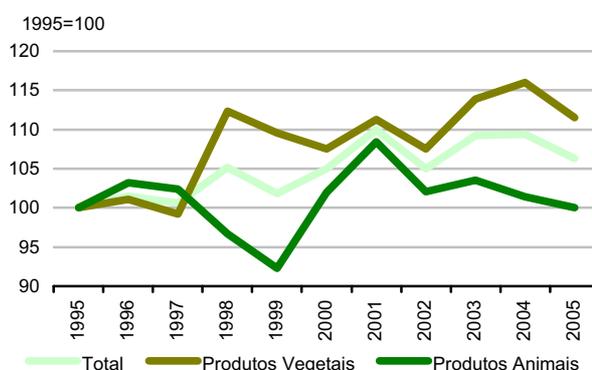
Índice de preços dos produtos agrícolas

Portugal

Anos	Produtos agrícolas		
	Total	Produtos Vegetais	Produtos Animais
1995	100,0	100,0	100,0
1996	101,5	100,1	103,2
1997	100,6	99,2	102,4
1998	105,2	112,3	96,7
1999	101,8	109,6	92,3
2000	105,0	107,5	102,0
2001	110,0	111,3	108,4
2002	105,0	107,5	102,1
2003	109,2	113,9	103,5
2004	109,4	116,0	101,4
2005	106,3	111,5	100,1

Figura 1

Índice de preços dos produtos agrícolas



ÍNDICE DE PREÇOS DE CEREAIS

O índice de preços de cereais no produtor apresenta, desde 1995, um decréscimo contínuo e regular. Se considerarmos a média dos índices nos triénios 1995-97 e 2003-05 verifica-se uma quebra de 94,6 para 76,5, sendo, apesar disso, a variação anual positiva em 2001, 2003 e 2005.

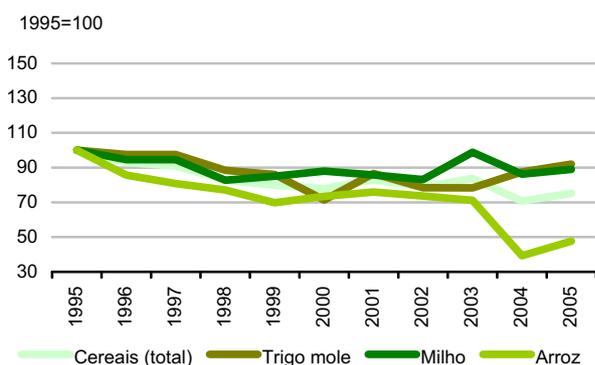
O índice de preços desce para todos os cereais, quando se compara a média dos índices de preços nos triénios 1995-97 e 2003-05, mas é o índice de preços do arroz

aquele que apresenta a maior diminuição, sendo o índice de preços do milho o que menos cai no período em análise.

No entanto, é de assinalar que a grande descida do índice de preços do arroz em 2004 e 2005 se deveu à aplicação de legislação comunitária de 2003 que estabeleceu novas regras para os regimes de apoio directo aos agricultores, introduzindo alterações ao pagamento específico para o arroz em casca.

Figura 2

Índice de preços de cereais



Quadro 2

Índice de preços de cereais

Portugal

Anos	Cereais			
	Total	Trigo mole	Milho	Arroz
1995	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	92,9	97,5	94,6	85,7
1997	90,9	97,5	94,6	80,8
1998	82,9	88,4	82,7	77,1
1999	79,9	86,0	85,0	69,8
2000	77,9	71,3	88,0	73,5
2001	83,0	86,6	85,8	75,9
2002	78,9	78,4	83,1	73,6
2003	83,7	78,3	98,8	71,2
2004	70,7	87,5	86,2	39,3
2005	75,2	92,0	89,0	47,6

ÍNDICE DE PREÇOS DE FRUTOS

O preço dos frutos no produtor manteve uma certa estabilidade até 1997, para a partir daí, com excepção de dois ou três anos, se apresentar a um nível mais elevado. Comparando a média do índice nos triénios 1995-97 e 2003-05 constata-se um aumento do índice de 100,2 para 133,2.

Os preços dos diversos frutos são influenciados pelo nível das quantidades produzidas no país e pela concorrência de produtos de outros países, nomeadamente a Espanha e a França.

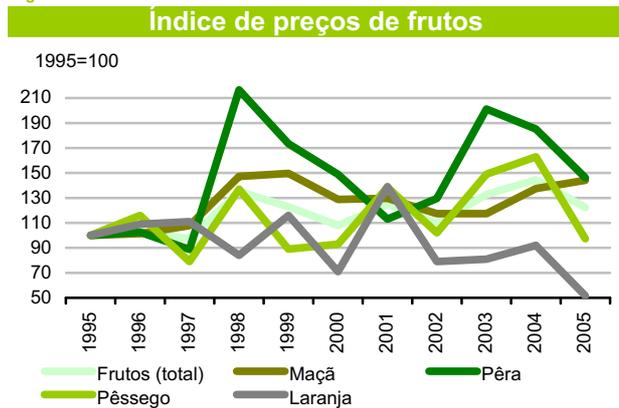
Quadro 3

Índice de preços de frutos					
Portugal					
Anos	Frutos				
	Total	Maçã	Pêra	Pêssego	Laranja
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	103,2	101,4	102,6	115,8	108,6
1997	97,3	107,8	88,7	78,7	111,2
1998	135,2	147,2	216,6	136,6	84,2
1999	122,9	149,7	173,4	89,2	115,6
2000	107,9	128,8	148,9	92,9	70,8
2001	125,1	129,7	113,1	139,0	138,5
2002	109,6	117,4	129,6	102,1	78,7
2003	132,8	117,4	201,2	148,7	81,0
2004	144,5	137,5	185,2	163,1	92,1
2005	122,4	144,1	146,2	97,3	51,6

Considerando a média dos índices de preços nos triénios 1995-97 e 2003-05 verifica-se, por um lado, um grande acréscimo no preço do pêssego, com o índice a subir de 98,2 para 136,4 e, por outro, o decréscimo do preço da laranja, com o índice a descer de 106,6 para 79,4.

De assinalar o grande aumento no índice de preços da maçã e da pêra em 1998 devido às baixas produções destes frutos, em resultado da ocorrência de condições climáticas muito desfavoráveis.

Figura 3



ÍNDICE DE PREÇOS DE PRODUTOS HORTÍCOLAS

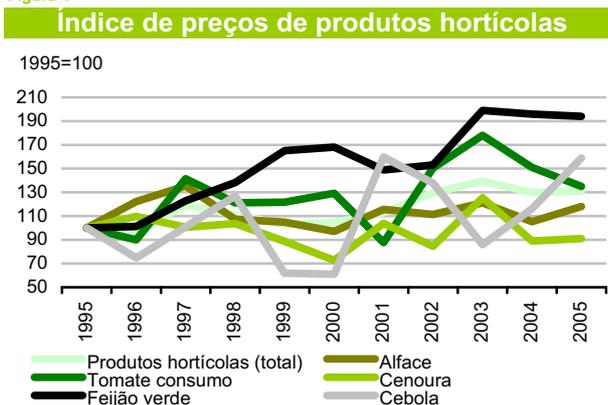
Durante o período em análise houve uma significativa subida dos preços dos produtos hortícolas no produtor, verificando-se um aumento de 105,3 para 133,4, comparando a média dos índices nos triénios 1995-97 e 2003-05.

Dado o grande número de produtos hortícolas que compõem este índice de preços, não se nota a enorme irregularidade anual dos preços de muitos produtos hortícolas, decorrentes das grandes variações de

produção anual, mas que se pode constatar analisando os índices de cada um dos principais produtos hortícolas.

Para além da irregularidade anual, comparando a média dos índices de preços nos triénios 1995-97 e 2003-05, salientam-se os aumentos dos índices de preços do feijão verde de 108,0 para 196,4 e do tomate para consumo de 110,5 para 154,8.

Figura 4



Quadro 4

Índice de preços de produtos hortícolas						
Portugal						
Anos	Produtos hortícolas					
	Total	Alface	Tomate consumo	Cenoura	Feijão verde	Cebola
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	96,4	122,2	89,9	109,7	101,2	74,8
1997	119,4	135,4	141,5	100,6	122,9	100,8
1998	111,1	107,3	121,1	103,6	138,2	126,9
1999	102,8	104,9	121,7	88,8	165,1	61,9
2000	104,5	97,1	129,2	72,7	168,1	61,0
2001	113,0	115,6	87,7	103,8	148,8	159,7
2002	129,5	111,3	150,5	84,5	153,0	137,8
2003	139,4	121,1	178,1	125,4	199,0	85,9
2004	129,9	105,3	151,0	89,0	195,9	116,2
2005	131,0	117,8	135,2	90,6	194,2	159,1

ÍNDICE DE PREÇOS DE VINHO

O preço do vinho no produtor é muito influenciado pela irregularidade das produções anuais muito dependentes das condições meteorológicas, pelo que se verificam algumas oscilações no período em análise.

No entanto, a tendência é para um aumento do preço do vinho, já que, comparando a média do índice entre os triénios 1995-97 e 2003-05, se constata uma subida de 98,2 para 104,3, em resultado do aumento gradual do preço dos vinhos de qualidade.

Pelo contrário, nos vinhos de mesa, apesar de pontualmente o índice de preços ser superior a 100,0, a média anual entre os triénios 1995-97 e 2003-05 diminuiu de 94,1 para 68,4.

Quadro 5

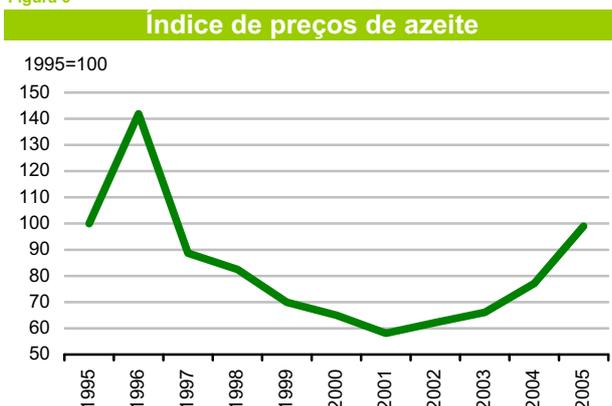
Índice de preços de vinho					
Portugal					
Anos	Vinho				
	Total	Vinho branco	Vinho tinto	Vinho de mesa	Vinho de qualidade
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	102,5	102,4	102,6	106,0	100,5
1997	92,1	91,2	92,8	76,2	101,4
1998	111,2	102,3	118,3	117,8	107,3
1999	123,2	113,8	130,7	134,4	116,7
2000	120,6	106,8	131,5	113,7	124,6
2001	113,1	99,6	123,9	85,8	129,2
2002	109,3	96,1	119,9	68,9	133,1
2003	104,8	92,7	114,4	67,3	126,8
2004	105,5	97,9	111,6	68,7	127,2
2005	102,7	96,4	107,7	69,3	122,3

ÍNDICE DE PREÇOS DE AZEITE

O preço do azeite no produtor apresenta uma maior regularidade anual do que o preço do vinho, mas com uma evolução contrária.

A média do índice de preços do azeite no triénio 2003-05 apresenta uma significativa diminuição relativamente à média do triénio 1995-97, passando de 110,2 para 80,8. É aliás, neste primeiro período que se observa o preço mais alto da série apresentada, devido à grande quebra de produção de azeite em Espanha nos anos de 1995 e 1996.

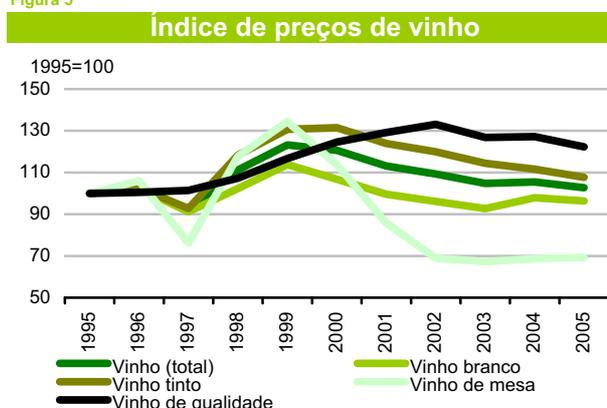
Figura 6



Também, em sentido oposto, evoluíram os preços do vinho branco e do vinho tinto. Assim, enquanto a média do índice de preços do vinho tinto entre os triénios 1995-97 e 2003-05 aumentou de 98,5 para 111,2, o índice de preços do vinho branco diminuiu de 97,9 para 95,7.

O aumento do preço do vinho resulta de uma maior procura por parte dos consumidores dos vinhos de qualidade e do vinho tinto, a que não são alheias as campanhas publicitárias, tais como as que incentivam a um maior consumo de determinadas regiões ou marcas ou ainda as que aconselham a uma redução do consumo de álcool, o que terá levado o consumidor a privilegiar a qualidade em vez da quantidade.

Figura 5



Este facto afectou o nível de preços do azeite português que, devido à escassez da oferta para o mercado nacional, face à procura no mercado ibérico, originou uma grande subida de preço, atingindo um índice de 141,9, em 1996.

A forte influência do mercado espanhol é ainda visível no ano de 2001, onde o nível de preço deste produto (índice 58,1) foi o menor de toda a série, devido à oferta de azeite espanhol a um preço inferior ao nacional, obrigando a uma baixa de preço, por parte dos produtores portugueses.

Quadro 6

Índice de preços de azeite	
Portugal	
Anos	Azeite
1995	100,0
1996	141,9
1997	88,7
1998	82,5
1999	69,9
2000	65,0
2001	58,1
2002	62,2
2003	66,1
2004	77,1
2005	99,1

ÍNDICE DE PREÇOS DE BOVINOS, SUÍNOS, OVINOS E CAPRINOS

No período em análise constata-se, em todas as espécies animais, a irregularidade anual dos preços de animais para carne no produtor.

No que respeita aos bovinos verifica-se um aumento do índice de preços de 95,8 para 100,5 quando se comparam as médias dos índices dos triénios 1995-97 e 2003-05.

Pelo contrário, nos suínos, para além de se observarem fortes oscilações anuais nos preços, há uma significativa diminuição, com a média dos índices dos triénios 1995-97 e 2003-05 a descer de 106,3 para 90,6. De assinalar a forte diminuição no preço dos suínos em 1999, que resultou do grande aumento da produção

de carne de suíno que pretendia responder à menor procura de carne de frango, mas que, em virtude da grande diminuição das importações por parte da Rússia, originou um enorme aumento dos stocks de carne de suíno. O aumento do preço dos suínos em 2001 decorre em parte da recuperação da crise de 1999 e, também, da maior procura devido à diminuição do consumo da carne de bovino por efeito da BSE.

Os preços dos ovinos e caprinos evoluíram em sentido oposto entre 1995 e 2005, com o aumento do índice de preços dos caprinos e a diminuição do índice de preços dos ovinos, se compararmos a média dos índices dos triénios 1995-97 e 2003-05.

Quadro 7

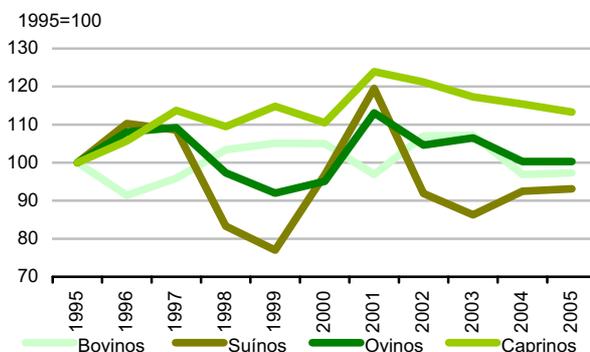
Índice de preços de bovinos, suínos, ovinos e caprinos

Portugal

Anos	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos
1995	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	91,4	110,3	108,1	105,7
1997	95,9	108,6	109,2	113,7
1998	103,4	83,3	97,3	109,5
1999	105,1	77,0	92,0	114,8
2000	105,0	96,8	95,1	110,5
2001	96,9	119,5	113,1	123,9
2002	107,0	91,9	104,6	121,2
2003	107,2	86,3	106,5	117,3
2004	96,9	92,5	100,3	115,4
2005	97,3	93,1	100,3	113,3

Figura 7

Índice de preços de bovinos, suínos, ovinos e caprinos



ÍNDICE DE PREÇOS DE FRANGOS

Durante o período em análise também o preço dos frangos de carne no produtor apresentou significativas oscilações anuais, decorrentes em grande parte da influência de questões sanitárias na produção, não se verificando uma tendência clara na evolução dos preços desde 1995.

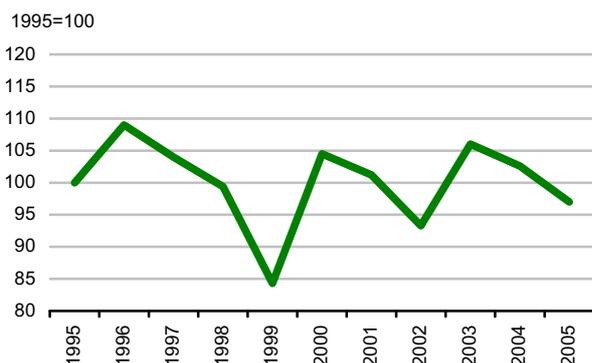
Em 1999 a deteção de dioxinas na carne de frango originou uma quebra no consumo com reflexo nos preços, cujo índice de preços caiu para 84,3.

Também a crise dos nitrofuranos influenciou a evolução do índice de preços dos frangos, tendo havido uma recuperação em 2003, mas seguida de uma quebra em 2004 e 2005.

Assim, se compararmos a média do índice de preços dos frangos de carne nos triénios 1995-97 e 2003-05 verifica-se uma descida de 104,3 para 101,9.

Figura 8

Índice de preços de frangos



Quadro 8

Índice de preços de frangos

Portugal

Anos	Frangos
1995	100,0
1996	109,0
1997	104,0
1998	99,4
1999	84,3
2000	104,5
2001	101,2
2002	93,3
2003	106,0
2004	102,6
2005	97,0

ÍNDICE DE PREÇOS DE OVOS

O índice de preços dos ovos de galinha no produtor, tal como outros produtos da agricultura, apresenta grandes oscilações anuais, pelo que não existe uma tendência clara de evolução desde 1995.

Apesar disso, comparando a média do índice de preços entre os triénios 1995-97 e 2003-05, verifica-se uma diminuição de 106,0 para 99,0.

Durante o período em análise, tal como nos frangos para carne, o índice de preços dos ovos de galinha tem

o valor mais baixo (78,8) em 1999, decorrente da diminuição do consumo de ovos, em consequência da crise das dioxinas na carne de frango.

De assinalar, também, o valor elevado do índice de preços dos ovos em 2003 (118,0), dada a menor oferta resultante quer do abate das aves poedeiras, em consequência da crise nos nitrofuranos, quer da elevada mortalidade das aves devido às altas temperaturas do verão desse ano.

Quadro 9

Índice de preços de ovos	
Portugal	
Anos	Ovos
1995	100,0
1996	114,3
1997	103,7
1998	93,0
1999	78,8
2000	105,6
2001	99,6
2002	101,2
2003	118,0
2004	87,1
2005	91,8

Figura 9

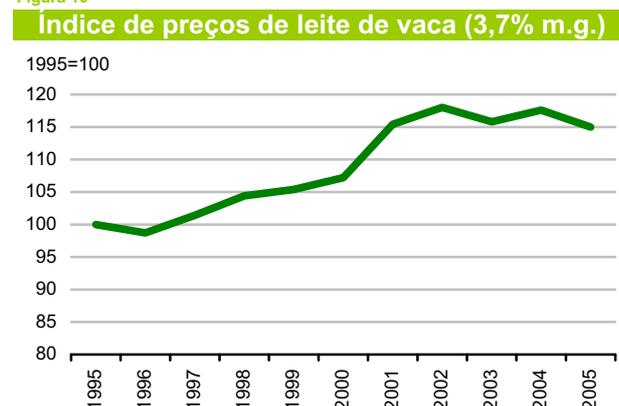
**ÍNDICE DE PREÇOS DO LEITE DE VACA (3,7% M.G.)**

Contrariamente à maior parte dos produtos animais, o preço do leite de vaca no produtor apresenta uma clara tendência de subida desde 1995, a qual se acentuou a partir de 2001. Este aumento resultou, em grande parte, do facto das empresas compradoras de leite passarem a valorizar outras características organolépticas do leite,

além do teor butiroso, pagando melhor aos agricultores que, por isso, foram incentivados a melhorar a qualidade do leite.

Assim, enquanto a média do índice de preços do leite de vaca no triénio 1995-97 foi de 100,0, a média do índice no triénio 2003-05 situou-se em 116,0.

Figura 10



Quadro 10

Índice de preços de leite de vaca (3,7% m.g.)	
Portugal	
Anos	Leite de vaca (3,7% m.g.)
1995	100,0
1996	98,7
1997	101,4
1998	104,4
1999	105,4
2000	107,2
2001	115,4
2002	118,0
2003	115,8
2004	117,6
2005	114,5

ÍNDICE DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS DE CONSUMO CORRENTE

O índice de preços de bens e serviços de consumo corrente na agricultura apresenta uma tendência de crescimento desde 1995, mais expressiva nos últimos anos do período em análise.

Comparando a média do índice de preços de bens e serviços de consumo corrente nos triénios 1995-97 e 2003-05 verifica-se um aumento de 101,4 para 110,4.

De entre os produtos de consumo corrente destacam-se, com uma evolução mais positiva desde 1995, os

índices de preços dos adubos e correctivos e da energia e lubrificantes, devido à sua grande dependência do preço do petróleo, apesar destes últimos apresentarem uma evolução anual mais irregular.

O índice de preços dos produtos de protecção das culturas apresenta uma evolução positiva até 1999, para depois diminuir e atingir mesmo o mínimo (90,7) em 2005.

Quadro 11

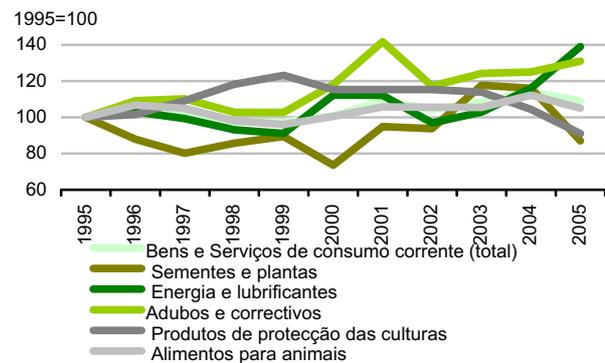
Índice de preços de bens e serviços de consumo corrente

Portugal

Anos	Bens e Serviços de consumo corrente					
	Total	Sementes e plantas	Energia e lubrificantes	Adubos e correctivos	Produtos de protecção das culturas	Alimentos para animais
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	103,1	87,9	103,1	109,1	101,6	106,8
1997	101,1	80,2	99,3	110,2	109,1	104,9
1998	97,5	85,7	93,1	102,7	118,2	98,0
1999	97,3	89,4	91,1	102,7	123,1	96,4
2000	100,8	73,6	112,2	118,0	115,3	100,5
2001	109,2	94,9	112,1	141,7	115,3	105,7
2002	104,3	93,7	96,9	117,2	115,3	105,5
2003	108,5	117,7	102,9	124,2	113,9	105,4
2004	113,9	116,0	115,5	125,0	104,4	112,2
2005	108,8	86,5	139,2	131,4	90,7	105,3

Figura 11

Índice de preços de bens e serviços de consumo corrente



ÍNDICE DE PREÇOS DE MÁQUINAS E OUTROS BENS DE EQUIPAMENTO

O índice de preços de máquinas e outros bens de equipamento para a agricultura subiu gradualmente durante o período em análise.

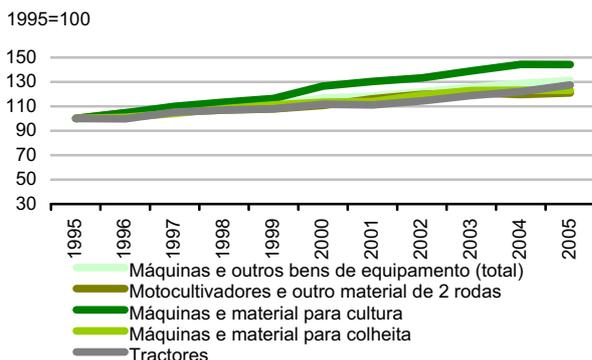
Comparando a média dos índices nos triénios 1995-97 e 2003-05 verifica-se um aumento do índice de 102,7 para 128,5. Apesar deste aumento, face à inflação verificada no período em análise, não se pode considerar

em termos reais um acréscimo significativo dos preços de máquinas e outros bens de equipamento comprados pelos agricultores desde 1995.

O índice de preços das máquinas e outro material para cultura, considerando a média anual do índice nos triénios 1995-97 e 2003-05, foi o que mais aumentou ao passar de 104,8 para 142,5.

Figura 12

Índice de preços de máquinas e outros bens de equipamento



Quadro 12

Índice de preços de máquinas e outros bens de equipamento

Portugal

Anos	Máquinas e outros bens de equipamento				
	Total	Motocultivadores e outro material de 2 rodas	Máquinas e material para cultura	Máquinas e material para colheita	Tractores
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	102,1	104,7	104,6	101,0	99,8
1997	106,1	105,2	109,9	104,2	105,2
1998	108,9	106,9	113,9	108,0	106,9
1999	111,3	107,9	116,4	111,2	108,0
2000	116,7	110,7	126,6	113,3	111,7
2001	118,2	116,1	130,3	113,9	111,1
2002	121,8	119,7	133,2	119,3	114,4
2003	125,7	121,1	138,9	122,9	118,8
2004	128,7	119,6	144,3	123,1	122,0
2005	131,1	121,0	144,2	123,1	127,5

O

Consumo

Alimentar

CEREAIS

O consumo anual per capita de cereais aumentou ligeiramente desde 1980, sendo de 6% o acréscimo da capitação anual média, entre os quinquênios 1980-84 e 1999-03.

Este aumento resultou do contributo positivo do trigo e do arroz, enquanto que se verificou um decréscimo da capitação do milho e do centeio, que em conjunto desceram, em termos relativos, de 15,5% para 10,1%, no período em análise.

Os cereais, com uma média diária de 1 163 calorias no quinquênio 1999-03, contribuíram com 30,4% do total

de calorias, o que representa uma quebra em relação aos 34,1% que se verificavam em 1980-84.

O principal fornecedor de hidratos de carbono na alimentação são os cereais, tendo-se mantido sempre superior a 50% a sua contribuição no total, com um máximo de 56% em 1981.

Os cereais constituem também uma fonte importante de proteínas, embora o seu contributo tenha descido entre os quinquênios 1980-84 e 1999-03, com o seu peso relativo a diminuir de 29,8% para 23,1%.

Quadro 1

Cereais capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(n°)
1980	138,2	25,4	4,5	229,4	1 059
1981	145,3	26,6	4,6	240,9	1 112
1982	146,7	26,9	4,7	243,3	1 123
1983	145,7	26,6	4,6	241,4	1 113
1984	146,4	26,7	4,6	242,4	1 118
1985	146,1	26,7	4,7	242,1	1 117
1986	144,4	26,5	4,6	239,5	1 106
1987	147,0	26,9	4,7	243,8	1 125
1988	146,7	26,7	4,6	242,8	1 120
1989	145,9	26,5	4,6	241,1	1 111
1990	144,6	26,2	4,6	239,0	1 103
1991	143,1	26,0	4,6	236,5	1 090
1992	146,9	26,9	4,9	243,5	1 127
1993	147,8	27,0	5,0	244,2	1 129
1994	147,1	26,6	4,6	241,7	1 117
1995	144,9	26,3	4,5	239,0	1 102
1996	149,5	27,0	4,7	246,2	1 137
1997	148,5	26,9	4,6	245,2	1 133
1998	150,0	27,3	4,8	248,6	1 148
1999	152,8	27,5	4,8	251,1	1 159
2000	153,2	27,5	4,8	251,2	1 159
2001	154,0	27,8	4,9	253,8	1 173
2002	154,9	28,0	5,0	255,5	1 179
2003	150,4	27,2	4,6	247,7	1 143

Figura 1

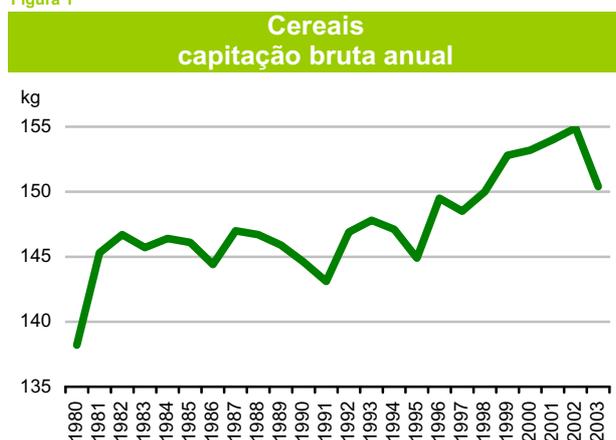
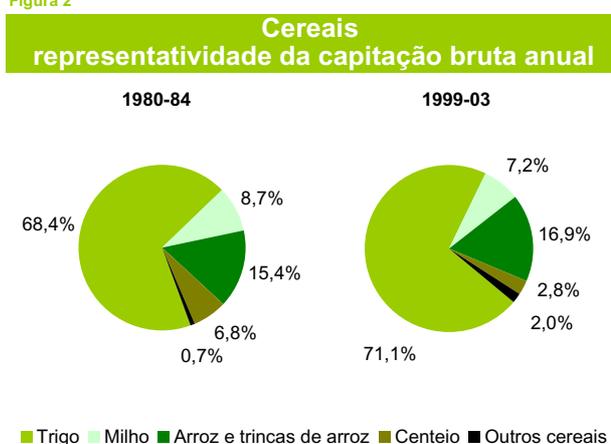
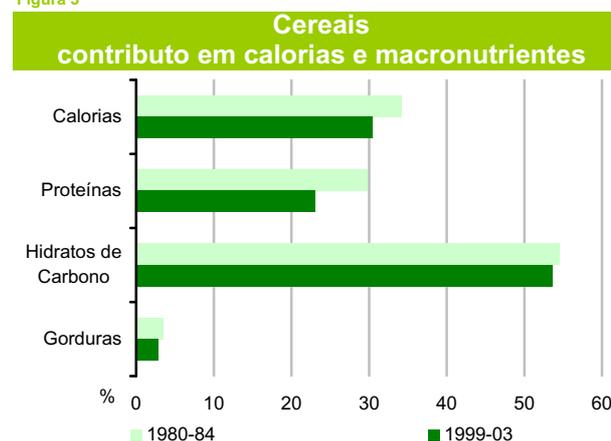


Figura 2



■ Trigo ■ Milho ■ Arroz e trincas de arroz ■ Centeio ■ Outros cereais

Figura 3



LEGUMINOSAS SECAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS

O consumo médio anual per capita de leguminosas secas, raízes e tubérculos diminuiu 23,5% entre os quinquênios 1980-84 e 1999-2003, com a capitação média anual a descer de 142,3 kg para 108,9 kg.

As leguminosas secas, raízes e tubérculos contribuíram no quinquénio 1999-03 com 6,8% do total de calorias, correspondendo a um decréscimo de 33,8% em relação ao quinquénio 1980-84.

Como fornecedores de hidratos de carbono as leguminosas secas, raízes e tubérculos encontram-se em terceiro lugar, tendo contribuído na média do quinquénio 1999-03 com 12,0% do total.

O contributo leguminosas secas, raízes e tubérculos não é muito elevado, representando 7,0% na média anual do quinquénio 1999-03.

Quadro 2

Leguminosas secas, Raízes e Tubérculos capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(n°)
1980	159,3	11,3	0,2	80,7	370
1981	132,9	9,6	0,2	67,4	309
1982	138,7	9,9	0,2	70,3	323
1983	139,1	10,3	0,2	71,3	328
1984	141,7	10,4	0,2	72,1	332
1985	151,3	10,6	0,2	76,1	349
1986	153,5	11,2	0,2	77,7	357
1987	163,5	12,6	0,3	84,0	389
1988	153,1	12,2	0,3	79,6	370
1989	153,6	11,6	0,3	78,7	364
1990	157,1	12,0	0,3	80,8	374
1991	160,8	12,7	0,3	83,4	387
1992	163,9	12,5	0,3	84,0	389
1993	162,6	12,3	0,3	83,3	384
1994	153,7	11,6	0,2	78,6	363
1995	146,1	10,8	0,2	74,5	343
1996	134,7	10,1	0,2	69,0	318
1997	123,0	9,3	0,2	63,2	292
1998	122,3	9,2	0,2	62,7	289
1999	117,4	8,9	0,2	60,2	278
2000	109,4	8,4	0,2	56,5	262
2001	108,3	8,4	0,2	56,0	259
2002	105,9	8,1	0,2	54,8	254
2003	103,3	8,1	0,2	53,6	249

Figura 4



Figura 5

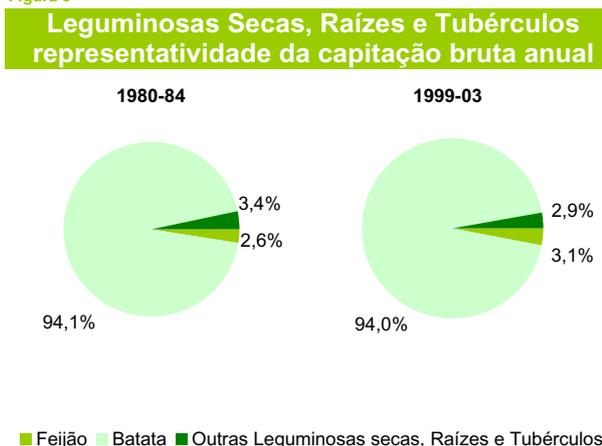
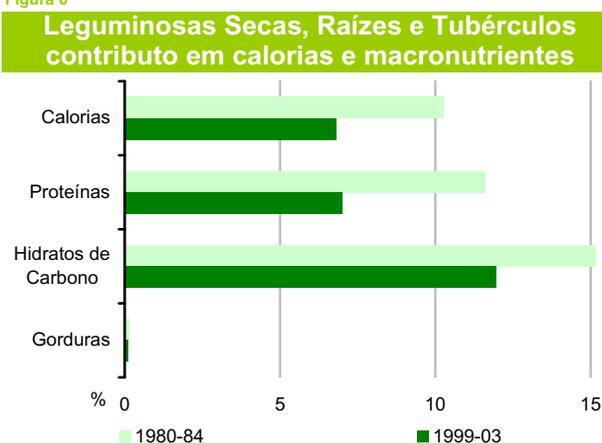


Figura 6



FRUTOS (INCLUI AZEITONA DE MESA)

O consumo médio anual per capita de frutos duplicou entre os quinquênios 1980-84 e 1999-03, com a capitação média anual a subir de 66 kg para 129 kg.

Em termos relativos, no período em análise, é de salientar a diminuição da capitação da maçã e o aumento dos citrinos e dos frutos de casca rija e, também, dos outros frutos frescos, devido ao acréscimo de consumo dos frutos de origem tropical.

Embora os frutos sejam um produto muito importante para uma alimentação equilibrada, devido às suas

vitaminas e oligoelementos, é reduzido o seu contributo em calorias e macronutrientes.

O contributo dos frutos para o total de proteínas, no quinquénio 1999-03, foi de 3,4%, mesmo assim quase o dobro do verificado em 1980-84, dado o grande aumento do consumo de frutos.

Relativamente a outros macronutrientes, os frutos têm importância nos hidratos de carbono, com 6,8% em 1999-03.

Quadro 3

Total de Frutos (inclui azeitona de mesa) capitações

Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:				
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias	
Portugal						
		(g)				(n°)
1980	61,9	1,6	2,8	15,1	92	
1981	60,5	1,7	3,0	14,7	93	
1982	67,5	1,9	3,4	16,7	105	
1983	69,6	1,8	3,1	17,1	104	
1984	69,2	1,7	2,9	16,7	100	
1985	71,8	1,8	3,1	17,4	104	
1986	73,2	1,9	3,2	17,6	107	
1987	79,1	2,1	3,4	19,2	116	
1988	80,9	2,1	3,2	19,3	115	
1989	90,1	2,5	3,9	22,2	134	
1990	99,8	3,1	5,2	24,8	160	
1991	105,2	3,4	5,5	26,2	170	
1992	105,9	3,3	5,3	26,5	169	
1993	110,1	3,3	5,0	27,7	172	
1994	114,0	3,4	5,3	28,5	176	
1995	115,8	3,4	5,0	29,2	179	
1996	117,5	3,5	5,2	29,7	182	
1997	119,6	3,6	5,3	30,5	186	
1998	112,9	3,7	5,5	28,7	180	
1999	126,3	4,1	5,8	31,9	197	
2000	127,8	4,0	5,8	32,1	198	
2001	126,0	3,8	5,3	31,3	191	
2002	132,4	4,2	5,9	33,0	205	
2003	131,5	4,1	5,7	32,8	201	

Figura 7

Frutos (inclui azeitona de mesa) capitação bruta anual

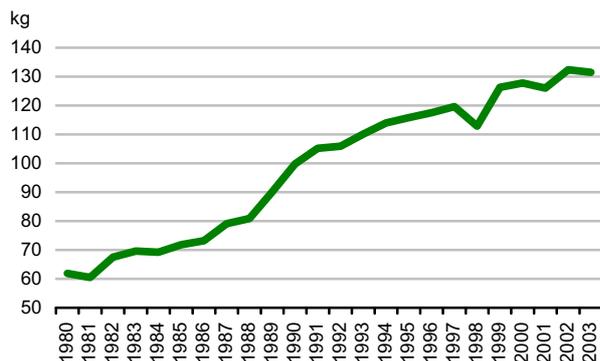


Figura 8

Frutos (inclui azeitona de mesa) representatividade da capitação bruta anual

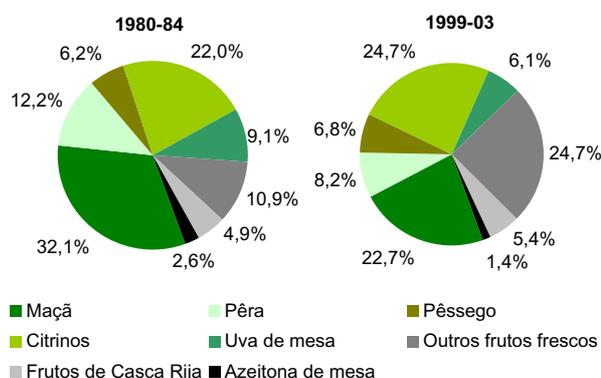
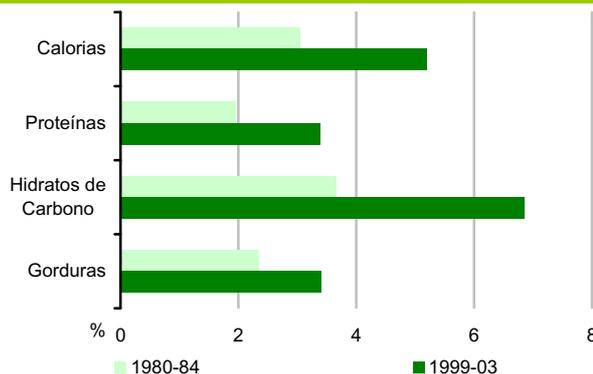


Figura 9

Frutos (inclui azeitona de mesa) contributo em calorias e macronutrientes



PRODUTOS HORTÍCOLAS

O consumo médio anual per capita de produtos hortícolas aumentou de 69 kg para 94 kg entre os quinquênios 1990-94 e 1999-03, correspondendo a um acréscimo de 36%. O tomate aumentou o seu peso relativo no total dos produtos hortícolas no período em análise, subindo de 17,3% para 21,7%.

Tal como os frutos, os produtos hortícolas são essenciais para uma boa alimentação, devido às suas vitaminas e oligoelementos, sendo muito reduzido o seu contributo em calorias e macronutrientes.

No quinquênio 1999-03, os produtos hortícolas contribuíram com apenas 1,4% para o total do consumo de calorias.

Considerando os três macronutrientes, o maior contributo dos produtos hortícolas, no quinquênio 1999-03, é nas proteínas (2,6%).

Quadro 4

Produtos hortícolas capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(nº)
1990	70,6	2,4	0,4	6,4	39
1991	72,3	2,4	0,4	6,6	40
1992	67,5	2,3	0,4	6,1	38
1993	70,2	2,3	0,4	6,3	38
1994	64,2	2,1	0,4	5,8	36
1995	65,8	2,2	0,4	6,0	36
1996	75,8	2,5	0,5	6,9	42
1997	72,6	2,4	0,4	6,6	40
1998	81,5	2,6	0,5	7,4	45
1999	84,1	2,7	0,5	7,7	47
2000	90,1	3,0	0,5	8,1	49
2001	95,9	3,1	0,6	8,8	53
2002	99,1	3,3	0,6	9,0	55
2003	101,3	3,4	0,6	9,2	56

Figura 11

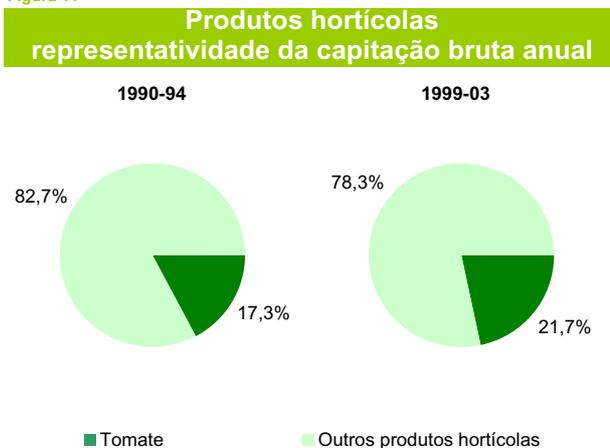


Figura 10

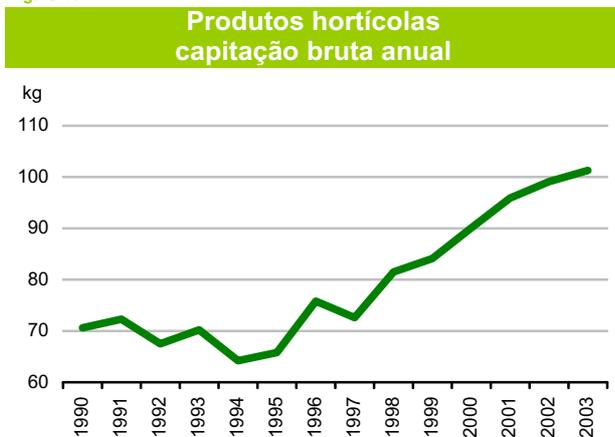
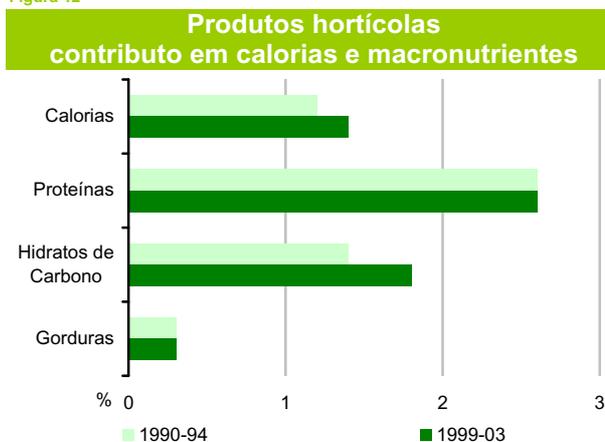


Figura 12



AÇUCARES

O consumo médio anual per capita de açúcares manteve-se estável no período em análise, passando de 31,2 kg para 33,4 kg entre os quinquênios 1980-84 e 1999-03.

Os açúcares são uma das principais fontes de calorias, mas perderam importância entre 1980-84 e 1999-03, com o seu peso relativo a diminuir de 10,5% para 9,2%.

Igualmente importante é a sua contribuição no fornecimento de hidratos de carbono, com 18,8% do total na média do quinquênio 1999-03, correspondendo a uma capitação média diária de 88,2 gramas.

Quadro 5

Açúcares capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(nº)
1980	31,7	0,0	0,0	86,1	344
1981	31,7	0,0	0,0	86,1	344
1982	31,0	0,0	0,0	84,1	336
1983	31,3	0,0	0,0	85,0	340
1984	30,5	0,0	0,0	82,8	331
1985	30,6	0,0	0,0	83,0	332
1986	30,6	0,0	0,0	83,0	332
1987	30,5	0,0	0,0	82,8	331
1988	30,9	0,0	0,0	83,9	336
1989	29,4	0,0	0,0	79,8	319
1990	31,3	0,0	0,0	83,7	335
1991	32,1	0,0	0,0	85,1	341
1992	30,8	0,0	0,0	82,4	329
1993	31,3	0,0	0,0	83,1	331
1994	31,7	0,0	0,0	84,1	335
1995	32,3	0,0	0,0	85,6	341
1996	32,6	0,0	0,0	86,2	344
1997	32,9	0,0	0,0	87,0	347
1998	32,6	0,0	0,0	86,2	344
1999	33,0	0,0	0,0	87,2	348
2000	32,9	0,0	0,0	87,0	346
2001	33,5	0,0	0,0	88,4	354
2002	33,8	0,0	0,0	89,4	357
2003	33,7	0,0	0,0	89,1	356

Figura 13

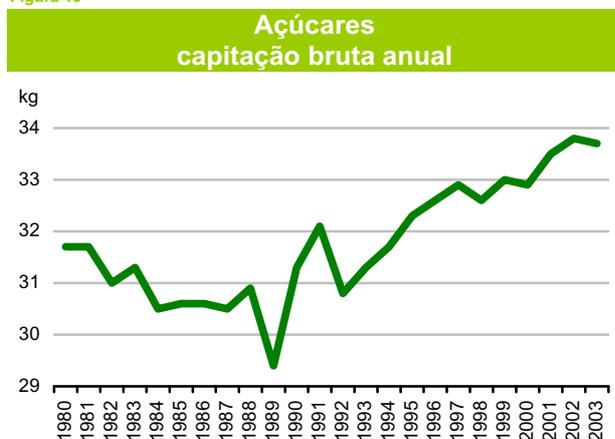


Figura 14

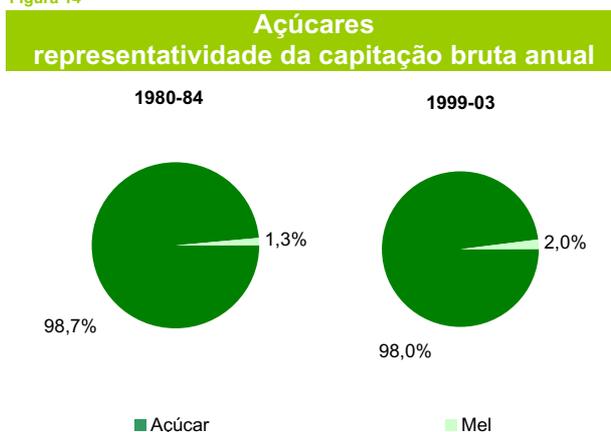
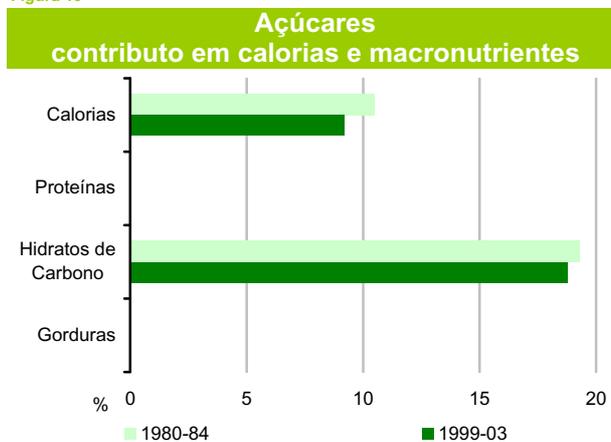


Figura 15



ÓLEOS E GORDURAS

O consumo médio anual per capita de óleos e gorduras aumentou de 32 kg para 40 kg entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03.

Neste grupo de alimentos, os óleos vegetais (excepto o azeite) e o toucinho, banha e outras gorduras animais tiveram no quinquénio 1999-03 as maiores capitações médias anuais, com cerca de 13 kg.

Os óleos e gorduras são, a seguir aos cereais, o principal fornecedor de calorias, com uma capitação

média diária de 807 calorias no quinquénio 1999-03, sendo, além disso, o que mais contribui em gorduras (52,5%).

Os óleos vegetais (excepto o azeite) com uma capitação diária de gorduras de 36,3 gramas no quinquénio 1999-03, têm o maior peso relativo no total dos óleos e gorduras (41%), com o azeite a aumentar o seu contributo no total de gorduras de 15,4% para 18,2%, entre 1980-84 e 1999-03.

Quadro 6

Óleos e Gorduras capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(nº)
1980	30,3	2,4	67,5	0,1	617
1981	31,0	2,4	69,0	0,1	631
1982	32,0	2,4	71,7	0,1	655
1983	32,1	2,3	72,6	0,1	663
1984	33,0	2,5	73,9	0,1	675
1985	33,6	2,5	75,2	0,1	687
1986	35,3	2,9	78,0	0,1	714
1987	36,4	2,9	80,6	0,1	737
1988	36,0	2,6	80,9	0,1	739
1989	37,9	3,0	84,1	0,1	769
1990	35,8	2,7	79,6	0,1	726
1991	35,4	2,8	78,3	0,1	717
1992	35,8	2,7	79,4	0,1	725
1993	36,6	2,8	81,2	0,1	741
1994	37,9	2,8	84,0	0,1	769
1995	38,5	2,8	85,4	0,1	781
1996	38,3	2,9	84,8	0,1	776
1997	39,8	3,0	88,7	0,1	811
1998	40,2	3,0	89,6	0,1	818
1999	40,8	3,2	90,9	0,1	831
2000	40,4	3,2	89,9	0,1	822
2001	39,4	3,1	87,4	0,1	799
2002	38,9	3,1	85,9	0,1	786
2003	39,4	3,1	87,4	0,1	799

Figura 16

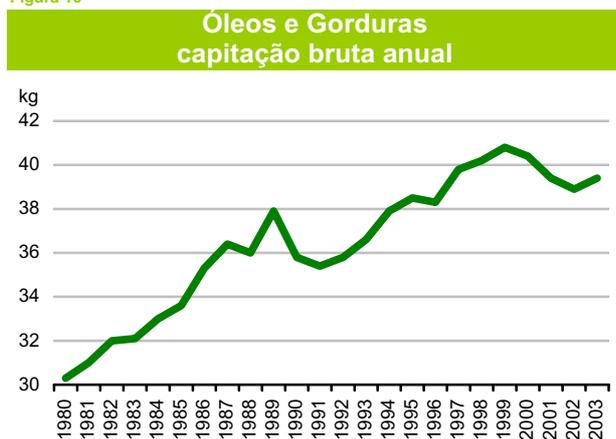


Figura 17

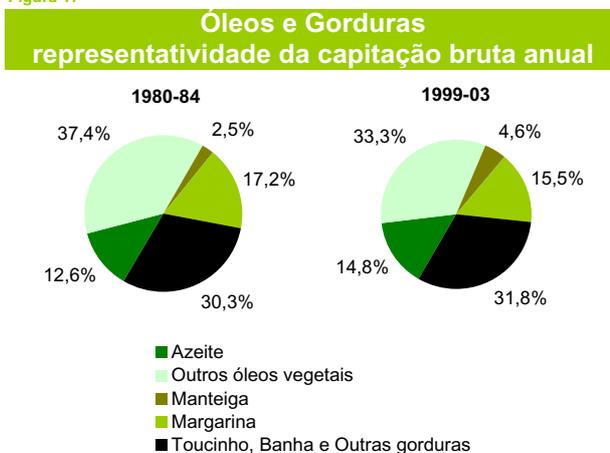
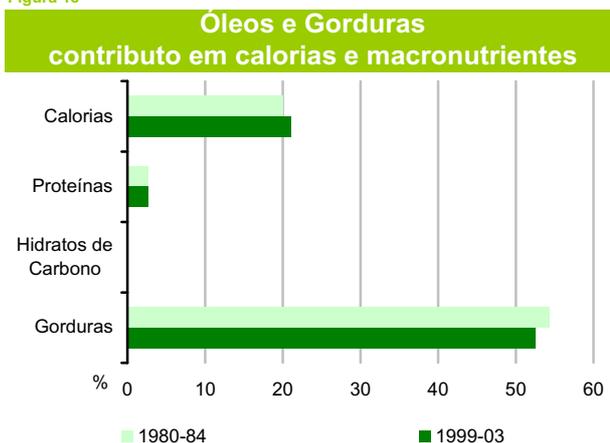


Figura 18



CARNE E OVOS

O consumo médio anual per capita de carne e ovos teve um grande aumento entre os quinquênios 1980-84 e 1999-03, com a capitação anual a subir de 56 kg para 100 kg, isto é, mais 78%.

As carnes de suínos e de animais de capoeira representavam, no quinquênio 1999-03, 61% do total da capitação anual média de carne e ovos, com 31,4 kg e 30,1 kg, respectivamente.

Contudo, em termos relativos, entre 1980-84 e 1999-03, a carne de suínos aumentou a sua importância de 23,0% para 31,3%, enquanto que a carne de animais de capoeira aumentou de 28,2% para 30,0%.

Com 397 calorias diárias no quinquênio 1999-03, a carne e ovos são o terceiro maior fornecedor de calorias, representando 10,4% do total. O contributo da carne e ovos para o fornecimento de proteínas também é muito elevado (33,7%).

Nas gorduras, o contributo da carne e ovos é ainda significativo, com uma capitação diária média de 26 gramas no quinquênio 1999-03, correspondendo a 15,4% do consumo total de gorduras.

Quadro 7

Carne e Ovos capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(n°)
1980	56,5	23,0	13,8	0,4	218
1981	57,2	23,3	14,0	0,4	221
1982	58,1	23,7	14,3	0,4	225
1983	56,8	23,1	14,1	0,4	221
1984	53,4	21,8	13,3	0,4	209
1985	55,4	22,5	13,9	0,4	217
1986	59,1	24,0	14,9	0,4	231
1987	64,0	25,9	16,2	0,4	251
1988	66,9	27,2	16,8	0,4	262
1989	72,0	29,3	18,2	0,5	283
1990	76,2	31,1	19,3	0,5	299
1991	77,9	31,9	19,6	0,5	307
1992	79,5	32,2	20,0	0,5	311
1993	82,5	33,6	21,0	0,5	326
1994	86,1	35,0	21,9	0,5	340
1995	85,7	35,0	21,7	0,5	337
1996	85,9	34,6	22,2	0,5	341
1997	89,8	36,1	23,1	0,5	353
1998	95,2	38,2	24,5	0,5	375
1999	99,1	39,9	25,5	0,5	392
2000	100,8	40,5	26,0	0,5	399
2001	100,7	40,2	26,1	0,5	397
2002	101,6	40,8	26,3	0,5	402
2003	99,3	39,9	25,9	0,5	396

Figura 20

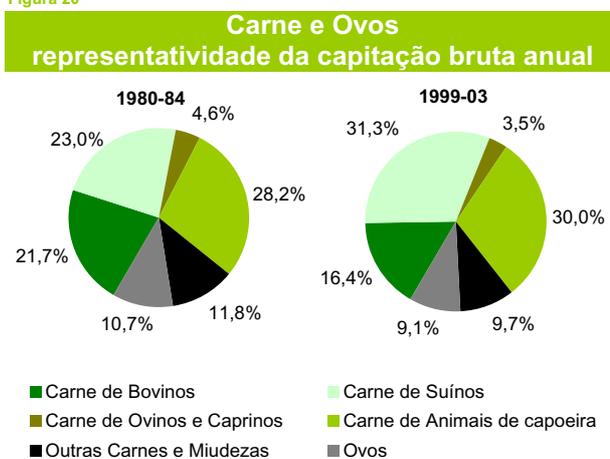


Figura 19

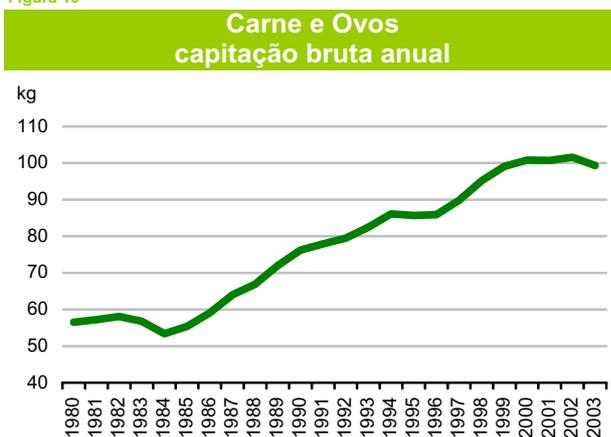
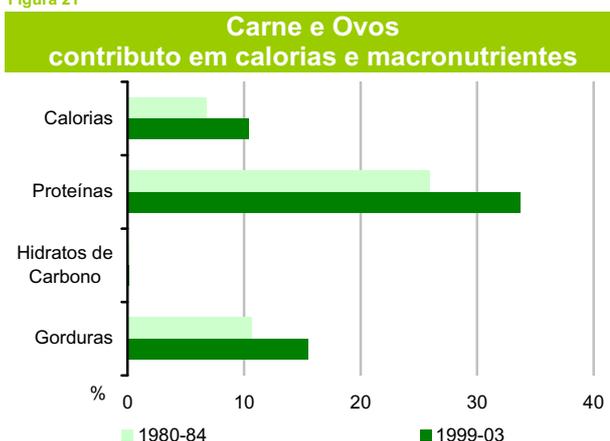


Figura 21



LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS

O consumo médio anual per capita de leite e produtos lácteos (excepto manteiga), tal como nas carnes e ovos, teve entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03 um grande aumento (+64%), com a capitação anual a subir de 76 kg para 125 kg.

O leite, com uma capitação média anual de 89 kg no quinquénio 1999-03, é o produto mais importante deste grupo, mas o seu peso relativo diminuiu de 86,4% para 71,3%, entre 1980-84 e 1999-03, em resultado do aumento de consumo de outros produtos lácteos, nomeadamente iogurtes e outros leites acidificados, que subiram a sua importância relativa de 3,3% para

12,1%, devido à variedade destes produtos e às campanhas de promoção apelativas com forte impacto nos consumidores.

O leite e produtos lácteos (excepto manteiga) contribuíram, no quinquénio 1999-03, com uma média diária de 265 calorias, correspondendo a 6,9% do total.

O leite e produtos lácteos (excepto manteiga) são um fornecedor de gorduras e proteínas com alguma relevância, sendo de 14,1% e 8,4% respectivamente, o seu contributo para o total de proteínas e de gorduras, no quinquénio 1999-03.

Quadro 8

Leite e Produtos lácteos capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
		(g)			(nº)
1980	69,7	8,6	7,4	9,6	140
1981	71,8	8,8	7,6	9,7	142
1982	79,0	9,9	8,4	11,6	161
1983	79,8	9,9	8,3	11,8	162
1984	80,2	10,1	8,5	11,9	164
1985	85,1	10,5	8,8	12,5	172
1986	92,5	10,8	9,0	13,2	177
1987	97,8	11,2	9,2	13,6	182
1988	99,8	11,6	9,7	13,8	188
1989	104,8	12,4	10,4	14,8	202
1990	106,4	13,1	11,1	15,3	213
1991	107,5	13,3	11,3	15,4	217
1992	109,2	13,5	11,4	15,4	220
1993	110,7	13,8	11,5	15,9	224
1994	112,1	14,1	11,8	16,3	227
1995	110,5	13,9	11,6	15,5	224
1996	113,7	14,2	12,1	15,8	230
1997	116,6	14,8	12,4	16,1	236
1998	119,4	15,7	13,1	17,2	248
1999	123,1	16,1	13,7	17,2	257
2000	122,3	16,5	13,9	17,4	262
2001	125,8	17,0	14,3	18,0	269
2002	126,0	16,9	14,2	17,7	268
2003	126,5	17,3	14,2	18,0	271

Figura 23

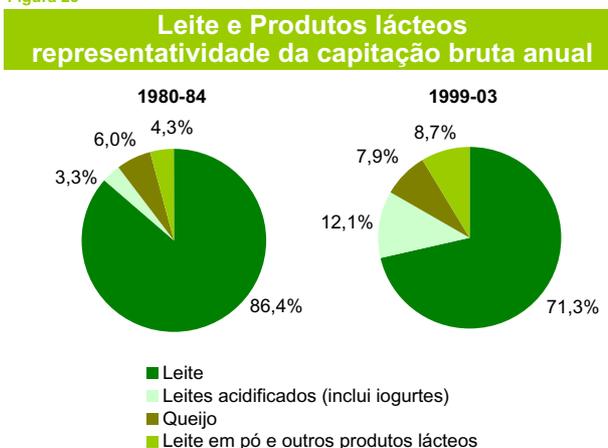


Figura 22

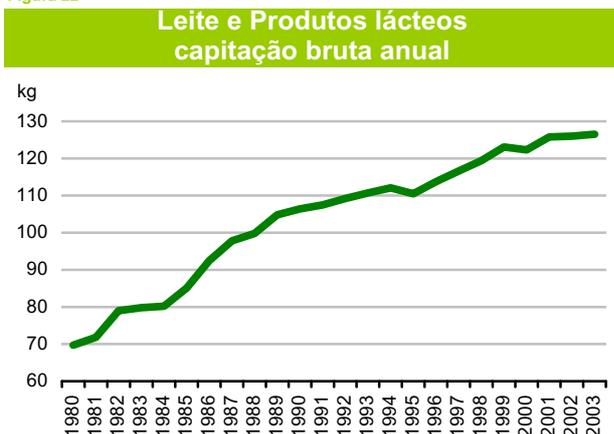
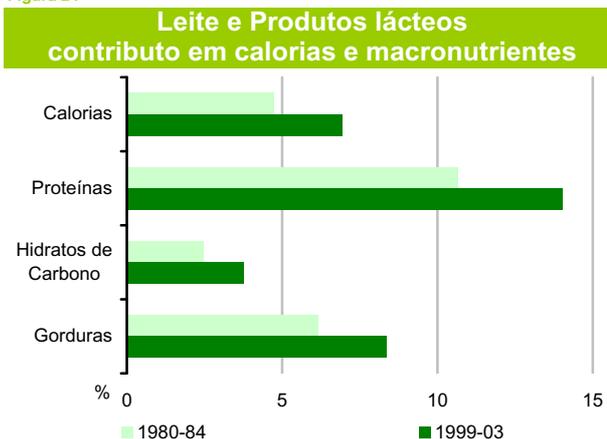


Figura 24



BEBIDAS

O consumo médio anual per capita de bebidas teve desde 1990 um crescimento progressivo, com a capitação anual a subir de 213 para 260 litros, entre os quinquênios 1990-94 e 1999-03.

No período em análise, o consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas tiveram uma evolução contrária, com a diminuição das alcoólicas e o aumento das não alcoólicas.

Entre 1990-94 e 1999-03, a capitação anual média de bebidas alcoólicas diminuiu 11%, enquanto a das bebidas não alcoólicas aumentou 76%.

O vinho e a cerveja são as principais bebidas alcoólicas consumidas, tendo ocorrido decréscimos na capitação anual, entre 1990 e 2003, de 63 para 47 litros e de 68 para 62 litros, respectivamente.

De entre as bebidas não alcoólicas, as águas tiveram o maior acréscimo, entre 1990 e 2003, com um aumento da capitação anual de 35 para 78 litros.

As bebidas alcoólicas têm um contributo calórico com alguma expressão, embora a sua importância relativa tenha diminuído no período em análise. Assim, a capitação diária de calorias das bebidas alcoólicas desceu de 222 para 182 calorias, entre 1990 e 2003, o que corresponde a uma quebra de 18%.

Quadro 9

Bebidas capitações					
Portugal					
Anos	Capitação bruta anual (l)	Capitação diária de:			
		Proteínas	Hidratos de Carbono	Alcoól	Calorias
		(g)			(n°)
1990	212,1	0,9	5,4	28,0	222
1991	214,8	0,9	5,3	27,7	219
1992	211,2	0,9	5,3	26,8	212
1993	213,0	0,9	5,3	26,2	209
1994	214,1	0,9	5,2	25,9	206
1995	225,2	0,9	5,3	26,0	207
1996	233,5	0,9	5,4	25,4	203
1997	237,1	0,8	5,3	24,5	196
1998	250,3	0,8	5,4	24,7	198
1999	252,1	0,8	5,5	24,3	194
2000	254,6	0,8	5,5	23,4	189
2001	260,1	0,8	5,3	23,2	187
2002	262,1	0,8	5,2	23,0	185
2003	271,0	0,8	5,2	22,6	182

Figura 26

Bebidas alcoólicas e não alcoólicas representatividade da capitação bruta anual

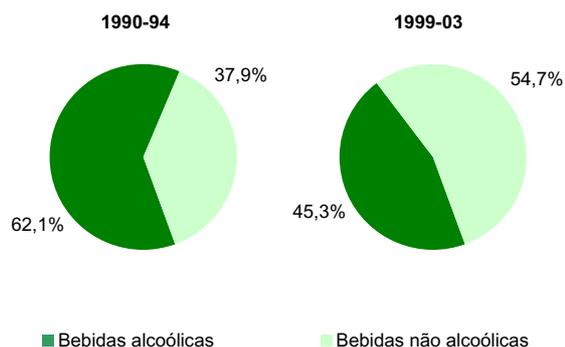


Figura 25

Principais bebidas capitação bruta anual

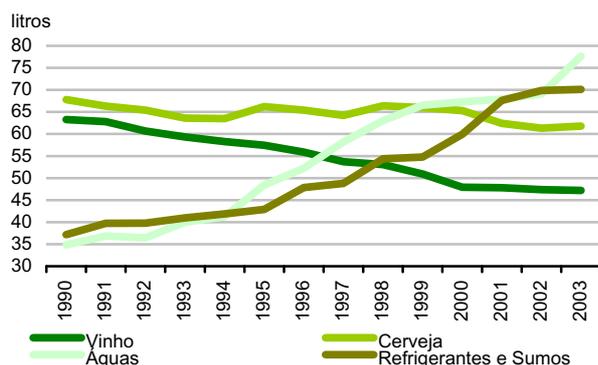
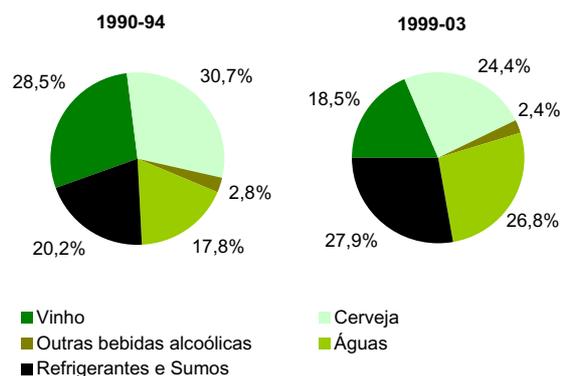


Figura 27

Principais bebidas representatividade da capitação bruta anual



PESCADO

O consumo médio anual per capita de pescado, teve um aumento de 19% entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03, com a capitação anual a subir de 28,5 kg para 33,8 kg.

Os crustáceos e os moluscos, embora no início do período em análise fossem uma pequena parte do total de pescado, tiveram um grande aumento na capitação média anual, subindo de 1,7 kg para 5,6 kg entre os quinquénios 1980-84 e 1999-03, bem como no seu peso relativo (de 5,8% para 16,7%).

Pelo contrário, o peixe diminuiu a sua importância relativa de 77,3% para 65,8%.

O pescado, no quinquénio 1999-03, contribuiu apenas com 1,9% do total de calorias, mas é um dos principais fornecedores de proteínas, apesar de ter diminuído a sua importância relativa no total, descendo de 12,9% para 11,4%, entre 1980-84 e 1999-03.

Quadro 10

Pescado capitações						
Portugal						
Anos	Capitação bruta anual (kg)	Capitação diária de:				Calorias (nº)
		Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	(g)	
1980	30,6	11,8	1,9	0,1	65	
1981	30,4	11,8	1,9	0,1	64	
1982	24,9	10,5	1,4	0,0	55	
1983	27,0	11,2	1,6	0,1	59	
1984	29,4	12,1	1,7	0,1	64	
1985	32,3	13,6	1,8	0,1	71	
1986	34,2	14,2	1,9	0,1	75	
1987	38,5	15,8	2,2	0,1	83	
1988	39,0	15,9	2,2	0,1	84	
1989	36,0	14,6	2,0	0,1	76	
1990	36,7	14,8	2,0	0,1	77	
1991	38,0	15,5	2,1	0,1	81	
1992	37,6	15,4	2,0	0,1	79	
1993	37,8	15,5	2,0	0,1	80	
1994	37,9	15,5	2,0	0,1	81	
1995	37,3	15,4	2,0	0,1	80	
1996	36,8	15,4	1,9	0,1	79	
1997	35,8	15,0	1,9	0,1	77	
1998	36,0	15,1	1,9	0,1	77	
1999	36,1	15,1	1,9	0,1	77	
2000	33,9	13,5	1,9	0,1	71	
2001	33,4	13,4	1,8	0,1	70	
2002	32,3	13,1	1,8	0,1	68	
2003	33,5	13,2	1,8	0,1	70	

Figura 29

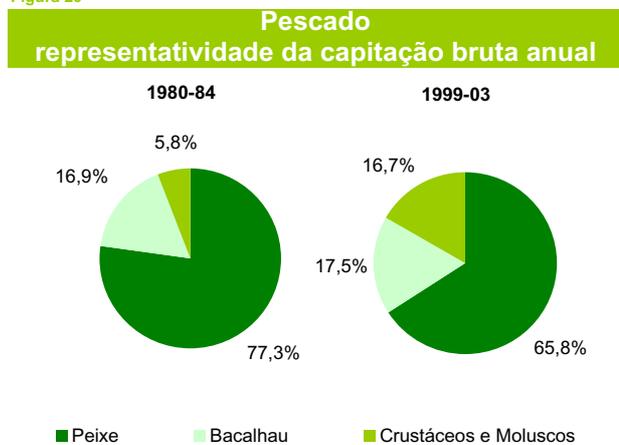


Figura 28

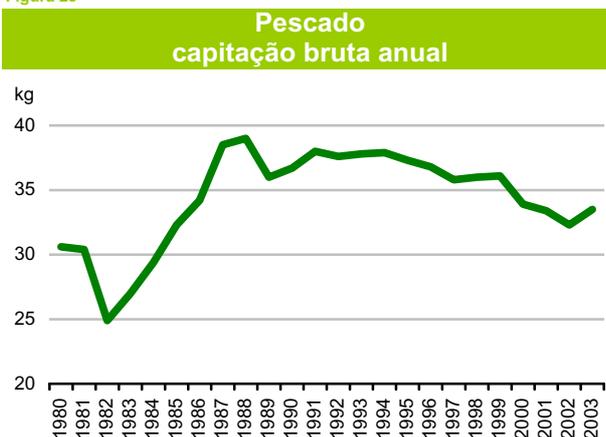
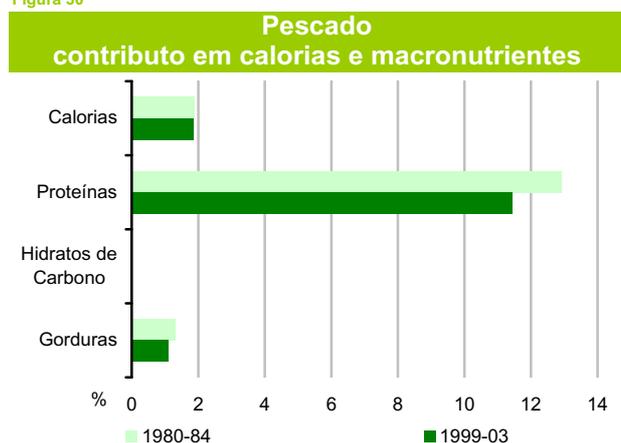


Figura 30



PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS ALCOÓLICAS

O consumo diário per capita de proteínas de produtos alimentares foi, em 2003, de 118,1 gramas, correspondendo a um acréscimo de 34,4% relativamente a 1980.

Ainda maior aumento teve o consumo diário per capita de gorduras (+44,2%), ao passar de 99,7 gramas em 1980 para 143,8 gramas em 2003.

De entre os macronutrientes, os hidratos de carbono tiveram o menor aumento de consumo diário per capita ao subir de 432,9 gramas para 461,1 gramas, correspondendo a um acréscimo de 6,5%.

Em termos de calorias diárias per capita, o acréscimo foi de 21,2%, passando de 2 980 calorias para 3 619 calorias.

A inclusão das bebidas alcoólicas na Balança Alimentar Portuguesa, a partir de 1990, permite avaliar, para o período 1990-03, qual o seu contributo, em termos calóricos, no consumo alimentar.

O consumo de bebidas alcoólicas diminuiu desde 1990, o que determinou uma quebra no número de calorias fornecidas, com o contributo em calorias das bebidas alcoólicas no total, a descer de 6,2% para 4,8%, entre 1990 e 2003.

Quadro 11

Produtos alimentares capitações				
Portugal				
Anos	Capitação diária de:			
	Proteínas	Gorduras	Hidratos de Carbono	Calorias
	(g)			(n°)
1980	87,9	99,7	432,9	2 980
1981	87,8	101,8	430,2	2 988
1982	89,0	105,6	437,8	3 057
1983	88,9	106,1	438,7	3 065
1984	89,1	106,6	438,0	3 067
1985	92,2	109,3	443,7	3 127
1986	95,4	113,6	444,0	3 180
1987	102,0	118,6	457,6	3 306
1988	102,9	120,0	454,5	3 309
1989	104,2	125,5	451,9	3 354
1990	106,7	125,3	457,1	3 382
1991	109,3	125,0	460,6	3 407
1992	110,2	126,6	465,4	3 445
1993	112,0	129,1	468,1	3 483
1994	112,5	133,0	462,8	3 503
1995	111,3	133,4	457,8	3 482
1996	111,6	134,2	462,2	3 510
1997	112,6	139,5	457,6	3 541
1998	116,4	143,2	460,3	3 594
1999	119,3	146,5	465,4	3 660
2000	118,3	146,2	462,1	3 639
2001	118,6	144,0	466,7	3 641
2002	119,4	144,3	470,2	3 653
2003	118,1	143,8	461,1	3 619

Figura 31

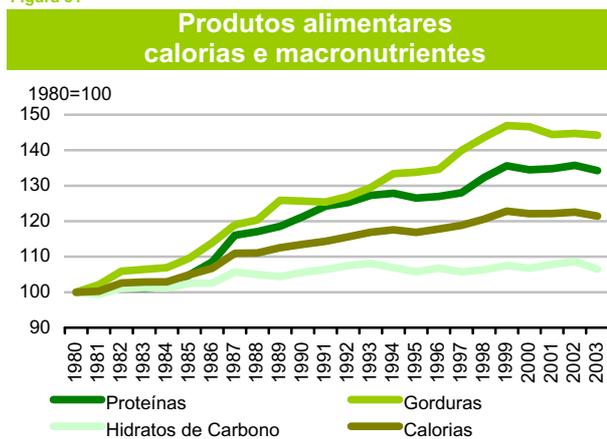
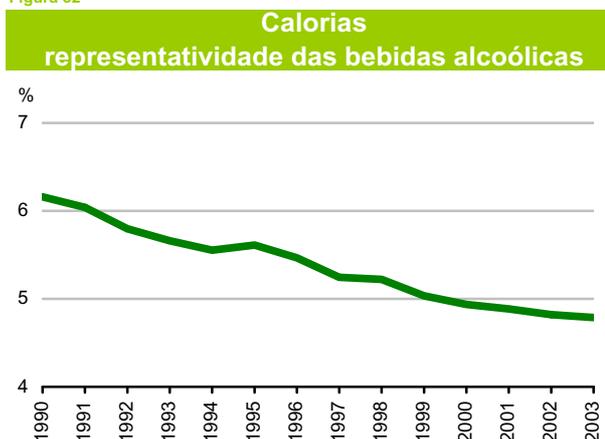


Figura 32



Conceitos

As EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Actividade remunerada exterior à exploração: qualquer actividade, à excepção da relativa a trabalhos efectuados na exploração, exercida em troca de uma remuneração (retribuição, salário, honorários, outros rendimentos ou pagamentos em espécie).

Agregado doméstico do produtor agrícola: Conjunto de pessoas que vivem habitualmente em comunhão de mesa e de habitação ou em economia comum, ligados por relação familiar jurídica ou de facto. Inclui as pessoas que não sendo parentes vivem, no entanto, com o produtor e o empregado que não execute trabalho agrícola e que viva no alojamento do produtor. Exclui o assalariado agrícola que, não sendo parente do produtor, viva no seu alojamento.

Agricultor: a entidade singular ou colectiva que exerça uma actividade agrícola, com ou sem recurso a trabalho assalariado e utilizando factores de produção próprios e/ou de terceiros.

Ano agrícola: O período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de Novembro do ano n-1 e termina em 31 de Outubro do ano n.

Bloco: Parte de uma exploração agrícola inteiramente rodeada de terras, ou outros elementos, não pertencentes à exploração.

Culturas permanentes: Culturas que ocupam a terra durante um longo período e fornecem repetidas colheitas, não entrando em rotações culturais. Não incluem os prados e pastagens permanentes. No caso das árvores de fruto só são considerados os povoamentos regulares, com densidade mínima de 100 árvores, ou de 45 no caso de oliveiras, figueiras e frutos secos.

Culturas temporárias: Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (as anuais) e também as que ressemeadas com intervalos que não excedem cinco anos (morangos, espargos, prados temporários, etc.).

Dia de trabalho: Trabalho normalmente efectuado pela mão-de-obra agrícola a tempo completo, durante pelo menos 8 horas diárias.

Dimensão económica (DE): O valor da Margem Bruta Total da exploração, expresso em Unidades de Dimensão Europeia (UDE), correspondendo à soma das diversas Margens Brutas das actividades existentes na exploração.

Exploração agrícola: Unidade técnico-económica que utiliza mão-de-obra e factores de produção próprios e que deve satisfazer obrigatoriamente às quatro condições seguintes: a) - produzir um ou vários produtos agrícolas; b) - atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais, etc.); c) - estar submetida a uma gestão única; d) - Estar localizada num lugar determinado e identificável.

Exploração agrícola de arrendamento: Forma de exploração em que o produtor agrícola utiliza a terra alheia, mediante um contrato de locação, verbal ou escrito e segundo o qual paga anualmente, em dinheiro e/ou géneros, uma renda fixa.

Exploração agrícola por conta própria: Forma de exploração de terras que são propriedade do empresário ou de membros do seu agregado familiar e que são cultivados como se pertencessem ao empresário, embora este não possua nenhum título de propriedade.

Explorações especializadas: São as explorações com as seguintes orientações técnico-económicas: cereais, oleaginosas e proteaginosas; horticultura; viticultura; fruticultura; olivicultura; bovinos leite; bovinos para gado e carne; bovinos para leite, gado carne; ovinos, caprinos e outros herbívoros; granívoros.

Explorações não especializadas: São as explorações com as seguintes orientações técnico-económicas: culturas agrícolas diversas; culturas permanentes diversas; policultura; polipequária-herbívoros; policultura-granívoros; agricultura geral e herbívoros; culturas diversas e gado; não classificadas.

Formação agrícola exclusivamente prática: Formação resultante exclusivamente de um trabalho prático desenvolvido numa ou em mais explorações agrícolas.

Formação profissional agrícola completa: Formação adquirida através de um curso, de pelo menos 2 anos, subsequente à conclusão da escolaridade obrigatória, concluído numa escola secundária, numa escola agrícola ou numa universidade, nos domínios da agricultura, horticultura, viticultura, silvicultura, piscicultura, veterinária, tecnologia agrícola ou em domínios associados.

Formação profissional agrícola elementar: Formação obtida através de cursos de formação profissional agrícola, ministrados em Centros de Formação Profissional ou noutra local adequado para o efeito e confinados a certas áreas relativas à actividade agrícola, pecuária ou silvícola. Inclui: a) cursos básicos (cursos de longa duração) - cujo programa integra uma formação geral, completada por uma formação específica em determinadas actividades agrícolas normalmente de interesse regional; b) cursos monográficos (cursos de curta duração) - quando limitados a uma área específica; estes só são reconhecidos para atribuição deste grau de formação profissional ao dirigente da exploração se forem relativos à actividade principal ou às actividades mais importantes da mesma.

Forma de exploração: Forma jurídica pela qual o produtor dispõe da terra, determinando a relação existente entre o(s) proprietário(s) das superfícies de exploração e o responsável económico e jurídico de exploração (o produtor), que tem dela a fruição.

Horta familiar: Superfície normalmente inferior a 20 ares, reservada à cultura de produtos tais como hortícolas, frutos e flores destinados fundamentalmente ao auto-consumo e não para venda.

Mão-de-obra familiar: Pessoas pertencentes ao agregado doméstico do produtor que trabalham na exploração, bem como os membros da família do produtor que não pertencendo ao seu agregado doméstico trabalham regularmente na exploração.

Mão-de-obra não contratada directamente pelo produtor: Pessoas não contratadas directamente pelo produtor que efectuam trabalho agrícola na exploração, fazendo-o por conta própria ou por conta de terceiros (caso de cooperativas ou empresas de trabalho à tarefa).

Mão-de-obra não familiar: Pessoas remuneradas pela exploração e ocupadas nos trabalhos agrícolas da exploração que não sejam nem o produtor nem membros da sua família.

Mão-de-obra remunerada: Pessoas que recebem uma remuneração por qualquer trabalho agrícola, podendo essa remuneração ser em dinheiro e/ou géneros.

Margem bruta: Valor da produção bruta quando são retirados os encargos variáveis referentes a essa produção.

Margem bruta padrão (MBP): Valor padrão da Margem Bruta (em unidades monetárias) de uma actividade agro-pecuária. É obtida pela diferença entre a produção bruta e os encargos variáveis (custos específicos proporcionais) de uma actividade, correspondentes a uma situação média mais frequente numa região (Região Agrária no Continente e Regiões Autónomas). É expressa por hectare ou cabeça, conforme se trate de actividade agrícola ou pecuária, com excepção das aves (100 bicos), abelhas (colmeia) e cogumelos (are). É o valor da produção bruta quando são retirados os encargos variáveis referentes a essa produção.

Membros da família do produtor: O cônjuge e os outros membros da família do produtor.

Orientação técnico-económica (OTE): Determina o grau e o tipo de especialização de uma exploração agrícola e é baseada na relação entre as diferentes actividades da exploração (fracções da Margem Bruta Padrão total da exploração). Se 2/3 da Margem Bruta Padrão total provém apenas de uma actividade, essa exploração é considerada especializada nessa

actividade; se apenas 1/3 da Margem Bruta Padrão total provir de uma actividade, diz-se orientada nessa actividade; finalmente, se a Margem Bruta Padrão total de nenhuma actividade representar 1/3 da MBP total, a exploração é classificada como mista nessas actividades.

Pastagens permanentes: Plantas semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Pessoal agrícola remunerado: Pessoal que recebe uma remuneração por qualquer trabalho agrícola, podendo essa remuneração ser em dinheiro e/ou géneros.

Política Agrícola Comum (PAC): Quando Portugal integrou a Comunidade Económica Europeia, a PAC caracterizava-se por medidas de suporte de preços de mercado e de pagamentos aos produtores directamente ligados à produção, com diferentes tipos de regimes de preços, intervenção, ajudas à produção e consumo que integravam as designadas organizações comuns de Mercado (OCMs). Portugal beneficiou de um período de transição de 10 anos para adaptação da agricultura, nomeadamente tendo como objectivo harmonizar os preços dos produtos portugueses (mais elevados) aos comunitários e introduzir alterações nas instituições nacionais e práticas ligadas à gestão dos mercados agrícolas. A reforma da PAC de 1992 caracterizou-se pelas seguintes medidas: redução do preço de intervenção dos cereais e culturas oleaginosas e proteaginosas para se aproximarem dos preços do mercado mundial, introdução de ajudas compensatórias por hectare, pousios obrigatórios. Para a produção animal: redução progressiva do preço de intervenção para a carne de bovino e revalorização das ajudas existentes. A Agenda 2000 introduziu novas disposições, nomeadamente: continuação da descida dos preços de intervenção (cereais, carne de bovino, produtos leiteiros), aumento e criação de ajudas directas para compensar a baixa de preços, alinhamento das ajudas às oleaginosas pelas dos cereais, possibilidade de modulação de certas ajudas. A reforma da PAC de 2003 inicia o desligamento das ajudas à produção, introduzindo um regime de pagamento único (RPU) correspondente à componente desligada, de modo a alinhar a política agrícola com os interesses do consumidor e encorajando os agricultores a estar mais atentos às necessidades do mercado.

População agrícola familiar: Conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

Produção bruta (no cálculo da Margem Bruta): Produção, em valor monetário, de uma actividade, é constituída pelo Produto Principal, Produto Secundário e Subsídios e Prémios atribuídos à actividade (aos produtos, à superfície ou ao gado).

Produtor agrícola: Responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.

Produtor singular: Produtor agrícola enquanto pessoa física, englobando o produtor autónomo e o produtor empresário. Excluem-se as entidades colectivas tais como: sociedades, cooperativas, Estado, etc.

Produtor singular autónomo: Pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a actividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excepcional ao trabalho assalariado.

Produtor singular empresário: Pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a actividade de pessoal assalariado na sua exploração.

Sector primário: Inclui as Secções A e B da CAE Rev. 2.1

Sector secundário: Inclui as Secções C, D, E e F da CAE Rev. 2.1

Sector terciário: Inclui as Secções G, H, I, J, K, L, M, N, O e P da CAE Rev. 2.1

Sociedade: Sociedades constituídas segundo os códigos comercial e civil, as sociedades de agricultura de grupo e as sociedades não legalizadas (sociedades de facto).

Sociedade de agricultura de grupo: Sociedade civil sob a forma de sociedade por quotas que tem por objecto a exploração agrícola ou pecuária realizada por um número limitado de agricultores que asseguram conjuntamente a gestão da empresa e as suas necessidades de trabalho (integração completa). Incluem-se, ainda, nesta designação as sociedades de agricultura de grupo de integração parcial cujo objecto visa a constituição de uma unidade económica para prestação de serviços às explorações associadas.

Superfície agrícola utilizada: Superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.

Superfície agrícola utilizada por arrendamento de campanha: Superfície agrícola utilizada explorada mediante um contrato de arrendamento. O contrato transfere de uma parte para a outra a exploração de culturas numa ou mais parcela, por uma ou mais

campanhas, por cada folha de cultura e fixa previamente a renda a pagar.

Superfície agrícola utilizada por arrendamento fixo: Superfície agrícola utilizada de que a exploração dispõe por um período superior a uma campanha agrícola, mediante o pagamento em dinheiro, em géneros, em ambas as coisas ou em prestação de serviços, de um montante previamente fixado e independente dos resultados da exploração. Este valor é fixado num contrato de arrendamento (escrito ou oral) celebrado entre o proprietário da terra e o produtor o qual estabelece ainda a duração do período do uso e fruição da terra por este último.

Superfície agrícola utilizada por conta própria: Superfície agrícola utilizada que é propriedade do produtor. Consideram-se também como exploradas por conta própria as terras cultivadas pelo produtor a título de usufrutuário, superficiário ou outros títulos equivalentes, em que: a) usufrutuário é o beneficiário de um direito denominado usufruto, que consiste no direito de converter em utilidade própria o uso ou o produto de um bem alheio, cabendo-lhe todos os frutos que o bem usufruído produzir; b) superficiário é o beneficiário de um direito de superfície, ou seja, o direito de uma pessoa ter propriedade de plantações feitas em terreno alheio, com autorização ou consentimento do proprietário.

Superfície agrícola utilizada por outras formas: Forma de exploração da Superfície Agrícola Utilizada que não seja conta própria ou arrendamento fixo ou de campanha (cedida gratuitamente, explorada mediante licença de cultura, etc.).

Tempo completo de actividade na exploração: Tempo consagrado aos trabalhos de exploração que corresponde a 240 dias de trabalho por ano (equivalente a 40 ou mais horas por semana, 240 dias ou mais por ano, incluindo 1 mês de férias).

Tempo de actividade na exploração agrícola: Tempo de trabalho consagrado aos trabalhos agrícolas e para-agrícolas da exploração agrícola.

Terras aráveis: Terras cultivadas destinadas à produção vegetal, as terras retiradas da produção, ou que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais nos termos do artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, e as terras ocupadas por estufas ou cobertas por estruturas fixas ou móveis.

Trabalhador eventual: Pessoa que prestou trabalho na exploração durante o ano agrícola de forma irregular, sem carácter de continuidade.

Trabalhador permanente: Assalariado que trabalha com regularidade na exploração ao longo do ano agrícola, isto é, todos os dias, alguns dias por semana ou alguns dias por mês.

Trabalhos agrícolas: Todos os trabalhos efectuados para a exploração agrícola que contribuem para a produção dos produtos agrícolas.

Unidade de dimensão europeia (UDE): Unidade de medida europeia da dimensão económica das explorações agrícolas, equivalente a 1 200 euros. No período anterior à União Monetária, a unidade de referência foi o ECU, estabelecendo-se coeficientes de equivalência anuais e trienais entre esta e as unidades monetárias nacionais, utilizados para a expressão da dimensão económica das explorações dos diferentes Estados-membros.

Unidade de trabalho ano (UTA): Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Volume de mão-de-obra agrícola: Corresponde ao trabalho efectivamente aplicado na produção de produtos agrícolas e das actividades não agrícolas não separáveis das unidades agrícolas que compõem o Ramo. Por definição, pode ser dividido em Assalariado e Não assalariado, e é expresso em unidades de trabalho ano (UTA), correspondendo estas à prestação, medida em tempo de trabalho, de uma pessoa que efectua, a tempo inteiro e durante todo o ano, actividades agrícolas numa unidade agrícola.

AS PRODUÇÕES VEGETAIS

Ano agrícola: O período de tempo em que se realizam as operações culturais necessárias à produção agrícola e que se inicia a 1 de Novembro do ano n-1 e termina em 31 de Outubro do ano n.

Azeite (virgem) : Azeite obtido a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos, em condições que não alterem o azeite, e que não tenham sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão dos azeites obtidos com solvente, com adjuvantes de acção química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e qualquer mistura com óleos de outra natureza.

Cereais para grão: Incluiu o trigo, centeio, cevada, aveia, triticale, milho e milho.

Produtividade: Quantidade de produção colhida de um produto por unidade de área, expresso em quilogramas por hectare.

AS PRODUÇÕES ANIMAIS

Aves de capoeira: Galináceos, perus e patos.

Bebidas à base de leite: Produtos líquidos que contenham, pelo menos 50% de produtos lácteos, incluindo os produtos à base de soro de leite. Inclui o leite vitaminado, os leites achocolatados, o leite com aditivos ou aromatizado, etc.

Bovinos: Animais domésticos da espécie “Bos”.

Cabra: Caprino fêmea que já pariu. Inclui-se no conceito as chibas destinadas à reprodução e as cabras de refugo.

Caprinos: Animais domésticos da espécie “Capra”.

Carne de bovino: Não inclui as miudezas comestíveis.

Carne de ovino: Não inclui as miudezas comestíveis.

Carne de caprino: Não inclui as miudezas comestíveis.

Carne de suíno: Não inclui as miudezas comestíveis.

Carne de animais de capoeira: Inclui as miudezas comestíveis.

Efectivo animal: Animais que são propriedade de uma exploração agrícola, bem como os criados sob contrato pela exploração.

logurte: Produto coagulado obtido por fermentação láctica devida à acção exclusiva do lactobacillus bulgaricus e do streptococcus thermophilus sobre o leite e produtos lácteos, com ou sem aditivos, devendo a flora específica estar viva e abundante no produto final.

Leite acidificado (ou fermentado): Leite caracterizado por ser um produto acidificado pelo ácido láctico e por escassas quantidades de outros compostos orgânicos, igualmente ácidos, produzidos por bactérias típicas; como consequência deste processo acidificação as proteínas do leite coagulam e precipitam-se dissociando-se posteriormente em aminoácidos. As bactérias lácteas fermentam uma parte da lactose do leite produzindo ácido, bem como outros açúcares.

Leite gordo ou inteiro: Leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor natural de matérias gordas seja igual ou superior a 3,5% ou cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a 3,5% no mínimo.

Leite magro (ou desnatado): Leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai até 0,3 %, no máximo.

Leite meio gordo (ou parcialmente desnatado): Leite submetido, numa empresa de tratamento de leite, pelo menos a um tratamento pelo calor ou a um tratamento de efeito equivalente autorizado, e cujo teor de matérias gordas tenha sido regulado a um valor que vai de 1,5% no mínimo a 1,8% no máximo.

Leitelho: Sub-produto do fabrico da manteiga, obtido após batadura ou butirização em contínuo da nata e separação da fracção gorda sólida, que embora possa ser utilizado na alimentação humana, é quase sempre utilizado na alimentação de suínos ou de vitelos.

Leite para consumo: Leite destinado ao consumo humano, cru ou submetido a um tratamento pelo calor (pasteurizado, esterilizado e UHT).

Manteiga: Produto butiroso obtido exclusivamente do leite de vaca ou da sua nata, *com ou sem adição de sal e ou culturas lácteas*, apresentando-se sob a forma de uma emulsão sólida e maleável, com teor de matéria gorda igual ou superior a 80% e inferior a 90%, com teor de humidade máximo de 16% e de matéria seca desengordurada de 2%. Inclui a manteiga com ervas, especiarias ou aromas.

Outras vacas: Compreende as vacas aleitantes (incluindo as de refugio) e as vacas de trabalho.

Ovelha: Ovino fêmea que já pariu. Inclui-se no conceito as borregas destinadas à reprodução e as ovelhas de refugio.

Ovinos: Animais domésticos da espécie “Ovis”.

Porca reprodutora: Suíno fêmea com um peso vivo igual ou superior a 50 kg e mais que já pariram e as não paridas, mas destinadas à reprodução (excepto as porcas de refugio).

Produção de leite: Inclui a totalidade do leite produzido: entregas à indústria, vendas directas e leite utilizado na exploração agrícola (destinado à alimentação animal excepto o mamado directamente pelas crias, auto-consumido e transformado em produtos lácteos).

Queijo: Produto fresco ou curado, de consistência variável, obtido por coagulação e dessoramento do leite ou do leite (total ou parcialmente desnatado, mesmo que reconstituído), assim como da nata, do leitelho e a mistura de alguns ou de todos estes produtos, (incluindo lactosoro), sem ou com adição de outros géneros alimentícios.

Suínos: Animais domésticos da espécie “Sus”.

Vaca: Bovino fêmea que já pariu.

Vaca aleitante: Bovino fêmea que já tenha parido e cujo leite seja principalmente consumido pelos vitelos (inclui as vacas aleitantes de refugio).

Vaca leiteira: Bovino fêmea que já tenha parido e cujo leite seja exclusiva ou principalmente vendido ou consumido pela família do produtor (inclui as vacas leiteiras de refugio).

Logurte: Produto coagulado obtido por fermentação láctica devida à acção exclusiva do *Lactobacillus bulgaricus* e do *Streptococcus thermophilus* sobre o

leite e produtos lácteos, com ou sem aditivos, devendo a flora específica estar viva e abundante no produto final.

A ECONOMIA AGRÍCOLA

Consumo Intermédio: Representa o valor de todos os bens e serviços consumidos durante o processo de produção, com exclusão dos activos fixos, cujo consumo é registado como Consumo de Capital Fixo. Por deliberação do EUROSTAT, desde Setembro de 2006, o Consumo Intermédio inclui os Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM). Trata-se de um elemento novo e que contribui para a diminuição do VAB. Na prática, dada a inexistência de informação para juros recebidos, a totalidade dos SIFIM foi subtraída aos juros pagos.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A FBCF corresponde às aquisições líquidas de cessões de activos fixos, realizadas pelos produtores residentes, acrescidas dos aumentos de valor dos activos não produzidos, resultantes da actividade de produção das unidades económicas, no período de referência. Por activos fixos entendem-se os activos corpóreos ou incorpóreos, com um valor acima de um limite pré-definido (500 Euros, a preços de 1995), resultantes de processos de produção e utilizados de forma repetitiva ou contínua em outros processos de produção, durante, pelo menos, um ano. No conceito de FBCF também estão incluídos os activos incorpóreos e os activos adquiridos em sistema de *locação financeira*, bem como os custos associados às transferências de propriedade.

Impostos: Os impostos considerados são os pagamentos obrigatórios, sem contrapartida, em dinheiro ou em espécie, cobrados pelas Administrações Públicas ou pelas instituições da União Europeia, e que incidem sobre a produção de bens e serviços, o emprego de mão-de-obra, a propriedade ou a utilização de terrenos, edifícios ou outros activos utilizados na produção. Os impostos considerados nas CEA são classificados, de forma geral, como “Impostos sobre os produtos” ou “Outros impostos sobre a produção”.

Os “Impostos sobre os produtos” compreendem os montantes devidos, por cada unidade de um bem ou serviço, produzido ou comercializado. Podem corresponder a um determinado montante em dinheiro, por unidade de quantidade, de um bem ou serviço, ou ser calculados “ad valorem”, como uma determinada percentagem do seu preço por unidade, ou do seu valor. Devido à regra de contabilização da produção a preços de base, os “Impostos sobre os produtos” são registados na conta de produção, isto é, entram na valorização da produção. São contabilizados como “Impostos sobre os produtos”, as taxas de corresponsabilidade que estiverem em vigor para os cereais, as multas relativas às quotas leiteiras e o imposto especial sobre o consumo de bebidas alcoólicas.

Os “Outros impostos sobre a produção” correspondem aos valores devidos pelas unidades económicas, pelo facto de se dedicarem à produção, independentemente da quantidade ou do valor dos bens e serviços, produzidos ou vendidos. Estes impostos são os únicos que são registados na conta de exploração do Ramo Agrícola, isto é, são registados em rubrica visível, para efeitos do cálculo do Rendimento Empresarial Líquido. Nos “Outros impostos sobre a produção” são incluídos, por exemplo, a contribuição autárquica, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de selo e outras taxas diversas.

Intraconsumo: Conjunto de produtos agrícolas com origem na própria agricultura e aí utilizados como meios de produção (ex.: sementes e plantas, alimentos para animais, ovos para incubação, etc.).

Juros: Representam a contrapartida dos empréstimos concedidos para as necessidades da unidade económica agrícola. Os juros fictícios sobre o capital próprio imobilizado nas unidades produtivas não são contabilizados nesta rubrica; encontram-se implícitos no rendimento empresarial agrícola.

Assim, a imputação de SIFIM ao Ramo da Agricultura implica uma correcção nos pagamentos ou recebimentos efectivos de juros de ou aos intermediários financeiros, eliminando-se as margens que representam a remuneração implícita dos serviços fornecidos. Teoricamente, o valor estimado destes gastos deveria ser subtraído aos juros pagos pelos mutuários aos intermediários financeiros e acrescentado aos juros recebidos pelos depositantes.

Preços constantes: Corresponde à avaliação das operações sobre bens e serviços utilizando os preços de um ano de base fixa (ex: 2000) ou o ano anterior, permitindo avaliar as variações de volume.

Para fins de análise económica, a variação de dados em valor é, habitualmente, decomposta em variações de volume e variações de preços. A nível prático, o cálculo deve desenvolver-se a um nível elevado de pormenor, de forma a aproximar-se, tanto quanto possível, dos produtos elementares totalmente homogéneos. No entanto, em alguns casos, a informação estatística apenas está disponível a um nível mais agregado e, por isso, é necessário deflacionar os dados de valor do ano corrente, através de um índice de preços adequado para calcular as variações de volume.

De qualquer forma, seja qual for o método que se utilize, as medidas de preço e de volume são construídas de modo a que:

Índice de valor = Índice de preço x Índice de volume

o que significa que toda e qualquer variação no valor de um dado fluxo é atribuída a uma variação no preço ou a uma variação no volume, ou ainda, a uma combinação destes dois tipos de variação.

As variações de volume são calculadas usando índices do tipo Laspeyres, pelo que as variações nas quantidades de séries elementares são ponderadas pelo valor no ano base. As variações de preço são calculadas usando índices do tipo Paasche, pelo que as variações nos preços de séries elementares são ponderadas pelo valor no ano corrente, a preços do ano base. O ano base é o ano a partir do qual os preços são usados para elaborar o sistema de ponderação.

A repartição das avaliações, a preço de base, nas respectivas componentes de volume e de preço pressupõe que essa repartição se aplica também aos “Impostos sobre os produtos” e aos “Subsídios aos produtos”. De modo a efectuar estimativas ao nível mais elementar, utilizou-se a regra: o índice de volume do subsídio ao produto (ou do imposto sobre o produto) é idêntico ao índice de volume da produção, a preços no produtor. Neste caso, o índice de volume da produção é o mesmo, quer seja expresso a preços no produtor, quer a preços de base.

Preços correntes: Corresponde à avaliação das operações sobre bens e serviços (Produção, Consumo Intermédio, Formação Bruta de Capital Fixo, etc.), utilizando os preços do período considerado.

Produção: É valorizada a preços de base, sendo estes definidos como:

Preços de base = preços no produtor – impostos sobre os produtos + subsídios aos produtos

Produção do ramo agrícola: Conjunto de todos os empregos da produção provenientes das explorações agrícolas (produção vegetal, produção animal, serviços agrícolas e actividades secundárias), incluindo os intraconsumos.

Remuneração dos Assalariados: Constituída pelo total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, que os empregadores pagam aos seus empregados, em contrapartida do trabalho por estes realizado, durante o período de referência. Nesta operação, distinguem-se os ordenados e salários brutos (em dinheiro e em espécie) e as contribuições sociais a cargo dos empregadores (efectivas e imputadas).

Rendas: São considerados os montantes de arrendamento de terrenos agrícolas pagos pelos agricultores aos proprietários desses terrenos. As rendas de terrenos não devem incluir as rendas relativas às construções e aos alojamentos situados nesses terrenos.

Rendimento Empresarial Líquido: É a remuneração líquida do conjunto dos factores primários de produção que são pertença do produtor agrícola (terra, capital e trabalho familiar).

Subsídios: São as transferências correntes, sem contrapartida, que as Administrações Públicas ou as instituições da União Europeia fazem aos produtores residentes, com o objectivo de influenciar os seus níveis de produção, os seus preços ou a remuneração dos factores de produção. Os subsídios registados nas CEA são classificados, de forma geral, em “Subsídios aos produtos” e “Outros subsídios à produção”.

Os “Subsídios aos produtos” englobam as ajudas pagas por cada unidade de um bem ou serviço produzido. Podem consistir num montante monetário específico a pagar por unidade de quantidade de um bem ou serviço, ou serem calculados “*ad valorem*” sob a forma de uma percentagem determinada sobre o preço unitário. Devido à regra de contabilização da produção a preço de base, os subsídios aos produtos são registados na conta de produção, isto é, entram na valorização da produção. Consideram-se subsídios aos produtos, os pagamentos aos pequenos e grandes produtores de cereais, os pagamentos, por cabeça, aos bovinos e ovinos, as ajudas à produção de azeite (azeitona para azeite), etc..

Os “Outros subsídios à produção” são os restantes montantes que as unidades produtoras residentes podem beneficiar, devido às suas actividades de produção. Estes subsídios são os únicos que são registados na conta de exploração do Ramo Agrícola, isto é, são registados em rubrica visível, para efeitos do cálculo do Rendimento Empresarial Líquido. Nos “Outros subsídios à produção” são incluídos, por exemplo, o regime de pagamento único, as bonificações de juros, as ajudas às retiradas de terras, as indemnizações compensatórias, as medidas agro-ambientais, etc.. Nesta rubrica não são incluídas, por exemplo, as transferências de capital, as transferências pagas às famílias na sua qualidade de consumidoras, etc..

Unidade de trabalho ano familiar: Unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa do agregado doméstico do produtor a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Transferências de Capital: São consideradas as rubricas “Ajudas ao investimento” e as “Outras transferências de capital”, as quais não afectam o cálculo do rendimento da actividade agrícola.

Valor Acrescentado Bruto: É a diferença entre o valor da produção do ramo agrícola preços de base e o valor do consumo intermédio necessário para obter essa produção.

Os PREÇOS NA AGRICULTURA

Ano base: Os índices de preços apresentados têm como ano base 1995.

Índices de preços: É usado o índices de Laspèyres, de base fixa.

Preço no produtor: Preço de compra ao agricultor/ produtor ou preço de primeira venda pelo agricultor/ produtor, à saída da exploração agrícola/unidade produtiva, excluindo subsídios ao produto e incluindo prémios de qualidade (sempre que existam) e impostos, excepto o IVA dedutível.

Preços Input: Preço pago pelo agricultor (correspondente à última fase de comercialização) na aquisição de meios de produção, excluindo subsídios e descontos, e incluindo impostos, excepto o IVA dedutível.

O CONSUMO ALIMENTAR

Capitação bruta anual: Consumo médio expresso em quilogramas ou litros/habitante, durante o período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou no fim do ano, consoante o período de referência observado.

Capitação diária: Consumo médio diário em gramas por dia.

Capitação edível: Consumo humano médio da parte edível. A parte edível corresponde ao peso do produto que pode ser integralmente utilizado como alimento, isto é, desprovido dos materiais que se rejeitam por inutilizáveis, quer no momento da preparação do produto, antes ou durante as operações culinárias, quer no prato, ao ser consumido. O valor da parte edível para muitos alimentos depende acentuadamente da técnica de aproveitamento ou de hábitos e gostos alimentares.

Cereais: Incluiu todos os cereais

Consumo humano: Emprego que corresponde às quantidades de produtos consumidos pela população residente, quer sob a forma de produto primário, consumido nesse estado, quer sob a forma de produto industrializado, convertido a primário, durante o período de referência.

Tabela de Composição Alimentar: Tabela estabelecida em estreita colaboração com o Centro de Nutrição do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge quando da execução da Balança Alimentar Portuguesa 1980-92, actualizada com a inclusão das bebidas alcoólicas na Balança Alimentar Portuguesa 1980-92.